

# Quadro histórico dos dispositivos Constitucionais

## Art. 206

o o art. 153, § 5º, e 154, I, da Constituição.  
União poderá instituir contribuição de que trata este artigo não excedê-la, total ou parcialmente, nas condições e limites fixados em lei. O produto da arrecadação da contribuição de que trata este artigo será destinado integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços de saúde.  
A contribuição de que trata este artigo terá sua exigibilidade subordinada ao art. 195, § 6º, da Constituição, e não poderá ser cobrada antes de 15 de agosto de 2015.

Câmara dos Deputados  
Centro de Documentação e Informação



## Panorama do processo constituinte

Para melhor compreensão do processo constituinte, recomendamos a leitura do documento disponível no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Publicações e Documentos → Panorama do Funcionamento da ANC, no seguinte endereço:

[http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama\\_anc](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/panorama_anc)

A relação das Comissões Temáticas e das respectivas subcomissões poderá ser consultada no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Comissões e Subcomissões Temáticas, no seguinte endereço:

[http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/lista-de-comissoes-e-subcomissoes)

## Texto promulgado em 5/10/1988

**Art. 206.** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

## 1 – Sugestões localizadas<sup>1</sup>

**SUGESTÃO:**00315 DT REC:02/04/87

<sup>1</sup> O inteiro teor de cada sugestão pode ser consultado no Portal da Câmara dos Deputados → Atividade Legislativa → Legislação → Portal da Constituição Cidadã → Processo Constituinte → Sugestões dos Constituintes, no seguinte endereço:  
[http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/sugestoes-dos-constituintes/sugestoes-dos-constituintes-pagina-principal)

**Autor:**

VIRGÍLIO TÁVORA (PDS/CE)

**Texto:**

SUGERE NORMAS REGULADORAS DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO NO PAÍS.

**SUGESTÃO:**00577 DT REC:09/04/87

**Autor:**

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

**Texto:**

SUGERE NORMAS QUE GARANTAM A EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, QUE SEJA PROMOVIDA PELO PODER PÚBLICO, PELA FAMÍLIA E PELA COMUNIDADE EM GERAL, OBEDECIDOS OS PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE ENUMERA.

**SUGESTÃO:**00717 DT REC:09/04/87

**Autor:**

MARIA DE LOURDES ABADIA (PFL/DF)

**Texto:**

SUGERE NORMAS PARA QUE A EDUCAÇÃO, EM TODOS OS NÍVEIS, SEJA DIREITO DE TODOS E DEVER DA UNIÃO, E QUE AS CRECHES SEJAM CONSIDERADAS UNIDADES DE GUARDA E EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE; A EDUCAÇÃO OBEDECERÁ OS PRINCÍPIOS DA IGUALDADE DOS SEXOS; REPÚDIO AO RACISMO E DISCRIMINAÇÃO; CONVIVÊNCIA PACÍFICA ENTRE OS POVOS; PLURALISMO CULTURAL DO POVO BRASILEIRO.

**SUGESTÃO:**01102 DT REC:12/04/87

**Autor:**

ALDO ARANTES (PC DO B/GO)

**Texto:**

SUGERE NORMA QUE ESTABELEÇA PRINCÍPIOS E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO; QUE ASSEGURE A TODOS O DIREITO AO ENSINO PÚBLICO, GRATUITO E LAICO, EM TODOS OS NÍVEIS.

**SUGESTÃO:**02373 DT REC:29/04/87

**Autor:**

RUBERVAL PILOTTO (PDS/SC)

**Texto:**

SUGERE PRINCÍPIOS RELATIVOS AO ENSINO, ASSEGURANDO SUA OBRIGATORIEDADE, GRATUIDADE E EXTENSÃO À INICIATIVA PRIVADA.

**SUGESTÃO:**02637 DT REC:30/04/87

**Autor:**

NELSON CARNEIRO (PMDB/RJ)

**Texto:**

SUGERE NORMAS DISPONDO QUE A EDUCAÇÃO SEJA DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, DENTRO DOS PRINCÍPIOS QUE ESTABELECE.

**SUGESTÃO:**02659 DT REC:30/04/87

**Autor:**

RENATO VIANNA (PMDB/SC)

**Texto:**

SUGERE NORMAS QUE DISPONHAM SOBRE OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO.

**SUGESTÃO:**03335 DT REC:05/05/87

**Autor:**

ANTÔNIO SALIM CURIATI (PDS/SP)

**Texto:**

SUGERE QUE A EDUCAÇÃO SEJA UM DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO, SEGUNDO PRINCÍPIOS QUE ESTABELECE.

**SUGESTÃO:**03475 DT REC:05/05/87

**Autor:**

EDME TAVARES (PFL/PB)

**Texto:**

SUGERE NORMA QUE DISPONHA SOBRE OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

**SUGESTÃO:**03964 DT REC:05/05/87

**Autor:**

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

**Texto:**

SUGERE QUE A EDUCAÇÃO SEJA DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO PROMOVÊ-LA, OBEDECIDOS OS PRINCÍPIOS QUE ENUMERA.

**SUGESTÃO:**06097 DT REC:08/05/87

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

SUGERE, COMO PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO, QUE O ENSINO RELIGIOSO SEJA DE CARÁTER FACULTATIVO.

**SUGESTÃO:**09086 DT REC:06/05/87

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

SUGERE QUE O ESTADO ASSEGURE A TODOS EDUCAÇÃO, SEGUNDO OS PRINCÍPIOS QUE ENUMERA.

**SUGESTÃO:**09374 DT REC:06/05/87

**Autor:**

ROSE DE FREITAS (PMDB/ES)

**Texto:**

SUGERE QUE O ESTADO ASSEGURE A TODOS EDUCAÇÃO GRATUITA EM TODOS OS NÍVEIS E CRECHES ATÉ OS SEIS ANOS DE IDADE, E QUE A EDUCAÇÃO SE NORTEIE POR PRINCÍPIOS DE IGUALDADE, NÃO-DISCRIMINAÇÃO, CONVIVÊNCIA PACÍFICA E PLURALISMOS CULTURAL DO POVO BRASILEIRO.

**SUGESTÃO:**10143 DT REC:25/05/87

**Entidade:**

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MUNICÍPIO: SÃO PAULO CEP: 01000 UF: SP

**Texto:**

SUGERE QUE A EDUCAÇÃO SEJA DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO E QUE OBEDEÇA AOS PRINCÍPIOS QUE ENUMERA.

**SUGESTÃO:**10607 DT REC:30/05/87

**Entidade:**

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM - PA  
RAIMUNDO NAVARRO DOS SANTOS - PRESIDENTE  
MUNICÍPIO: SANTAREM CEP: 68100 UF: PA

**Texto:**

SUGERE NORMA QUE DISPONHA SOBRE OS PRINCÍPIOS QUE DEVAM REGER A EDUCAÇÃO NO PAÍS, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## 2 – Audiências públicas

Foram realizadas diversas audiências públicas sobre o tema. A relação de reuniões e audiências públicas realizadas pela Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes está disponível em:

[https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao8/subcomissao8a](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao8/subcomissao8a)

## 3 – Subcomissões temáticas

### SUBCOMISSÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES – VIIIA

FASE A – Anteprojeto do relator	<p><b>Art. 2º</b> - O sistema de educação obedece às seguintes diretrizes:</p> <p>I - democratização do acesso e da continuidade dos estudos;</p> <p>II - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;</p> <p>III - liberdade de pesquisa e de comunicação, no exercício do magistério;</p> <p>IV - adequação aos valores e às condições regionais e locais;</p> <p>V - descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente aos Estados e Municípios o ensino fundamental obrigatório;</p> <p>VI - garantia de ensino fundamental para todos;</p> <p>VII - valorização do magistério em todos os níveis, com estruturação da respectiva carreira e garantia de condições condignas para a eficácia do trabalho, inclusive padrões mínimos de remuneração, fixados em lei federal;</p> <p>VIII - participação adequada, na forma da lei, de todos os integrantes do processo educacional nas suas decisões;</p> <p>IX - superação progressiva das disparidades regionais e sociais.</p>
FASE B – Emenda ao anteprojeto do relator	<p>Total de emendas localizadas: 27.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase B ao final deste documento.)</p>
FASE C – Anteprojeto da subcomissão	<p><b>Art. 2º</b> - Para a execução do previsto no artigo anterior, serão obedecidos os seguintes princípios:</p> <p>I - democratização do acesso, permanência e gestão da educação escolar;</p> <p>II - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;</p> <p>III - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar as descobertas feitas;</p> <p>IV - adequação dos valores universais da pedagogia às condições concretas da sociedade brasileira, em sua unidade e diferenciação;</p> <p>V - garantia de ensino fundamental para todos;</p> <p>VI - gratuidade de ensino público em todos os níveis;</p> <p>VII - valorização do magistério em todos os níveis, garantindo-se aos docentes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação; direito de greve e de sindicalização;</p> <p>VIII - eliminação progressiva dos efeitos das desigualdades e das discriminações de raça, de etnia, de classe e de região.</p>

	<p>Consulte, na 34ª reunião da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes a votação do anteprojeto do relator.</p> <p>Publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 23/7/1987, Supl., a partir da p. 182. Disponível em: <a href="https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao8/subcomissao8a">https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao8/subcomissao8a</a></p>
--	--

## 4 – Comissões temáticas

### COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO – VIII

FASE E – Emendas ao anteprojeto da subcomissão, na comissão	<p>Total de emendas localizadas: 77.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase E ao final deste documento.)</p>
FASE F – Substitutivo do relator	<p><b>Art. 2º</b> - Para a execução do previsto no artigo anterior, obedecer-se-á aos seguintes princípios:</p> <p>I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis;</p> <p>II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;</p> <p>III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;</p> <p>IV - gratuidade do ensino público em todos os níveis;</p> <p>V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação; direito de greve e de sindicalização;</p> <p>VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas.</p>
FASE G – Emenda ao substitutivo	<p>Total de emendas localizadas: 52.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas da Fase G ao final deste documento.)</p>
FASE H – Anteprojeto da comissão	<p>Nota: Os dois substitutivos apresentados pelo Relator foram rejeitados pelos demais membros da Comissão. Consulte o volume 206, disponível em:</p> <p>Anteprojeto da Comissão - <a href="http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-206.pdf">http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-206.pdf</a></p> <p>Consulte na 5ª reunião extraordinária da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, a votação da redação final dos Substitutivos.</p>

	<p>Publicação: DANC, 4/8/1987, suplemento, a partir da p. 173, disponível em:</p> <p><a href="http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao8/comissao8">http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente/comissoes-e-subcomissoes/comissao8/comissao8</a></p>
--	--

## 5 – Comissão de Sistematização

FASE I – Anteprojeto de Constituição	<p><b>Art. 378</b> - Para a execução do previsto no artigo anterior, obedecer-se-ão os seguintes princípios:</p> <p>I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis;</p> <p>II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;</p> <p>III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;</p> <p>IV - gratuidade do ensino público em todos os níveis;</p> <p>V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação;</p> <p>VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas.</p>
FASES J e K – Emendas de mérito (CS) e de adequação ao anteprojeto	<p>Total de emendas localizadas: 51.</p> <p>(consulte a íntegra das emendas das Fases J e K ao final deste documento).</p>
FASE L – Projeto de Constituição	<p><b>Art. 372</b> - Para a execução do previsto no artigo anterior, obedecer-se-ão os seguintes princípios:</p> <p>I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis;</p> <p>II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;</p> <p>III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;</p> <p>IV - gratuidade do ensino público em todos os níveis;</p> <p>V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação;</p>

	VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas.
FASE M – Emendas (1P) de Plenário e populares	Total de emendas localizadas: 155. (consulte a íntegra das emendas da Fase M ao final deste documento.)
FASE N – Primeiro substitutivo do relator	<b>Art. 274</b> - Para a execução do previsto no artigo anterior, serão obedecidos os seguintes princípios: I - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; II - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas; III - gratuidade do ensino público; IV - valorização dos profissionais de ensino obedecidos padrões condignos de remuneração.
FASE O – Emendas (ES) ao primeiro substitutivo do relator	Total de emendas localizadas: 63. (consulte a íntegra das emendas da Fase O ao final deste documento.)
FASE P – Segundo substitutivo do relator	Art. 233 - A educação, direito de cada um, e dever do Estado, será promovida e incentivada com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu compromisso com o repúdio a todas as formas de preconceito e de discriminação. <b>Parágrafo único</b> - Para a execução do previsto neste artigo, serão obedecidos os seguintes princípios: I - democratização do acesso e permanência na escola e gestão democrática do ensino, com participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas; IV - gratuidade do ensino público; V - valorização dos profissionais de ensino, obedecidos padrões condignos de remuneração e garantindo-se em lei critérios para a implantação de carreira para o magistério, com o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.  Destaque apresentado nº 45/87, referente à Emenda nº 24827. Publicado no <a href="#">Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 27/1/1988, Supl. C</a> , a partir da p. 2217.

## 6 – Plenário

FASE Q – Projeto A (início 1º turno) ou	Art. 240. A educação, direito de cada um e dever do Estado, será promovida e incentivada com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu compromisso com o repúdio a todas as
---	---



<p>FASE R Ato das Disposições Transitórias</p>	<p>formas de preconceito e discriminação.</p> <p><b>Parágrafo único.</b> Para a execução do previsto neste artigo, serão observados os seguintes princípios:</p> <p>I - democratização do acesso e permanência na escola e gestão democrática do ensino, com participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade;</p> <p>II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;</p> <p>III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;</p> <p>IV - gratuidade do ensino público;</p> <p>V - valorização dos profissionais de ensino, obedecidos padrões condignos de remuneração e garantindo-se em lei critérios para a implantação de carreira para o magistério, com o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.</p>
<p>FASE S – Emendas de Plenário (2P)</p>	<p>Total de emendas localizadas: 15. (consulte a íntegra das emendas da Fase S ao final deste documento.)</p> <p>Emenda Substitutiva do Centrão<sup>2</sup> nº 02044, art. 239, § 2o.</p> <p>Requerimento de fusão de Emendas e destaques para ser votado como texto substitutivo do art. 240 e seguintes do Projeto A. A fusão foi aprovada.</p> <p>Requerimento de destaque nº 1968, referente à emenda 01591. A emenda foi retirada.</p> <p>Requerimento de destaque nº 73, referente à emenda 00371. A emenda foi rejeitada.</p> <p>Publicado no <a href="#">Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 20/5/1988</a>, a partir da p. 10585.</p>
<p>FASE T – Projeto B (fim 1º turno, início 2º)</p>	<p><b>Art. 211.</b> O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:</p> <p>I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;</p> <p>II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;</p> <p>III - pluralismo de idéias, de concepções pedagógicas e de instituições públicas e privadas de ensino;</p> <p>IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;</p> <p>V- fixação de conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais;</p> <p>VI - matrícula facultativa no ensino religioso, que constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental;</p> <p>VII - prestação do ensino regular na língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, no ensino fundamental;</p> <p>VIII - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, em cada nível de ensino, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;</p> <p>IX - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;</p> <p>X - autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades;</p>

<sup>2</sup> Emendas do Centrão: grupo de parlamentares conhecido como Centrão apresentou emendas, que foram posteriormente aprovadas em Plenário, com exceção do Capítulo III da emenda nº 02043, e tornaram-se substitutivos ao Projeto A.

	<p>XI - indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e garantia de padrão de qualidade, na educação superior.</p> <p>Nota: Uma nova redação foi dada pelo relator para o art. 211, conforme relatório geral, volume 299/298, página XIII transcrito abaixo:</p> <p><i>Art. 211 Reuni neste dispositivo todos os princípios sobre ensino, sejam os que constavam dos arts. 239, § 1º, 242, 243 e 246, "caput" e § 1º, do texto proveniente do primeiro turno. O § 2º do art. 239 foi transposto para o Ato das Disposições Transitórias.</i></p> <p><a href="http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-299.pdf">http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-299.pdf</a> ou <a href="http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-298.pdf">http://www.camara.gov.br/internet/constituicao20anos/DocumentosAvulsos/vol-298.pdf</a></p>
FASE U – Emendas ao Projeto B (2T)	<p>Total de emendas localizadas: 8. (consulte a íntegra das emendas da Fase U ao final deste documento.)</p> <p>Requerimento de reunião de emendas e destaques, relativo aos arts. 211, 212, 213, 215 e 217, referentes à educação. A reunião foi aprovada.</p> <p>Publicado no <a href="#">Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 31/8/1988</a>, a partir da p. 13807.</p>
FASE V – Projeto C (fim 2º turno)	<p><b>Art. 206.</b> O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:</p> <p>I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;</p> <p>II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;</p> <p>III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;</p> <p>III - pluralismo de idéias, de concepções pedagógicas e de instituições públicas e privadas de ensino;</p> <p>IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;</p> <p>V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;</p> <p>VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;</p> <p>VII - autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, com indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, nas universidades;</p> <p>VIII - garantia de padrão de qualidade.</p>

## 7 – Comissão de Redação

FASE W – Proposta exclusivamente de redação	<p>Total de emendas localizadas: 5. (consulte a íntegra das emendas da Fase W ao final deste documento).</p> <p>Na Comissão de Redação, foi discutido novo texto para o art.211, inciso III.</p>
---	--

	<p>Publicado no <a href="#">Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 23/9/1988, Supl. B</a>, p. 54 e 228.</p> <p>Na Comissão de Redação foi aprovada a substituição da expressão "plano de carreira" por "planos de carreira" do inciso V do art. 211.</p> <p>Publicado no <a href="#">Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 23/9/1988, Supl. B</a>, p. 128.</p> <p>Na Comissão de Redação foi aprovada a transformação do inciso VII do art. 211 em novo artigo.</p> <p>Publicado no <a href="#">Diário da Assembleia Nacional Constituinte de 23/9/1988, Supl. B</a>, p. 180.</p>
FASE X – Projeto D – redação final	<p><b>Art. 206.</b> O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:</p> <p>I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;</p> <p>II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;</p> <p>III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;</p> <p>IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;</p> <p>V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;</p> <p>VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;</p> <p>VII - garantia de padrão de qualidade.</p>

## EMENDAS APRESENTADAS POR FASE<sup>3</sup>

### FASE B

#### EMENDA:00018 APROVADA

##### Fase:

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

##### Comissão:

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

##### Autor:

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

##### Texto:

Substitua-se o indicado ao Art. 2o. pelo seguinte "A Educação obedecerá as seguintes diretrizes..."

##### Justificativa:

<sup>3</sup> As emendas foram reproduzidas sem revisão, conforme constam nas bases de dados da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além disso, o texto das JUSTIFICATIVAS das emendas foi digitado e não houve conferência do trabalho. Os documentos originais poderão ser consultados em: [http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/o-processo-constituente)

As palavras "Sistema de Educação" proporcionam um conceito que nos conduz à idéia de alguma coisa dirigida, alguma coisa estruturada, alguma coisa direcionada, quando a Constituição deve conceituar a Educação num sentido amplo, mais voltado para a ideia de liberdade e criatividade. A palavra "sistema" não nos parece adequada e por isso julgamos que a técnica das Constituições anteriores nos parece melhor.

**Parecer:**

EMENDA No. 8A 0018-7

A proposição amplia o escopo do texto, contribuindo para o seu aperfeiçoamento. Pelo acolhimento.

**EMENDA:00031 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

Que seja incluída a seguinte norma:

"Art. A Lei Orgânica do Magistério estabelecerá condições que assegurem o exercício condigno da docência, quanto à remuneração e às garantias do exercício da função determinando os critérios de permanente valorização do serviço e da pesquisa."

**Justificativa:**

Precisamos prestigiar o Professor. Sem eles, não poderemos educar o povo. Para tanto, é preciso oferecer-lhe condições mínimas de dignidade no exercício de sua profissão que é um verdadeiro sacerdócio.

Também necessitamos pensar na valorização de suas atividades e, sobretudo, ter maior carinho com as pesquisas.

**Parecer:**

EMENDA No. 8A 0031-4

A respectiva lei e os seus princípios acham-se previstos no art. 2o., VII, do Anteprojeto. Sendo a pesquisa atividade inerente ao ensino superior, o detalhamento dos dispositivos constitucionais em legislação complementar a considerarão de modo mais adequado. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00035 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LÍDICE DA MATA (PC DO B/BA)

**Texto:**

Inclua-se o seguinte inciso II no art. 2o. do anteprojeto, em substituição ao inciso II original que passa a ser III, renumerando-se os seguintes:  
"II - Os currículos escolares, em todos os níveis, estarão voltados para os problemas do povo e do País, do seu desenvolvimento independente e do progresso científico."

**Justificativa:**

A inclusão desse dispositivo é fundamental para definir o compromisso da educação com a realidade econômico e social do País.

**Parecer:**

EMENDA No. 8A 0035-7

Os princípios inerentes à proposição em tela se encontram, em essência, agasalhados pelos arts. 1o. e 2o. do Anteprojeto. O detalhamento, a nível dos currículos, merece ser considerado, pelo seu relevante interesse, em legislação complementar. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00036 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LÍDICE DA MATA (PC DO B/BA)

**Texto:**

O inciso IV do art. 2o. do anteprojeto passa a ter a seguinte redação: "garantia de ensino público, gratuito e laico para todos, em todos os níveis."

**Justificativa:**

A formulação proposta é mais abrangente do que a contida no anteprojeto e contempla a reivindicação de todos os setores envolvidos no processo educacional de que a educação seja pública, gratuita e laica, para todos, e em todos os níveis.

**Parecer:**

EMENDA No. 8A 0036-5

A emenda merece ser acolhida, mantendo-se, todavia, o art. 2o., IV em sua forma atual, por não serem ambas as diretrizes mutuamente exclusivas. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00038 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LÍDICE DA MATA (PC DO B/BA)

**Texto:**

Inclua-se um art. 11 com a seguinte redação no lugar do art. 11 original do anteprojeto, que passa a ser art. 12, renumerando-se os seguintes.

"Art. 11 As organizações representativas de professores, de estudantes universitários e secundaristas, de funcionários da Universidade e da comunidade científica terão representantes no Conselho Federal e nos Conselhos Estaduais de Educação."

**Justificativa:**

A inclusão desse artigo visa assegurar no texto constitucional a participação de professores, alunos e funcionários nos Conselhos de Educação.

**Parecer:**

EMENDA No. 8A 0038-1

O anteprojeto abrigou o princípio da participação de todos os integrantes do processo educacional nas suas decisões (art. 2o, VIII). O detalhamento proposto merece ser amplamente considerado quando da elaboração de lei complementar à Constituição. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00048 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ALDO ARANTES (PC DO B/GO)

**Texto:**

EMENDA

"Substitua-se a expressão "de comunicação" constante no inciso III do art. 2o. do anteprojeto pela expressão "de opinião".

**Justificativa:**

O conceito de liberdade de opinião no exercício do magistério é mais preciso do que o de comunicação, contido no anteprojeto.

**Parecer:**

EMENDA No. 8A 0048-9

Em que pese o elevado propósito da emenda em causa, cumpre lembrar que a liberdade de opinião acha-se consagrada no capítulo das liberdades e garantias individuais. No que tange especificamente à educação, cabe focalizar a liberdade de pesquisa e de comunicação, nos termos do art. 2o., III, do anteprojeto. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00071 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

DOMINGOS LEONELLI (PMDB/BA)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dê-se nova redação ao caput do art. 2o.

Art. 2o. As diretrizes educacionais obedecerão a um princípio pluralista, que contemple toda a diversidade étnica e cultural da Nação brasileira, garantindo: (seguem-se os itens)

**Justificativa:**

Somos uma Nação com extensão continental, receptáculo de culturas das mais diversas, que contribuíram decisivamente para a formação do perfil do homem brasileiro.

A nossa herança cultural é tão diversa que não podemos localizar num único ponto nossas raízes.

Devemos, sim, resgatar toda nossa formação, para que as gerações futuras não percam o senso da pluralidade que se tem tentado esconder ou minimizar.

Necessário recusar a colonização cultural, exclusivamente branca, submissa a colonizadores europeus e aos neo-colonizadores multinacionais.

Reconheçamos no contributo do colonizador uma das nossas fontes culturais. Mas saibamos incorporar a cultura da resistência dos povos negros da África irmã e dos povos-indígenas cuja civilização foi dizimada pela selvageria colonialista.

Por isso, se faz necessário o delineamento de uma política educacional calcada na fidelidade às nossas raízes mais profundas, em que o indivíduo tenha o direito e a oportunidade de desvendar suas origens, interpretar seus costumes, até mesmo como meio de alcançar o sentido de sua identidade e de sua integração nacional.

Resgatar nossa própria história, assumindo o componente negro, escravo, índio e incorporando os valores culturais das nossas contradições internas, não se configura como gesto de gratidão, mas como uma afirmação ativa, voltada para o futuro. O futuro do Terceiro Mundo, de uma América Latina libertada, de uma África desenvolvida.

**Parecer:**

EMENDA No. 8A 0071-3

O respeito ao pluralismo e a consideração da diversidade étnica e cultural da Nação brasileira encontram-se contemplados pelo Anteprojeto. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00085 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

**Texto:**

"Art. 2o. São as seguintes as diretrizes do sistema de Educação:

I - democratização do acesso e da continuidade escolar.

II - .....

III - Liberdade de pesquisa e de comunicação, e exercício livre do magistério.

IV - adequação aos valores e as condições culturais regionais e locais.

V - descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente aos Municípios e supletivamente aos Estados o ensino fundamental e obrigatório;

VI - Valorização do magistério em todos os níveis, com estruturação da respectiva carreira e garantia de condições condignas para a eficácia do trabalho, com padrões reais de remuneração, fixados e lei federal.

VII - .....

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

As relevantes diretrizes apresentadas já se encontram inseridas, ao menos em sua essência, no Anteprojeto.

Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00102 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

RAUL FERRAZ (PMDB/BA)

**Texto:**

Suprima-se as alíneas V e VI do artigo 2o.

**Justificativa:**

A supressão visa harmonizar o texto com a redação que estamos propondo, em emenda ao art. 3º.

**Parecer:**

Por motivos antes mencionados, somos de parecer que o Ante- projeto explicita sua opção pelo ensino público gratuito.

Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00137 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Acrescente-se, ao inciso II, do Art. 2o., do anteprojeto elaborado pela Subcomissão, o seguinte dispositivo:

"Art. 2o.....

II - ...; dentro desse critério, será ministrado, também, o ensino da teoria criacionista, em todos os níveis de escolaridade."

**Justificativa:**

Em que pese o desenvolvimento do conhecimento científico, de nossos dias, a formação moral e ética da sociedade cristã jamais pode deixar o princípio salutar e digno de aceitação, a teoria criacionista da espécie humana.

Se é admitida a livre exposição da teoria evolucionista nas escolas, fato, até hoje, não comprovado pela ciência, por que não permitir paralelamente, os estudantes conheçam também os princípios cristãos de a criação, por Seu Supremo Criador, Deus?

A conscientização de que o homem é um ser dotado de capacidade reveladora de sua existência específica, e partilhador de características divinas, dão-lhe uma integridade e um equilíbrio moral, físico e espiritual diferente da conceituação evolucionista. Não somos só matéria.

Assim, nos seus estudos, os jovens poderão confrontar as duas teorias e tirar suas próprias conclusões de modo mais salutar e responsável.

**Parecer:**

Tendo em vista a tradição constitucional brasileira, consideramos que os dispositivos melhor se situariam em lei complementar ou ordinária. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00138 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Acrescente-se, ao inciso VI, do Art. 2o., do anteprojeto elaborado pela Subcomissão, o seguinte dispositivo:

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - .....

VI - Garantia do ensino fundamental para todos, nela incluída a existência, no meio rural, de escolas que ministrem até a 8o. série do 1o. grau, com a obrigação prioritária dos Estados e Municípios. Do currículo constarão disciplinas relacionadas com o associativismo e o cooperativismo."

**Justificativa:**

Preocupa-nos a necessidade de escolas de 1º grau, até a 8ª série, no interior do país, de modo a assegurar a permanência dos jovens em suas cidades, evitando-se seu êxodo para outros centros. Essas escolas deverão ter uma característica própria para atender aos problemas e necessidades da região, voltadas notadamente para o campo.



**Parecer:**

Tendo em vista a tradição constitucional brasileira, consideramos que os dispositivos melhor se situariam em lei complementar ou ordinária. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00146 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

POMPEU DE SOUZA (PMDB/DF)

**Texto:**

Altere-se a redação do Inciso V do Art. 2o. do Anteprojeto, para o seguinte:

"V - descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente aos Estados e Municípios a educação pré-escolar e o ensino fundamental obrigatório."

**Justificativa:**

A educação pré-escolar é obrigação do Estado (Art. 3º, II do Anteprojeto) e deve ser executada prioritariamente pelos Estados e Municípios, da mesma forma e pelas mesmas razões que o ensino fundamental, pois essas são as instâncias administrativas mais descentralizadas, têm maior proximidade e conhecimento das necessidades da população nessa área e podem responder mais rapidamente às solicitações das comunidades.

Sem essa referência, ficaria imprecisa a que esfera de poder caberia prioritariamente a educação pré-escolar, com o risco de não ser efetivamente assumida por nenhuma delas.

O acréscimo sugerido estabelece a necessária coerência deste inciso com o parágrafo 2º do Art. 10, em que está expresso, textualmente, que os encargos da educação pré-escolar e do ensino de 1º grau-serão transferidos progressivamente pelos Estados aos Municípios.

**Parecer:**

Na essência, esse princípio já faz parte do Anteprojeto. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00155 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ELIÉZER MOREIRA (PFL/MA)

**Texto:**

Art. 2o.....  
VIII – Supressão

**Justificativa:**

A abrangência torna as decisões impossíveis. Lei posterior de diretrizes poderia fixar a participação específica da comunidade de cada escola.

**Parecer:**

Deve ser mantido o princípio da participação, de tal modo que se democratize a administração do processo educacional, nas suas decisões. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00163 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

NELSON SEIXAS (PDT/SP)

**Texto:**

Modificar o item V do art. 2o., na parte relativa "Educação, Cultura e Esportes", passando o mesmo a ter a seguinte redação:  
"Descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente aos Estados e Municípios a educação pré-escolar e o ensino fundamental obrigatório."

**Justificativa:**

A educação pré-escolar é obrigação do Estado (Art.3o, II do Anteprojeto) e deve ser executada prioritariamente pelos Estados e Municípios, da mesma forma e pelas mesmas razões que o ensino fundamental, pois essas são as instâncias administrativas mais descentralizadas, têm maior proximidade e conhecimento das necessidades da população nessa área e podem responder mais rapidamente às solicitações das comunidades.

Sem essa referência, ficaria imprecisa a que esfera caberia prioritariamente a educação pré-escolar, com o risco de não ser efetivamente assumida por nenhuma delas.

O acréscimo sugerido estabelece coerência desse Art. 2º, V com o Art. 10 § 2o, onde está citado textualmente que os encargos da educação pré-escolar e do ensino de 1º grau serão transferidos progressivamente pelos Estados aos Municípios.

**Parecer:**

O princípio do ensino fundamental obrigatório está explicitado no Anteprojeto. Entendemos que a transferência dos Municípios e Estados dos encargos da educação pré-escolar só deve acontecer quando eles alcançarem condições técnicas e financeiras suficientes, não podendo ocorrer indiscriminadamente.

Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00177 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB/MT)

**Texto:**

"Art. 2o.

"item IV - respeito aos valores e as condições regionais e locais;

V - descentralização da educação pública, cabendo aos Estados e Municípios manter, prioritariamente, o ensino fundamental obrigatório para todos;

VI - excluir este item, absorvido pelo anterior."

**Justificativa:**

No item IV, em vez de "adequação ", entendemos mais apropriado "respeito".

Quanto ao item V, a nova redação, segundo nos parece, é mais clara e incisiva, com o uso do verbo "manter".

O item VI, excluído, não só está abrangido pelo anterior, como a disposição sobre a garantia do ensino fundamental está em vários outros artigos.

**Parecer:**

O propósito de emendar o item IV, do art. 2o., substituindo-se a palavra "adequação" por "respeito aos valores" abranda a força do dispositivo, pois este segundo termo conota uma postura apenas moral, enquanto que "adequação" traz em si ação, efetividade, a realização do respeito. A

manutenção do ensino fundamental obrigatório não é apenas uma prioridade, mas uma exigência que não supõe outras alternativas secundárias, outros níveis de ensino, sem a sua realização integral. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00180 PREJUDICADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

RITA CAMATA (PMDB/ES)

**Texto:**

Art. 2o., item V - descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente aos Estados e Municípios a educação pré-escolar e o ensino fundamental obrigatório.

**Justificativa:**

A educação pré-escolar é obrigação do Estado (Art. 3o, II do Anteprojeto) e deve ser executada prioritariamente pelos Estados e Municípios, da mesma forma e pelas mesmas razões que o ensino fundamental, pois essas são as instâncias administrativas mais descentralizadas, têm maior proximidade e conhecimento das necessidades da população nessa área e podem responder mais rapidamente às solicitações das comunidades.

Sem essa referência, ficaria imprecisa a que esfera caberia prioritariamente a educação pré-escolar, com o risco de não ser efetivamente assumida por nenhuma delas.

O acréscimo sugerido estabelece coerência desse Art. 2º, V com o Art. 1º § 2º, onde está citado textualmente que os encargos da educação pré-escolar e do ensino de 1º grau serão transferidos progressivamente pelos Estados aos Municípios.

**Parecer:**

A matéria não se refere a esta Subcomissão.

Nota: a emenda foi apresentada na Subcomissão VIII-C - Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso

**EMENDA:00185 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

CARLOS CARDINAL (PDT/RS)

**Texto:**

Modifica-se o inciso VII do art. 2o. e suprime-se o art. 7o.

"Inciso VII - Valorização do magistério público organizado sob carreiras unificadas para os diferentes níveis de ensino, o provimento de cargos e funções mediante concurso público de provas e títulos, a estabilidade no emprego, o direito a sindicalização e a aposentadoria aos 25 anos de trabalho."

**Justificativa:**

A organização do magistério sob carreiras unificadas para os diferentes níveis de ensino visa corrigir profundas distorções impostas aos professores nos Estados e Município, onde disparidades evidentes agredem a dignidade dos trabalhadores da educação.

A unificação engrandecerá a classe do magistério.

O provimento de cargos e funções mediante concurso público de provas e títulos é medida moralizadora e democrática, afastando-se o favorecimento e a interferência de setores dirigentes que adotam posturas arbitrárias como vem acontecendo na atual conjuntura nacional.

A estabilidade no emprego é direito exigido por todos os trabalhadores, bem como, a livre organização sindical, resultado da consciência participativa e dos deveres e obrigações de cada um em particular com os destinos da Nação.

A aposentadoria aos 25 anos é luta antiga do magistério, justificando-se a medida pelas condições peculiares da tarefa de educar, inclusive, respaldada na área científica, que recomenda tal providência.

**Parecer:**

Tendo em vista a tradição constitucional brasileira, consideramos que os dispositivos melhor se situariam em lei complementar ou ordinária.

Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00190 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

CARLOS CARDINAL (PDT/RS)

**Texto:**

Modifica-se o inciso V do art. 2o.

"Inciso V - Descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente, a União o papel normativo e supletivo, aos Estados e Municípios a coordenação e execução das políticas e programas educacionais, até o segundo grau."

**Justificativa:**

A descentralização do ensino é anseio generalizado da sociedade brasileira.

A distribuição de tarefas é fundamental.

Cabe a União o papel normativo e supletivo na estrita medida das deficiências e insuficiências locais.

A coordenação e a execução das políticas e programas nacionais caberão, prioritariamente, aos Municípios e aos Estados

**Parecer:**

O princípio da descentralização já se encontra inserido no Anteprojeto, bem como a definição do papel dos diversos Poderes Públicos.

Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00210 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

SÓLON BORGES DOS REIS (PTB/SP)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao art. 2o. do anteprojeto:

"Art. 2o. Para a execução do previsto no artigo anterior, serão obedecidos os seguintes princípios:

I - Democratização do acesso, permanência e gestão da educação escolar;

II - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;

III - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar as descobertas feitas;

IV - adequação dos valores universais da pedagogia às condições concretas da sociedade brasileira, em sua unidade e diferenciação;  
 V - garantia de ensino fundamental para todos;  
 VI - valorização do magistério em todos os níveis, garantindo-se aos docentes: estruturação de carreira nacional, ingresso por concurso público; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos 25 anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação; direito de greve e de sindicalização;  
 VII - eliminação progressiva dos efeitos das desigualdades e das discriminações raciais, étnicas, de classe e de regiões."

**Justificativa:**

A redação aqui proposta para o art. 2º do anteprojeto intenta enumerar, de forma o mais possível abrangente, os mecanismos necessários ao pleno desenvolvimento de um sistema educacional democrático.

**Parecer:**

A redação proposta pela EMENDA para o Artigo 2º. pretende enumerar, de forma o mais abrangente possível, os mecanismos necessários ao pleno desenvolvimento de um sistema educacional democrático. A explicitação mais detalhada recaiu sobre o item da valorização do Magistério, com a proposta de aposentadoria aos 25 anos de exercício, além do direito de greve e de sindicalização. Ainda que o Relator reconheça o inestimável valor das explicitações dos nobres Constituintes signatários, reconhece também que o seu conteúdo já está incorporado no Anteprojeto ou merece um tratamento adequado noutras Comissões temáticas. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00213 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

CHICO HUMBERTO (PDT/MG)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao art. 5º. do anteprojeto:

"Art. 5º. Lei complementar fixará o conteúdo mínimo obrigatório para o ensino básico, no qual se assegure a formação essencial comum e o respeito aos valores culturais e regionais, nela se prevendo a importância pedagógica do ensino intelectual, da educação física, da aprendizagem do trabalho, do lazer e da cultura."

**Justificativa:**

A emenda substitutiva prevê a necessidade de incorporar ao anteprojeto do eminente relator o princípio pedagógico fundamental de conferir ao ensino básico o equilíbrio necessário ao desenvolvimento concomitante das várias faculdades e sentidos dos estudantes.

**Parecer:**

O conteúdo da emenda já se encontra nas diretrizes do sistema de educação, alinhadas no Artigo 2º. do Anteprojeto, especialmente no item IV. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00233 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

Emenda Aditiva:

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

Art. A lei regulamentará a participação da comunidade escolar (professores, estudantes, funcionários e pais), da comunidade científica e das entidades representativas da classe trabalhadora em organismos democraticamente constituídos para a definição e o controle da execução da política educacional em todos os níveis (federal, estadual e municipal).

**Justificativa:**

Pretende-se com a inclusão desta proposta, garantir a participação da comunidade escolar, da comunidade científica e das entidades representativas da classe trabalhadora e organismos que venham a se constituir para a correta e democrática definição e controle da execução da política educacional, em todos os níveis de governo.

**Parecer:**

A participação a que alude a Emenda está prevista como uma das diretrizes de educação nacional. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00243 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

Modifica-se o Artigo 1o., passando este a seguinte redação:

"Art. 1o. A educação, baseada nos princípios da Democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade humana e da soberania nacional, objetiva a formação integral do cidadão e o desenvolvimento de sua consciência crítica, buscando promover a capacitação para o trabalho, a sustentação da vida e solução dos problemas da Nação.

Parágrafo único. É dever do Estado fazer cumprir o disposto neste artigo em níveis de qualidade compatíveis com as necessidades do desenvolvimento nacional."

**Justificativa:**

A educação se realiza em diversas instâncias da sociedade e, deve ter por base os princípios da Democracia, da liberdade de expressão, da solidariedade humana e da soberania Nacional. O ensino, como uma dessas instâncias é direito de todos e dever do Estado, que deverá garantir a igualdade de oportunidade na formação escolar.

**Parecer:**

A proposta da EMENDA ao Artigo 1o. objetiva explicitar os princípios da democracia, da liberdade

de expressão, da solidariedade humana e da soberania nacional como base da educação. O Parágrafo único relaciona a qualidade do ensino com as necessidades do desenvolvimento nacional. Esses princípios, oportunamente relembrados pelo nobre Constituinte, foram contemplados pelo Anteprojeto, não só no Artigo 1o., mas também no Artigo 2o., das Diretrizes do sistema educacional, sobretudo nos itens III, IV e IX.  
Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00246 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

O art. 2o. do anteprojeto, passa ao seguinte enunciado, modificando-se os incisos II e VI e, suprimindo-se dos incisos VII e VIII.

Art. 3o. O sistema de educação obedece as seguintes diretrizes:

"I . (manter)

II pluralismo de idéias e de instituições de ensino;

III . (manter)

IV . (manter)

V . (manter)

VI garantia de ensino para todos;

VII . (suprir)

VIII . (suprir)

IX . (manter)"

**Justificativa:**

Ficam suprimidas as expressões "públicas e privadas" e "fundamental", dos incisos II e VI, respectivamente, na medida em que se entende que o pluralismo de idéias não deva estar restrito à natureza jurídica, da instituição que o veicula, bem como a garantia de acesso do ensino.

É um direito de todos os cidadãos, em seus diversos níveis de escolaridade.

**Parecer:**

A EMENDA introduz modificação no Artigo 2o. do Anteprojeto, que trata das diretrizes da educação, suprimindo expressões, bem como os itens VII e VIII que tratam respectivamente da valorização do magistério e da participação de todos os integrantes do processo educacional em suas decisões.

Subjaz nesta EMENDA a ampliação do direito à educação gratuita em todos os níveis de escolaridade. Pelas razões já aduzidas no relato da EMENDA no. 246 do mesmo nobre Constituinte, o Parecer mantém a redação do Anteprojeto.

Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00248 REJEITADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

**Texto:**

Adite-se o seguinte item ao artigo 2o.

"Item - A liberdade de ensino é direito inalienável da família, pressupondo a livre escolha da escola para os filhos, cabendo ao

Estado, prover as condições materiais para que este direito possa ser exercido."

**Justificativa:**

Além de ser mandamento do Direito Natural, a liberdade de ensino, como foi exposta acima, é elemento básico na formação de um povo livre e democraticamente organizado.

**Parecer:**

Os princípios de liberdade e da democracia constam do Anteprojeto. A provisão de recursos materiais para que o direito de escolha da família possa ser exercido colide, porém, com outro dispositivo do documento. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00253 APROVADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

RAQUEL CÂNDIDO (PFL/RO)

**Texto:**

Acrescente-se ao artigo 2o.:

"Art. 2o. ....

V - descentralização da educação pública, cabendo, prioritariamente aos Estados e Municípios a educação pré-escolar e o ensino fundamental obrigatório."

**Justificativa:**

A educação pré-escolar é obrigação do Estado (art.3o, II do Anteprojeto) e deve ser executada prioritariamente pelos Estados e Municípios, da mesma forma e pelas mesmas razões que o ensino fundamental, pois essas são as instâncias administrativas mais descentralizadas, têm maior proximidade e conhecimento das necessidades da população e podem responder mais rapidamente as solicitações da comunidade.

O acréscimo sugerido estabelece coerência desse Art.2º, V com o artigo 1o § 2o, onde está citado textualmente que os encargos da educação pré-escolar e do ensino de 1o grau serão transferidos progressivamente pelos Estados aos Municípios.

**Parecer:**

A EMENDA propõe a inclusão da "educação pré-escolar" no item V do Artigo 2o., pelas mesmas razões já aduzidas por outros nobres Constituintes, ou seja, a pré-escola, como o ensino fundamental, deve ser atribuição de instâncias administrativas mais descentralizadas. Ora, são essas que têm maior proximidade e conhecimento das necessidades da população e podem responder mais rapidamente às solicitações da comunidade. Pelo acolhimento.

**EMENDA:00261 APROVADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

IBERÊ FERREIRA (PFL/RN)

**Texto:**

Dê-se ao item V do art. 2o. a seguinte redação:

"Art. 2o., item V - descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente aos Estados e Municípios educação pré-escolar e o ensino fundamental obrigatório."

**Justificativa:**

A educação pré-escolar é obrigação do Estado (Art. 3o, II do Anteprojeto) e deve ser executada prioritariamente pelos Estados e Municípios, da mesma forma e pelas mesmas razões que o ensino



fundamental, pois essas são as instâncias administrativas mais descentralizadas, têm maior proximidade e conhecimento das necessidades da população nessa área e podem responder mais rapidamente às solicitações das comunidades.

Sem essa referência, ficaria imprecisa a que esfera caberia prioritariamente a educação pré-escolar, com o risco de não ser efetivamente assumida por nenhuma delas.

O acréscimo sugerido estabelece coerência desse Art. 2º, V com o Art. 1º § 2º, onde está citado textualmente que os encargos da educação pré-escolar e do ensino de 1º grau serão transferidos progressivamente pelos Estados aos Municípios.

**Parecer:**

A Emenda aditiva visa, pela inclusão da educação pré-escolar na esfera de atribuição dos Estados e Municípios, à própria coerência do Anteprojeto, expressa em termos de descentralização, tanto neste Artigo 2º. item V como no Artigo 10, §2º.

Além disso, a proposta evita, também, a imprecisão do item II do Artigo 3º., onde não vem expressa a instância administrativa do Poder Público encarregada de oferecer vagas nas pré-escolas. Pelo acolhimento da emenda.

**EMENDA:00273 APROVADA**

**Fase:**

B - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Subcomissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

**Texto:**

Inclua-se, no inciso V do art. 2º., "educação pré-escolar" em seguida a "Municípios".

**Justificativa:**

A educação pré-escolar é obrigação do Estado (Art. 3º, II do Anteprojeto) e deve ser executada prioritariamente pelos Estados e Municípios, da mesma forma e pelas mesmas razões que o ensino fundamental, pois essas são as instâncias administrativas mais descentralizadas, têm maior proximidade e conhecimento das necessidades da população nessa área e podem responder mais rapidamente às solicitações das comunidades.

Sem essa referência, ficaria imprecisa a que esfera caberia prioritariamente a educação pré-escolar, com o risco de não ser efetivamente assumida por nenhuma delas.

O acréscimo sugerido estabelece coerência desse Art. 2º, V com o Art. 1º § 2º, onde está citado textualmente que os encargos da educação pré-escolar e do ensino de 1º grau serão transferidos progressivamente pelos Estados aos Municípios.

**Parecer:**

Trata-se de emenda aditiva que pleiteia a inclusão da menção à "educação pré-escolar" após a palavra "Municípios", no item V do artigo 2º. O nobre Constituinte argumenta com a necessidade de coerência do Anteprojeto que, no artigo 10, parágrafo 2º., já menciona explicitamente a "educação pré-escolar" como encargo a ser transferido aos Municípios.

Pelo acolhimento.

## FASE E

**EMENDA:00049 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FRANCISCO CARNEIRO (PMDB/DF)

**Texto:**

Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e da Comunicação  
Emenda Aditiva

Art. 2o IX Desenvolvimento do Espírito Cívico, do amor e responsabilidade para com a Pátria.

**Justificativa:**

O Estado, é um Órgão prestador de serviços. Recebe do povo o poder de governar, gerindo o dinheiro público para proporcionar serviços comunitários e assegurar a cada pessoa o direito de ser ela mesma.

Compete ao Estado também desenvolver, através da Educação, o Espírito Cívico, do amor e responsabilidade para com a Pátria. Afim de que permaneça sempre viva a chama da nacionalidade.

**Parecer:**

A proposta está contida no Substitutivo quando se faz a adequação da escola à realidade cultural do País, em seus múltiplos universos. Uma escola culturalmente ajustada e correspondente aos valores e expectativas da comunidade, democrática e aberta, naturalmente irá desenvolver o "espírito cívico", o "amor e responsabilidade para com a Pátria". Aprovada parcialmente.

**EMENDA:00053 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOSÉ ELIAS MURAD (PTB/MG)

**Texto:**

Ao Anteprojeto da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, página 25

Acrescente-se ao art. 7o o seguinte inciso:

O provimento dos cargos iniciais e finais de carreira do Magistério será efetivado mediante concurso público de provas e títulos em todos os estabelecimentos de ensino.

**Justificativa:**

Considerando que as atribuições do docente no magistério público e particular tenham a mesma imponência, sugerimos que o provimento dos cargos seja desenvolvido de forma igualitária.

**Parecer:**

A pretensão já está contemplada na íntegra pelo Art. 2o. do Substitutivo. Aprovada parcialmente.

**EMENDA:00058 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

**Texto:**

Acrescente-se ao anteprojeto aprovado pela Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, o seguinte:

"O ensino será público e gratuito em todos os graus e níveis, garantido pelo Poder Público."

**Justificativa:**

Num País em vias de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, onde parcela substancial da população é literalmente marginalizada do processo educacional, é fundamental que o ensino, em todos os níveis e graus, seja democratizado e assegurado a todos pelo Estado, em caráter gratuito. Tal é a proposta desta emenda, inspirada em sugestão dos Espíritas participantes do II Ensaio à Constituinte.

**Parecer:**

O conteúdo dessa Emenda acha-se de modo explícito no texto do Anteprojeto aceito pelo Relator. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00086 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Acrescente-se, ao inciso V, do Art. 2o., do Anteprojeto elaborado pela Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, o seguinte dispositivo:

Art. 2o. - .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - Garantia do ensino fundamental para todos, nela incluída a existência, no meio rural, de escolas que ministrem até a 8a. série de 1o. grau, com a obrigação prioritária dos Estados e Municípios. Do currículo constarão disciplinas relacionadas com o associativismo e o cooperativismo.

**Justificativa:**

Preocupa-nos a necessidade de escolas de 1º grau, até a 8ª série, do interior do país; de modo a assegurar a permanência dos jovens em suas cidades, evitando-se seu êxodo para outros centros. Essas escolas deverão ter uma característica própria para atender aos problemas e necessidades da região, voltadas notadamente para o campo.

**Parecer:**

O conteúdo do inciso V do art. 2o. do Anteprojeto está presente no item I do art. 3o. do Substitutivo que por sua vez abrange, mesmo sem especificar, o meio rural e urbano. O mesmo item contém, ainda, a duração mínima do ensino fundamental. Este art. 3o. agasalha também, a preocupação no nobre Parlamentar, no que se refere a obrigação prioritária dos Estados e Municípios. Quanto ao currículo, este é assunto de competência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Acolhida parcialmente.

**EMENDA:00087 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Acrescente-se ao Art. 2o., do Anteprojeto

Constitucional, elaborado pela Subcomissão de Educação, Cultural e Esportes, mais o inciso IX, com a seguinte redação:

Art. 2o. - .....

IX - oferecimento de prêmios e condecorações aos melhores alunos das escolas públicas e privadas, que se distinguirem nos seus estudos, nos três graus de ensino, na forma que a lei complementar estabelecer.

**Justificativa:**

Cremos ser um dos deveres do poder público e particular, o incentivo ao estudo. Muitas e variadas são as formas adotadas pelo Estado na promoção de atividades sociais, folclóricas e culturais. Pareceu-nos ser de bom alvitre atender aos anseios da classe estudantil que, denodadamente, busca a conquista de seu espaço, pelo esforço diuturno nos estudos, vindo essa medida, sem dúvida, trazer notáveis e duradouros resultados para a sociedade brasileira.

O Governo e as entidades privadas promoverão a premiação dos estudantes que obtiverem os primeiros lugares (por nota ou conceito) nos seus respectivos estabelecimentos de ensino, na forma que a lei vier a estabelecer.

Cremos ser essa a melhor forma do reconhecimento ao esforço desses estudantes, além de inestimável incentivo na sua conquista de novos horizontes.

**Parecer:**

Tendo em vista a tradição constitucional do País, consideramos que o tema é adequado à legislação complementar e ordinária.

Rejeitada.

**EMENDA:00088 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Acrescente-se, ao inciso III, do Art. 2o., do Anteprojeto elaborado Subcomissão da Educação, Cultural e Esportes, o seguinte dispositivo:

Art. 2o.....

I - .....

II - .....

III - .....dentro desse critério, será ministrado, também, o ensino da teoria criacionista, em todos os níveis de escolaridade.

**Justificativa:**

Em que pese o desenvolvimento do conhecimento científico, de nossos dias, a formação moral e ética da sociedade cristã jamais pode deixar o princípio salutar e digno de aceitação, da teoria criacionista da espécie humana.

Se é admitida a livre exposição da teoria, evolucionista, nas escolas, - fato até hoje, não comprovado pela ciência, - por que não permitir que, paralelamente, os estudantes conheçam também os princípios cristãos de toda a criação, por Seu Supremo Criador, Deus?

A conscientização de que o homem é um ser dotado de capacidade reveladora de sua existência específica, e partilhador de características divinas, dão-lhe uma integridade e um equilíbrio moral, físico e espiritual diferente da conceituação evolucionista. Não somos só matéria.

Assim, nos seus estudos, os jovens, poderão confrontar as duas teorias e tirar suas próprias conclusões de modo mais salutar e responsável.

**Parecer:**

O conteúdo do ensino merece ser discutido posteriormente à elaboração constitucional,

considerando a tradição do Direito brasileiro.  
Rejeitado.

**EMENDA:00104 PREJUDICADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA (PFL/SP)

**Texto:**

Dê-se ao item VI, do artigo 2o., do Anteprojeto Constitucional da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte, a seguinte redação:

"Art. 2o. ....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - .....

VI - gratuidade de ensino público de 1o. e 2o. graus."

**Justificativa:**

Em nações economicamente evoluídas como os Estados Unidos o ensino superior é totalmente pago. Entre nós, onde impera o paternalismo estatal, a realidade é ignorada e vivemos no reino da utopia do ensino gratuito.

O Estado prega a gratuidade e não consegue executá-la devido à carência de recursos. Com isso, aumenta a cada dia o contingente dos que vivem fora das universidades. A propalada democratização do ensino na prática não acontece. Existe só no papel.

Assim, mais sábio e correto é estabelecer o ensino pago com os Poderes Públicos custeando os estudos dos alunos carentes e assim tentar aumentar o número de vagas nas universidades, onde um maior número de estudantes terão assento nos bancos escolares.

**Parecer:**

O Artigo 2o. - VI já contempla a gratuidade do ensino público no 1o. e 2o. graus, atendendo aos propósitos dos Nobres Constituintes.  
Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00126 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

AÉCIO DE BORBA (PDS/CE)

**Texto:**

Retirar no art. 2o., do anteprojeto Constitucional da Subcomissão VIIIa, item VII, na quarta linha, as palavras "e finais", após a palavra "iniciais" e antes das palavras "da carreira".

**Justificativa:**

Num Brasil que se quer democrático, impõe-se suprimir, da emergente Carta Magna, qualquer injustiça ou discriminação. Neste contexto, afigura-se como odiosa e desarrazoada a exigência constitucional de concurso público para os cargos FINAIS da carreira de magistério.

Tal ditame fazia sentido nas anteriores constituições, quando o ingresso, mormente no ensino superior, ocorria sempre nas cátedras universitárias, (hoje extintas), configurando-se como barreira profilática e inibidora dos provimentos "graciosos" de apadrinhados políticos como catedráticos. Presentemente, todo o ensino público está dotado de um plano de carreira docente,

com um sistema de ascensão e progressão funcionais implementadas com lastro na titulação pós-graduada (especialização, mestrado e doutorado), na produção intelectual, no interstício mínimo nos vários níveis e classes, e, em outros critérios objetivos de avaliação garantidores de qualidade acadêmico-científica dos professores para alcançar o cargo final.

Por isso, exigir-se um concurso público de títulos e provas, após vinte (20) ou mais anos de atividades e experiências docentes, para que o professor atinja o cargo final, é regra que compromete a própria estrutura da carreira de magistério, desestimula maior qualificação dos docente e olvida o mérito do desempenho acadêmico.

Outrossim, tal imposição é discriminatória e afronta o princípio constitucional da isonomia, conquanto em nenhuma outra categoria profissional do serviço público, seja de natureza civil ou militar, coloque-se o concurso público como pré-requisito ao provimento de cargos finais. Vale dizer, exemplificadamente, para chegar-se a Desembargador ou General não é essencial nem necessário submeter-se a concurso público de provas e títulos.

Assim, urge afastar-se tão injusta discriminatória restrição constitucional para que os professores possam construir, ao longo de sua sacrificada vida docente, os degraus indispensáveis para atingir o seu ápice.

**Parecer:**

Rejeitada.

Conquanto sejam ponderáveis os argumentos do Autor, a tradição constitucional brasileira e a estruturação da carreira acadêmica no Brasil e em muitos outros países aconselha a manutenção do concurso público.

**EMENDA:00138 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

**Texto:**

Inclua-se no anteprojeto aprovado pela Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte o seguinte:

"dignificação do profissional da educação mediante a concessão de justo salário."

**Justificativa:**

A educação, no Brasil, sempre esteve relegada a segundo plano e aqueles que a ela se dedicam, infelizmente, ainda não conseguiram para seu trabalho a merecida atenção do Poder Público. É chegada a hora, com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, de se fazer justiça aos profissionais da educação, garantindo-lhes uma justa remuneração.

Esse é o único objetivo da presente emenda que inspirada em sugestão do II Encontro Nacional Sobre o Aspecto Social da Doutrina Espírita.

**Parecer:**

O conteúdo desta Emenda está agasalhado no inciso V do art. 2o. do Substitutivo. Não acolhida.

**EMENDA:00180 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

Acrescente-se ao Art. 2o. do Capítulo I, do Anteprojeto da Subcomissão de Educação, Cultura e

Esportes o seguinte item VII, reordenando-se os demais e modificando-se, em decorrência, a redação do § 1o. do Art. 11, na forma abaixo indicada:

"Art. 2o. ....

VII - concessão de bolsas de estudo para alunos de todos os níveis de ensino em escolas privadas e comunitárias, os quais provarem insuficiência de renda própria ou familiar;"

Art. 1o .....

§ 1o. - Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os programas de educação pré-escolar e de ensino, excluído o auxílio suplementar aos educandos e os recursos destinados à concessão de bolsas de estudo, para os quais os orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios devem conferir prioridade."

**Justificativa:**

O direito à educação tem sido letra morta na história constitucional brasileira para muitos dentre a grande maioria da população brasileira, que não possuem renda familiar suficiente para custear a matrícula e frequência à escola particular ou comunitária.

Por outro lado, longe ainda está o dia em que o Poder Público venha a dispor de recursos suficientes para a instalação e manutenção de escolas públicas, em todos os níveis, em todo o território nacional.

A única forma, portanto, de assegurar o direito pleno de educação, mormente à população distante dos grandes centros urbanos e distante da escola pública de primeiro, segundo e terceiro graus, será a modalidade de bolsas de estudo, prática não suficientemente desenvolvida em nosso meio, muito embora de menor custo e de mais fácil execução que a gratuidade do Ensino Público.

Não é possível que a democracia seja assegurada com dinheiro público, na área educacional, somente para os poucos privilegiados que conseguem matrícula na Escola Pública, enquanto aos demais brasileiros se nega o direito de estudar, como acontece atualmente. Ou, doutra parte, não se pode conceber que, enquanto a uns poucos se concede "o incentivo fiscal" da escola pública gratuita, aos demais se cobra dupla tributação, pois pagam impostos diretos e indiretos, e mais o custo do ensino, que a outros é dado de graça. E, o pior, a gratuidade de ensino tem atendido aos ricos, na escola pública, notadamente no ensino superior, mais do que aos assalariados e filhos de assalariados de todo o Brasil.

**Parecer:**

Tendo em vista o papel reservado à escola pública no papel de democratização educacional, o Substitutivo prevê a possibilidade de transferência de recursos públicos para as escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais, observadas certas condições.

**EMENDA:00203 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JORGE HAGE (PMDB/BA)

**Texto:**

CAPÍTULO ...

DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Inclua-se onde couber o seguinte Artigo:

"Art. - A gestão dos estabelecimentos de ensino de qualquer nível será organizada de forma democrática, devendo a lei estabelecer mecanismos capazes de assegurar a participação de professores, servidores e alunos, ou seus

responsáveis, na escolha dos dirigentes e nos órgãos colegiados de deliberação.

**Justificativa:**

A democratização da gestão educacional constitui anseio e reivindicação hoje generalizada, e seu atendimento pode contribuir significativamente para a melhoria da educação, inclusive pela ampliação dos elementos de controle direto pela clientela, e de co-responsabilidade de todos os agentes do processo educacional.

**Parecer:**

O princípio já se encontra formulado no Art. 2o. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00211 PREJUDICADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LOURIVAL BAPTISTA (PFL/SE)

**Texto:**

Ao anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes (VIII-a).

Substitua-se o inciso II do artigo 2o. do anteprojeto pelo seguinte:

Art. 2o. - .....

II - pluralismo de idéias e de instituições de ensino público oficial ministrado em estabelecimentos estatais e particulares.

**Justificativa:**

Considera-se público, tudo aquilo que está aberto livremente ao povo, ou seja, ao grande público. Considera-se oficial tudo o que está gerido por leis e produz direitos validados por esta legislação. Quanto às entidades mantenedoras, os estabelecimentos de ensino público e oficial, dividem-se em estatais e particulares.

**Parecer:**

O conteúdo da emenda do Nobre Constituinte, na sua essência, já está contemplado no anteprojeto. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00212 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LOURIVAL BAPTISTA (PFL/SE)

**Texto:**

Ao anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes (VIII-a).

Substitua-se os incisos V e VI do artigo 2o. do anteprojeto pelos seguintes:

Art. 2o. ....

V - Garantia de ensino fundamental gratuito para todos, em estabelecimentos estatais e particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

VI - Gratuidade de ensino público oficial nos estabelecimentos estatais e particulares, em todos



os níveis, excetuando-se o fundamental, para todos que comprovarem insuficiência de recursos.

**Justificativa:**

É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. Não se entende como país civilizado, no século XX, aquele em que alguém tenha que pagar para aprender a ler e escrever. O direito de opção da família é sagrado, cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja. A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

A garantia do ensino fundamental gratuito para todos já contempla no anteprojeto, no inciso I, Art. 3o. Entendemos não ser possível respeitar o direito de opção da família proposta pelo Nobre Constituinte, pois pelo anteprojeto o Estado garante a exclusividade das verbas públicas para o ensino público, não sendo a compra de vagas nas escolas privadas se essa for a opção da família.

**EMENDA:00224 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

**Texto:**

Substitua-se o inciso VI do art. 2o. do Anteprojeto da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, pelo seguinte:

"VI - gratuidade de ensino, aos que comprovarem necessidade, em todos os níveis."

**Justificativa:**

A escola pública não atinge todos os níveis e todos os recantos do País. Há necessidade de garantir a gratuidade não só do ensino público, sob pena de se deixar muita localidade e em muitos cursos sem atendimento da respectiva população escolar. Por outro lado, se houver alunos que, por condições econômicas ou por opção, não quiser a gratuidade, importante que não se desperdicem recursos.

**Parecer:**

Concordamos com a intenção do nobre Constituinte contudo, o acolhimento desta Emenda significa restringir a gratuidade e ainda estabelecer discriminação a mesma. Não acolhida.

**EMENDA:00240 PREJUDICADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

**Texto:**

Substitua-se o inciso II do Artigo 2o. do Anteprojeto Constitucional da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, pelo seguinte:

Art. 2o. - .....

II - pluralismo de idéias e de instituições

de ensino público oficial ministrado em estabelecimentos estatais e particulares.

**Justificativa:**

Considera-se público, tudo aquilo que está aberto livremente ao povo, ou seja, ao grande público.

- Considera-se oficial tudo o que está gerido leis e produz direitos validados por esta legislação.

- Quanto às Entidades Mantenedoras, os estabelecimentos de ensino público e oficial, dividem-se em estatais e particulares.

**Parecer:**

Entendemos que o conteúdo da emenda do Nobre Constituinte já está, na sua essência, incluído no anteprojeto. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00247 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LÍDICE DA MATA (PC DO B/BA)

**Texto:**

Inclua-se onde couber no Anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte:

Art. - As organizações representativas de professores, de estudantes universitários e secundaristas, de funcionários da Universidade e da comunidade científica terão representantes no Conselho Federal e nos Conselhos Estaduais de Educação."

**Justificativa:**

A inclusão desse artigo visa assegurar no texto constitucional a participação de professores, alunos e funcionários nos Conselhos de Educação.

**Parecer:**

O princípio da gestão democrática da educação, sem as especificações sugeridas pela Emenda, está incorporado no Art. 2o. do texto do Relator. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00258 PREJUDICADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

**Texto:**

Substitua-se o inciso V e do Artigo 2o. do Anteprojeto Constitucional da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte, pelo seguinte:

Art. 2o. - .....

V - Garantia de ensino fundamental gratuito para todos, em estabelecimentos estatais e particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

- É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. Não se entende como país civilizado, no século XX, aquele em que alguém tenha que pagar para aprender a ler escrever.

- O direito de opção da família é sagrado; cada pai cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.
- A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

O ensino fundamental obrigatório e gratuito já está contemplado, no anteprojeto, no Art. 3º, inciso I. Sendo dever do Estado, deve ser ministrado nas escolas públicas, pois o ante- projeto garante a exclusividade das verbas públicas para o ensino público, não sendo possível ocorrer a compra de vagas nas escolas privadas se essa for a opção da família do educando. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00275 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

**Texto:**

Capítulo I

Da Educação, Cultura e Esporte

Emenda Substitutiva

substitua-se os incisos V e VI do artigo 2º.

do Anteprojeto Constitucional da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, pelos seguintes:

Art. 2º. ....

V - Garantia de ensino fundamental gratuito para todos, em estabelecimentos estatais e particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

VI - Gratuidade de ensino nos demais níveis, em estabelecimentos estatais e particulares, para todos que comprovarem insuficiência de recursos.

**Justificativa:**

- É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. Não se entende como país civilizado, no século XX, aquele em que alguém tenha que pagar para aprender a ler escrever.
- O direito de opção da família é sagrado; cada pai cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.
- A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

A gratuidade do ensino público nos três graus é, agora, explicitamente indicada desde o Anteprojeto da Subcomissão, mas declarar gratuidade nos estabelecimentos particulares para todos, ainda não é possível tendo em vista a situação socioeconômica do nosso País. Não acolhida.

**EMENDA:00276 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

**Texto:**

Capítulo I

Da Educação, Cultura e Esportes

Emenda Substitutiva ao Anteprojeto

Substitua-se o inciso V do art. 2o. pelo seguinte:

"V - garantia de educação pré-escolar, a partir dos três anos de idade, e de ensino fundamental para todos."

**Justificativa:**

Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro, já ensinava há décadas, a imprescindibilidade da educação pré-escolar, o que vem sendo sempre confirmado pela ciência, principalmente a pedagogia e psicologia.

Sem a garantia obrigatória a educação pré-escolar, os Poderes Público continuarão deixando desatendidas as crianças carentes.

**Parecer:**

A proposta é justa e de importância fundamental para o nosso contexto social. Mas, considerando que a garantia de educação a partir dos três anos de idade, acarretará em grande aumento de recursos financeiros quando a clientela do ensino fundamental não está ainda atendida. É importante também que o País concentre seus esforços, inicialmente, na meta já traçada, que é a educação de base para todos. Somos pelo não acolhimento.

**EMENDA:00287 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

**Texto:**

Capítulo I

Da Educação, Cultura e Esportes

Emenda Aditiva ao Anteprojeto

Acrescentem-se no art. 2o. os seguintes

incisos VII e VIII:

"VII - garantia de bolsa de estudo a todo aquele que, não dispondo de recurso, não for atendido na escola pública.

VIII - garantia à iniciativa privada de ministrar ensino, com intervenção dos Poderes Públicos apenas para que se cumpra a legislação de ensino."

**Justificativa:**

Se o aluno não dispõe de recursos e não é atendido na escola pública, o Estado, para garantir a efetiva gratuidade de ensino, deve assegurar-lhe, através da bolsa de estudo, as condições de atendimento.

Se o Estado não restringir sua intervenção no ensino particular apenas para assegurar o cumprimento da legislação de ensino, acabará se tornando responsável por seus erros e acertos, inclusive financeiros.

**Parecer:**

O princípio da liberdade da iniciativa privada foi agasalhado pelo Substitutivo. Por outro lado, a gratuidade do ensino público em todos os níveis foi a opção adotada no que se refere à democratização de oportunidades educacionais.

**EMENDA:00288 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LÍDICE DA MATA (PC DO B/BA)

**Texto:**

O inciso VI do art. 2o. do anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes passa a ter a seguinte redação. "garantia de ensino público, gratuito e laico para todos, em todos os níveis.

**Justificativa:**

A formulação proposta é mais abrangente do que a contida no anteprojeto é contemplada a reivindicação de todos os setores envolvidos no processo educacional de que a educação seja pública, gratuita e laica, para todos, e em todos os níveis.

**Parecer:**

O conteúdo da proposta, excetuando-se a laicidade do ensino, já está contemplada nas garantias do Art. 3o.

Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00292 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ANTONIO CARLOS KONDER REIS (PDS/SC)

**Texto:**

Ao Anteprojeto da Subcomissão da Educação, da Cultura e dos Esportes. (VIII-A):

Substitua-se os artigos 1o., **2o.**, 3o., 4o., 5o., 6o., 7o., 11, 15 e 16 do Anteprojeto, pelo seguinte:

"Art. 1o. - A educação, dada no lar e na escola, é direito de todos, assegurada a igualdade de oportunidade, e inspira-se nos ideais de liberdade e solidariedade e no princípio da unidade nacional.

§ 1o. - O ensino será ministrado pelos poderes públicos e pela iniciativa particular, obedecidos os seguintes critérios:

- a) igualdade entre o homem e a mulher, vedada quaisquer discriminação em razão do nascimento, raça, cor, credo religioso ou origem;
- b) o ensino público e particular de nível primário e médio será ministrado em língua nacional;
- c) o ensino público de 1o. e 2o. graus será gratuito;
- d) o ensino particular de 1o. grau será gratuito e o de 2o. grau gratuito para os alunos carentes, cabendo ao Estado o custeio na forma da lei;
- e) o ensino dos seis aos quinze anos é obrigatório;
- f) o ensino público e particular ulterior ao de 2o. grau será gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos, cabendo ao Estado transferir recursos, na forma da lei, às escolas particulares;

g) o ensino religioso, de caráter confessional, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais de 1o. e 2o. graus, facultada, na forma da lei, a indicação dos professores pelas confissões religiosas interessadas;

h) o provimento dos cargos iniciais e finais das carreiras do magistério de 1o. e 2o. graus e superior, quando se tratar de ensino público, será feito mediante concurso de prova e de títulos;

i) é garantida a liberdade de cátedra;

j) o ensino público de 1o. e 2o. graus será descentralizado, cabendo prioritariamente, o de 1o. grau aos municípios e o de 2o. grau aos Estados na forma da lei complementar que estabelecerá mecanismos de transferência automática de recursos e financeiros da União para os demais níveis de poder;

k) as empresas agrícolas, industriais e comerciais manterão, na forma da lei, ensino primário gratuito a seus empregados e filhos destes, bem como em cooperação, aprendizagem e treinamento a seus trabalhadores;

l) os currículos de 1o. e 2o. graus darão prioridade ao ensino da língua nacional da matemática e incluirão, como matérias obrigatórias, o estudo da Constituição e Moral e Cívica."

**Justificativa:**

A emenda visa assegurar a participação da iniciativa particular nas tarefas da Educação - condição indispensável para que ela seja democrática.

A prerrogativa dos pais, responsáveis ou alunos escolherem a escola – pública ou particular - é timbre das sociedades realmente livres.

É o que pretende a emenda.

Suprime-se, ainda, o dispositivo sobre vinculações, uma vez que, ao anteprojeto próprio, foi apresentada emenda, determinando que elas sejam objeto dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, de duração trienal.

Com todo o respeito, quero, ainda, lembrar o nobre Relator, a Comissão e os senhores Constituintes que, aprovado o anteprojeto, o Brasil dará ao mundo um exemplo grotesco de incoerência: recursos públicos poderão ser repassados a associações culturais, clubes de futebol, empresas teatrais, cinematográficas e a muitas outras, mas não poderão ser repassados a escola.

**Parecer:**

O relator mantém o teor do Anteprojeto.

Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00296 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

**Texto:**

Capítulo I

Da Educação, Cultura e Esportes

Emenda Substitutiva ao Anteprojeto

Substitua-se o inciso VI do art. 2o. pelo seguinte:

"VI - gratuidade de ensino, aos que comprovarem necessidade, em todos os níveis."

**Justificativa:**

A escola pública não atinge todos os níveis e todos os recantos do País. Há necessidade de garantir a gratuidade não só do ensino público, sob pena de se deixar muita localidade e muitos cursos sem atendimento da respectiva população escolar, por falta de escola estatal.

**Parecer:**

A Emenda vai de encontro à garantia indiscriminada da gratuidade, nos termos do Artigo 3o. do texto do Relator.

Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00297 PREJUDICADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

**Texto:**

CAPÍTULO I

Da Educação, Cultura e Esportes

Emenda substitutiva

Substitua-se o inciso II do Artigo 2o. do

Anteprojeto Constitucional da Subcomissão da

Educação, Cultura e Esportes, pelo seguinte:

Art. 2o. ....

II - pluralismo de idéias e de instituições

de ensino público ministrado em estabelecimentos

estatais e particulares.

**Justificativa:**

- Considera-se público tudo aquilo que está aberto livremente ao povo, ou seja, ao grande público, regido pelas normas legais.

- Quanto às Entidades Mantenedoras, os estabelecimentos de ensino público se dividem em estatais e particulares.

**Parecer:**

O conteúdo da emenda do Nobre Constituinte, na sua essência, já está contemplado no anteprojeto. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00314 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

RONAN TITO (PMDB/MG)

**Texto:**

Acrescente-se um parágrafo ao item VII do

art. 2o. do anteprojeto da Subcomissão da

Educação, Cultura e Esportes (VIII-A), com a

seguinte redação:

"A aposentadoria aos vinte e cinco anos só é

garantida ao professor de dedicação exclusiva que

não tenha outra profissão ou emprego."

**Justificativa:**

Há uma necessidade de valorizar a profissão de professor, propiciando-lhe remuneração condigna e incentivo para dedicação exclusiva. Se por um lado não é justo conceder aposentadoria antecipada ao professor que venha exercendo outra profissão, por outro lado impõe-se recompensar aquele que lhe empresta total e exclusiva dedicação.

Talvez o maior prêmio seja a boa remuneração, e isto está sendo buscada em outros dispositivos desta Constituição. Esta emenda tem a mesma justificação apresentada ao dispositivo que proíbe a acumulação de cargos públicos quando um deles é o de professor. Temos que valorizar a profissão de professor e não considerá-la como um “bico”, ou a segunda profissão.

**Parecer:**

O conteúdo da proposição, em sua essência, já foi contemplado no Anteprojeto. Pelo acolhimento parcial.

**EMENDA:00323 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

**Texto:**

Acrescente-se no artigo 2o. os seguintes incisos:

"IX - Garantia de bolsa de estudo, em valor igual ou do custo-aluno em estabelecimento oficial, a todo aquele que, não dispondo de recursos, não for atendido na escola pública.

X - Garantia à iniciativa de ministrar ensino, com intervenção dos Poderes Públicos apenas para que se cumpra a legislação de ensino."

**Justificativa:**

Se o aluno não dispõe de recursos e não é atendido na escola pública, o Estado, para garantir a efetiva gratuidade de ensino, deve assegurar-lhe através da bolsa de estudo, as condições de atendimento.

Se o Estado não restringir sua intervenção no ensino particular apenas para assegurar o cumprimento da legislação de ensino, acabará se tornando responsável por seus erros e acertos, inclusive financeiros.

**Parecer:**

O texto do Anteprojeto, no art. 11, assegura a exclusividade das verbas para as escolas públicas, não permitindo a compra de vagas, nas escolas privadas, pelo Estado. Pela rejeição.

**EMENDA:00325 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JALLES FONTOURA (PFL/GO)

**Texto:**

Substitua-se o inciso V do art. 2o. pelo seguinte:

"V - garantia de educação pré-escolar, a partir dos três anos de idade, e de ensino fundamental para todos".

**Justificativa:**

Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro, já ensinava, há décadas, a imprescindibilidade da educação pré-escolar, o que vem sendo sempre confirmado pela ciência, principalmente a pedagogia e psicologia.



Sem a garantia obrigatória da educação pré-escolar, os Poderes Públicos continuarão deixando desatendidas as crianças carentes.

**Parecer:**

O ensino fundamental para todos está plenamente atendido no Substitutivo. No que se refere a garantia de educação pré-escolar, a partir dos três anos de idade, apesar da sua relevância, não é possível ainda, ampliar a faixa etária até esta idade em virtude daquela de ensino fundamental, não se encontrar atendida suficientemente. Acolhimento parcial.

**EMENDA:00349 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

**Texto:**

Art. 2o. - São seguintes as diretrizes do sistema de Educação:

I - democratização do acesso e da continuidade escolar.

II - .....

III - Liberdade de pesquisa e de comunicação, e exercício livre do magistério.

IV - adequação aos valores e as condições culturais regionais e locais.

V - descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente aos Municípios e supletivamente aos Estados o ensino fundamental e obrigatório;

VI - valorização do magistério em todos os níveis, com estruturação da respectiva carreira e garantia de condições condignas para a eficácia do trabalho, com padrões reais de remuneração, fixados e lei federal.

VII - .....

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

Aprovada Parcialmente.

O princípio da Emenda em tela acha-se, em essência, agasalhado pelo Substitutivo.

**EMENDA:00358 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

SANDRA CAVALCANTI (PFL/RJ)

**Texto:**

Emenda supressiva:

Suprimam-se as expressões:

- "públicas e privadas" do inciso II do art. 2o.;

- "público", do art. 3o.;

- "público" do § 1o. do art. 16.

**Justificativa:**

A educação é direito de todos e dever do Estado e deve chegar a todos, sem restrições, mesmo através das entidades particulares.

**Parecer:**

A educação, segundo o Anteprojeto, é direito de cada cidadão e dever do Estado. Como a Constituição, segundo o mesmo texto, assegura a exclusividade de verbas públicas para as escolas públicas a implementação do Art. 1o. só será possível através das escolas mantidas pelo Poder Público, atendendo às exigências do Art. 11 e seus parágrafos, inclusive quanto ao salário-educação. Pela rejeição.

**EMENDA:00359 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

SANDRA CAVALCANTI (PFL/RJ)

**Texto:**

Emenda substitutiva ao inciso VI do art. 2o. do capítulo I.

Onde se lê: "VI - gratuidade de ensino público, em todos os níveis"

leia-se: "VI - gratuidade de ensino, nos níveis de 2o. grau e ensino superior, para todos os que não tiverem recursos".

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

Consideramos ser conveniente ratificar a opção pelo ensino público gratuito, estabelecida pela Subcomissão competente.  
Rejeitada.

**EMENDA:00363 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

SANDRA CAVALCANTI (PFL/RJ)

**Texto:**

Emenda substitutiva ao art. 2o. do Cap. I, da Subcomissão VIII-A

Art. 2o. Todos têm igual direito a uma educação escolar fundamental de qualidade, sem discriminação de qualquer ordem.

§ único - Entende-se por educação escolar de qualidade a descrita no Art. 1o.

**Justificativa:**

Esta Emenda tem como objetivo restabelecer o direito democrático ao ensino livre, respeitando o pluralismo da sociedade brasileira.

**Parecer:**

Aprovada Parcialmente.

Os princípios foram essencialmente incorporados ao Substitutivo.

**EMENDA:00376 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda ao parecer do relator da Subcomissão da Educação, Cultura e Esporte.

- Acrescente-se inciso ao art. 2o. do Anteprojeto:

"VIX - descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente aos Estados e Municípios a educação pré-escolar e o ensino fundamental obrigatório."

**Justificativa:**

A educação pré-escolar é obrigação do Estado Art.3º, II do Anteprojeto e deve ser executada prioritariamente pelos Estados e Municípios, da mesma forma e pelas mesmas razões que o ensino fundamental, pois essas são as instâncias administrativas mais descentralizadas, têm maior proximidade e conhecimento das necessidades da população nessa área e podem responder mais rapidamente às solicitações das comunidades.

Sem essa referência, ficaria imprecisa a que esfera caberia prioritariamente a educação pré-escolar, com o risco de não ser efetivamente assumida por nenhuma delas.

**Parecer:**

Aprovada Parcialmente.

O princípio, em essência, acha-se inscrito no Substitutivo.

**EMENDA:00401 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

**Texto:**

Substitua-se o inciso VI do art. 2o. do anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, pelo seguinte:

VI - gratuidade de ensino, aos que comprovarem necessidade, em todos os níveis.

**Justificativa:**

A escola pública não atinge todos os níveis e todos os recantos do País. Há necessidade de garantir a gratuidade não só do ensino público, sob pena de se deixar muita localidade e em muitos cursos sem atendimento da respectiva população escolar.

Por outro lado, se houver alunos que, por condições econômicas ou por opção, não quiser a gratuidade, importante que não se desperdicem recursos.

**Parecer:**

O Relator manteve, no Substitutivo, a garantia da gratuidade, sem qualquer tipo de condições, como as sugeridas pela Emenda. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00406 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

**Texto:**

Suprimir, no final do art. 8o., do anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, a expressão "obedecidos os seguintes princípios:" e, conseqüentemente, suprimir os incisos I, II e III.

**Justificativa:**

O artigo 8º inclui todos os tipos de Instituições de Ensino Superior, sem diferenciação. Ora, as características dessas Instituições são diversas, seja em sua natureza jurídica, organizacional, financiamento, etc. Não se pode caracterizar constitucionalmente, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão para todas as Instituições. É perfeitamente admissível que existam Instituições isoladas de boa qualidade, que se dediquem à formação de bons profissionais de nível superior, sem necessariamente, se dedicar à pesquisa e extensão. Isto acontece em muitas Nações. O próprio caput do artigo afirma "gozam, nos termos da lei ... ", portanto, não se justificam na Constituição os incisos I, II e III.

**Parecer:**

Não podemos suprimir os incisos I e II sem comprometer o caput do Artigo, pois eles estão intrinsecamente ligados. Os princípios enunciados nos referidos incisos já estão consagrados no processo educacional e não podem ser omitidos no anteprojeto. Acolhida parcialmente.

**EMENDA:00409 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

**Texto:**

Acrescente-se no art. 2o. do anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, os seguintes incisos VII e VIII:

VII - garantia de bolsa de estudo, em valor nunca superior a do custo-aluno em estabelecimento oficial, a todo aquele que, não dispondo de recursos, não for atendido na escola pública.

VIII : garantia à iniciativa privada de ministrar ensino, com intervenção dos Poderes Públicos apenas para que se cumpra a legislação de ensino.

**Justificativa:**

Se o aluno não dispõe de recursos e não é atendido na escola pública, o Estado, para garantir a efetiva gratuidade de ensino, deve assegurar-lhe, através de bolsa de estudo, as condições de atendimento.

Se o Estado não restringir sua intervenção no ensino particular apenas para assegurar o cumprimento da legislação de ensino, acabará se tornando responsável por seus erros e acertos inclusive financeiros.

**Parecer:**

O texto do anteprojeto assegura a exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas e em casos especiais admite o estímulo financeiro do Poder Público às escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais, nos termos do Art. 11 e seus parágrafos. O anteprojeto garante ainda a autonomia administrativa e financeira das escolas privadas em relação ao Poder Público, na forma da lei. Aprovada parcialmente.

**EMENDA:00410 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

**Texto:**

Substitua-se o inciso II do artigo 2o. do anteprojeto da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, pelo seguinte:

Art. 2o. - .....

II - pluralismo de idéias e de instituições de ensino público oficial, ministrado em estabelecimentos estatais e particulares.

**Justificativa:**

Considera-se público, tudo aquilo que está aberto livremente ao povo, ou seja, ao grande público. Considera-se oficial tudo o que está gerido por leis e produz direitos validados por esta legislação. Quanto às Entidades Mantenedoras, os estabelecimentos de ensino público e oficial, dividem-se em estatais e particulares

**Parecer:**

O conteúdo da proposição já está, em sua essência, contemplado no Anteprojeto. Pelo acolhimento parcial.

**EMENDA:00453 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

MÁRIO MAIA (PDT/AC)

**Texto:**

No Capítulo: Da Educação, Cultura e Esportes inclua-se o seguinte artigo:

Art. - O ensino deverá ser, em todos os níveis, público, gratuito, universal e laico.

**Justificativa:**

No Brasil, de um lado, temos os analfabetos e os semianalfabetos constituindo-se em torno de 50% da nossa população e empobrecidos por um desigual e opressivo sistema social. Do outro fado, temos um sistema escolar aristocrático e elitista, contendo uma série de problemas institucionais que o impossibilitam de adequar-se às necessidades sociais.

A escola não pode mais continuar a serviço de classe de privilégios de herança ou de poder aquisitivo, de credo religiosos ou político. A educação deve estar a serviço do indivíduo em si e para si, no sentido de que a escola deverá descobrir e desenvolver em cada aluno, suas capacidades inatas (potencialidades), suas aptidões, suas vocações e seus valores intrínsecos para que cada um possa se habilitar a participar da vida social, realizar-se e, assim, contribuir para o bem comum de acordo com seus valores pessoais e o nível de seu real potencial.

O sistema PÚBLICO E GRATUITO de educação ter por finalidade a democratização do ensino para que se estabeleça a igualdade de condições e de oportunidades e o direito à Educação. Este direito à Educação e de oportunidades está diretamente relacionado ao dever de dar educação, logo esta deverá ser gratuita e em todos os seus níveis.

Por sua vez, é essa gratuidade que irá assegurar nas escolas de todos os graus, um grande contingente de alunos, independente da sua condição sócio-econômica.

A educação deverá se UNIVERSAL, ou seja, ampla e abrangente para que o aluno possa entender o significado integral do mundo atual e para ajudá-lo a definir sua futura profissão mediante uma formação rica em oportunidade e diversificações de conhecimentos. Assim, conseguiremos um aluno agente do seu próprio processo de desenvolvimento, consciente, responsável e comprometido com

realidade social.

A educação deverá ser LAICA, isto é, o componente religioso do ensino será excluído, exatamente em respeito à individualidade religiosa de cada aluno.

O que queremos com a educação pública, gratuita, universal e laica é uma posição firme de apoio a uma política educacional fundamentada em princípios democráticos, se desejamos, de fato, construir uma sociedade aberta para todos, minimizar as desigualdades individuais e sociais, e atingir o bem comum. Somente assim a escola passará a ser a grande reguladora social, corrigindo as injustiças do atual sistema social e preparando um novo sistema, mais seguro, coerente e justo.

Por sua vez, a educação que é, sem dúvida, o maior - fator de desenvolvimento social e econômico de qualquer nação, agora assumindo a mais alta prioridade em todos os, planos e programas do Governo, contribuirá com todo seu potencial para a grandeza do País e melhoria do seu povo.

**Parecer:**

Aprovada Parcialmente.

Os princípios foram, em sua essência, agasalhados pelo Substitutivo.

**EMENDA:00457 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FERES NADER (PDT/RJ)

**Texto:**

Capítulo I

Da Educação, Cultura e Esportes

Emenda Substitutiva ao Anteprojeto

Substitua-se o inciso V do art. 2o. pelo seguinte:

"V - garantia de educação pré-escolar, a partir dos três anos de idade, e de ensino fundamental para todos."

**Justificativa:**

Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro, já ensinava, há décadas, a imprescindibilidade da educação pré-escolar, o vem sendo sempre confirmado pela ciência, principalmente a pedagogia e a psicologia.

Sem a garantia obrigatória da educação pré-escolar, os Poderes Públicos continuarão deixando desatendidas as crianças carentes.

**Parecer:**

Aprovada Parcialmente.

A Proposição, em sua essência, foi contemplada pelo Substitutivo.

**EMENDA:00470 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

Substitua-se o inciso II do Artigo 2o. do Anteprojeto Constitucional da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, pelo seguinte:

Art. 2o. ....

II - pluralismo de idéias e de instituições de ensino público ministrado em estabelecimentos estatais e particulares.

**Justificativa:**

- Considera-se público tudo aquilo que está aberto livremente ao povo, ou seja, ao grande público, regido pelas normas legais.
- Quanto às Entidades Mantenedoras, os estabelecimentos de ensino público se dividem em estatais e particulares.

**Parecer:**

O conteúdo da proposição, na sua essência, já foi acolhido no anteprojeto. Pela rejeição.

**EMENDA:00471 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva ao Anteprojeto

Substitua-se o inciso V do art. 2o. pelo seguinte:

"V - garantia de educação pré-escolar, a partir dos três anos de idade, e de ensino fundamental para todos."

**Justificativa:**

Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro, já ensinava, há décadas, a imprescindibilidade da educação pré-escolar, o vem sendo sempre confirmado pela ciência, principalmente a pedagogia e a psicologia.

Sem a garantia obrigatória da educação pré-escolar, os Poderes Públicos continuarão deixando desatendidas as crianças carentes.

**Parecer:**

O ensino fundamental para todos está totalmente contemplado no Substitutivo. No que se refere a garantia de educação pré-escolar a partir dos três anos de idade, embora conscientes da sua importância, não é possível ainda, ampliar o acolhimento a esta faixa etária, visto que a clientela do ensino fundamental não está totalmente atendida. Acolhimento parcial.

**EMENDA:00474 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FERES NADER (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva ao Anteprojeto

Substitua-se o inciso VI do art. 2o. pelo seguinte:

"VI - gratuidade de ensino, aos que comprovarem necessidade, em todos os níveis."

**Justificativa:**

A escola pública não atinge todos os níveis e todos o recantos do País. Há necessidade de garantir a gratuidade não só do ensino público, sob pena de se deixar muita localidade e muitos cursos sem atendimento da respectiva população escolar, por falta de escola estatal.

Por outro lado, se houver alunos que, por condições econômicas ou por opção, não quiser a gratuidade, importante que não se desperdicem recursos.

**Parecer:**

De acordo com o Anteprojeto, o Estado garante a exclusividade das verbas públicas para o ensino público. A proposição do nobre Constituinte pressupõe a compra de vagas nas escolas privadas, pelo Estado, o que contraria, frontalmente, o texto do Anteprojeto. Pela rejeição.

**EMENDA:00481 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ULDURICO PINTO (PMDB/BA)

**Texto:**

Inclua-se, onde couber, a seguinte emenda seus desdobramentos: Define o acesso ao processo educacional.

Inclua-se no anteprojeto de texto constitucional, na parte relativa à Educação, o seguinte dispositivo:

"Art. A educação escolar é um direito de todo brasileiro e um dever do Estado brasileiro e será gratuita e laica nos estabelecimentos públicos, em todos os níveis de ensino.

§ 1o. - O acesso ao processo educacional é assegurado:

I - pela gratuidade do ensino público em todos os níveis;

II - pela adoção de um sistema de admissão nos estabelecimentos de ensino público que, na forma da lei, confira a candidatos economicamente carentes, desde que habilitados, prioridade de acesso até o limite de 50% (cinquenta por cento) das vagas;

III - pela expansão desta gratuidade, mediante sistema de bolsa de estudos, sempre dentro da prova de carência econômica de seus beneficiários;

IV - pelo auxílio suplementar ao estudante para alimentação, transporte e vestuário, caso a simples gratuidade de ensino não permita, comprovadamente, que venha a continuar seu aprendizado;

V - pela manutenção da obrigatoriedade de as empresas comerciais, industriais e agrícolas garantirem ensino gratuito para os seus empregados, e para os filhos destes, entre os 6 (seis) e 16 (dezesseis) anos de idade, ou concorrer para este fim, mediante a contribuição do salário educacional, na forma estabelecida pela lei;

VI - pela criação complementar à rede municipal de escolas de promoção popular, capazes de assegurar efetivas condições de acesso à educação de toda coletividade."

**Justificativa:**

É dever do Estado capacitar o indivíduo a se tornar parte integrante e ativa da sociedade que compõe. Tal se dá por meio do processo educacional.

Num país onde mais de 50% da população são pobres, a gratuidade do ensino tão somente não basta. Deve ser dado subsídio material para que possam participar do processo educacional.

**Parecer:**

O conteúdo da proposta, em sua essência, já está contemplado no anteprojeto. Aprovada parcialmente.

**EMENDA:00488 REJEITADA**



**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Emenda Substitutiva ao Anteprojeto

Substitua-se o inciso VI do art. 2o. pelo seguinte:

" VI - gratuidade de ensino, aos que comprovarem necessidade, em todos os níveis".

**Justificativa:**

A escola pública não atinge todos os níveis e todos o recantos do País. Há necessidade de garantir a gratuidade não só do ensino público, sob pena de se deixar muita localidade e muitos cursos sem atendimento da respectiva população escolar, por falta de escola estatal.

Por outro lado, se houver alunos que, por condições econômicas ou por opção, não quiser a gratuidade, importante que não se desperdicem recursos.

**Parecer:**

De acordo com o Anteprojeto, o Estado garante a exclusividade das verbas públicas para o Ensino Público. A proposição do nobre Constituinte pressupõe a compra de vagas nas escolas privadas, pelo Estado, o que contraria, frontalmente, o texto do Anteprojeto. Pela rejeição.

**EMENDA:00489 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se os incisos V e VI do artigo 2o.

do anteprojeto Constitucional da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, pelos seguintes:

Art. 2o. ....

V - Garantia de ensino fundamental gratuito para todos, em estabelecimentos estatais e particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

VI - Gratuidade de ensino nos demais níveis, com estabelecimentos estatais e particulares, para todos que comprovarem insuficiência de recursos.

**Justificativa:**

- É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. Não se entende como país civilizado, no século XX, aquele em que alguém tenha que pagar para aprender a ler e escrever.

- O direito de opção da família é sagrado, cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

- A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais

abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

O conteúdo do inciso V, Art. 2o. já está contemplado no Art. 3o., inciso I, sendo, portanto, uma redundância desnecessária.

A gratuidade de ensino deve se restringir ao Ensino Público, pois o Anteprojeto garante a exclusividade das verbas públicas para o ensino público.

Pela rejeição.

**EMENDA:00493 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Emenda Aditiva ao Anteprojeto

Acrescentem-se no art. 2o. os seguintes incisos VII e VIII:

"VII - garantia de bolsa de estudo a todo aquele que, não dispondo de recursos, não for atendido na escola pública.

VIII - garantia à iniciativa privada de ministrar ensino, com intervenção dos Poderes Públicos apenas para que se cumpra a legislação de ensino."

**Justificativa:**

Se o aluno não dispõe de recursos e não é atendido na escola pública, o Estado, para garantir a efetiva gratuidade de ensino, deve assegurar-lhe, através da bolsa de estudo, as condições de atendimento.

Se o Estado não restringir sua intervenção no ensino particular apenas para assegurar o cumprimento da legislação de ensino, acabará se tornando responsável por seus erros e acertos, inclusive financeiros.

**Parecer:**

As garantias propostas pela Emenda estão, em parte, atendidas na redação dada pelo Relator em outros dispositivos do texto.

Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00507 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

**Texto:**

Acrescentem-se no art. 2o. os seguintes incisos VII e VIII:

"VII - garantia de bolsa de estudo, em valor igual ao do custo-aluno em estabelecimento oficial, a todo aquele que não dispondo de recursos, não for atendido na escola pública."

"VIII - garantia à iniciativa privada de ministrar ensino, com intervenção dos poderes

Públicos apenas para que se cumpra a legislação de ensino."

**Justificativa:**

Se o aluno não dispõe de recursos e não é atendido na escola pública, o Estado, para garantir a efetiva gratuidade de ensino, deve assegurar-lhe, através da bolsa de estudo, as condições de atendimento.

Se o Estado não restringir sua intervenção no ensino particular apenas para assegurar o cumprimento da legislação de ensino, acabará se tornando responsável por seus erros e acertos, inclusive financeiros.

**Parecer:**

As garantias propostas pelo Emenda estão, em parte, atendidas na redação dada pelo Relator, em outros dispositivos do texto.

Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00508 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

**Texto:**

Substitua-se o inciso VI do art. 2o. pelo seguinte:

"VI - gratuidade de ensino aos que comprovarem necessidade em todos os níveis."

**Justificativa:**

A escola pública não atinge todos os níveis e todos os recantos do País. Há necessidade de garantir a gratuidade não só do ensino público, sob pena de se deixar muita localidade e muitos cursos sem atendimento da respectiva população escolar, por falta de escola estatal.

Por outro lado, se houver alunos que, por condições econômicas ou por opção, não quiser a gratuidade, importante que não se desperdicem recursos.

**Parecer:**

A garantia do ensino, na redação do Relator, não se condiciona a qualquer forma de discriminação. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00525 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

**Texto:**

Substitua-se o inciso V do art. 2o. pelo seguinte:

"V - garantia de educação pré-escolar, partir dos três anos de idade, e de ensino fundamental para todos".

**Justificativa:**

Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro, já ensinava há décadas, a imprescindibilidade da educação pré-escolar, o que vem sendo sempre confirmado pela ciência, principalmente a pedagogia e psicologia.

Sem a garantia obrigatória a educação pré-escolar, os Poderes Públicos continuarão deixando desatendidas as crianças carentes.

**Parecer:**

A garantia de atendimento em pré-escolas está agasalhada no inciso III do art. 3o. do Substitutivo

sem, contudo, determinar a idade inicial da criança. Quanto ao ensino fundamental há total apoio no Substitutivo. Acolhida parcialmente.

**EMENDA:00528 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

**Texto:**

Ao Anteprojeto da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes.

Emenda ao Art. 2o.

Substitua-se o item I pelas palavras:

"Item I - Democratização da educação escolar"

Ao item VIII do mesmo art. 2o. acrescente-se ao texto depois da palavra classe a palavra "sexo, ficando assim:

Item VIII - Eliminação progressiva das desigualdades e das discriminações de raça, classe, sexo e religião".

**Justificativa:**

A democratização do ensino escolar deve ser geral e não apenas nos aspectos indicados, sendo que a palavra "permanência" nos parece um tanto deslocada no texto.

O item VIII se nos afigura desnecessário porque já está mencionado em outros artigos da Constituição em lugar mais adequado. Se porém tiver de permanecer há que se referir também às discriminações de sexo, ultimamente muito "badaladas" pelos movimentos feministas.

**Parecer:**

A redação do item I, art. 2o. do Anteprojeto dá à democratização um sentido amplo. O conteúdo da segunda parte da proposta em sua essência já está contemplado no Substitutivo. Aprovada parcialmente.

**EMENDA:00538 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

**Texto:**

Ao anteprojeto da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes.

Emenda ao art. 2o.

Substitua-se o item pelas palavras:

"Item I - Democratização da educação escolar"

**Justificativa:**

A democratização do ensino escolar deve ser geral e não apenas nos aspectos indicados, sendo que a palavra "permanência" nos parece um tanto deslocada no texto.

**Parecer:**

A redação do item I, art. 2o. do Substitutivo dá à democratização um sentido amplo. Aprovada parcialmente.

**EMENDA:00551 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

CAPÍTULO I  
DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
EMENDA SUBSTITUTIVA  
Substitua-se o inciso II do Artigo 2o. do  
Anteprojeto Constitucional da Subcomissão da  
Educação, Cultura e Esportes, pelo seguinte:  
Art. 2o.....  
II - pluralismo de idéias e de instituições  
de ensino público ministrado em estabelecimentos  
estatais e particulares.

**Justificativa:**

- Considera-se público tudo aquilo que está aberto livremente ao povo, ou seja, ao grande público, regido pelas normas legais.  
- Quanto às Entidades Mantenedoras, os estabelecimentos de ensino público se dividem em estatais e particulares.

**Parecer:**

O conteúdo da proposição, em sua essência, está contemplado no Anteprojeto.  
Pelo acolhimento parcial.

**EMENDA:00552 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

CAPÍTULO I  
DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
EMENDA SUBSTITUTIVA  
Substitua-se os incisos V e VI do Artigo 2o.  
do Anteprojeto Constitucional da Subcomissão da  
Educação, Cultura e Esportes, pelos seguintes:  
Art. 2o.....  
V - Garantia de ensino fundamental gratuito  
para todos, em estabelecimentos estatais e  
particulares, respeitando-se o direito de opção da  
família.  
VI - Gratuidade de ensino nos demais níveis,  
em estabelecimentos estatais e particulares, para  
todos que comprovarem insuficiência de recursos.

**Justificativa:**

- É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. Não se entende como país civilizado, no século XX, aquele em que alguém tenha que pagar para aprender a ler e escrever.  
- O direito de opção da família é sagrado, cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.  
- A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

O conteúdo do inciso V, Art. 2o. já está contemplado no Art. 3o., inciso I, sendo, portanto, uma redundância desnecessária.

A gratuidade do ensino deve se restringir ao ensino público, pois o Anteprojeto garante a exclusividade das verbas públicas para o ensino público.

Pela rejeição.

**EMENDA:00553 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Emenda Aditiva ao Anteprojeto

Acrescente-se no art. 2o. os seguintes incisos VII e VIII:

"VII - garantia de bolsa de estudo a todo aquele que, não dispondo de recursos, não for atendido na escola pública.

VIII - garantia à iniciativa privada de ministrar ensino, com intervenção dos Poderes Públicos apenas para que se cumpra a legislação de ensino."

**Justificativa:**

Se o aluno não dispõe de recursos e não é atendido na escola pública, o Estado, para garantir a efetiva gratuidade de ensino, deve assegurar-lhe, através da bolsa de estudo, as condições de atendimento.

Se o Estado não restringir sua intervenção no ensino particular apenas para assegurar o cumprimento da legislação de ensino, acabará se tornando responsável por seus erros e acertos, inclusive financeiros.

**Parecer:**

O anteprojeto assegura a exclusividade das verbas públicas para as escolas públicas e, em casos especiais, para as escolas comunitárias, filantrópicas ou confessionais, nos termos do Art. 11 e seus parágrafos. Rejeitada.

**EMENDA:00556 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

CAPÍTULO I

DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Emenda Substitutiva ao Anteprojeto

Substitua-se o inciso VI do art. 2o. pelo seguinte:

"VI - gratuidade de ensino, aos que comprovarem necessidade, em todos os níveis."

**Justificativa:**

A escola pública não atinge todos os níveis e todos os recantos do País. Há necessidade de garantir a gratuidade não só do ensino público, sob pena de se deixar muita localidade e em muitos cursos sem atendimento da respectiva população escolar.

Por outro lado, se houver alunos que, por condições econômicas ou por opção, não quiser a gratuidade, importante que não se desperdicem recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da proposta, em sua essência, já está contemplado no anteprojeto. Aprovada parcialmente.

**EMENDA:00580 PREJUDICADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ROBERTO BRANT (PMDB/MG)

**Texto:**

Acrescer no início do inciso III do Art. 8o, do anteprojeto da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes a expressão:  
"nas instituições públicas"

**Justificativa:**

Impossível que a Constituição imponha à instituição privada, responsável pela criação, manutenção e risco de funcionamento do estabelecimento, a forma de se dirigir e de se organizar, salvo se o intuito for o de eliminar-se a iniciativa particular no ensino.

**Parecer:**

O princípio da gestão democrática já se encontra anunciado no art. 2o., abrangendo o universo das instituições de ensino, em especial as públicas e as que, por ventura, recebem auxílio do poder público, de acordo com a alínea a), do parágrafo 2o., no art. 11. O item III do art. 8o. desapareceu da redação do Relator. Prejudicada.

**EMENDA:00586 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

MANSUETO DE LAVOR (PMDB/PE)

**Texto:**

Capítulo I  
Da Educação, Cultura e Esportes  
Emenda Substitutiva ao Anteprojeto  
Substitua-se o inciso VI do art. 2o. pelo seguinte:  
"VI - gratuidade de ensino, aos que comprovarem necessidade, em todos os níveis."

**Justificativa:**

A escola pública não atinge todos os níveis e todos os recantos do País. Há necessidade de garantir a gratuidade não só do ensino público, sob pena de se deixar muita localidade e em muitos cursos sem atendimento da respectiva população escolar.

Por outro lado, se houver alunos que, por condições econômicas ou por opção, não quiser a gratuidade, importante que não se desperdicem recursos.

**Parecer:**

A gratuidade, segundo nosso parecer, é característica do ensino público. Este, conforme dispositivo incluído no Substitutivo, deve ser progressivamente entendido do ensino fundamental a outros níveis. Aprovada parcialmente.

**EMENDA:00587 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

MANSUETO DE LAVOR (PMDB/PE)

**Texto:**

Capítulo I

Da Educação, Cultura e Esportes

Emenda Substitutiva ao Anteprojeto

Substitua-se o inciso V do art. 2o. pelo seguinte:

"V - garantia de educação pré-escolar, a partir dos três anos de idade, e de ensino fundamental para todos."

**Justificativa:**

Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro, já ensinava há décadas, a imprescindibilidade da educação pré-escolar, o que vem sendo sempre confirmado pela ciência, principalmente a pedagogia e psicologia.

Sem a garantia obrigatória a educação pré-escolar, os Poderes Públicos continuarão deixando desatendidas as crianças carentes.

**Parecer:**

A educação pré-escolar e o ensino fundamental são amplamente afirmados e salvaguardados pelo Substitutivo, conforme a Proposição em exame. Aprovada parcialmente.

**EMENDA:00588 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

MANSUETO DE LAVOR (PMDB/PE)

**Texto:**

Capítulo I

Da Educação, Cultura e Esportes

Emenda Substitutiva

Substitua-se os incisos V e VI do Artigo 2o.

do Anteprojeto Constitucional da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, pelos seguintes:

Art. 2o. ....

V - Garantia de ensino fundamental gratuito para todos, em estabelecimentos estatais e particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

VI - Gratuidade de ensino nos demais níveis, em estabelecimentos estatais e particulares, para todos que comprovarem insuficiência de recursos.

**Justificativa:**

- É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. Não se entende como país civilizado, no século XX, aquele em que alguém tenha que pagar para aprender a ler e escrever.

- O direito de opção da família é sagrado, cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

- A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais



abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

O conteúdo do inciso V, Art. 2o. já está contemplado no Art. 3o., inciso I, sendo, portanto, uma redundância desnecessária.

A gratuidade de ensino deve se restringir ao ensino público, pois o Anteprojeto garante a exclusividade das verbas públicas para o ensino público.

Pela rejeição.

**EMENDA:00615 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LUIZ SOYER (PMDB/GO)

**Texto:**

Substitua-se o inciso V do art. 2o. pela seguinte:

"V - garantia de educação pré-escolar, a partir dos três anos de idade, e de ensino fundamental para todos".

**Justificativa:**

Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro, já ensinava há décadas, a imprescindibilidade da educação pré-escolar, o que vem sendo sempre confirmado pela ciência, principalmente a pedagogia e psicologia.

Sem a garantia obrigatória a educação pré-escolar, os Poderes Públicos continuarão deixando desatendidas as crianças carentes.

**Parecer:**

O texto garante educação pré-escolar até os seis anos de idade sem especificar a idade inicial.

Embora consciente da sua importância, não é possível ainda, ampliar o atendimento, uma vez que, a clientela do ensino fundamental que é a obrigatória, não está satisfatoriamente atendida.

Acolhida parcialmente.

**EMENDA:00623 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LUIZ SOYER (PMDB/GO)

**Texto:**

Acrescentem-se no art. 2o. os seguintes incisos VII e VIII:

"VII - garantia de bolsa de estudo, em valor igual ao do custo-aluno em estabelecimento oficial, a todo aquele que, não dispondo de recursos, não for atendido na escola pública".

"VIII - garantia à iniciativa privada de ministrar ensino, com intervenção dos Poderes Públicos apenas para que se cumpra a legislação de ensino".

**Justificativa:**

Se o aluno não dispõe de recursos e não é atendido na escola pública, o Estado, para garantir a efetiva gratuidade de ensino, deve assegurar-lhe, através da bolsa de estudo, as condições de atendimento.

Se o Estado não restringir sua intervenção no ensino particular apenas para assegurar o cumprimento da legislação de ensino, acabará se tornando responsável por seus erros e acertos, inclusive financeiros.

**Parecer:**

O tema bolsa de estudo criado no inciso VII - art. 2o. da Emenda será assunto de lei regular. Com relação ao conteúdo do inciso VIII do art. 2o. do nobre Constituinte está claramente atendido no art. 10 do Substitutivo. Acolhida parcialmente.

**EMENDA:00624 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LUIZ SOYER (PMDB/GO)

**Texto:**

Substitua-se o inciso VI do art. 2o. pelo seguinte:

"VI - gratuidade de ensino aos que, comprovarem necessidade em todos os níveis".

**Justificativa:**

A escola pública não atinge todos os níveis e todos os recantos do País. Há necessidade de garantir a gratuidade não só do ensino público, sob pena de se deixar muita localidade e em muitos cursos sem atendimento da respectiva população escolar.

Por outro lado, se houver alunos que, por condições econômicas ou por opção, não quiser a gratuidade, importante que não se desperdicem recursos.

**Parecer:**

Concordamos com a intenção do Autor, entretanto, o acatamento desta Emenda significa restringir a gratuidade e ainda estabelecer discriminação a ela. Não acolhida.

**EMENDA:00629 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LÚCIA VÂNIA (PMDB/GO)

**Texto:**

Substitua-se o inciso V do art. 2o. pelo seguinte:

"V - garantia de educação pré-escolar, à partir dos três anos de idade, e de ensino fundamental para todos".

**Justificativa:**

Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro, já ensinava há décadas, a imprescindibilidade da educação pré-escolar, o que vem sendo sempre confirmado pela ciência, principalmente a pedagogia e psicologia.

Sem a garantia obrigatória a educação pré-escolar, os Poderes Públicos continuarão deixando desatendidas as crianças carentes.

**Parecer:**

A redação do Substitutivo mantém a do Anteprojeto, sem a Emenda proposta, pois as redações não divergem na substância.

Acolhida parcialmente.

**EMENDA:00632 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LÚCIA VÂNIA (PMDB/GO)

**Texto:**

Acrescentem-se no art. 2o. os seguintes incisos IX e X: custo-aluno em estabelecimento oficial, a todo aquele que, não dispondo de recursos, não for atendido na escola pública.  
X - Garantia à iniciativa privada de ministrar ensino, com intervenção do Poderes Públicos apenas para que se cumpra a legislação de ensino.

**Justificativa:**

Se o aluno não dispõe de recursos e não é atendido na escola pública, o Estado, para garantir a efetiva gratuidade de ensino, deve assegurar-lhe, através da bolsa de estudo, as condições de atendimento.

Se o Estado não restringir sua intervenção no ensino particular apenas para assegurar o cumprimento da legislação de ensino, acabará se tornando responsável por seus erros e acertos, inclusive financeiros.

**Parecer:**

A substância da Emenda, sem as explicitações sugeridas pelo nobre Constituinte, acha-se nos artigos 10 e 11 do Substitutivo. Acolhida parcialmente.

**EMENDA:00664 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

PEDRO CANEDO (PFL/GO)

**Texto:**

Adite-se ao artigo 2o. o seguinte parágrafo único:

"Art. - 2o. ....

.....

VIII .....

Parágrafo único - Não haverá aposentadoria compulsória no magistério das instituições federais de ensino superior, sendo ainda assegurado, segundo normas previstas em lei ordinária, o retorno voluntário do docente já aposentado.

**Justificativa:**

A aposentadoria compulsória para o professor universitário torna-se um verdadeiro castigo, uma *capitis-diminutio*, pois, aos 70 anos de idade, a produção intelectual atinge, em muitos casos, a sua plena efervescência. Nessa etapa, alia-se a competência científica ou técnica ou humanística ao conhecimento da realidade brasileira, aos objetivos da Universidade, que é a busca do saber.

O retorno à atividade docente é uma decorrência da proposta de extinção da aposentadoria compulsória para o magistério das instituições federais de ensino superior. É uma forma de aposentadoria "poiética", que é uma retomada do fazer e do ensinar.

O Brasil é, certamente, um dos poucos países no mundo que não aproveita a experiência e competência de um profissional do ensino superior em sua plena efervescência. Heidegger, Jaspers, Marcuse por exemplo, continuaram a exercer um papel em Universidades, embora com redução de carga horária.

O retorno deve submeter-se, no entanto, a critério em função da instituição universitária e do próprio docente.

**Parecer:**

O conteúdo da proposta deverá ser objeto de legislação ordinária após a promulgação da Constituinte. Rejeitada.

**EMENDA:00684 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

Modifica-se o inciso VIII, do artigo 2o. para a seguinte redação:

VIII - Eliminação das desigualdades e das discriminações de raça, de etnia, de sexo e de religião.

**Justificativa:**

Propomos esta emenda ao anteprojeto por considerarmos que não poderia deixar de ser contemplada, em texto constitucional, a eliminação das desigualdades e das discriminações por sexo e religião.

**Parecer:**

O anteprojeto já acolheu, em sua essência, a proposta do Nobre Constituinte, estabelecendo como princípio básico da educação superação das disparidades regionais e sociais. Pelo acolhimento parcial.

**EMENDA:00691 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOACI GÓES (PMDB/BA)

**Texto:**

Suprimam-se o "Caput" do art. 2o. e todos os seus incisos.

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

Os princípios estabelecidos no art. 2o. são essenciais para a execução dos postulados educacionais colocados no artigo anterior, não sendo viável a sua supressão pura e simples. Pela rejeição.

**EMENDA:00697 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ANNA MARIA RATTES (PMDB/RJ)

**Texto:**

À Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes.

Modifique-se o Item V, do art. 2o., do anteprojeto final da Subcomissão para a seguinte redação:

Art. 2o. ....

V - Garantia da educação pré-escolar, fundamental e média para todos.

**Justificativa:**

Somente com a inclusão dos níveis pré-escolar e médio, não previstos na redação aprovada, ficará garantida a formação educacional indispensável para que o indivíduo se inclua e participe efetivamente como cidadão ou cidadã dentro da organização social e política do país. A garantia simplesmente do ensino fundamental, sem o atendimento de zero a seis anos e sem a continuidade com o ensino médio, confirma um atendimento que precariamente já se oferece hoje no Brasil, fragmentando e fragilizando, irresponsavelmente, o desenvolvimento natural e social pelo qual passa a criança e o jovem.

**Parecer:**

O conteúdo da proposta em sua essência, já está acolhido no Substitutivo. Aprovada parcialmente.

**EMENDA:00713 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

OSWALDO LIMA FILHO (PMDB/PE)

**Texto:**

Substitua-se o no. V do art. 2o. pelo seguinte:

"IV - adequação aos valores e às condições regionais e locais, inclusive pela adaptação do ensino ao meio rural."

**Justificativa:**

Já na década de 1920 o ilustre educador pernambucano Antônio Arneiro Leão na sua magnífica obra "A Sociedade Rural e seus Problemas de Educação" demonstrava a total inadequação da educação oferecida pelo Poder Público no Brasil aos alunos do meio rural. Assim, o livro didático material de ensino e a própria professora, esta oriunda do meio urbano, na maioria dos casos, promovem a exaltação da vida citadina, dos valores industriais e culturais das metrópoles.

Como o progresso no sentido de oferecer ao aluno do meio rural o estudo e o aprendizado do seu ambiente de vida e de trabalho, tem sido extremamente limitado, convém que a Constituição expresse esse mandamento.

**Parecer:**

O conteúdo da proposição, em sua essência, já foi contemplado no Anteprojeto. Pelo acolhimento parcial.

**EMENDA:00732 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOÃO NATAL (PMDB/GO)

**Texto:**

Substitua-se o inciso VI do art. 2o. pelo seguinte:

"VI - gratuidade de ensino aos que, comprovarem necessidade em todos os níveis".

**Justificativa:**

A escola pública não atinge todos os níveis e todos os recantos do País. Há necessidade de garantir a gratuidade não só do ensino público, sob pena de se deixar muita localidade e em muitos cursos sem atendimento da respectiva população escolar.

Por outro lado, se houver alunos que, por condições econômicas ou por opção, não quiser a gratuidade, importante que não se desperdicem recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da proposição, em sua essência, já está contemplado no Anteprojeto. Pelo acolhimento parcial.

**EMENDA:00756 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOACI GÓES (PMDB/BA)

**Texto:**

Acrescente-se ao Caput do Art. 29, Art. 29 - Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios, estimular e assegurar a todos os cidadãos, o acesso ao lazer e promover o desenvolvimento socioeconômico do turismo e do Esporte.

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

Aprovada em sua essência nos dispositivos do Substitutivo que tratam do Esporte. Acolhida parcialmente.

**EMENDA:00757 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOÃO NATAL (PMDB/GO)

**Texto:**

Acrescentem-se no art. 2o. os seguintes incisos VII e VIII:

" VII - garantia de bolsa de estudo, em valor igual ao do custo-aluno em estabelecimento oficial, a todo aquele que, não dispondo de recursos, não for atendido na escola pública".

"VIII - garantia à iniciativa privada de ministrar ensino, com intervenção dos Poderes Públicos apenas para que se cumpra a legislação de ensino".

**Justificativa:**

Se o aluno não dispõe de recursos e não é atendido na escola pública, o Estado, para garantir a efetiva gratuidade de ensino, deve assegurar-lhe, através da bolsa de estudo, as condições de atendimento.

Se o Estado não restringir sua intervenção no ensino particular apenas para assegurar o cumprimento da legislação de ensino, acabará se tornando responsável por seus erros e acertos, inclusive financeiros.

**Parecer:**

As garantias propostas pela Emenda estão, em parte, atendidas na redação dada pelo Relator em outros dispositivos do texto.  
Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00758 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOÃO NATAL (PMDB/GO)

**Texto:**

Substitua-se o inciso V do art. 2o. pelo seguinte:

"V - garantia de educação pré-escolar, a partir dos três anos de idade, e de ensino fundamental para todos".

**Justificativa:**

Anísio Teixeira, o grande educador brasileiro, já ensinava há décadas, a imprescindibilidade da educação pré-escolar, o que vem sendo sempre confirmado pela ciência, principalmente a pedagogia e psicologia.

Sem a garantia obrigatória a educação pré-escolar, os Poderes Públicos continuarão deixando desatendidas as crianças carentes.

**Parecer:**

O inciso V, do art. 2o. do anteprojeto já está contemplado no art. 3o., inciso I, sendo, portanto, uma redundância desnecessária. Pelo não acolhimento.

**EMENDA:00783 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ANTÔNIO DE JESUS (PMDB/GO)

**Texto:**

Acrescer no início do inciso III do art. 8o. a seguinte expressão:

"nas instituições públicas."

**Justificativa:**

Impossível que a constituição obrigue a instituição privada, responsável pela criação, manutenção e risco de funcionamento do estabelecimento, a forma de se dirigir e de se organizar, salvo se o intuito for o de eliminar-se a iniciativa particular no ensino.

**Parecer:**

O item em tela não foi incorporado ao Substitutivo. O princípio geral de democratização da gestão acha-se, porém, inscrito no art. 2o., I, cabendo as necessárias adaptações a cada tipo de instituição e nível de ensino na legislação ulterior.  
Aprovada parcialmente.

**EMENDA:00803 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

MATHEUS IENSEN (PMDB/PR)

**Texto:**

Dê-se ao art. 2o. a seguinte redação:

.....

Art. 2o. - Os valores referidos no art. anterior, serão expressos nos seguintes princípios e garantias, na atividade educacional:

I - adequação dos conceitos universais da pedagogia às condições concretas da sociedade brasileira em sua unidade e diferenciação

II - pluralismo de idéias e de instituições de ensino públicas e privadas  
 III - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar as descobertas feitas  
 IV - democratização do acesso, permanência e gestão da educação escolar  
 V - gratuidade de ensino público em todos os níveis  
 VI - exercício livre e consciente da cidadania  
 VII - condições para a capacitação ao trabalho e a sustentação da vida  
 VIII - igualdade de direitos para a convivência solidária  
 IX - liberdade para a reflexão crítica e para a ação eficaz a serviço de uma sociedade justa e livre.

**Justificativa:**

Primeiro há que se estabelecer os aspectos filosóficos fundamentais a que se objetiva a Educação, em sequência e a partir dos valores assegurados, o estabelecimento dos princípios a serem expressos na execução da atividade. Primeiro em benefício e por determinação da sociedade em que o Estado é o meio e não o fim, daí estabelecer-se, a posteriori, os princípios que irão fundamentar os valores anteriormente expressos. Para que a Educação exercitada pelo ensino resulte como expressão viva das aspirações sociais de progresso, desenvolvimento e bem-estar de toda a coletividade.

**Parecer:**

Os princípios e garantias expressos pela Emenda já se encontram plenamente formulados na redação do Relator.  
 Pelo não colhimento.

**EMENDA:00854 APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

Propõe-se, como tem no artigo 18 do Regimento Interno, nova redação para o Art. 1o. do Anteprojeto da Subcomissão VIII-a.  
 Art. 1o. - A educação, direito de todos e dever do Estado, será promovida e incentivada por todos os meios, com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao compromisso com a liberdade e a democracia, e obedecidos os seguintes princípios

-----  
 I - democratização do acesso, permanência e gestão da educação escolar;  
 II - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicos e privados;  
 III - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar as descobertas feitas;  
 IV - garantia de ensino fundamental para todos;  
 V - gratuidade ao ensino público em todos os níveis, garantindo-se aos docentes: estruturação de carreira nacional; provimento de cargos iniciais e finais de carreira, no ensino público, mediante concurso de provas e títulos; condições



condignas de trabalho, padrões adequados de renumeração; aposentadoria aos 25 anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, posto ou graduação; direito de greve e de sindicalização;  
VII - eliminação progressiva dos efeitos das desigualdades e das discriminações de raça, de etnia, de classe e de região.

**Justificativa:**

Propõe-se a incorporação do Art. 2º ao Art. 1º, por se tratar de princípios que dizem respeito à educação.

Dentre os princípios, propõem-se a eliminação do inciso IV ao Art. 2º.

**Parecer:**

O conteúdo da proposição está consubstanciado no texto do anteprojeto. Aprovada.

**EMENDA:00876 APROVADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

Propõe-se nova redação ao art. 2o. do

Anteprojeto da Subcomissão VIII-a:

Art. 2o. A educação obedecerá os seguintes princípios:

- I .....
- II .....
- III .....
- IV .....
- V .....
- VI .....
- VII .....
- VIII .....

**Justificativa:**

Propõe-se, com nossa redação, maior clareza ao referido artigo e seus incisos.

**Parecer:**

Sua Emenda foi atendida plenamente tendo sido suprimido o inciso IV do art. 2o. do Anteprojeto da Subcomissão. Acolhida totalmente.

**EMENDA:00884 REJEITADA**

**Fase:**

E - Emenda ao Anteprojeto do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ERALDO TINOCO (PFL/BA)

**Texto:**

Emenda Substitutiva ao Anteprojeto da

Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes

Substitua-se o inciso VI do art. 2o. pelo seguinte:

"VI - gratuidade de ensino, aos que comprovarem necessidade, em todos os níveis."

**Justificativa:**

A escola pública não atinge todos os níveis e todos os recantos do País. Há necessidade de garantir a gratuidade não só do ensino público, sob pena de se deixar muita localidade e em muitos cursos sem atendimento da respectiva população escolar.

Por outro lado, se houver alunos que, por condições econômicas ou por opção, não quiser a gratuidade, importante que não se desperdicem recursos.

**Parecer:**

O Relator mantém o princípio da gratuidade, sem as restrições sugeridas pela proposta no nobre Constituinte. Pelo não acolhimento.

## FASE G

**EMENDA:00063 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOSÉ MAURÍCIO (PDT/RJ)

**Texto:**

Acrescente-se ao Substitutivo do Relator da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação o seguinte dispositivo:

Art. É assegurada ao professor uma remuneração mensal nunca inferior a 5 (cinco) salários mínimos.

**Justificativa:**

A educação no Brasil é sabido e ressabido de todos, que é deficiente por vários motivos, mas o principal e talvez o que dá origem a outros, está na falta de incentivo e assistência ao professor.

A proposta de Emenda que apresentamos ao Substitutivo do Relator, visa assegurar uma remuneração mínima, nunca inferior a cinco salários mínimos aos professores, pois, é inaceitável que um mestre ganhe na maioria dos estados, uma quantia inferior ao de um salário mínimo.

Entendemos que sendo o professor um profissional do ensino e que presta um relevante serviço de educador, não deve ser tratado com desprezo, mas com o prestígio pelo o que faz.

Não se pode ignorar que o baixo salário do professor reflete negativamente na qualidade do ensino, esperamos portanto, dos nobres colegas constituintes o acolhimento desta nossa Emenda, e que a remuneração mínima mensal do professor seja garantida no novo texto Constitucional.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00070 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Acrescente-se ao inciso II, do art. 2o., do

Substitutivo elaborado pelo Relator da Comissão, o seguinte dispositivo:

Art. 2o. ....

I - .....

II - ...; dentro desse critério será ministrado, também, o ensino da teoria criacionista, em todos os níveis de escolaridade.

**Justificativa:**

Em que pese o desenvolvimento do conhecimento científico, de nossos dias, a formação moral e ética da sociedade cristã jamais pode deixar o princípio salutar e digno de aceitação, da teoria criacionista da espécie humana.

Se é admitida a livre exposição da teoria evolucionista, nas escolas – fato, até hoje, não comprovado pela ciência – por que não permitir que, paralelamente, os estudantes comecem também os princípios cristãos de toda a criação, por Seu Supremo Criador, Deus?

A conscientização de que o homem é um ser dotado de capacidade reveladora de sua existência específica, e partilhador de características divinas, dão-lhe uma integridade e um equilíbrio moral, físico e espiritual diferente da conceituação evolucionista. Não somos só matéria. Assim, nos seus estudos, os jovens poderão confrontar as duas teorias e tirar suas próprias conclusões de moda mais salutar e responsável.

**Parecer:**

O ensino religioso, independentemente de credos e teologias, já está contemplado no Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00074 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Acrescente-se ao art. 2o., mais um inciso, e renumere-se o inciso VI, (que passará a ser o VII), no substitutivo elaborado pelo Relator da Comissão, com o seguinte dispositivo:

Art. 2o. ....

VI - Para os efeitos do disposto no inciso anterior, é criado o Estatuto Nacional do Magistério, na forma que a lei complementar estabelecer, abrangendo todos os níveis de ensino e caracterizando-se a justa isonomia salarial, nos âmbitos federal, estadual e municipal, assegurando-se aos professores do curso de alfabetização, ou especializados no ensino de treinamento de alunos deficientes, uma gratificação de 10% (dez por cento) sobre o seu salário-base, pela prestação desses serviços.

VII - (redação do atual inciso VI)

**Justificativa:**

A nossa emenda tem como finalidade a valorização do magistério em todos os níveis, o que só é possível através da criação do Estatuto do Magistério Nacional, na forma do que a lei complementar estabelecer.

Há necessidade de uma justa isonomia salarial, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para os professores, ao longo de sua carreira profissional, de acordo com sua qualificação, tempo de serviço e outras vantagens estabelecidas em lei.

A proposição visa também propiciar aos professores dos cursos de alfabetização, ou especializados no tratamento de deficientes, uma gratificação de 10% (dez por cento) sobre seu salário-base, pela prestação desses serviços.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00111 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOSÉ LOURENÇO (PFL/BA)

**Texto:**

Substitua-se a expressão 'do' por 'de' no item IV do art. 2o.

**Justificativa:**

Melhor clareza de redação.

**Parecer:**

O Relator mantém a especificidade da gratuidade aplicada a todo o ensino público. Rejeitada.

**EMENDA:00113 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOSÉ LOURENÇO (PFL/BA)

**Texto:**

- Suprima-se, no Art. 2o., inc. V, uma parte final a partir de "aposentadoria aos vinte e cinco anos..." redigindo-se da seguinte maneira o item:  
Art. 2o.

.....  
V - Valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais de carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração.

**Justificativa:**

Em quatro itens, se estabelece uma diferenciação entre o pessoal docente e os outros servidores públicos: aposentadoria aos 25 anos, proventos integrais com reajustamento aos dos profissionais em exercício, direito de greve e sindicalização.

Uma constituição que se quer democrática não pode estabelecer tais diferenças que afetam a igualdade entre os cidadãos.

De resto, nos outros países, - salvo exceções pouco expressivas- não é assegurado a sindicalização e o direito de greve aos servidores públicos, conforme a boa doutrina do Direito Administrativo.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00114 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOSÉ LOURENÇO (PFL/BA)

**Texto:**

- Suprima-se no Art. 2o., inc. I, as expressões permanência e gestão, redigindo-se da seguinte maneira o item:

Art. 2o.

.....

I - democratização do acesso ao ensino em todos os níveis.

**Justificativa:**

O primeiro termo, permanência, é equívoco, trata-se de permanência do acesso, do ensino?

O segundo, pediria melhor explicitação.

Gestão – obviamente, o que se busca, aí, é a gestão democrática, mas em que níveis, em que forma?

**Parecer:**

A democratização do acesso deve ser completada pela democratização da permanência e da gestão do ensino.

Rejeitadas.

**EMENDA:00123 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ROBERTO BRANT (PMDB/MG)

**Texto:**

Substitua-se o inciso IV do artigo 2o. pelo seguinte:

Art. 2o. ".....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos estatais ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

- É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. Não se entende como país civilizado, no século XX, aquele em que alguém tenha que pagar para aprender a ler e escrever.

- O direito de opção da família é sagrado, cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

- A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

O Relator optou pela gratuidade do ensino, em todos os níveis, sem estabelecer quaisquer condições. Rejeitada.

**EMENDA:00170 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ANTÔNIO CÂMARA (PMDB/RN)

**Texto:**

CAPÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Acrescente-se ao art. 2o. item VI do Substitutivo do Anteprojeto Constitucional, a seguinte redação:

Art. 2o.....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexistas, etárias e demais formas de discriminações.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexista, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de serem explicitados em qualquer listagem de princípios ou normas.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00177 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOÃO CUNHA (PMDB/SP)

**Texto:**

Inclua-se o seguinte parágrafo ao art. 2o:

O ensino será ministrado pelos Poderes Públicos da União, dos Estados e dos Municípios, vedado à iniciativa privada especulativa, ressalvadas as instituições filantrópicas reconhecidas pelo Estado.

**Justificativa:**

A educação é um direito de todos os cidadãos e cabe aos Poderes Públicos zelar para que este direito seja cumprido.

Para que o processo educativo seja eficaz é necessário que a qualidade do ensino tenha um controle permanente e vise apenas o enriquecimento dos que dela estão usufruindo.

A iniciativa privada na medida que comercializa o ensino passa a ter como objetivo o lucro, desvirtuando assim o princípio fundamental do processo educativo.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00184 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FLORESTAN FERNANDES (PT/SP)

**Texto:**

Emenda ao Substitutivo do Relator:  
Dê-se a seguinte redação ao item VI do art. 2o:  
VI - Superação das desigualdades e das discriminações raciais, éticas, de classe social, religiosas e regionais.

**Justificativa:**

A enumeração pretende incluir um número maior de elementos que interferem na formação e disseminação de estigmas que podem ser atenuadas ou suprimidas através da democratização do ensino e de práticas educacionais críticas.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00212 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

TADEU FRANÇA (PMDB/PR)

**Texto:**

Art. 2o., VI - suprimir "regionais, sociais, étnicas e religiosas".

**Justificativa:**

O enunciado original "superação das desigualdades e discriminações" já é o suficiente.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00260 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ALOÍSIO VASCONCELOS (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se o inciso IV do art. 2o. pelo seguinte:

Art. 2o. " .....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos estatais ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

- É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. Não se entende como país civilizado, no século XX, aquele em que alguém tenha que pagar para aprender a ler e escrever.  
- O direito de opção da família é sagrado, cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.  
- A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

O Relator optou pela gratuidade do ensino, em todos os níveis, sem estabelecer quaisquer condições. Rejeitada.

**EMENDA:00276 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

**Texto:**

"Substitutiva"

"PROPOSTA DE EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO RELATOR DA COMISSÃO DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA COMUNICAÇÃO"

Capítulo I - Substitua-se o inciso I, art. 2o., pelo seguinte:

"I - Assegurar a igualdade de oportunidade educacionais, garantindo a todos, independentemente de condições sociais e econômicas, o acesso à educação, cabendo à família a escolha do gênero de educação a ser ministrada a seus filhos."

**Justificativa:**

O inciso I do texto, como redigido, oferece pouca clareza.

O texto aqui proposto apresenta as mesmas idéias, dando ênfase ao direito e à responsabilidade da família na escolha da educação a dar a seus filhos.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00284 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

Ao Substitutivo da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação dê-se ao Artigo 2o., item VI a seguinte redação:

"VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas, com a colaboração da família e da comunidade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o atingimento do bem comum."

**Justificativa:**

A Declaração dos Direitos do Homem, aceita em 10/12/48 pelo Conjunto de países membros da ONU, consagra no seu Artigo 26, parágrafo 2: "A educação tem como fim o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito dos Direitos do Homem e às liberdades fundamentais. Ela deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o progresso das Nações Unidas em prol da paz", e



vai mais além, no parágrafo 3 do mesmo Artigo: “Os pais tem, como prioridade, o direito de escolher o gênero de educação a ser dada a seus filhos.”

O Protocolo Adicional da Convenção Européia dos Direitos do Homem”, firmado em 1952, explicita os aspectos acima ressaltados, ao afirmar:

“Artigo 2 – O Estado, no exercício das funções que assumir nos domínios da educação e do ensino, respeitará o direito dos pais de assegurar essa educação e esse ensino de acordo com as suas convicções religiosas e filosóficas”, salientando a prática educativa do humanismo, que tem a pessoa humana como fim da educação, em oposição à tendência socialista que aponta, como objetivo da educação, formar servidores do Estado ou do partido.

Na linha de raciocínio anterior, a Constituição Espanhola de 1978 consagra:

“Artigo 27, ... 1 – Todos têm o direito à educação. É reconhecida a liberdade de ensino.

3 – Os poderes públicos garantirão o direito que assiste aos pais para que os filhos recebam a formação religiosa e moral que está de acordo com as suas convicções.

6 – É reconhecida a liberdade de criação de centros docentes às pessoas físicas e jurídicas.”

Também a Constituição Italiana de 1947 assegura, para as escolas privadas, a plena liberdade, e os Estados Unidos da América, por adotarem um sistema educacional altamente descentralizado de ensino e de educação, limitam o Poder Central a discretas funções consultivas, onde não cabe às unidades federativas, mas aos distritos locais o exercício do governo escolar. A prosperidade da iniciativa privada na atividade produtiva proporciona, aos EUA, a capacidade de criar, não só pequenas escolas primárias e secundárias, como também grandes universidades, sem a ajuda estatal, usando apenas a liberdade que lhe é assegurada, contribuindo, assim, para o atingimento do bem comum em suas diversas comunidades.

Bem diferente é o que ocorre nos ambientes socialistas, onde o homem é visto e tratado como um ser destinado ao serviço do Estado e para essa função é educado”.

A constituição da Albânia, por exemplo, diz:

“Artigo 17 – O sistema unificado do ensino socialista... permite aos cidadãos participar da construção da sociedade e prestar uma ativa contribuição para o progresso da democracia socialista.

Artigo 25 – O Sistema unificado do ensino socialista garante a cada cidadão uma formação, um aperfeiçoamento e uma qualificação socialista permanentes”.

Mais nítida é a Constituição Soviética:

“Artigo 25 – Na URSS existe um sistema único de ensino que está a serviço da educação comunista...

Artigo 26 – De acordo com as necessidades da Sociedade, o Estado assegura o desenvolvimento planificado da Ciência...”

Nos regimes comunistas, o que se vê é o ensino único para o homem único, enquadrado na condição de meio para o Estado Comunista, onde a educação é confundida com manipulação, e não contribui para a superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas, antes, as aprofunda, como é facilmente comprovável nos países comunistas.

Nós, ao contrário, desejamos que a Constituição Brasileira consagre o princípio do “unio moralis plurium ad agendum pro bono communi” (união moral de muitos para trabalhar pelo bem comum).

Assim, propugnamos por uma sociedade civil que tenha, como fim educacional, proporcionar a seus membros o atingimento do bem comum, que não é a soma dos bens individuais, nem um bem coletivo, como quer a proposta socialista, mas o conjunto de circunstâncias e de fatores que permitam e favoreçam a realização de cada indivíduo dessa sociedade.

#### **Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

#### **EMENDA:00308 REJEITADA**

#### **Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

#### **Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

#### **Autor:**

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PMDB/SP)

#### **Texto:**

Capítulo I - Da Educação

Acrescente-se ao art. 2o. item VI do Substitutivo do Anteprojeto Constitucional, a seguinte redação:

Art. 2o. - .....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexistas, etárias e demais formas de discriminações.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexista, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questões de idade, não podem deixar de serem explicitados em qualquer listagem de princípios ou normas.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00332 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FÁBIO RAUNHEITTI (PTB/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Substitua-se o inciso IV do artigo 2o. pelo seguinte:

Art. 2o." .....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos estatais ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. O direito de opção da família é sagrado. Cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

O relator mantém a redação do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00341 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

**Texto:**

Proposta de Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia".

Art. 2o. - São seguintes as diretrizes do sistema de Educação:

I - democratização do acesso e da continuidade escolar;

II - .....

III - liberdade de pesquisa e de comunicação, e exercício livre do magistério.

IV - adequação aos valores e as condições culturais regionais e locais.

V - descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente aos Municípios e supletivamente aos Estados o ensino fundamental e obrigatório;

VI - valorização do magistério em todos os níveis, com estruturação da respectiva carreira e garantia de condições condignas para a eficácia do trabalho, com padrões reais de remuneração, fixados e lei federal.

VII - .....

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00347 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

EXPEDITO JÚNIOR (PMDB/RO)

**Texto:**

Dê-se ao Art. 2o. do Substitutivo da Comissão VIII, a seguinte redação:

Art. 2o. - O ensino público, gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade é direito de todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de sexo, raça, idade, confissão religiosa, filiação política ou classe social.

§ único - É dever do Estado o provimento em todo o território nacional de vagas em número suficiente para atender à demanda.

**Justificativa:**

O dever do Estado é para com o ensino; a educação é responsabilidade da sociedade.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00362 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

MATHEUS IENSEN (PMDB/PR)

**Texto:**

Acrescentar os seguintes itens ao artigo 2o. do Substitutivo:

Item VII - Adequação dos conceitos universais da Pedagogia às condições concretas da sociedade brasileira em sua unidade e diferenciação.;  
 Item VIII - Democratização do acesso, permanência e gestão da educação escolar;  
 Item IX - Exercício livre e consciente da cidadania;  
 Item X - Condições para a capacitação ao trabalho e a sustentação da vida;  
 Item XI - Igualdade de direitos para a convivência solidária;  
 Item XII - Liberdade para a reflexão crítica e para a ação eficaz a serviço de uma sociedade justa e livre.

**Justificativa:**

Primeiro há que se estabelecer os aspectos filosóficos fundamentais a que se objetiva a Educação, em sequência e a partir dos valores assegurados, o estabelecimento dos princípios a serem expressos na execução da atividade. Primeiro em benefício e por determinação da sociedade em que o Estado é o meio e não o fim, daí estabelecer-se, a posteriori, os princípios que irão fundamentar os valores anteriormente expressos. Para que a Educação exercitada pelo ensino resulte como expressão viva das aspirações sociais de progresso, desenvolvimento e bem-estar de toda a coletividade.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00387 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

**Texto:**

Acrescente-se ao art. 2o. do Substitutivo da Comissão da Família, da Educação, Cultura, e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação o seguinte:  
 'VII - controle da execução da política educacional em todos os níveis, através de organismos colegiados, na forma de lei complementar.'

**Justificativa:**

A presente emenda visa simplesmente assegurar uma participação maior da sociedade na execução da política educacional em todos os níveis – federal, estadual e municipal.

A participação proposta pela presente emenda abrange, inclusive, o controle da política educacional através de órgãos colegiados democraticamente constituídos, na forma que dispuser a lei complementar disciplinadora da matéria.

Será, sem dúvida alguma, de inestimável valor a contribuição da sociedade civil para o aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro.

Cumprе ressaltar que o mérito da presente emenda deve ser creditado ao II Encontro Nacional Sobre Aspecto Social da Doutrina Espirita.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00390 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

RAUL FERRAZ (PMDB/BA)

**Texto:**

Suprima-se a alínea IV do art. 2o, substituindo-a por um artigo com a seguinte redação:

Artigo - A educação será gratuita ou renumerada, quer nos estabelecimentos públicos, quer nos particulares, considerando-se tão somente a condição econômica do aluno ou de sua família.

Parágrafo 1o. - A condição de isento do Imposto de Renda, tal qual é previsto no caput é suficiente para a livre matrícula do aluno em qualquer estabelecimento de ensino, de qualquer nível.

Parágrafo 2o. - Respeitado o disposto no parágrafo anterior a lei estabelecerá formas de remuneração do ensino segundo a possibilidade de cada um, remuneração que será devida tanto nos estabelecimentos particulares, como nos públicos.

Parágrafo 3o. - Os estabelecimentos particulares de ensino serão reembolsados pelo poder público no equivalente às anuidades de alunos matriculados e isentos do pagamento.

**Justificativa:**

O Imposto de Renda é um excelente parâmetro para se medir o poder aquisitivo de cada cidadão ou de cada família. Sabe-se que a grande maioria dos brasileiros é de pessoas isentas desse tributo direto e que melhor apura a condição de cada um.

Consideramos injusta a situação hoje existente, em que muitas vezes quem pode pagar o melhor colégio, os melhores cursos, excluem os demais do acesso ao ensino público gratuito.

Consideramos injusto também, e sem sentido que o ensino seja público e gratuito em todos os níveis e para todos os cidadãos. Isto porque o Estado não dispõe de meios suficientes para manter um bom ensino nestas condições. E também porque não faz sentido essa gratuidade que beneficia por igual aos mais abastados cidadãos, e aos desamparados da miséria absoluta. É de se acreditar mesmo que isso nem é do desejo das classes privilegiadas.

Seria uma excelente ajuda aos cofres públicos, quer para o aprimoramento do ensino, quer para o desenvolvimento de outras atividades, que a parcela da sociedade que pode pagar o preço da educação, efetivamente o faça, sem que isto signifique qualquer injustiça para com quem quer que seja.

**Parecer:**

O Relator optou pela gratuidade do ensino, em todos os níveis, sem estabelecer quaisquer condições. Rejeitada.

**EMENDA:00396 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

MENDES RIBEIRO (PMDB/RS)

**Texto:**

Substitua-se a expressão 'do' por 'de' no item IV do art. 2o.

**Justificativa:**

Melhor clareza de redação.

**Parecer:**

O Relator mantém a especificidade da gratuidade aplicada a todo o ensino público. Rejeitada.

**EMENDA:00412 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

MENDES RIBEIRO (PMDB/RS)

**Texto:**

- Suprima-se, no Art. 2o, inciso V, uma parte final a partir de "aposentadoria aos vinte e cinco anos" redigindo-se da seguinte maneira o item:  
Art. 2o. ....

V - Valorização do profissionais de ensino em todos os níveis garantindo-lhe: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais de carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho: padrões adequados de renumeração.

**Justificativa:**

Em quatro itens, se estabelece uma diferenciação entre o pessoal docente e os outros servidores públicos: aposentadoria aos 25 anos, proventos integrais com reajustamento aos dos profissionais em exercício, direito de greve e sindicalização.

Uma constituição que se quer democrática não pode estabelecer tais diferenças que afetam a igualdade entre os cidadãos.

De resto, nos outros países, - salvo exceções pouco expressivas - não é assegurado a sindicalização e o direito de greve aos servidores públicos, conforme a boa doutrina do Direito Administrativo.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00416 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

MENDES RIBEIRO (PMDB/RS)

**Texto:**

- Suprima-se no Art. 2o, inc. I, as expressões permanência e gestão, redigindo-se da seguinte maneira o item:  
Art.2o.  
.....

I - democratização do acesso ao ensino em todos os níveis.

**Justificativa:**

O primeiro termo, permanência, é equívoco, trata-se de permanência do acesso, do ensino?

O segundo, pediria melhor explicação.

Gestão – obviamente, o que se busca, aí, é a gestão democrática, mas em que níveis, em que forma?

**Parecer:**

A democratização do acesso deve ser completada pela democratização da permanência e da gestão do ensino.

Rejeitada.

**EMENDA:00427 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

MELLO REIS (PDS/MG)

**Texto:**

Dê-se ao Art. 2o, item IV a seguinte redação:

Art. 2o. ....

IV - gratuidade do ensino público no 1o. e

2o. graus;

.....

**Justificativa:**

Universalizar o ensino de 1ºe 2º graus é meta prioritária quando pensamos em desenvolvimento de uma Nação. Na medida em que ampliamos os conhecimentos do indivíduo contribuimos para o crescimento da sociedade a qual pertence. Estando o nosso País com sérias dificuldades econômicas, acreditamos que o ensino de 3º grau deva ser custeado pelo próprio estudante, sempre que dispuser de recursos financeiros.

**Parecer:**

O Relator optou pela gratuidade do ensino, em todos os níveis, sem estabelecer quaisquer condições. Rejeitada.

**EMENDA:00428 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

MELLO REIS (PDS/MG)

**Texto:**

Substitua-se o item V do art. 2o. pelo seguinte, renumerando-se os demais.

"Art. 2o. ....

V - liberdade de escolha da escola, estatal ou de livre iniciativa, laica ou confessional;

....."

**Justificativa:**

O princípio democrático de livre escolha, em se tratando de educação, é fator decisivo para uma boa aprendizagem sempre que ajustamos nossas aspirações e desejos às oportunidades de oferta contribuimos para situações favoráveis de crescimento.

A escola particular sempre trouxe contribuições valiosas para o ensino educacional brasileiro. Desde a vinda dos jesuítas, até nossos dias, com a participação de diferentes credos religiosos, ou simplesmente laica, temos um ensino que procura minimizar dificuldades e oportunizar ao maior número de brasileiros, a realidade ensino-aprendizagem.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00458 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB/MT)

**Texto:**

Inclua-se, após o item IV, do art. 2o. (art. 20a), do Substitutivo da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, a seguinte redação:

- Lei Complementar poderá fixar taxas e contribuições educacionais nas escolas públicas nos níveis posteriores ao 1o. grau, garantida a gratuidade para os alunos carentes.

**Justificativa:**

O dispositivo do Substitutivo elimina qualquer hipótese de qualquer tipo de contribuição de alunos de escola pública, inclusive pelos ricos, ou pelos que, por hipótese, o desejassem.

A emenda mantém o dispositivo em relação ao ensino fundamental, mas abre hipóteses de fazê-lo para os graus seguintes, mediante lei complementar.

**Parecer:**

O Relator optou pela gratuidade do ensino, em todos os níveis, sem estabelecer quaisquer condições. Rejeitada.

**EMENDA:00462 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

IVO CERSÓSIMO (PMDB/MS)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Acrescente-se, onde couber, a seguinte disposição:

"Art. 2o. - .....

Inciso - permanência na escola de ensino fundamental em dois turnos para complementação didático-pedagógica, realização dos deveres escolares e afluência das aptidões vocacionais, com direito ao lazer e descanso correspondente à idade do aluno."

**Justificativa:**

Consagrando o princípio de que a educação é um direito de cada um e dever do Estado executá-lo, entendemos que a promoção do ensino, dentro da atual conjuntura, merece esquecer a rotina de um único período que está promovendo a evasão escolar, além do resultado insatisfatório para aqueles que desejam e se esforçam para atingir outros níveis de qualificação.

Com a equiparação dos direitos do Homem e da Mulher, a necessidade de recompor o orçamento doméstico, as mães que foram obrigatoriamente Mãe-e-Mestra não mais dispõem de tempo para auxiliar os filhos na execução dos deveres escolares. Aumenta o número de crianças... [final do texto publicado].

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00477 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação



**Autor:**

ALDO ARANTES (PC DO B/GO)

**Texto:**

Emenda

Acrescente-se um inciso VII ao art. 2o. do substitutivo, com a seguinte redação:

VII - a educação, em todos os níveis, estará voltada para os problemas do povo e do país, do seu desenvolvimento independente e do progresso científico".

**Justificativa:**

A inclusão desse dispositivo é fundamental para definir o compromisso da educação com a realidade econômica e social do País.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00503 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

Substitua-se o inciso IV do artigo 2o. pelo seguinte:

Art. 2o. " .....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos estatais ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. O direito de opção da família é sagrado. Cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

O Relator optou pela gratuidade do ensino, em todos os níveis, sem estabelecer quaisquer condições. Rejeitada.

**EMENDA:00536 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

Dá-se nova redação à alínea VI do art. 2o.

VI - Superação das desigualdades sociais e

regionais e eliminação das discriminações de qualquer natureza.

**Justificativa:**

A especificação das discriminações acaba sendo restritiva, por excluir outras categorias não mencionadas.

Por outro lado, o conceito de desigualdade não se aplica às etnias e às religiões, que são diferentes mas não desiguais.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00537 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

Acrescente-se ao art. 2o. item VI do Substitutivo do Anteprojeto Constitucional, a seguinte redação:

Art. 2o. ....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexistas, etárias e demais formas de discriminações.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexista, como a dos cidadãos e cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de serem explicitados em qualquer listagem de princípios ou normas.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00559 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FERES NADER (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Substitua-se o inciso IV do artigo 2o. pelo seguinte:

Art. 2o. ....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos estatais ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. O direito de opção da família é sagrado. Cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

O Relator optou pela gratuidade do ensino, em todos os níveis, sem estabelecer quaisquer condições. Rejeitada.

**EMENDA:00583 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ALOYSIO TEIXEIRA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Emenda ao item V do art. 2o.

Suprimir: "aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função de magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação."

**Justificativa:**

O dispositivo que se sugere suprimir apresenta-se como contrário ao interesse público, que não comporta privilégios a determinadas categorias profissionais em face aos demais trabalhadores. Além disso, é totalmente inviável, em termos práticos e operacionais, igualar os benefícios de aposentadorias aos salários da atividade a cada momento. Por fim, tal privilégio seria contrário a toda e universal técnica do seguro social.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00589 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOÃO PAULO (PT/MG)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao item V, artigo 2o.:

V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; com direito a remoção para qualquer estado da União; provimento dos cargos iniciais e finais de carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições dignas de trabalho, inclusive cursos de aperfeiçoamento mantidos pelo Estado; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimento que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma

categoria, padrões, postos ou graduação; direito de greve e de sindicalização;

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00594 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JOÃO PAULO (PT/MG)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao item I, do artigo 2o.:

I - democratização do acesso, permanência e gestão, com eleição para as funções de direção e coordenação das instituições de ensino em todos os níveis, pelo voto direto da comunidade atendida pela instituição.

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00619 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

ÁLVARO VALLE (PL/RJ)

**Texto:**

Substitua-se o item IV do art. 2o. por:

IV - Gratuidade do ensino de primeiro grau, por intermédio da escola pública ou da escola privada, sendo os custos pagos pelo Estado; do ensino superior na escola pública, ou nas escolas privadas, garantida pelo Estado a todos que provarem vocação, competência e impossibilidade de custear a educação.

**Justificativa:**

A Emenda assegura a gratuidade, sem restringi-la à escola pública. A universidade é reservada àqueles que provarem vocação e capacidade ou torna-se um mero instrumento de alienação.

**Parecer:**

O Relator optou pela gratuidade do ensino, em todos os níveis, sem estabelecer quaisquer condições. Rejeitada.

**EMENDA:00623 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

**Texto:**

Dê-se nova redação ao item V do art. 2o. do Substitutivo do Relator dessa Comissão:

"V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos trinta e cinco anos de exercício em função do magistério; direito de greve e de sindicalização;"

**Justificativa:**

- O qualificativo "nacional" à carreira do magistério não se coaduna com a diversidade das condições em um território tão vasto e tão rico de variações culturais.
- A aposentadoria aos 25 anos não é compatível com a realidade sócio-econômica do País, desafiado a trabalhar com empenho, e por prazo que se antevê longo, na luta contra o subdesenvolvimento.
- As condições de aposentadoria condigna devem ser buscadas e conquistadas por todos os brasileiros, não sendo lícito estabelecer situações privilegiadas para este ou aquele setor, por mais mérito que se lhe possa atribuir.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00669 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

HERMES ZANETI (PMDB/RS)

**Texto:**

Substituir o art. 1o. por:

"Art. 1o. A educação, baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da soberania nacional e do respeito aos direitos humanos é um dos agentes do desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão da crítica da realidade, visando a preparação para o trabalho e a sustentação da vida".

Art. 2o. O ensino público em todos os níveis de escolaridade é dever do Estado e direito de todos os cidadãos brasileiros.

**Justificativa:**

A educação, como prática sistemática e assistemática que envolve toda a sociedade e a família em particular, não se confunde com o ensino – este sim dever do Estado.

**Parecer:**

O Relator mantém a redação concisa do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00671 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

HERMES ZANETI (PMDB/RS)

**Texto:**

Acrescente ao art. 2o, item VI: sexo, idade e filiação política.

**Justificativa:**

A omissão da proibição à discriminação por sexo, idade e filiação política não se justifica numa Constituição democrática.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00712 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

**Texto:**

Emenda (aditiva)

Inclua-se onde couber:

"Art. Aplicam-se aos estabelecimentos

privados de ensino, ao seu funcionalismo e ao

professorado, as mesmas garantias, direitos e

deveres pertinentes ao ensino público, aí

compreendida a equivalência salarial.

Parágrafo Primeiro. A lei fixará, no ensino

de terceiro grau, limites máximos para a

utilização de professores horistas e mínimos para

a de professores de tempo contínuo e integral.

Parágrafo Segundo. As contratações de

professores sob o regime de hora-aula consideram-

se como excepcionalidade, assegurada, em qualquer

hipótese, a remuneração do tempo necessário para a

preparação, execução e avaliação das atividades

pedagógicas.

Parágrafo Terceiro. A aposentadoria

assegurará ao professor remuneração integral e

paritária ao professor em atividade.

Parágrafo Quarto. O ano sabático, assegurado

a todo professor, independentemente da qualidade

do vínculo empregatício, é uma das formas de

garantir ao professor o direito ao seu

aperfeiçoamento científico e pedagógico.".

**Justificativa:**

Mantém-se o ensino privado, mas de forma a impedir que ele se transforme em simples fonte de lucro

para os proprietários dos estabelecimentos. É preciso defender a qualidade do ensino e evitar a

exploração do professor, males que se espalharam por todo o território nacional.

A nível universitário, é imperioso fixar os limites da utilização dos mestres.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00714 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

**Texto:**

Emenda (aditiva)

Inclua-se onde couber:

"Art. A admissão, promoção e demissão de professores de universidades públicas e privadas, fundações, autarquias e unidades isoladas, é atribuição exclusiva do colegiado de seus docentes."

**Justificativa:**

Hoje, mais de 70 por cento das matrículas pertencem a universidades privadas ou escolas isoladas particulares. Umas e outras, geridas de fato por "sociedades mantenedoras", que são verdadeiras empresas comerciais. É preciso que o regime que justifica a universidade pública, a autonomia docente, seja estendido ao ensino privado, com muito mais razão. Não se justifica o tratamento diferenciado que só beneficia a comercialização do ensino, responsável pela sua baixa qualidade.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00715 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

**Texto:**

Emenda (aditiva)

Inclua-se onde couber:

"Art. A lei regulará a participação dos corpos docente e discente e dos funcionários na gestão das escolas, em todos os níveis."

**Justificativa:**

Os ensaios dessa prática de co-participação têm apresentado bons resultados. É conveniente inscrever o princípio na lei Maior para que o legislador futuramente regule convenientemente a matéria.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00723 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

**Texto:**

Emenda (aditiva)

"Art. - A lei regulará a forma de

participação das associações de professores, de alunos, de pais, das comunidades e das instituições de caráter científico, na definição da política nacional de ensino e pesquisa em todos os níveis."

**Justificativa:**

Trata-se da participação dos grupos diretamente interessados na definição da política nacional relativa ao ensino e à pesquisa. Tal participação, além de útil e construtiva, é altamente democrática.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00738 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

POMPEU DE SOUZA (PMDB/DF)

**Texto:**

Capítulo I da Educação

Dê-se ao Inciso VI do Art. 2o. do

Substitutivo a seguinte redação:

"VI - Superação de todas as formas de desigualdades e discriminações, especialmente as regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais e etárias."

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, assim como a dos grupos sociais marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitadas em qualquer relação de princípios para o desenvolvimento da Educação, como direito de todos e dever do Estado.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00741 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JAIRO CARNEIRO (PFL/BA)

**Texto:**

Inclua-se como Inciso ao Art. 2o. ou em adequação ao texto do Inciso I, com suficiente explicitação, o dispositivo a seguir:

"É assegurado ao professor e ao aluno o direito de participar da gestão democrática dos estabelecimentos de educação e de ensino, em qualquer nível ou grau, em todo o País".

**Justificativa:**

A proposição, talvez um anseio e aspiração legítima da sociedade brasileira que entende que, sendo a Educação um dos valores mais nobres e direito inalienável dos cidadãos, não se pode afastar das decisões sobre os destinos da Educação e do Ensino a participação de cada indivíduo. É um direito



da cidadania, irrecusável, e imperativo da sociedade democrática. É a gestão democrática de que se fala e que se impõe assegurar.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00742 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JAIRO CARNEIRO (PFL/BA)

**Texto:**

Inclua-se em aditamento ao Inciso V do Art. 2o., após "... padrões adequados de remuneração", ou como dispositivo autônomo (inciso, parágrafo ou artigo), o seguinte:

Alternativa A

Art. 2o. ....

V - padrões adequados de remuneração, assegurado salário ou vencimento básico inicial para regente de menor grau no sentido, em valor não inferior ao equivalente a dois salários mínimos, aplicado igual tratamento aos proventos;

Alternativa B

Inciso, parágrafo ou Art.:

"É assegurado ao profissional de ensino, em regência de classe, vencimento básico ou salário inicial, no menor grau de ensino, em valor não inferior ao equivalente a dois salários mínimos, aplicado igual tratamento aos proventos.

**Justificativa:**

A proposição é coerente com o propósito que anima o texto do Substitutivo. Entende-se a necessidade de consagrar no texto constitucional, pela importância de que se reveste a matéria, a garantia ou direito mínimo que cumpre conferir ao profissional de ensino em razão do alto significado da sua missão para a sociedade e para a formação das gerações. É um trabalho árduo e nobre, convindo fixar, por antecipação e prudência, o direito mais elementar à remuneração, em dignidade.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00758 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

**Texto:**

Emenda (supressiva)

Suprima-se, no texto do inciso V do art. 2o., a expressão "no ensino oficial".

**Justificativa:**

As medidas constantes do inciso são, todas, muito importantes, tanto que não devem ficar restringidas ao ensino público. Hoje, mais de cerca de setenta por cento das vagas do ensino

superior são oferecidas pela rede particular, crescentemente mercantilizada. A exigência de padrão de qualidade deve atingir o ensino privado, pois não há discriminação entre os formados da escola pública e da privada.

**Parecer:**

As supressões e acréscimos sugeridos ao item V do Artigo 2o. trazem algumas alterações redacionais, sem modificar o conteúdo do Substitutivo. Rejeitada.

**EMENDA:00786 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

NELSON AGUIAR (PMDB/ES)

**Texto:**

Dê-se ao Parágrafo VI do art. 2o. a seguinte redação:

"Superação das desigualdades regionais e discriminações sociais, étnicas e religiosas."

**Justificativa:**

O parágrafo VI confunde o conceito de desigualdades regionais com o de discriminação sociais, étnicas e religiosas. Penso que as alterações propostas tornam-se necessárias à clareza do sentido.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00826 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda ao Parecer do Relator

- Acrescente-se inciso ao artigo 2o. do Anteprojeto:

"VII - descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente aos Estados e Municípios a educação pré-escolar e o ensino fundamental obrigatório."

**Justificativa:**

A educação pré-escolar é obrigação do Estado e deve ser executada prioritariamente pelos Estados e Municípios, da mesma forma e pelas mesmas razões que o ensino fundamental, pois essas são as instâncias administrativas mais descentralizadas, têm maior proximidade e conhecimento das necessidades da população nessa área e podem responder mais rapidamente às solicitações das comunidades.

Sem essa referência, ficaria imprecisa a que esfera caberia prioritariamente a educação pré-escolar, com o risco de não ser efetivamente assumida por nenhuma delas.

**Parecer:**

As emendas propõem alterações que, em parte, ou já foram contempladas pelo Substitutivo ou serão objeto da Lei Básica da Educação Nacional. Rejeitada.

**EMENDA:00844 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Substitua-se o inciso IV do artigo 2o. pelo seguinte:

Art. 2o. ....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos estatais ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. O direito de opção da família é sagrado. Cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

O Relator optou pela gratuidade do ensino, em todos os níveis, sem estabelecer quaisquer condições. Rejeitada.

**EMENDA:00864 REJEITADA**

**Fase:**

G - Emenda ao Substitutivo do Relator da Comissão

**Comissão:**

8 - Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação

**Autor:**

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se o inciso IV do artigo 2o. pelo seguinte:

Art. 2o." ....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos estatais ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. O direito de opção da família é sagrado. Cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

O Relator optou pela gratuidade do ensino, em todos os níveis, sem estabelecer quaisquer condições. Rejeitada.

## FASES J e K

### EMENDA:00232 NÃO INFORMADO

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB/MT)

**Texto:**

Dá nova redação do artigo 378 do anteprojeto de Constituição:

Art. 378 - .....

VII - Valorização do trabalho

**Justificativa:**

A atual Educação brasileira é conservadora e elitista e não admite qualquer referência ao trabalho, a não ser em escolas alternativas e de periferia.

Na nova constituição, o TRABALHO deve ser inserido no Capítulo da Educação, como um de seus princípios e tomado como elemento de formação geral do ser humano.

### EMENDA:00383 NÃO INFORMADO

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

**Texto:**

Emenda substitutiva

Substitua-se parcialmente o texto do inciso V do artigo 378, capítulo III, da Educação e Cultura, do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização pela redação seguinte:

Art. 378 - Para a execução do previsto no artigo anterior, obedecer-se-ão os seguintes princípios:

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira única para o magistério público;

**Justificativa:**

A estruturação atual é antiquada, repressora, desestimulante e prejudicial ao ensino, ao passo que, com a emenda substitutiva ora proposta, a qualidade do ensino sofrerá melhora, porque elevar-se-á o gabarito técnico-profissional do professorado, incentivado a aperfeiçoar-se para ser contemplado com a ascensão na carreira.

### EMENDA:00503 NÃO INFORMADO

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERES NADER (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 378 pelo seguinte:

" I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

Constitui direito natural da família educar os filhos segundo suas convicções, crenças, princípios e anseios, utilizando-se da escola que melhor atender a esses objetivos. Ao Estado compete a responsabilidade de proporcionar-lhe os meios e condições para isso.

**EMENDA:00524 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FÁBIO RAUNHEITTI (PTB/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 378 pelo seguinte:

" I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:00560 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 378 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:00609 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 378 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:00886 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

**Texto:**

Dê-se ao inciso IV do art. 378 a seguinte redação:

"IV - gratuidade do ensino público, para quantos comprovadamente não tenham capacidade econômica de custeá-lo".

**Justificativa:**

A norma do ensino gratuito compulsoriamente para todos favorece os alunos de mais capacidade econômica e, assim, torna-se potencialmente nociva para os alunos carentes. O ideal, do ponto de vista democrático, é que os que podem paguem para que os que não podem se beneficiem de um melhor sistema de ensino.

A proposição ora feita assegura o ensino gratuito para os carentes, sem todavia proibir que também os não-carentes possam tê-lo.

**EMENDA:00924 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DARCY POZZA (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 378 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:00988 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 378 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:01176 APROVADA**

**Fase:**

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

WILSON MARTINS (PMDB/MS)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo emendado: art. 378.

Alterar a redação parcial do dispositivo, substituindo a locução "obedecer-se-ão" por "serão obedecidos".

**Justificativa:**

A proposta visa evitar dúvidas na aplicação e interpretação da norma, além de dar-lhe caráter imperativo, na conformidade com o espírito do anteprojeto.

**Parecer:**

Propõe alterar a redação parcial do "caput" do art. 378, substituindo a locução "obedecer-se-ão" por "serão obedecidos".

Para melhor correção do texto, será substituída a expressão "obedecer-se-ão" por "obedecer-se-á". Pela aprovação parcial.

**EMENDA:01231 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RODRIGUES PALMA (PMDB/MT)

**Texto:**

Anteprojeto de Constituição.

Dá nova redação ao art. 378, acrescentando o inciso:

Inciso VII - valorização do trabalho.

**Justificativa:**

Justificativa ilegível.

**EMENDA:01336 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CRISTINA TAVARES (PMDB/PE)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 378, item VI

Acrescente-se ao art. 378, item VI do

Anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. 378 .....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**EMENDA:01668 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: art. 378, inciso V.

Inclua-se, no inciso V, do art. 378, a letra a, com a seguinte redação:

Art. 378 - .....

I - .....

V - .....

a) para os efeitos do disposto no inciso anterior, será criado o Estatuto Nacional do Magistério, na forma que lei complementar estabelecer.

**Justificativa:**

A nossa emenda tem como finalidade a valorização do magistério em todos os níveis, o que só é possível através da criação do Estatuto do Magistério Nacional, na forma do que a lei complementar estabelecer.

Há necessidade de uma justa isonomia salarial, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para os professores, ao longo de sua carreira profissional, de acordo com sua qualificação, tempo de serviço e outras vantagens estabelecidas em lei.

A proposição visa também propiciar aos professores dos cursos de alfabetização, ou especializados no tratamento de deficientes, uma gratificação de 10% (dez por cento) sobre seu salário-base, pela prestação desses serviços.

Ao submeter a presente emenda à Assembléia Nacional Constituinte, estamos certos de que ela merecerá a atenção que lhe é devida, mercê do elevado sentido educacional e social que inspira sua formulação.



**EMENDA:01751 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA (PFL/SP)

**Texto:**

O item IV, do artigo 378, do anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 378 - .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - gratuidade do ensino público de 1o. e 2o. graus."

**Justificativa:**

Existe uma verdadeira síndrome do ensino oficial gratuito de 3º grau. O ensino superior gratuito é uma utopia, mormente levando-se em conta que é propagada em nome da justiça social, aquinhoando os mais carentes.

Na prática é justamente o contrário. Aqueles que têm acesso às escolas superiores oficiais são justamente os de maior poder aquisitivo, marginalizando os mais carentes que não podem pagar escolas particulares. Assim, o propalado ensino gratuito leva a um resultado frontalmente contrário ao proposto, devido, ainda, à impotência do Estado em aumentar as vagas.

Não se trata, aqui, de fazer a defesa da escola privada, mas o interesse dos menos aquinhoados.

Aqueles que defendem a gratuidade, impedem os pobres de terem acesso às universidades. O ensino pago cria condições de o Estado aumentar as vagas ensejando o acesso de maior número de jovens às faculdades que a nosso ver constitui-se na verdadeira justiça social, além de contribuir para sua formação, pois para pagar é preciso trabalhar. E o trabalho dignifica o homem.

**EMENDA:01768 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 378, inciso IV.

O inciso IV do artigo 378 passa a ter a seguinte redação:

Art. 378. ....

.....

IV - O ensino público é gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade, sem distinção de sexo, raça, idade, confissão religiosa, filiação política ou classe social.

**Justificativa:**

A defesa do laicismo, como requisito de democratização do ensino, implica em não privilegiar um credo religioso em detrimento dos outros, não confundindo ainda, o laicismo com ateísmo. No Estado Republicano não há religião oficial. Na medida em que se assegura o ensino laico, garante-se, conseqüentemente, a liberdade religiosa e de pensamento, possibilitando a manifestação de todos os credos, mesmo os não reconhecidos oficialmente.

**EMENDA:01769 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 378, inciso VI.

O inciso VI do artigo 378 passa a ter a seguinte redação:

Art. 378. ....

.....

VI - eliminação das desigualdades e das discriminações regionais, sociais, de raça, de etnia, de sexo e de religião.

**Justificativa:**

Propomos esta emenda ao anteprojeto por considerarmos que não poderia deixar de ser contemplada, em Texto Constitucional, a eliminação das desigualdades e das discriminações por sexo, compatibilizando este enunciado com os do capítulo I, Dos Direitos Individuais, referentes ao mesmo assunto.

**EMENDA:01770 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 378, inciso III.

O inciso III do artigo 378 passa a ter a seguinte redação:

Art. 378. ....

.....

III - Pluralismo de idéias e de instituições de ensino.

**Justificativa:**

Ficam suprimidas as expressões “públicas e privadas” do inciso III, na medida em que se entende que o pluralismo de idéias não deve estar restrito à natureza jurídica da instituição que o veicula, bem como a garantia de acesso ao ensino.

**EMENDA:01821 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 378, Inciso I

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

O Inciso I do Art. 378 do anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização passa a ter a seguinte redação:

Art. 378. ....

I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino.

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:01832 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda modificativa

Dispositivo emendado: Artigo 378 - Inciso IV

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

O inciso IV do Artigo 378 do Anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização passa a ter a seguinte redação:

Art. 378. ....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos públicos ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. O direito de opção da família é sagrado. Cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos.

**EMENDA:01883 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CARREL BENEVIDES (PMDB/AM)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 378 pelo seguinte:

" I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:02144 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOFRAN FREJAT (PFL/DF)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ART 378

Inclua-se no art. 378 do anteprojeto o seguinte inciso.

Art. 378

I .....

II .....

III .....

IV .....

V .....

VI .....

VII Os profissionais liberais formados em escolas públicas ficam sujeitos à prestação remunerada de serviço profissional, em local de interesse do Poder Público, na forma que a lei estabelecer.

**Justificativa:**

A atual distribuição de profissionais liberais no País tem levado à concentração de especialistas nos grandes centros urbanos, enquanto o interior carece de assistência.

Aqueles que se formam em escolas públicas, têm o dever de contribuir para o desenvolvimento do País como um todo e não só de algumas regiões mais afortunadas.

**EMENDA:02575 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LÚCIA VÂNIA (PMDB/GO)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 378, item VI

Acrescente-se ao art. 378, item VI do

Anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. 378.....

Item VI - Superação das desigualdades de discriminações regionais, sociais étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**EMENDA:02583 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAULO MARQUES (PFL/PE)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 378 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:02609 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ TINOCO (PFL/PE)

**Texto:**

Substituir no artigo 378 do Anteprojeto de Constituição o inciso I que passa a ter a seguinte redação:

"I - democratizar do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:02714 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PEDRO CANEDO (PFL/GO)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: art. 378 - Item V

Art.: 378 .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - abertura para todos os graus de ensino, como pluralismo na experiência pedagógica.

**Justificativa:**

Partimos do próprio conceito de Universidade ou Universitas alumnorum et magistrorum, que é um multiplicar de métodos e experiências em todos os campos do saber mas também ao nível destinatário.

**EMENDA:02740 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OLÍVIO DUTRA (PT/RS)

**Texto:**

MENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 378, item VI

Acrescente-se ao art. 378, item VI do anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. 378.....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**EMENDA:02847 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAULO MINCARONE (PMDB/RS)

**Texto:**

Emenda modificativa.

Dispositivo emendado: art. 378, item VI.

Acrescente-se ao art. 378, item VI, do anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. 378. ....

VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**EMENDA:03264 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo emendado: Art. 378, Item VI

O Item VI, do Art. 378 passa a ter a seguinte redação:

VI - "Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais e culturais."

**Justificativa:**

O texto do Anteprojeto fala em "Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas". Estamos substituindo as palavras "étnicas e religiosas" pela palavra "culturais" que abrange esses dois conceitos, visto que desigualdades e discriminações "religiosas" nos parece difícil de ser identificadas. Além disso as palavras "desigualdades religiosas" não se articulam bem e dão ao texto certa falta de lógica.

**EMENDA:03274 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MOEMA SÃO THIAGO (PDT/CE)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 378, item VI

Acrescente-se ao art. 378, item VI do

Anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. 378.....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**EMENDA:03291 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ FERNANDES (PDT/AM)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Art. 378

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Substituir o Inciso I do Art. 378 pelo seguinte:

Art. 378 .....

"I - Democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:03305 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ANTONIO CARLOS KONDER REIS (PDS/SC)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Artigo 378 - Inciso I

Substituir o inciso I do Artigo 378 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:03435 REJEITADA**

**Fase:**

K - Emenda CS de Adequação ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

**Texto:**

Suprima-se no art. 378, inciso I, as expressões permanência e gestão, redigindo-se da seguinte maneira o item:

Art. 20 .....

.....

I - democratização do acesso ao ensino em todos os níveis.

**Justificativa:**

O primeiro termo, permanência, é equívoco, trata-se de permanência do acesso, do ensino?

O segundo, gestão, pediria melhor explicação. Obviamente, o que se busca, aí, é a gestão democrática, mas em que níveis, em que forma?

**Parecer:**

A proposta restringe a democratização apenas ao acesso, o que compromete o desenvolvimento e os resultados da educação.

Pela rejeição.

**EMENDA:03439 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

**Texto:**

Emenda Modificativa - Dispositivo emendado -

Art. 378

Substitua-se, no item V, do art. 378,



"garantindo-lhes estruturação de carreira nacional" e "padrões adequados de remuneração" por "garantindo-lhes estatuto do magistério com estruturação de carreira, cargos e salários condignos".

**Justificativa:**

"Carreira" não abrange a totalidade dos direitos, deveres, formas de atuação profissional, condições propostas pela administração para recrutamento e seleção bem como relações que o estatuto pressupõe. De outro lado, "a carreira nacional" proposta somente no magistério poderá determinar profundas distorções no quadro geral dos servidores do Estado e do Município. Ademais, o disposto contraria a atribuição que se confere aos Estados e Municípios de organizarem seus sistemas de ensino (art. 383), uma vez que o plano de carreira do pessoal que atua no ensino (e o magistério não é exclusivo) com os correspondentes cargos e salários mantém íntima relação com as atribuições e os regimes de trabalho que a organização irá determinar.

**EMENDA:03442 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

**Texto:**

Emenda Aditiva - Dispositivo emendado - Art. 378

Acrescentar ao item IV do art. 378, in fine:

"nos termos desta Constituição".

**Justificativa:**

A gratuidade no ensino público é princípio geral a ser perseguido como dever do Estado. Todavia, o próprio texto reconhece a inviabilidade de sua aplicação imediata e universal, prevendo a extensão progressiva ao ensino médio (art. 379, n. II), a eventualidade de insuficiência de recursos e a previsão de prioridade na repartição dos recursos (art. 384, § 2º e art. 385, parágrafo único). É mister, portanto, compatibilizar as normas em causa, restringindo o caráter absoluto contido na redação do preceito objeto da emenda.

**EMENDA:03460 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BENEDITA DA SILVA (PT/RJ)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 378, item VI

Acrescente-se ao art. 378, item VI do

Anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. 378.....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**EMENDA:03599 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 378 item VI.

Acrescente-se ao art. 378 item VI do

Anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. 378 .....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**EMENDA:03633 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda supressiva

- suprimir do inciso V do art. 378 do anteprojeto, a expressão "aos vinte e cinco anos de exercício da função do Magistério".

**Justificativa:**

O anteprojeto estabelece que não haverá distribuição entre o trabalho intelectual e manual, bem como não haverá privilégios em razão da natureza do trabalho ou qualquer outra condição social ou individual (art. 13, III, f) do anteprojeto).

Da mesma forma, estabelece o prazo de 35 anos de serviço para a aposentadoria dos servidores públicos e demais trabalhadores.

Portanto, coerentemente com estes princípios é inaceitável reduzir-se o prazo de aposentadoria para uma classe em detrimento das demais.

Assim, visando compatibilizar o texto e em respeito aos princípios de isonomia que adota, o tratamento a ser dispensado aos Professores, em termos de aposentadoria, deve ser o mesmo que o dispensado aos demais trabalhadores.

**EMENDA:03745 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AUREO MELLO (PMDB/AM)

**Texto:**

Substituir o inciso I do art. 378 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**EMENDA:03757 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MARCELO CORDEIRO (PMDB/BA)

**Texto:**

Emenda de Adequação

Incluir inciso VII ao Art. 378.

Art. 378 - VII - Oferta de ensino técnico e técnico rural, nas proximidades das regiões ou micro regiões econômicas, observadas a vocação econômica destas, suas singularidades culturais, as condições sociais e econômicas do educando e a qualidade do ensino.

**Justificativa:**

Várias são as regiões onde atividades econômicas não se desenvolvem e não adquirem escala de mercado pela falta de apoio às suas vocações e singularidades culturais, sobretudo quanto a educação e formação profissional. A disponibilidade de ensino, com as características adequadas, imperiosamente estimulará o desenvolvimento destas regiões, contribuindo para a fixação do homem, melhoria de sua qualidade de vida, inibindo, conseqüentemente o processo de inchaço das cidades brasileiras.

**EMENDA:03857 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 378

Adite-se mais um item no art. 378:

- A liberdade de ensino é direito inalienável da família, pressupondo a livre escolha da escola para os filhos, cabendo ao estado prover as condições materiais para que este direito possa ser exercido.

**Justificativa:**

A norma proposta compatibiliza o artigo com o mandamento estabelecido na letra "b" item V, art. 13 do Capítulo 1º (Dos Direitos Individuais), deste mesmo anteprojeto.

**EMENDA:03918 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda de Adequação  
Dê-se ao inciso V do artigo 378 do  
Anteprojeto da Comissão de Sistematização a  
seguinte redação:

"V - valorização dos profissionais de ensino  
em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação  
de carreira nacional; provimento dos cargos  
iniciais e finais da carreira, no ensino oficial,  
mediante concurso público de provas e títulos;  
condições condignas de trabalho; e padrões  
adequados de remuneração."

**Justificativa:**

A emenda visa a suprimir a parte final do dispositivo que assegura condições privilegiadas de aposentadoria aos professores, por incompatível com o critério adotado no anteprojeto da Comissão da Ordem Social (alínea c do artigo 362), que optou por estabelecer diretriz geral para redução do tempo de serviço para aposentadoria por tempo de serviço, sem abrir exceção para nenhuma categoria profissional.

Tal orientação parte do entendimento de que qualquer exceção à norma deve obedecer a fundamentos técnicos e sociais de validade e consistência inquestionáveis, de molde a não ferir os princípios de justiça distributiva. Entendemos, outrossim, que o tratamento especial a ser dispensado a certas categorias haverá de levar em conta fatores essencialmente dinâmicos e mutáveis mais suscetíveis, portanto, de regulação por lei ordinária.

**EMENDA:04412 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

**Texto:**

Emenda modificativa  
Dispositivo emendado: Art. 378, item IV.  
Dê-se ao item IV do art. 378 do Anteprojeto  
da Constituição a seguinte redação:  
Art. 378. ....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - Gratuidade do ensino primário, facultando-se  
o acesso ao ensino secundário, profissionalizante  
e superior, através de bolsas de educação  
outorgadas pelo Governo aos alunos que satisfaçam  
requisitos acadêmicos e demonstrem insuficiência  
da renda familiar, assegurada a livre opção entre  
escolas públicas e privadas, na forma da lei.

**Justificativa:**

Não há razão para que o Estado dê gratuidade aos filhos de famílias ricas, exceto no tocante ao ensino primário e fundamental. Nos demais graus de ensino, os estudantes pobres devem ter acesso e liberdade de opção entre escolas, sujeitos à demonstração de suficiência acadêmica e insuficiência da renda familiar.

**EMENDA:04869 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LUCIA BRAGA (PFL/PB)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 378, item VI

Acrescente-se ao art. 378, item VI do

Anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. ....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e de mais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**EMENDA:05038 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ RICHÁ (PMDB/PR)

**Texto:**

Nos termos do § 2o. do art. 23 do Regimento

Interno da Comissão de Sistematização - (Resolução no. 01/87 CS).

Dê-se ao item I do artigo 378 a seguinte redação:

"I - democratização do ensino em todos os níveis."

**Justificativa:**

A discriminação feita, neste inciso, sem dúvida não inclui todos os aspectos passíveis da democratização do ensino. A nova redação evita circunscrever a democratização somente a alguns aspectos.

**EMENDA:05158 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ANNA MARIA RATTES (PMDB/RJ)

**Texto:**

Acrescente-se ao art. 378 item VI do

Anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. 378. - .....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**EMENDA:05294 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LYSÂNEAS MACIEL (PDT/RJ)

**Texto:**

Anteprojeto de Constituição

Dá nova redação ao artigo 378, acrescentando o inciso VII:

VII - Valorização do Trabalho.

**Justificativa:**

A Educação Brasileira é, até o presente momento, elitista e conservadora, não admitindo qualquer referência ao trabalho. Todos os projetos e mesmo a Lei que regulamentou referida matéria foram interpretados como sendo apenas para escolas alternativas e de periferia e, por isso mesmo, não lograram êxito.

O Trabalho dever ser desestigmatizado na nova Constituição e mencionado no Capítulo da Educação como elemento de formação geral do ser humano.

A referência quanto a valorização do trabalho deve ser introduzida na fase escolar, no momento mesmo do ler e escrever. Declinar todas as suas etapas, estabelecer os direitos dos trabalhadores, dar conhecimento das profissões, do aproveitamento racional de nossas riquezas até o domínio da tecnologia e da ciência permitirá uma educação adequada à realidade brasileira.

Dessa forma, diminuiremos a marginalidade, a exploração da criança, a exportação de nossas reservas e a importação do conhecimento tecnológico.

SEJA O TRABALHO RECONHECIDO COMO REFERENCIAL BÁSICO DA VIDA.

**EMENDA:05316 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Dispositivo Emendado: Art. 378, inciso IV.

O inciso IV, do Art. 378, do Anteprojeto

Constitucional, passa a ter a seguinte redação:

Art. 378 - .....

I - .....

.....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos estatais ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. O direito de opção da família é sagrado. Cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**EMENDA:05361 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SANDRA CAVALCANTI (PFL/RJ)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 378 - Inciso IV

Após a expressão "níveis", acrescente-se: "de forma direta, em vagas oferecidas pela rede de escolas estatais, ou através de bolsas destinadas aos alunos carentes, nas escolas da rede privada, nos termos de lei."

**Justificativa:**

A realidade brasileira, neste particular, é muito grave. Estudam de graça, em escolas oficiais, os que podem pagar. E pagam com imensos sacrifícios, os que não dispõem de recursos. Principalmente no 3º grau.

Os países ricos, de forma democrática, usam o sistema de bolsa de estudo e se dão muito bem com isso. Aqui no Brasil, os abusos praticados nesse setor, desmoralizam o processo. Mas isso não impede que o sistema seja bom e possa ser implantado de forma mais correta e mais bem fiscalizada.

**EMENDA:05436 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

**Texto:**

Suprimam-se, no todo ou em parte, os arts.

**378**, 379, 381, 382, 383, 385, 388, 390, . 391, 392, 393, 394, 395, 397 e 399 do Capítulo III, da Educação e Cultura, remanescendo a seguinte nova redação:

Da Educação e Cultura

Art. .... - A educação, direito de cada um, é dever do Estado.

Parágrafo único - A educação será promovida e incentivada por todos os meios, com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao compromisso do Ensino com os princípios da liberdade, da democracia, do bem comum e do repúdio da todas as formas de preconceitos e de discriminação.

**Art. ....** - Para a execução do previsto no artigo anterior, obedecer-se-ão os seguintes princípios:

I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;

IV - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis;

V - superação das desigualdades e

discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas.

Parágrafo Único - O Chefe do Executivo competente poderá ser responsabilizado por omissão, mediante ação civil pública, se não diligenciar para que todas as crianças em idade escolar, residentes no âmbito territorial de sua competência, tenham direito ao ensino fundamental obrigatório e gratuito.

Art. .... - O ensino, em qualquer nível, será ministrado no idioma nacional, assegurando às ações indígenas também o emprego de suas línguas e processos de aprendizagem.

Art. ... - A lei fixará conteúdo mínimo para o ensino fundamental que assegurem a formação comum e o respeito aos valores culturais e artísticos e suas especificidades regionais.

Parágrafo Único - O ensino religioso, sem distinção de credo, constituirá disciplina facultativa.

Art. .... - As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia didático-científica, administrativa, econômica

I - indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;

III - padrão de qualidade, indispensável ao cumprimento de seu papel.

Art. .... - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino observância da legislação básica da educação nacional.

Art. .... - O Poder Público assegurará recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, tendo como base padrões mínimos de qualidade e custos, definidos nos termos da lei.

Art. ... - O ensino é livre à iniciativa privada, que o ministrará sem ingerência do Poder Público, salvo para fins de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e supervisão da qualidade.

Art. ... - A Lei definirá o Plano Nacional de educação, de duração, de duração plurianual, visando à articulação, ao desenvolvimento do ensino e à integração das ações do Poder Público que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar e melhoria da qualidade do ensino.

Art. .... As empresas comerciais e industriais são obrigadas a assegurar a capacitação profissional dos seus trabalhadores, inclusive a aprendizagem dos menores, em cooperação com o Poder Público, com associações empresariais e trabalhistas e com sindicatos.

§ 1o. - O Estado estimulará a criação e o aprimoramento de tecnologias para fabricação nacional de equipamentos, instrumentos e insumos



necessários à produção cultural no País.

Parágrafo único - O Estado protegerá, em sua integridade e desenvolvimento, o patrimônio e as manifestações da científico, a autonomia e a capacitação tecnológica, para a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e a preservação do meio ambiente.

§ 1o. - A lei garantirá a propriedade intelectual.

§ 2o. - É assegurada pelo Estado, na forma da lei, aplicação das normas brasileiras, da metrologia legal e da certificação da qualidade, visando à proteção do consumidor legal e da certificação da qualidade, visando à proteção do consumidor.

§ 3o. - O Estado deverá assegurar condições para a ampliação e a plena utilização da capacidade técnico-científica instalada no País.

Parágrafo único - O Estado e as entidades da administração direta e indireta privilegiarão a capacitação científica e tecnológica nacional como critérios para a concessão de incentivos, de compras e de acesso ao mercado brasileiro e utilização, preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais.

Art. .... - Em setores nos quais a tecnologia seja fator determinante de produção, serão consideradas nacionais empresas que, estiverem sujeitas ao controle tecnológico nacional em caráter permanente, exclusivo e incondicional.

Art. .... - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios propiciarão, na forma da lei, incentivos específicos a instituições de ensino e pesquisa, a universidades, empresas nacionais e pessoas físicas que realizam atividades destinadas à ampliação do conhecimento científico, à capacitação científica e à autonomia tecnológica, de acordo com os objetivos e prioridades nacionais.

**Justificativa:**

Nem uma palavra foi acrescida ou alterada no texto do anteprojeto apresentado à Comissão de Sistemática.

Procuramos, apenas, através de supressão, sistematizar o texto, tornando-o compatível consigo próprio, com o texto aprovado pelas Comissões, e enxugando-o de matéria não constitucional. Com isto, apresentamos a plenário um texto mais adequado a uma Constituição.

**EMENDA:05583 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

**Texto:**

Substitua-se o inciso IV do art. 378 por:

O Ensino pré-escolar, o de primeiro grau e o de segundo serão obrigatórios e gratuitos, para todos. O de terceiro grau será gratuito.

**Justificativa:**

Nenhum País que se desenvolveu deixou a Educação em plano secundário. Tratamento prioritário ao setor educacional, especialmente às faixas etárias mais jovens é fundamental para o Brasil. Educadores, pediatras, psicólogos e biólogos, em grande parte defendem o ensino pré-escolar o quanto mais cedo melhor, até para o desempenho psico-físico das crianças e para que estas sofram menos ante as divergências sociais existentes entre nós. Já no 1º e 2º graus, obrigatórios, permitirão a indispensável formação básica das crianças e adolescentes deste País. Nada é mais prioritário, entre nós do que a educação. E só um esforço gigantesco da sociedade e do governo possibilitará que a ultrapassagem de etapas para vencermos a fase de subdesenvolvimento educacional e cultural em que estamos.

**EMENDA:05606 NÃO INFORMADO**

**Fase:**

J - Emenda CS de Mérito ao Anteprojeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROSE DE FREITAS (PMDB/ES)

**Texto:**

Emenda modificativa

Dispositivo emendado: art. 378, item VI

Acrescente-se ao art. 378, item VI do

Anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. 378. ....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

## FASE M

**EMENDA:00208 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LOUREMBERG NUNES ROCHA (PMDB/MT)

**Texto:**

Dá nova redação do artigo 372 do Anteprojeto de Constituição:

Art. 372 - .....

VII - Valorização do Trabalho

**Justificativa:**

A atual Educação brasileira é conservadora e elitista e não admite qualquer referência ao trabalho, a não ser em escolas alternativas e de periferia.

Na nova constituição, o TRABALHO deve ser inserido no Capítulo da Educação, como um de seus princípios e tomado como elemento de formação geral do ser humano.

**Parecer:**

Comungamos da mesma preocupação e o presente Projeto agasalha esta intenção em outros artigos, não necessariamente os que tratam da educação.  
Pela rejeição.

**EMENDA:00350 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

**Texto:**

Emenda substitutiva

Substitua-se parcialmente o texto do inciso V do artigo 372, capítulo III, da Educação e Cultura, do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização pela redação seguinte:

Art. 372 - Para a execução do previsto no artigo anterior, obedecer-se-ão os seguintes princípios:

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira única para o magistério público;...

**Justificativa:**

A estruturação atual é antiquada, repressora, desestimulante e prejudicial ao ensino, ao passo que, com a emenda substitutiva ora proposta, a qualidade do ensino sofrerá melhora, porque elevar-se-á o gabarito técnico-profissional do professorado, incentivado a aperfeiçoar-se para ser contemplado com a ascensão na carreira.

**Parecer:**

As sugestões, contidas na proposta de Emenda, trazem alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.

**EMENDA:00460 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERES NADER (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

" I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:00480 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FÁBIO RAUNHEITTI (PTB/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

" I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:00512 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

Emenda aditiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Acrescer ao art. 371, como § 2o., o seguinte:

"§ 2o.- A família tem o direito de educar os filhos, de acordo com seus valores e princípios de vida, e de escolher a instituição educacional de sua preferência."

**Justificativa:**

Constitui direito natural da família educar os filhos segundo suas convicções, crenças, princípios e anseios, utilizando-se da escola que melhor atender a esses objetivos. Ao Estado compete a responsabilidade de proporcionar-lhe os meios e condições para isso.

**Parecer:**

Os princípios de liberdade, democratização e pluralismo previstos no art. 372 do Projeto já consagram o direito da família na escola da instituição educacional de sua preferência.

**EMENDA:00515 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:00563 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:00821 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL/PE)

**Texto:**

Dê-se ao inciso IV do art. 372 a seguinte redação:

"IV - gratuidade do ensino público, para quantos comprovadamente não tenham capacidade econômica de custeá-lo".

**Justificativa:**

A norma do ensino gratuito compulsoriamente para todos favorece os alunos de mais capacidade econômica e, assim, torna-se potencialmente nociva para os alunos carentes. O ideal, do ponto de vista democrático, é que os que podem paguem para que os que não podem se beneficiem de um melhor sistema de ensino.

A proposição ora feita assegura o ensino gratuito para os carentes, sem todavia proibir que também os não-carentes possam tê-lo.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original por entendê-lo mais abrangente.

**EMENDA:00859 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DARCY POZZA (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:00903 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NILSON GIBSON (PMDB/PE)

**Texto:**

Emenda Aditiva ao texto do anteprojeto, para adequação do art. 2o., no Relatório da Comissão de Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Acrescente-se ao inciso V, do Art. 372:

"o professor despedido sem justa causa no curso do ano letivo tem direito a salários até o início das aulas do ano letivo seguinte."

**Justificativa:**

A dispensa havendo ocorrido sem justa causa o Professor tem direito ao recebimento de salários até o início das aulas do ano letivo seguinte.

**Parecer:**

As sugestões, contidas na proposta de Emenda, trazem alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.

**EMENDA:00923 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:01136 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RODRIGUES PALMA (PMDB/MT)

**Texto:**

Anteprojeto de Constituição.

Dá nova redação ao art. 372, acrescentado o inciso:

Inciso VII - valorização do trabalho.

**Justificativa:**

Justificativa ilegível.

**Parecer:**

Segundo a tradição do Direito Nacional, a Emenda aqui examinada trata de matéria infraconstitucional, cabendo, pois, ser objeto de cuidadosa consideração em etapa posterior do processo legislativo.

**EMENDA:01241 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CRISTINA TAVARES (PMDB/PE)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 372, item VI

Acrescente-se ao art. 372, item VI do

Anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. 372 .....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorporado ao Projeto de Constituição, sob outro Título.

**EMENDA:01562 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: art. 372, inciso V.

Inclua-se, no inciso V, do art. 372, a letra

a, com a seguinte redação:

Art. 372 - .....

I - .....

V - .....

a) para os efeitos do disposto no inciso anterior, será criado o Estatuto Nacional do Magistério, na forma que lei complementar estabelecer.

**Justificativa:**

A nossa emenda tem como finalidade a valorização do magistério em todos os níveis, o que só é possível através da criação do Estatuto do Magistério Nacional, na forma do que a lei complementar estabelecer.

Há necessidade de uma justa isonomia salarial, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para os professores, ao longo de sua carreira profissional, de acordo com sua qualificação, tempo de serviço e outras vantagens estabelecidas em lei.

A proposição visa também propiciar aos professores dos cursos de alfabetização, ou especializados no tratamento de deficientes, uma gratificação de 10% (dez por cento) sobre seu salário-base, pela prestação desses serviços.

Ao submeter a presente emenda à Assembléia Nacional Constituinte, estamos certos de que ela merecerá a atenção que lhe é devida, mercê do elevado sentido educacional e social que inspira sua formulação.

**Parecer:**

As sugestões, contidas na proposta de Emenda, trazem alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.

**EMENDA:01642 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA (PFL/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO

O item IV, do artigo 372, do projeto da

Comissão de Sistematização, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 372 - .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - gratuidade do ensino público de 1o. e 2o. graus."



**Justificativa:**

Existe uma verdadeira síndrome do ensino oficial gratuito de 3º grau. O ensino superior gratuito é uma utopia, mormente levando-se em conta que é propagada em nome da justiça social, aquinhoando os mais carentes.

Na prática é justamente o contrário. Aqueles que têm acesso às escolas superiores oficiais são justamente os de maior poder aquisitivo, marginalizando os mais carentes que não podem pagar escolas particulares. Assim, o propalado ensino gratuito leva a um resultado frontalmente contrário ao proposto, devido, ainda, à impotência do Estado em aumentar as vagas.

Não se trata, aqui, de fazer a defesa da escola privada, mas o interesse dos menos aquinhoados.

Aqueles que defendem a gratuidade, impedem os pobres de terem acesso às universidades. O ensino pago cria condições de o Estado aumentar as vagas ensejando o acesso de maior número de jovens às faculdades que a nosso ver constitui-se na verdadeira justiça social, além de contribuir para sua formação, pois para pagar é preciso trabalhar. E o trabalho dignifica o homem.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original por entendê-lo mais abrangente.

**EMENDA:01658 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372, inciso IV.

O inciso IV do artigo 372 passa a ter a seguinte redação:

Art. 372. ....

.....

IV - O ensino público é gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade, sem distinção de sexo, raça, idade, confissão religiosa, filiação política ou classe social.

**Justificativa:**

A defesa do laicismo, como requisito de democratização do ensino, implica em não privilegiar um credo religioso em detrimento dos outros, não confundindo ainda, o laicismo com ateísmo. No Estado Republicano não há religião oficial. Na medida em que se assegura o ensino laico, garante-se, consequentemente, a liberdade religiosa e de pensamento, possibilitando a manifestação de todos os credos, mesmo os não reconhecidos oficialmente.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção da redação original por entender que ela atende, na sua essência, à proposta do Nobre Constituinte.

**EMENDA:01659 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372, inciso VI

O inciso VI do artigo 372 passa a ter a seguinte redação:

Art. 372. ....

.....

VI - eliminação das desigualdades e das

discriminações regionais, sociais, de raça, de etnia, de sexo e de religião.

**Justificativa:**

Propomos esta emenda ao anteprojeto por considerarmos que não poderia deixar de ser contemplada, em Texto Constitucional, a eliminação das desigualdades e das discriminações por sexo, compatibilizando este enunciado com os do capítulo I, Dos Direitos Individuais, referentes ao mesmo assunto.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorporado ao Projeto sob outro Título.

**EMENDA:01660 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372, inciso III.

O inciso III do artigo 372 passa a ter a seguinte redação:

Art. 372. ....

.....

III - Pluralismo de idéias e de instituições de ensino.

**Justificativa:**

Ficam suprimidas as expressões “públicas e privadas” do inciso III, na medida em que se entende que o pluralismo de idéias não deve estar restrito à natureza jurídica da instituição que o veicula, bem como a garantia de acesso ao ensino.

**Parecer:**

O conteúdo de sua Emenda já está contemplada neste Projeto.  
Pela rejeição.

**EMENDA:01711 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 372 Inciso I

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

O Inciso I do Art. 372 do projeto de

Constituição da Comissão de Sistematização passa a ter a seguinte redação:

Art. 372 .....

I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino.

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:01721 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372 - Inciso IV

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

O inciso IV do Artigo 372 do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização passa a ter a seguinte redação:

Art. 372 - .....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos públicos ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. O direito de opção da família é sagrado. Cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original.

**EMENDA:01772 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CARREL BENEVIDES (PMDB/AM)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

" I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:01833 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MAGUITO VILELA (PMDB/GO)

**Texto:**

Modifica-se a redação do Art. 372, Cap. III, acrescentando parágrafo único, nos seguintes termos:

"Art. 372 - O Plano Nacional de Educação, definido em lei, será elaborado por órgãos representativos do governo e contará com a participação de Educadores e Educandos, através de suas entidades representativas, visando a articulação e desenvolvimento dos níveis de ensino e à integração das ações do Poder Público que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar e melhoria da qualidade do ensino.

Parágrafo único - O Estado assegurará formas democráticas de participação e mecanismos que garantam o cumprimento e o controle social efetivos das suas obrigações referentes à Educação Pública, Gratuita e de boa qualidade, para todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

A presente emenda visa, por um lado, incluir Educadores e Educandos, de forma Democrática, na discussão e definição do Plano Nacional de Educação, objetivando a erradicação do analfabetismo em nosso país, bem como a articulação e desenvolvimento dos níveis de ensino.

Por outro lado, criamos as condições necessárias para inserção da comunidade no controle e execução do Plano Nacional, garantindo sua viabilização e uma boa qualidade de ensino.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto, embora sem a explicitação proposta pelo nobre Constituinte. O assunto deverá ser objeto de consideração em etapa posterior do processo legislativo.

**EMENDA:02026 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOFRAN FREJAT (PFL/DF)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ART 371

Inclua-se no art. 371 do Projeto o seguinte inciso.

Art. 371

I .....

II .....

III .....

IV .....

V .....

VI .....

VII Os profissionais liberais formados em escolas públicas ficam sujeitos à prestação remunerada de serviço profissional, em local de interesse do Poder Público, na forma que a lei estabelecer.

**Justificativa:**

A atual distribuição de profissionais liberais no País tem levado à concentração de especialistas nos grandes centros urbanos, enquanto o interior carece de assistência. Aqueles que se formam em escolas públicas, têm o dever de contribuir para o desenvolvimento do País como um todo e não só de algumas regiões mais afortunadas.

**Parecer:**

A inclusão do parágrafo ao art. 478 do Projeto, como proposta na Emenda, não corresponde à orientação adotada pelo Relator. O parecer é pela rejeição.

**EMENDA:02432 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LÚCIA VÂNIA (PMDB/GO)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 372, item VI

Acrescente-se ao art. 372, item VI do Projeto de Constituição, o seguinte:

Art. 372.....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda foi incorporado ao Projeto, sob outro título.

**EMENDA:02440 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAULO MARQUES (PFL/PE)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:02466 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ TINOCO (PFL/PE)

**Texto:**

Substituir no artigo 372 do Projeto de Constituição o inciso I que passa a ter a seguinte redação:  
"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:02568 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PEDRO CANEDO (PFL/GO)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: art. 372 - Item VII

Art.: 372 .....

.....

VII - abertura para todos os graus de ensino, como pluralismo na experiência pedagógica.

**Justificativa:**

Partimos do próprio conceito de Universidade ou Universitas alumnorum et magistrorum, que é um multiplicar de métodos e experiências em todos os campos do saber mas também ao nível destinatário.

**Parecer:**

Tendo em vista o caráter sintético que o texto constitucional deve apresentar, somos de parecer que o novo princípio proposto já se encontra abrigado no art. 372 do Projeto de Constituição.

**EMENDA:02591 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OLÍVIO DUTRA (PT/RS)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 372, item VI

Acrescente-se ao art. 372, item VI do projeto

de Constituição, o seguinte:

Art. 372.....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorporado ao Projeto, sob outro Título.

**EMENDA:02695 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAULO MINCARONE (PMDB/RS)

**Texto:**

Emenda modificativa.

Dispositivo emendado: art. 372, item VI.

Acrescente-se ao art. 372, item VI, do anteprojeto de Constituição, o seguinte:

Art. 372. ....

item VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorporado ao Projeto, sob outro Título.

**EMENDA:02889 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OSVALDO COELHO (PFL/PE)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo emendado: Item IV do artigo 372 e parágrafo 3o. do artigo 379,

O item IV do artigo 372 e o parágrafo 3o. do artigo 379 do projeto do Relator da Comissão de Sistematização, relativo à matéria de competência da Comissão VIII - da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia, e da Comunicação, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 372 - .....

IV - Gratuidade do ensino público, com exclusão do superior, assegurando-se, nesse caso, a concessão de bolsas aos estudantes carentes;"

"Art. 379 - .....

§ 3o. - É vedada a cobrança de taxas ou contribuições educacionais nas escolas públicas, exceto as de ensino superior."

**Justificativa:**

O Artigo 1º do Anteprojeto elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização, relativo à matéria de competência da Comissão VIII, estabelece a gratuidade do ensino público em todos os níveis. Num país onde o analfabetismo ainda predomina, é imperioso prestigiar fundamentalmente o ensino básico, concentrando, nesse nível, os escassos recursos disponíveis. Em regra, as pessoas que têm acesso ao ensino superior gratuito são exatamente aquelas que possuem condições de pagar seus estudos. Os recursos aí economizados poderiam beneficiar um maior número de pessoas carentes de ensino básico. Isso não importa, como consequência, que os estudantes pobres fiquem impedidos de cursar a Universidade, pois, mediante sistema de bolsas de estudo, oferecidas àqueles que comprovem sua incapacidade financeira, é possível contornar facilmente essa dificuldade. Essas, as razões que justificam a Emenda ora proposta.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original.

**EMENDA:02890 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OSVALDO COELHO (PFL/PE)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372

Inclua-se no art. 372 do projeto do Relator da Comissão de Sistematização, relativo a matéria de competência da Comissão VIII - da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia, e da Comunicação, o seguinte item:

"Art. 372 .....

VII - a interiorização do ensino superior, mediante implantação de universidades regionais em cidades distantes dos grandes centros, como forma de nelas estimular a fixação de jovens e a criação de polos de desenvolvimento intelectual e socioeconômico."

**Justificativa:**

Impõe-se vincular o homem à sua comunidade, oferecendo-lhe condições para realizar-se, sem ter que emigrar. Fator de maior importância, nesse contexto, é, sem dúvida, a possibilidade de acesso à formação superior em seu meio de origem.

Daí por que se justifica consignar como diretriz da Constituição a interiorização da Universidade. Só assim poder-se-á modificar a realidade sócio-econômica do interior brasileiro, com as vantagens decorrentes da desconcentração de atividades e da melhor ocupação do território nacional, principalmente nas áreas mais pobres, onde são maiores o desafio à inteligência e aos recursos da técnica para solucionar os impasses que impedem a melhoria de vida e o progresso.

Essas as razões da Emenda ora proposta.

**Parecer:**

Segundo a tradição do Direito nacional, a Emenda aqui examinada trata de matéria



infraconstitucional, cabendo, pois, ser objeto de cuidadosa consideração em etapa posterior do processo legislativo.

**EMENDA:03084 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS/MG)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo emendado: Art. 372, Item VI

O Item VI, do Art. 372 passa a ter a seguinte redação:

VI - "Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais e culturais."

**Justificativa:**

O texto do Anteprojeto fala em "Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas". Estamos substituindo as palavras "étnicas e religiosas" pela palavra "culturais" que abrange esses dois conceitos, visto que desigualdades e discriminações "religiosas" nos parece difícil de ser identificadas. Além disso as palavras "desigualdades religiosas" não se articulam bem e dão ao texto certa falta de lógica.

**Parecer:**

O princípio está previsto entre os direitos e garantias individuais. Pela prejudicialidade.

**EMENDA:03090 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MOEMA SÃO THIAGO (PDT/CE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 373, INCISO III

Altera o inciso III do artigo 373, do capítulo III da Educação e da Cultura, que passará a ter a seguinte redação:

III - Atendimento gratuito em creches e pré-escolas para as crianças até seis anos de idade.

**Justificativa:**

A inclusão da palavra "gratuito" mantém coerência com os outros itens desse artigo, referentes ao ensino fundamental, à extensão ao nível médio, aos portadores de deficiência e superdotados e é condição para efetivar-se tal direito. Quanto ao artigo "as" crianças sua razão é óbvia. Sem ele o atendimento de 10 ou mil crianças já atenderia o disposto.

**Parecer:**

A gratuidade no ensino público prevista no art. 372, como um dos princípios da educação nacional, já compreende o atendimento em creches e pré-escolas para crianças até seis anos de idade.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:03093 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MOEMA SÃO THIAGO (PDT/CE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA  
DISPOSITIVO COMENDADO: Art. 373, III do  
Projeto de Constituição  
Altere-se o item III do art. 373 para a seguinte redação:  
"III - atendimento gratuito e especializado  
em creches e pré-escolas para as crianças até seis  
anos de idade".

**Justificativa:**

Acrescenta-se a palavra gratuito, porque a gratuidade do atendimento à criança menor de 7 anos é tão necessária quanto nos outros níveis, senão mais, considerando a clientela que demanda tais serviços. Com isso se estabelece coerência com os itens I, II e IV desse artigo, que explicitam a gratuidade para o ensino fundamental e médio e para os deficientes e superdotados em todos os níveis.  
A caracterização do atendimento como especializado é necessária porque se trata de serviços de educação e assistência específicos, de acordo com as características da faixa etária da criança. Acrescenta-se o artigo "as" crianças do contrário o texto ficaria tão inócuo que bastaria o atendimento de duas crianças para que a obrigação do Estado nessa área ficasse cumprida.

**Parecer:**

A gratuidade no ensino público prevista no art. 372, como um dos princípios da educação nacional, já compreende o atendimento em creches e pré-escolas para crianças até seis anos de idade. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:03094 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MOEMA SÃO THIAGO (PDT/CE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA  
DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 372, item VI  
Acrescente-se ao art. 372, item VI do Projeto  
de Constituição, o seguinte:  
Art. 372.....  
Item VI - Superação das desigualdades e  
discriminações regionais, sociais, étnicas,  
religiosas, sexuais, etárias e demais formas de  
discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

O princípio está inserido nos direitos e garantias individuais. Pela prejudicialidade.

**EMENDA:03110 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ FERNANDES (PDT/AM)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Art. 372

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Substituir o Inciso I do Art. 372 pelo seguinte:

Art. 372 .....

"I - Democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

A disposição está implícita nos "direitos e Garantias Individuais".  
Pela prejudicialidade.

**EMENDA:03122 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ANTONIO CARLOS KONDER REIS (PDS/SC)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado: Artigo 372 - Inciso I

Substituir o inciso I do Artigo 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O princípio está inserido nos "Direitos e Garantias Individuais".  
Pela prejudicialidade.

**EMENDA:03239 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

**Texto:**

Emenda supressiva - Dispositivo emendado - Art. 372.

Suprima-se no art. 372, inciso I, as

expressões permanência e gestão, redigindo-se da seguinte maneira o item:

Art. 372 .....

.....

I - democratização do acesso ao ensino em todos os níveis.

**Justificativa:**

O primeiro termo, permanência, é equívoco, trata-se de permanência do acesso, do ensino?

O segundo, gestão, pediria melhor explicação. Obviamente, o que se busca, aí, é a gestão democrática, mas em que níveis, em que forma?

**Parecer:**

O princípio está implícito no direito à educação.  
Pela prejudicialidade.

**EMENDA:03243 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

**Texto:**

Emenda Modificativa - Dispositivo emendado - Art. 372  
Substitua-se, no item V, do art. 372,  
"garantindo-lhes estruturação de carreira  
nacional" e "padrões adequados de remuneração" por  
"garantindo-lhes estatuto do magistério com  
estruturação de carreira, cargos e salários condignos".

**Justificativa:**

"Carreira" não abrange a totalidade dos direitos, deveres, formas de atuação profissional, condições propostas pela administração para recrutamento e seleção bem como relações que o estatuto pressupõe. De outro lado, "a carreira nacional" proposta somente no magistério poderá determinar profundas distorções no quadro geral dos servidores do Estado e do Município. Ademais, o disposto contraria a atribuição que se confere aos Estados e Municípios de organizarem seus sistemas de ensino (art. 378), uma vez que o plano de carreira do pessoal que atua no ensino (e o magistério não é exclusivo) com os correspondentes cargos e salários mantém íntima relação com as atribuições e os regimes de trabalho que a organização irá determinar.

**Parecer:**

A matéria é infraconstitucional. Entretanto, deverão ser inseridas as garantias do magistério.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:03246 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

**Texto:**

Emenda Aditiva - Dispositivo emendado - Art. 372  
Acrescentar ao item IV do art. 372, in fine:  
"nos termos desta Constituição".

**Justificativa:**

A gratuidade no ensino público é princípio geral a ser perseguido como dever do Estado. Todavia, o próprio texto reconhece a inviabilidade de sua aplicação imediata e universal, prevendo a extensão progressiva ao ensino médio (art. 373, n. II), a eventualidade de insuficiência de recursos e a previsão de prioridade na repartição dos recursos (art. 379, § 2º e art. 380, parágrafo único). É mister, portanto, compatibilizar as normas em causa, restringindo o caráter absoluto contido na redação do preceito objeto da emenda.

**Parecer:**

A gratuidade deve ser irrestrita. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:03263 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BENEDITA DA SILVA (PT/RJ)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 372, item VI

Acrescente-se ao art. 372, item VI do Projeto de Constituição, o seguinte:

Art. 372.....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

O dispositivo já está contemplado nos "Direitos e Garantias Individuais".  
Pela prejudicialidade.

**EMENDA:03264 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BENEDITA DA SILVA (PT/RJ)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 373, Inciso III

Altera o inciso III do artigo 373, do capítulo III da Educação e da Cultura, que passará a ter a seguinte redação:

III - Atendimento gratuito em creches e pré-escolas para as crianças até seis anos de idade.

**Justificativa:**

A inclusão da palavra "gratuito" mantém coerência com os outros itens desse artigo, referentes ao ensino fundamental, à extensão ao nível médio, aos portadores de deficiência e superdotados e é condição para efetivar-se tal direito. Quanto ao artigo "as" crianças sua razão é óbvia. Sem ele o atendimento de 10 ou mil crianças já atenderia o disposto.

**Parecer:**

A gratuidade do ensino público, prevista no inciso IV do art. 372 abrange o atendimento em creches e pré-escola.

Pela prejudicialidade.

**EMENDA:03384 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372 item VI.

Acrescente-se ao art. 372 item VI do

projeto de Constituição, o seguinte:

Art. 372 .....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

A matéria consta dos "Direitos e Garantias Individuais".  
Pela prejudicialidade.

**EMENDA:03402 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA.

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 373, inciso III.

Altera o inciso III do artigo 373, do capítulo III da Educação e da Cultura, que passará a ter a seguinte redação:

III - Atendimento gratuito em creches e pré-escolas para as crianças até 6 (seis) anos de idade.

**Justificativa:**

A inclusão da palavra "gratuito" mantém coerência com os outros itens desse artigo, referentes ao ensino fundamental, à extensão ao nível médio, aos portadores de deficiência e superdotados e é condição para efetivar-se tal direito. Quanto ao artigo "as" crianças sua razão é óbvia. Sem ele o atendimento de 10 ou mil crianças já atenderia o disposto.

**Parecer:**

A gratuidade do ensino público, prevista no inciso IV do art. 372 abrange o atendimento em creches e pré-escola.  
Pela prejudicialidade.

**EMENDA:03438 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

**Texto:**

EMENDA SUPRESSIVA

- suprimir do inciso V do artigo 372 do projeto, a expressão "aos vinte e cinco anos de exercício da função do Magistério".

**Justificativa:**

O anteprojeto estabelece que não haverá distribuição entre o trabalho intelectual e manual, bem como não haverá privilégios em razão da natureza do trabalho ou qualquer outra condição social ou individual (art. 12, III, f) do projeto).

Da mesma forma, estabelece o prazo de 35 anos de serviço para a aposentadoria dos servidores públicos e demais trabalhadores.

Portanto, coerentemente com estes princípios é inaceitável reduzir-se o prazo de aposentadoria para uma classe em detrimento das demais.

Assim, visando compatibilizar o texto e em respeito aos princípios de isonomia que adota, o tratamento a ser dispensado aos Professores, em termos de aposentadoria, deve ser o mesmo que o dispensado aos demais trabalhadores.

**Parecer:**

O novo texto constitucional deve ser isento de privilégios.  
Pela aprovação.

**EMENDA:03533 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MARCELO CORDEIRO (PMDB/BA)

**Texto:**

Emenda de Adequação

Incluir inciso VII ao Art. 372.

Art. 372 - VII - Oferta de ensino técnico e técnico rural, nas proximidades das regiões ou micro regiões econômicas, observadas a vocação econômica destas, suas singularidades culturais, as condições sociais e econômicas do educando e a qualidade do ensino.

**Justificativa:**

Várias são as regiões onde atividades econômicas não se desenvolvem e não adquirem escala de mercado pela falta de apoio às suas vocações e singularidades culturais, sobretudo quanto a educação e formação profissional. A disponibilidade de ensino, com as características adequadas, imperiosamente estimulará o desenvolvimento destas regiões, contribuindo para a fixação do homem, melhoria de sua qualidade de vida, inibindo, consequentemente o processo de inchaço das cidades brasileiras.

**Parecer:**

Seguindo a tradição do Direito nacional, a Emenda aqui examinada trata de matéria infraconstitucional, cabendo pois ser objeto de cuidadosa consideração em etapa posterior do processo legislativo.

**EMENDA:03541 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AUREO MELLO (PMDB/AM)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

Título IX

Da ordem Social

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O princípio pleiteado é inerente à natureza do sistema educacional e decorrente do "direito à educação."

Pela rejeição

**EMENDA:03633 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 372

Adite-se mais um item no art. 372:

- A liberdade de ensino é direito inalienável da família, pressupondo a livre escolha da escola para os filhos, cabendo ao estado prover as condições materiais para que este direito possa ser exercido.

**Justificativa:**

A norma proposta compatibiliza o artigo com o mandamento estabelecido na letra "b" item V, art. 12 do Capítulo 1º (Dos Direitos Individuais), deste mesmo anteprojeto.

**Parecer:**

De cunho extremamente democrático. A Emenda contraria a estatização que se quer implementar. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:03688 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALMIR GABRIEL (PMDB/PA)

**Texto:**

EMENDA DE ADEQUAÇÃO

Dê-se ao inciso V do artigo 372 do projeto da Comissão de Sistematização a seguinte redação:

"V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; e padrões adequados de remuneração."

**Justificativa:**

A emenda visa a suprimir a parte final do dispositivo que assegura condições privilegiadas de aposentadoria aos professores, por incompatível com o critério adotado no anteprojeto da Comissão da Ordem Social (alínea c do artigo 356), que optou por estabelecer diretriz geral para redução do tempo de serviço para aposentadoria por tempo de serviço, sem abrir exceção para nenhuma categoria profissional.

Tal orientação parte do entendimento de que qualquer exceção à norma deve obedecer a fundamentos técnicos e sociais de validade e consistência inquestionáveis, de molde a não ferir os princípios de justiça distributiva. Entendemos, outrossim, que o tratamento especial a ser dispensado a certas categorias haverá de levar em conta fatores essencialmente dinâmicos e mutáveis mais suscetíveis, portanto, de regulação por lei ordinária.



**Parecer:**

Pretende a emenda alterar a redação do art. 372 do projeto, no sentido de excluir do mesmo a previsão do direito à aposentadoria com 25 anos de serviço.  
Somos pela aprovação da Emenda.

**EMENDA:03833 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO COMENDADO: Art. 373, III do

Projeto de Constituição

Altere-se o item III do art. 373 para a seguinte redação:

"III - atendimento gratuito e especializado em creches e pré-escolas para as crianças até seis anos de idade".

**Justificativa:**

Acrescenta-se a palavra gratuito, porque a gratuidade do atendimento à criança menor de 7 anos é tão necessária quanto nos outros níveis, senão mais, considerando a clientela que demanda tais serviços. Com isso se estabelece coerência com os itens I, II e IV desse artigo, que explicitam a gratuidade para o ensino fundamental e médio e para os deficientes e superdotados em todos os níveis.

A caracterização do atendimento como especializado é necessária porque se trata de serviços de educação e assistência específicos, de acordo com as características da faixa etária da criança.

Acrescenta-se o artigo "as" crianças do contrário o texto ficaria tão inócuo que bastaria o atendimento de duas crianças para que a obrigação do Estado nessa área ficasse cumprida.

**Parecer:**

A gratuidade do ensino público, prevista no inciso IV do art. 372 abrange o atendimento em creches e pré-escola.

Pela prejudicialidade.

**EMENDA:04149 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RICARDO FIUZA (PFL/PE)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 372, item IV.

Dê-se ao item IV do art. 372 do Anteprojeto da Constituição a seguinte redação:

Art. 372. ....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - Gratuidade do ensino primário, facultando-se o acesso ao ensino secundário, profissionalizante e superior, através de bolsas de educação outorgadas pelo Governo aos alunos que satisfaçam requisitos acadêmicos e demonstrem insuficiência da renda familiar, assegurada a livre opção entre escolas públicas e privadas, na forma da lei.

**Justificativa:**

Não há razão para que o Estado dê gratuidade aos filhos de famílias ricas, exceto no tocante ao ensino primário e fundamental. Nos demais graus de ensino, os estudantes pobres devem ter acesso e liberdade de opção entre escolas, sujeitos à demonstração de suficiência acadêmica e insuficiência da renda familiar.

**Parecer:**

A Proposição em exame, conquanto constitua valioso subsídio para o processo legislativo, merece ser adequadamente considerada quando se tratar da legislação complementar e ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:04519 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LUCIA BRAGA (PFL/PB)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372, item VI

Acrescente-se ao art. 372, item VI do projeto de Constituição, o seguinte:

Art. ....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e de mais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do relator, a emenda fica prejudicada.

**EMENDA:04521 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LUCIA BRAGA (PFL/PB)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 371 e o Inciso IV do mesmo artigo 372.

Substitua-se no artigo 371, a redação do texto pela seguinte redação.

Art. 371 - A educação é direito de todos e obrigação do Estado.

Parágrafo Único - A educação será promovida e incentivada por todos os meios e será dado no lar e na escola, com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao compromisso do ensino com os princípios da liberdade, da democracia, do bem comum, da igualdade entre os sexos e do repúdio a

todas as formas de preconceito e discriminação.

Modifique-se o inciso IV do mesmo artigo 372, que terá a seguinte redação:

IV - A gratuidade do ensino público em todos os níveis é obrigação do Estado.

**Justificativa:**

A gratuidade do ensino se assenta no princípio constitucional de que “a educação é direito de todos e dever do Estado”. Torna-se, pois, imperativo que o Estado ofereça condições para que esse direito seja respeitado.

É preciso que o texto constitucional consigne essa obrigação por parte do Estado, bem como determine que sejam preservados através da educação os princípios de igualdade entre os sexos e de repúdio a todas as formas de preconceito e de discriminação.

**Parecer:**

O conteúdo da Proposição, atendida pelo Projeto da Comissão de Sistematização, traz desdobramentos que, segundo a praxe do direito brasileiro, melhor se coadunam com a legislação ordinária e complementar.  
Pela rejeição.

**EMENDA:04686 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ RICHÁ (PMDB/PR)

**Texto:**

Nos termos do § 2o. do art. 23 do Regimento Interno da Comissão de Sistematização - (Resolução no. 01/87 CS).

Dê-se ao item I do artigo 372 a seguinte redação:

"I - democratização do ensino em todos os níveis."

**Justificativa:**

A discriminação feita, neste inciso, sem dúvida não inclui todos os aspectos passíveis da democratização do ensino. A nova redação evita circunscrever a democratização somente a alguns aspectos.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:04793 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ANNA MARIA RATTES (PMDB/RJ)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 372, item VI  
Acrescente-se ao art. 372, item VI do projeto de Constituição, o seguinte:

Art. 372. - .....

Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de

ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:04925 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LYSÂNEAS MACIEL (PDT/RJ)

**Texto:**

Anteprojeto de Constituição

Dá nova redação ao artigo 372, acrescentando o inciso VII:

VII - Valorização do Trabalho.

**Justificativa:**

A Educação Brasileira é, até o presente momento, elitista e conservadora, não admitindo qualquer referência ao trabalho. Todos os projetos e mesmo a Lei que regulamentou referida matéria foram interpretados como sendo apenas para escolas alternativas e de periferia e, por isso mesmo, não lograram êxito.

O Trabalho dever ser desestigmatizado na nova Constituição e mencionado no Capítulo da Educação como elemento de formação geral do ser humano.

A referência quanto a valorização do trabalho deve ser introduzida na fase escolar, no momento mesmo do ler e escrever. Declinar todas as suas etapas, estabelecer os direitos dos trabalhadores, dar conhecimento das profissões, do aproveitamento racional de nossas riquezas até o domínio da tecnologia e da ciência permitirá uma educação adequada à realidade brasileira.

Dessa forma, diminuiremos a marginalidade, a exploração da criança, a exportação de nossas reservas e a importação do conhecimento tecnológico.

SEJA O TRABALHO RECONHECIDO COMO REFERENCIAL BÁSICO DA VIDA.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao Substitutivo no capítulo referente à Ordem Social.

**EMENDA:04944 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Dispositivo Emendado: Art. 372, inciso IV.

O inciso IV, do Art. 372, do Anteprojeto

Constitucional, passa a ter a seguinte redação:

Art. 372 - .....

I - .....

.....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos estatais ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

É dever do Estado de garantir a todos os conhecimentos fundamentais. O direito de opção da família é sagrado. Cada pai, cada família quer, deseja e deve ter a oportunidade de educar seus filhos de

acordo com seus princípios, suas crenças e suas convicções e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

A gratuidade para aqueles que apresentam insuficiência de recursos é necessária para dar oportunidades iguais para todos, evitando-se assim a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas, diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras, equacionando-se, finalmente, os níveis sociais.

**Parecer:**

A Proposição, embora disponha sobre matéria constitucional, contém desdobramentos que melhor se situam no âmbito da legislação ordinária e complementar.

Pela rejeição.

**EMENDA:04985 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SANDRA CAVALCANTI (PFL/RJ)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372 - Inciso IV

Após a expressão "níveis", acrescente-se: "de forma direta, em vagas oferecidas pela rede de escolas estatais, ou através de bolsas destinadas aos alunos carentes, nas escolas da rede privada, nos termos da lei."

**Justificativa:**

A realidade brasileira, neste particular, é muito grave. Estudam de graça, em escolas oficiais, os que podem pagar. E pagam com imensos sacrifícios, os que não dispõem de recursos. Principalmente no 3º grau.

Os países ricos, de forma democrática, usam o sistema de bolsa de estudo e se dão muito bem com isso. Aqui no Brasil, os abusos praticados nesse setor, desmoralizam o processo. Mas isso não impede que o sistema seja bom e possa ser implantado de forma mais correta e mais bem fiscalizada.

**Parecer:**

A Proposição, embora disponha sobre matéria constitucional, contém desdobramentos que melhor se situam no âmbito da legislação ordinária e complementar.

Pela rejeição.

**EMENDA:05058 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

**Texto:**

Suprimam-se, no todo ou em parte, os arts. 372, 373, 376, 377, 378, 380, 383, 385,. 386, 387, 388, 389, 390, 392 e 394 do título IX, Capítulo III, da Educação e Cultura, remanescendo a seguinte nova redação:

Da Educação e Cultura

Art. .... - A educação, direito de cada um, é dever do Estado.

Parágrafo único - A educação será promovida e incentivada por todos os meios, com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao compromisso do

Ensino com os princípios da liberdade, da democracia, do bem comum e do repúdio da todas as formas de preconceitos e de discriminação.

Art. 372 - Para a execução do previsto no artigo anterior, obedecer-se-ão os seguintes princípios:

I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;

IV - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis;

V - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas.

Parágrafo Único - O Chefe do Executivo competente poderá ser responsabilizado por omissão, mediante ação civil pública, se não diligenciar para que todas as crianças em idade escolar, residentes no âmbito territorial de sua competência, tenham direito ao ensino fundamental obrigatório e gratuito.

Art. .... - O ensino, em qualquer nível, será ministrado no idioma nacional, assegurando às ações indígenas também o emprego de suas línguas e processos de aprendizagem.

Art. ... - A lei fixará conteúdo mínimo para o ensino fundamental que assegurem a formação comum e o respeito aos valores culturais e artísticos e suas especificidades regionais.

Parágrafo Único - O ensino religioso, sem distinção de credo, constituirá disciplina facultativa.

Art. .... - As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia didático-científica, administrativa, econômica

I - indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;

II - padrão de qualidade, indispensável ao cumprimento de seu papel.

Art. .... - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino observância da legislação básica da educação nacional.

Art. .... - O Poder Público assegurará recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, tendo como base padrões mínimos de qualidade e custos, definidos nos termos da lei.

Art. ... - O ensino é livre à iniciativa privada, que o ministrará sem ingerência do Poder Público, salvo para fins de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e supervisão da qualidade.

Art. ... - A Lei definirá o Plano Nacional de educação, de duração, de duração plurianual,

visando à articulação, ao desenvolvimento do sino e à integração das ações do Poder Público que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar e melhoria da qualidade do ensino.

Art. .... As empresas comerciais e industriais são obrigados a assegurar a capacitação profissional dos seus trabalhadores, inclusive a aprendizagem dos menores, em cooperação com o Poder Público, com associações empresariais e trabalhistas e com sindicatos.

§ 1o. - O Estado estimulará a criação e o aprimoramento de tecnologias para fabricação nacional de equipamentos, instrumentos e insumos necessários à produção cultural no País.

Parágrafo único - O Estado protegerá, em sua integridade e desenvolvimento, o patrimônio e as manifestações da científico, a autonomia e a capacitação tecnológica, para a melhoria das condições de vida e de trabalho da população e a preservação do meio ambiente.

§ 1o. - A lei garantirá a propriedade intelectual.

§ 2o. - É assegurada pelo Estado, na forma da lei, aplicação das normas brasileiras, da metrologia legal e da certificação da qualidade, visando à proteção do consumidor legal e da certificação da qualidade, visando à proteção do consumidor.

§ 3o. - O Estado deverá assegurar condições para a ampliação e a plena utilização da capacidade técnico-científica instalada no País.

Parágrafo único - O Estado e as entidades da administração direta e indireta privilegiarão a capacitação científica e tecnológica nacional como critérios para a concessão de incentivos, de compras e de acesso ao mercado brasileiro e utilização, preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais.

Art. .... - Em setores nos quais a tecnologia seja fator determinante de produção, serão consideradas nacionais empresas que, estiverem sujeitas ao controle tecnológico nacional em caráter permanente, exclusivo e incondicional.

Art. .... - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios propiciarão, na forma da lei, incentivos específicos a instituições de ensino e pesquisa, a universidades, empresas nacionais e pessoas físicas que realizam atividades destinadas à ampliação do conhecimento científico, à capacitação científica e à autonomia tecnológica, de acordo com os objetivos e prioridades nacionais.

**Justificativa:**

Nem uma palavra foi acrescida ou alterada no texto do anteprojeto apresentado à Comissão de Sistemática.

Procuramos, apenas, através de supressão, sistematizar o texto, tornando-o compatível consigo próprio, com o texto aprovado pelas Comissões, e enxugando-o de matéria não constitucional.

Com isto, apresentamos a plenário um texto mais adequado a uma Constituição.

**Parecer:**

A Proposição em tela apresenta extensa contribuição para o Capítulo relativo à educação e cultura. Vários aspectos da Emenda acham-se em essência incorporados ao Substitutivo que, com base nos trabalhos das Subcomissões e Comissões Temáticas assim como na contribuição individual dos Senhores Constituintes, procura aperfeiçoar o texto do Projeto. Deve-se observar, no entanto, que embora consideremos de grande importância Emendas como a que ora examinamos, o Substitutivo deve levar em conta a hierarquia de normas jurídicas e a necessidade de elaborar uma Constituição concisa. Assim, buscamos sempre que possível incorporar na essência os princípios que podem conduzir ao enriquecimento do texto. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:05193 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

NELTON FRIEDRICH (PMDB/PR)

**Texto:**

Substitua-se o inciso IV do art. 372 por:  
O Ensino pré-escolar, o de primeiro grau e o de segundo serão obrigatórios e gratuitos, para todos. O de terceiro grau será gratuito.

**Justificativa:**

Nenhum País que se desenvolveu deixou a Educação em plano secundário. Tratamento prioritário ao setor educacional, especialmente às faixas etárias mais jovens é fundamental para o Brasil. Educadores, pediatras, psicólogos e biólogos, em grande parte defendem o ensino pré escolar o quanto mais cedo melhor, até para o desempenho psico-físico das crianças e para que estas sofram menos ante as divergências sociais existentes entre nós. Já no 1º e 2º graus, obrigatórios, permitirão a indispensável formação básica das crianças e adolescentes deste País. Nada é mais prioritário, entre nós do que a educação. E só um esforço gigantesco da sociedade e do governo possibilitará que a ultrapassagem de etapas para vencermos a fase de subdesenvolvimento educacional e cultural em que estamos.

**Parecer:**

A Proposição, embora disponha sobre matéria constitucional, contém desdobramentos que melhor se situam no âmbito da legislação ordinária e complementar. Pela rejeição.

**EMENDA:05216 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROSE DE FREITAS (PMDB/ES)

**Texto:**

Emenda modificativa  
Dispositivo emendado: art. 372, item VI  
Acrescente-se ao art. 372, item VI do Projeto de Constituição, o seguinte:  
Art. 372. ....  
Item VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.



**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do relator, a emenda fica prejudicada.

**EMENDA:05441 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FLORESTAN FERNANDES (PT/SP)

**Texto:**

EMENDA No.

Dê-se ao inciso VI do artigo 372 a seguinte redação:

"Art. 372 - .....

VI - Superação das desigualdades e discriminações nacionais, regionais, de classe, étnicas, raciais e religiosas."

**Justificativa:**

A emenda visa tornar a enumeração mais precisa e completa. A palavra "social" ficava ambígua, no texto, e deveria ser substituída por classe. De outro lado, existem discriminações étnicas (que dizem respeito à etnia, grupos que pertencem ao mesmo estoque racial mas possuem diferenças culturais) e discriminações raciais (fundadas em estigmatizações que tomam como referência a raça, como categoria social ou biológica).

**Parecer:**

O princípio já está contido nos "Direitos e Garantias Individuais".  
Pela prejudicialidade.

**EMENDA:05591 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

HELIO ROSAS (PMDB/SP)

**Texto:**

Acrescente-se ao art. 372 do Projeto de Constituição o seguinte:

"VII - controle da execução da política educacional em todos os níveis, através de organismos colegiados, na forma de lei complementar."

**Justificativa:**

A presente emenda visa simplesmente assegurar uma participação maior da sociedade na execução da política educacional em todos os níveis – federal, estadual e municipal.

A participação proposta pela presente emenda abrange, inclusive, o controle da política educacional através de órgãos colegiados democraticamente constituídos, na forma que dispuser a lei complementar disciplinadora da matéria.

Será, sem dúvida alguma, de inestimável valor a contribuição da sociedade civil para o aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro.

Cumprе ressaltar que o mérito da presente emenda deve ser creditado ao II Encontro Nacional Sobre Aspecto Social da Doutrina Espírita.

**Parecer:**

As sugestões, contidas na proposta de Emenda, trazem alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.

**EMENDA:06034 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB/SE)

**Texto:**

Dê-se ao item IV, do art. 372, do Projeto Constitucional da Comissão de Sistematização a seguinte redação:

"Art. 372. ....

I .....

II .....

III .....

IV - Gratuidade do ensino nos estabelecimentos públicos e particulares em todos os níveis aos que comprovarem falta ou insuficiência de recursos."

**Justificativa:**

O direito à educação consagrado na história constitucional brasileira tem sido letra morta para muitos dentre a grande maioria do nosso povo, que não possuem renda familiar suficiente para custear a matrícula e frequência à escola particular.

O projeto constitucional prevê no item IV, do Artigo 372, a gratuidade do ensino em todos os níveis. É improvável que o Estado venha a dispor de recursos suficientes para instalação e manutenção de escolas públicas, em todos os níveis, em todo o território nacional.

Por outro lado, parece injusto que quem possa pagar o melhor colégio, os melhores cursos, excluam os demais do acesso ao ensino público gratuito. E que essa gratuidade beneficie de igual modo os cidadãos abastados e os que não dispõem de condições e meios para viabilizar seu ingresso nas modalidades de ensino gratuito.

Pretende-se com a apresentação desta emenda que o Estado proporcione àqueles carentes de meios o ensino gratuito nos estabelecimentos públicos e particulares, sendo estes reembolsados pelo poder público no valor equivalente às anuidades de alunos matriculados e isentos do pagamento.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto do Projeto por considerá-lo mais abrangente que a proposta apresentada.

**EMENDA:06459 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERES NADER (PDT/RJ)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau do ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica da entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O princípio está implícito em outros dispositivos.  
Pela prejudicialidade.

**EMENDA:06569 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau do ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica da entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:06617 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JAMIL HADDAD (PSB/RJ)

**Texto:**

Emenda (aditiva)

Acrescente-se, na enumeração do art. 372, um inciso com a redação seguinte:

"VII - participação da comunidade e de todos os integrantes do processo educacional em seu planejamento e no processo de tomada de decisão."

**Justificativa:**

A emenda está a indicar uma importante diretriz que deve ser obedecida no sistema da educação. É sempre importante a participação daqueles que já atuam em linha de vanguarda no tema.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:07033 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MARCELO CORDEIRO (PMDB/BA)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Incluir inciso VII ao Art. 372.

Art. 372 - VII - Oferta de ensino técnico e técnico rural, nas proximidades das regiões ou micro regiões econômicas, observadas a vocação econômica destas, suas singularidades culturais, as condições sociais e econômicas do educando e a qualidade do ensino.

**Justificativa:**

Várias são as regiões onde atividades econômicas não se desenvolvem e não adquirem escala de mercado pela falta de apoio às suas vocações e singularidades culturais, sobretudo quanto a educação e formação profissional. A disponibilidade de ensino, com as características adequadas, imperiosamente estimulará o desenvolvimento destas regiões, contribuindo para a fixação do homem, melhoria de sua qualidade de vida, inibindo, consequentemente o processo de inchaço das cidades brasileiras.

**Parecer:**

A Proposição em exame, conquanto constitua valioso subsídio para o processo legislativo, merece ser adequadamente considerada quando se tratar da legislação complementar e ordinária.

**EMENDA:07155 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MANOEL MOREIRA (PMDB/SP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372, item VI.

Acrescente-se ao item VI, do artigo 372, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

Art. 372 - .....

VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorporado ao Projeto sob outro Título.

**EMENDA:07173 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA (PFL/SP)

**Texto:**

Dê-se ao inciso IV do artigo 372, do Projeto de Constituição do Relator da Comissão de Sistematização, nova redação, acrescentando-lhe os § 1o. e § 2o., passando a ter a seguinte redação:

"Art. 372 .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - gratuidade do ensino público de primeiro e segundo graus.

§ 1o. - o ensino superior, ministrados em estabelecimentos das redes oficial e privada, será pago.

§ 2o. - Os Poderes Públicos custearão os estudos daqueles que comprovarem carência de recursos, sendo que os beneficiados com o custeio obrigam-se a prestar serviços ao Estado, em área de sua formação, pelo prazo e na forma que a lei definir."

**Justificativa:**

A cada dia cresce o número daqueles que desejam assegurar um lugar em um dos cursos superiores. Contudo, sob a alegação de carência de recursos, os Poderes Públicos mostram-se incapazes de atender à demanda.

À guisa de ilustração, citaremos recente estudo elaborado por órgãos do MEC, comprovando que os alunos das escolas oficiais chegam a ser até cinco vezes mais caros do que os das escolas particulares.

Levando-se em conta que muitos são aqueles que frequentam escolas oficiais, gratuitamente, e que têm recursos para pagar, concluímos que nos deparamos, infelizmente, com um quadro distorcido da realidade, distorção que pretendemos sanar com a presente emenda.

Preconizamos que aqueles que têm recursos para pagar que o façam, ainda que frequentem escolas oficiais, e aqueles que sejam carentes e, portanto, impossibilitados de pagar que sejam custeados pelos Poderes Públicos, ainda que alunos de escolas particulares.

A "gratuidade" para os carentes seria relativa, pois após a graduação deverão prestar serviços ao Estado, em área de sua especialidade, como forma de ressarcir o Poder Público. Com isto pretende-se, também, valorizar os estudos e conscientizar da importância da Educação, sendo, assim, de altíssimo valor formativo.

Evitar-se-á, ainda, o dispêndio de vultosas verbas com a sustentação de pesadas estruturas universitárias, geralmente de proveito quase nenhum. Com isto, poder-se-á, inclusive, aumentar o número de vagas, democratizando, cada vez mais, o acesso.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original. O detalhamento proposto pela Emenda em tela deverá ser objeto de legislação complementar e ordinária.

**EMENDA:07312 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA (PFL/SP)

**Texto:**

Acrescente-se a palavra "oficial", depois da palavra "ensino", do Inciso I, do Artigo 372, do Projeto de Constituição do Relator da Comissão de Sistematização, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 372 - .....

I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino oficial em todos os níveis."

**Justificativa:**

Uma das exigências do povo e obrigação dos órgãos e entidades estatais é a transparência dos seus atos e a gestão da coisa pública.

As escolas oficiais não podem fugir à essa exigência, razão pela qual é preciso deixar bem claro que a gestão das escolas oficiais deverá ser de uma transparência devida.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:07434 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LUCIA BRAGA (PFL/PB)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: artigo 372, item VI acrescente-se ao art. 372, item VI, do projeto de Constituição, o seguinte:

Art. ....

Item VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e de mais formas de discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorporado ao Projeto sob outro Título.

**EMENDA:07482 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSTIVO EMENDADO: Art. 372

Inclua-se, na redação do inciso V, Art. 372, do Projeto de Constituição, mais a seguinte expressão:

Art. 372 - .....

I - .....

.....

V - .; gratificação especial aos professores que lecionam deficientes, superdotados ou a primeira série do curso fundamental.

**Justificativa:**

Cremos, como dever de justiça, destacar o paciente e cansativo trabalho prestado pelos profissionais de ensino nos deficientes, aos superdotados ou aos alunos de primeira série, no curso básico, pelas características especiais que se exige desses professores.

Nada mais justo do que garantir-lhes um tratamento diferenciado, na valorização desse sacerdócio, que é o magistério.

Cremos que, com esse tipo de incentivo, melhores resultados serão alcançados na prestação desses serviços.

**Parecer:**

As sugestões, contidas na proposta de Emenda, trazem alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.

**EMENDA:07558 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CRISTINA TAVARES (PMDB/PE)

**Texto:**

Emenda Supressiva

Suprima-se do inciso V, do art. 372, a parte final.

Art. 372 .....

V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento de cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração.

**Justificativa:**

Não deve haver distinção para efeitos de aposentadoria entre o trabalhador braçal do intelectual, ambos devem necessariamente ter o mesmo tempo de serviço prestado, para obtenção do benefício.

**Parecer:**

O conteúdo do Inciso V, do Art. 372, parte final, contém desdobramento que melhor se situam no âmbito da legislação ordinária e complementar. O Relator concorda com a proposta da Nobre Constituinte.

**EMENDA:07935 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DARCY POZZA (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda Substitutiva:

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O princípio da proposição acha-se acolhido, em sua essência, pelo Substitutivo. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:07963 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAES DE ANDRADE (PMDB/CE)

**Texto:**

Emenda no. ao Projeto de Constituição  
Substitua-se o inciso I do artigo 372  
(Capítulo III - Da Educação e Cultura) pelo  
seguinte texto:

Art. 372 - .....

I - Democratização do acesso ao ensino, e em  
especial à Universidade, neste caso  
automaticamente, com a simples apresentação do  
certificado de aprovação do 2o. grau.

**Justificativa:**

É um drama para a juventude, todos os anos, e, em consequência para os familiares, o exame vestibular visando obter inscrição nas Universidades.

Nosso país já alcançou um estágio que pode perfeitamente eliminar esse tipo de acesso que traumatiza o jovem estudante que poderia, assim, obter sua inscrição universitária com o certificado de aprovação no 2º grau.

As vocações são refreadas porque os estudantes se inscrevem para determinados cursos e acabam dirigidos a outros com os quais não têm nenhuma afinidade vocacional.

Provavelmente, o Executivo terá que enfrentar um congestionamento dos cursos universitários a calcular-se pelos que saem de suas cidades para tentar matrícula até em outros Estados.

Com a mercantilização do ensino, posto que o crescimento de vagas verificou-se não nos cursos oficiais, mas nos particulares, surgiram centenas, senão milhares dos chamados "cursinhos" para preparar os estudantes para o vestibular, num amplo reconhecimento da deficiência das escolas oficiais, agravando de forma ainda mais acentuada o privilégio dos ricos que se preparam para disputar com os mais pobres as poucas vagas do ensino público e mesmo das Faculdades privadas. Esses "cursinhos" sem dúvida se adaptarão às novas condições do ensino e, provavelmente, tendo em vista o desaparecimento das razões que os motivaram, poderão instalar-se com Faculdades e Universidades, ampliando o número de vagas para o ensino superior, ainda que sob regime de pesadas mensalidades como já vem ocorrendo.

**Parecer:**

Critérios de entrada em curso superior deverão ser apresentados na ocasião de elaboração da legislação complementar e ordinária.

**EMENDA:08320 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MÁRIO ASSAD (PFL/MG)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência  
em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:08375 PARCIALMENTE APROVADA**



**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO VITAL (PMDB/MG)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - Democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:08547 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

EUNICE MICHILES (PFL/AM)

**Texto:**

Inclua-se o seguinte item VII, ao art. 372, do projeto de Constituição:

VII - Incorreção nas sanções previstas em lei federal os pais ou responsáveis por menores que não frequentem escola".

**Justificativa:**

Sugerimos que os pais ou responsáveis por menores, que não estejam frequentando a escola, sejam passíveis de sanções, pois ser pai não é simplesmente dar vida a alguém, mas criar condições para que este homem ou mulher torne-se verdadeiramente um cidadão brasileiro.

**Parecer:**

A matéria é de hierarquia infraconstitucional. Pela rejeição.

**EMENDA:08732 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ARNALDO PRIETO (PFL/RS)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do artigo 372 pelo seguinte:

I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino.

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:08744 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FÁBIO RAUNHEITTI (PTB/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substitui o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:09072 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dispositivo Emendado: Art. 372

Dê-se ao inciso II, do art. 372, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

Art. 372 - .....

I - .....

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, dentro desse critério é assegurada a ministração da teoria criacionista, nas matérias afins, em todos os níveis de escolaridade.

**Justificativa:**

Em que pese o desenvolvimento do conhecimento científico, de nossos dias, a formação moral e ética da sociedade cristã jamais pode deixar o princípio salutar e digno de aceitação, da teoria criacionista da espécie humana.

Se é admitida a livre exposição da teoria, evolucionista, nas escolas, - fato até hoje, não comprovado pela ciência, - por que não permitir que, paralelamente, os estudantes conheçam também os princípios cristãos de toda a criação, por Seu Supremo Criador, Deus?

A conscientização de que o homem é um ser dotado de capacidade reveladora de sua existência específica, e partilhador de características divinas, dão-lhe uma integridade e um equilíbrio moral, físico e espiritual diferente da conceituação evolucionista. Não somos só matéria.

Assim, nos seus estudos, os jovens, poderão confrontar as duas teorias e tirar suas próprias conclusões de modo mais salutar e responsável.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original.

**EMENDA:09135 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GUMERCINDO MILHOMEM (PT/SP)

**Texto:**

Emenda ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização

No inciso V do art. 372, substituir a expressão Padrões adequados de remuneração pela expressão Piso Salarial Profissional.

**Justificativa:**

A emenda visa substituir expressão pouco precisa “padrões adequados de remuneração” pela que é reivindicada pelos professores de todo o Brasil, conforme resolução do Congresso Nacional da CFB – Confederação de Professores do Brasil, ou seja “Piso Salarial Profissional”.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original. O detalhamento proposto pela Emenda em tela, deverá ser objeto de legislação complementar e ordinária.

**EMENDA:09218 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RONALDO CARVALHO (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 372

O inciso I do Art. 372 passa a ter a seguinte redação:

" I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:09318 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JUTAHY MAGALHÃES (PMDB/BA)

**Texto:**

Dê-se aos inciso V do art. 372; incisos I, II, IV e VII (inclusive com o acréscimo do § 3o.)

do art. 373 e o "caput" do art. 379 as seguintes redações:

**"Art. 372. ....**

V - garantia de salário e condições profissionais condignas para os que trabalham na escola, nos vários níveis de ensino;

**Art. 373. ....**

I - obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental comum e de igual qualidade para todos os brasileiros, dos sete aos catorze anos de idade; a gratuidade do ensino público fundamental compreenderá igualmente todos os jovens e adultos excluídos da escola ou que a ela não tenham tido acesso na idade própria;

II - manutenção de escolas públicas gratuitas em todos os níveis de ensino, incluindo também os cursos técnicos e agrotécnicos profissionalizantes em nível de 1o. e 2o. graus;

IV - atendimento gratuito e especializado tanto aos deficientes físicos, mentais e sensoriais, a partir de zero ano de idade, em todos os níveis de ensino como aos superdotados;

VII - a gratuidade do ensino público fundamental se estenderá ao material escolar e à alimentação básica fornecida pela escola.

§ 3o. É assegurado a todos os brasileiros, na qualidade de pessoa física ou de pessoa jurídica constituída, o direito a exigir judicialmente do Estado o cumprimento de suas obrigações constitucionais para com a educação através do mandado de injunção, previsto nesta Constituição.

**Art. 379.** A União aplicará anualmente não menos de 13% (treze) por cento e os Estados, o Distrito Federal e os Territórios no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, excluídos - para efeito de cálculo - os recursos destinados aos programas de assistência ao estudante."

#### **Justificativa:**

A presente sugestão de norma constitucional se atém à formulação dos princípios fundamentais que regerão as ações do Estado no que diz respeito à educação. Procurou-se traduzir tais obrigações definindo o universo populacional prioritariamente atingido por elas, sobretudo no que se refere à obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental. Explicou-se a necessidade de previsão e vinculação de recursos para fazer face às políticas educacionais. E, finalmente, fez-se uma tentativa de controle constitucional, no sentido de dotar esses princípios de força jurídica cogente, superando uma visão meramente programática de seu conteúdo.

O eixo, onde se articulam os princípios explicitados nos cinco itens do art. 3º, funda-se no dever do Estado de universalizar a Educação básica, obrigatória, gratuita, comum e de igual qualidade para todos os brasileiros dos sete aos quatorze anos de idade. A "Educação para todos" hoje no Brasil é o mais sério e o mais grave problema social, quando sabemos das altas taxas de evasão e repetência (50%), sobretudo nas primeiras séries do 1º grau, assim como da falta de acesso de cerca de oito milhões de crianças à escola, excluídas do ensino na idade própria à demanda escolar.

Adotou-se também a duração de oito anos (§1º do inciso IX), consagrada na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (art. 18), como o período a ser abrangido pela obrigatoriedade do ensino fundamental.

Embora a lei ordinária tenha assim interpretado o preceito da atual Constituição (art. 176, § 3º, II), que define a obrigatoriedade para a idade dos sete anos aos quatorze anos, o Estado Brasileiro, ao longo

desses últimos quinze anos, não criou as condições objetivas para o cumprimento do preceito constitucional, tendo a universalização da educação básica de 1º grau permanecido um mito, no dizer do constitucionalista Pinto Ferreira.

Além de enfatizar este ponto, as sugestões aqui oferecidas à Assembléia Nacional Constituinte, focalizam também uma série de problemas atinentes às obrigações fundamentais do Estado para com a Educação. Entre eles destacam-se: o atendimento às pessoas deficientes, o amparo ao desenvolvimento dos superdotados, as condições de trabalho dos profissionais do ensino – professores e técnicos – os quais não merecem a devida atuação em nossa história constitucional e hoje estão a reclamar o seu lugar no esforço presente de construir novas estruturas jurídicas para o País.

Quanto à gratuidade, entendida em sentido mais amplo e ativo, ou seja, no que tange às próprias condições pedagógicas e biológicas do educando, compreende a oferta de material escolar e de alimentação básica, programas empreendidos com sucesso pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE/MEC), cuja continuidade e aperfeiçoamento estão a merecer a devida e oportuna confirmação. A gratuidade deve entender-se igualmente, como meta de universalização da educação básica, a todos os jovens e adultos que fazem parte do imenso contingente de analfabetos do País (25% da população brasileira / MEC 1986) e aos que buscam, nos cursos profissionalizantes de 1º e 2º graus, uma habilitação para o trabalho produtivo. A anulação pela Lei nº 7.044/82 da universalização compulsória da profissionalização em nível de 2º grau veio pôr a claro ainda mais a necessidade de encarar-se a preparação para o trabalho como um dos objetivos imprescindíveis da formação das gerações de jovens brasileiros. E uma Constituição, atenta aos problemas sociais do País, não deixará de incluir este aspecto entre os postulados fundamentais dos direitos do cidadão. A previsão e vinculação de percentuais do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e Territórios às despesas com Educação, retoma os termos da chamada Emenda Calmon (E.C. nº 24/83), inovando, porém, ao propor a exclusão dos recursos, alocados em programas como o da merenda escolar e outros de caráter assistencial, do cômputo global dos percentuais fixados pela Constituição. Deste modo, as verbas orçamentárias destinam-se preferencialmente à manutenção e ao desenvolvimento das atividades específicas do processo pedagógico de ensino e aprendizagem dos educandos na escola, onde deveriam ser criadas condições mínimas de funcionamento, incluindo-se aí a remuneração e outros programas de aperfeiçoamento e reciclagem do magistério. Finalmente, se estabelece o controle constitucional dos preceitos acima formulados, assegurando a todos os brasileiros o direito a exigir judicialmente do Estado o cumprimento de suas obrigações para com a Educação. Cria-se, através do instrumento jurídico do mandato de injunção uma nova modalidade de ação contra o Estado em face sobretudo de uma comprovada omissão na execução da Lei Maior.

**Parecer:**

O conteúdo da proposição, atendida pelo Projeto da Comissão de Sistematização, traz desdobramentos que, segundo a praxe do direito brasileiro, melhor se coadunam com a legislação ordinária e complementar.  
Pela rejeição.

**EMENDA:09876 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VIVALDO BARBOSA (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Artigo 372.

Acrescente-se inciso ao artigo 372 do projeto:

VII - descentralização da educação pública, cabendo prioritariamente aos Estados e Municípios a educação pré-escolar e o ensino fundamental obrigatório.

**Justificativa:**

A educação pré-escolar é obrigação do Estado e deve ser executada prioritariamente pelos Estados e Municípios, da mesma forma e pelas mesmas razões que o ensino fundamental, pois essas são as instâncias administrativas mais descentralizadas, têm maior proximidade e conhecimento das necessidades da população nessa área e podem responder mais rapidamente às solicitações das comunidades.

Sem essa referência, ficaria imprecisa a que esfera caberia prioritariamente a educação pré-escolar, com o risco de não ser efetivamente assumida por nenhuma delas.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado no Projeto.

**EMENDA:10020 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SOTERO CUNHA (PDC/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

DA Ordem Social

Capítulo III

DA Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratizar do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:10178 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ TINOCO (PFL/PE)

**Texto:**

Substituir no artigo 372 do Projeto de Constituição o inciso I que passa a ter a seguinte redação:

"I - democratização do acesso a permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:10208 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAULO DELGADO (PT/MG)

**Texto:**

EMENDA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Acrescenta o Inciso VII ao art. 372

"Art. 372 - .....

VII - Participação das entidades associativas de profissionais da área de ensino - educação na elaboração, implementação e controle dos planos de educação ao nível da União, Estados e Municípios.

**Justificativa:**

Trata-se de dar consequência prática e real ao princípio da democratização da política estatal assegurando a participação das entidades representativas da sociedade civil no acompanhamento e fiscalização da política educacional.

**Parecer:**

A Proposição em exame, conquanto constitua valioso subsídio para o processo legislativo, merece ser adequadamente considerada quando se tratar da legislação complementar e ordinária.

**EMENDA:10272 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Acrescente-se dispositivo ao Art. 372 do Projeto com a seguinte redação:  
"O ensino pré-escolar é obrigatório e gratuito para todos dos três aos seis anos de idade."

**Justificativa:**

Atendemos, com esta proposta, recomendação que recebemos do Grupo de Estudos Constitucionais de Niterói-Grecon, criado pelo Instituto Abel e pela Associação de Pais e Mestres de Alunos do Instituto Abel – APAMAIA, por meio do documento intitulado "Carta de Niterói", que traduz o oferecimento de temas pertinentes à construção da Carta Constitucional.

Também somos de opinião que o ensino pré-escolar deve ser não apenas obrigatório, mas igualmente gratuito para todos dos três aos seis anos de idade, em todos os estabelecimentos de ensino existentes no País, já que tradicionalmente, é dever do Estado a realização de programas de alfabetização, o qual é um dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Não há dúvida, ademais, de que a medida ora preconizada encerra um profundo sentido social, pela complementaridade ao orçamento doméstico, representando uma desoneração nos gastos familiares, principalmente no momento em que as dificuldades econômico-financeiras são agravadas pela crise enfrentada por todos os brasileiros.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:10458 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda Substitutiva  
Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - Democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:10467 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Artigo 372, Inciso IV

TÍTULO IV

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

O Inciso IV do Artigo 372 do Projeto de

Constituição da Comissão de Sistematização passa a ter a seguinte redação:

Art. 372 .....

IV - gratuidade de ensino fundamental e, no pré-escolar e nos demais níveis, para todos que comprovarem insuficiência de recursos, em estabelecimentos públicos ou particulares, respeitando-se o direito de opção da família.

**Justificativa:**

É dever do Estado garantir a todos os conhecimentos fundamentais.

É forçoso reconhecer, porém, que o Poder Público não dispõe de recursos suficientes para a instalação e manutenção de escolas públicas, em todos os níveis, em todo o território nacional.

Por outro lado, o direito de opção da família é sagrado. Cada pai, cada família deve ter a oportunidade de educar seus filhos de acordo com seus princípios, com suas crenças e suas convicções, no estabelecimento que escolher, e não aceitar a simples instrução imposta pelo Estado ou por quem quer que seja.

Não é possível que a democracia seja assegurada com dinheiro público, na área educacional, somente para poucos privilegiados que conseguem matrícula na Escola Pública, enquanto aos demais brasileiros se nega o direito de estudar, como acontece atualmente. Ou, em outras palavras, não se pode conceber que enquanto a uns poucos se concede "o incentivo fiscal" da escola pública gratuita, aos demais se cobra dupla tributação, pois pagam impostos diretos e indiretos, e mais o custo do ensino, que a outros é dado de graça. E, o pior, é que a gratuidade de ensino tem atendido aos ricos, não escola pública, mais do que aos assalariados e filhos de assalariados em todo o Brasil. Assim, impõe-se que fique assegurada, como princípio constitucional, a gratuidade de ensino para todos aqueles que apresentam insuficiência de recursos, como forma de dar oportunidades iguais para todos, evitando-se a formação de elites intelectuais de classes mais abastadas e diminuindo-se os desníveis que provocam barreiras estratificadoras.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original, com exclusão da expressão " em todos os níveis" por entender que desta forma atende à filosofia educacional do Projeto.



**EMENDA:10808 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372, inciso III

O inciso III do artigo 372 passa a ter a seguinte redação:

Art. 372 .....

III - Pluralismo de idéias e de instituições de ensino.

**Justificativa:**

Ficam suprimidas as expressões “públicas e privadas” do inciso III, na medida em que se entende que o pluralismo de idéias não deve estar restrito à natureza jurídica da instituição que o veicula, bem como a garantia de acesso ao ensino.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção da redação original.

**EMENDA:10809 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372, inciso IV

O inciso IV do artigo 372 passa a ter a seguinte redação:

Art. 372 .....

IV - O ensino público é gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade, sem distinção de sexo, raça, idade, confissão religiosa, filiação política ou classe social.

**Justificativa:**

A defesa do laicismo, como requisito de democratização do ensino, implica em não privilegiar um credo religioso em detrimento dos outros, não confundindo ainda, o laicismo com ateísmo. No Estado Republicano não há religião oficial.

Na medida em que se assegura o ensino laico, garante-se, conseqüentemente, a liberdade religiosa e de pensamento, possibilitando a manifestação de todos os credos, mesmo os não reconhecidos oficialmente.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção da redação original por entender que ela atende, na sua essência, à proposta do nobre Constituinte.

**EMENDA:10810 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

**DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 372 VI**

O inciso VI do artigo 372 passa ter a seguinte redação:

Art. 372 .....

VI - eliminação das desigualdades e das discriminações regionais, sociais, de raça, de etnia, de sexo e de religião.

**Justificativa:**

Propomos esta emenda ao anteprojeto por considerarmos que não poderia deixar de ser contemplada, em Texto Constitucional, a eliminação das desigualdades e das discriminações por sexo, compatibilizando este enunciado com os do capítulo I, Dos Direitos Individuais, referentes ao mesmo assunto.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorporado ao Projeto de Constituição sob outro Título.

**EMENDA:10949 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: artigo 372.

Substitua-se, no inciso V do artigo 372 do Projeto de Constituição, a expressão "estruturação de carreira nacional", como se segue:

Art. 372 - .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - ...garantindo-lhes: estruturação de carreira única para o magistério público.

**Justificativa:**

A estruturação atual é antiquada, repressora, desestimulante e prejudicial ao ensino, ao passo que, com a emenda substitutiva ora proposta, a qualidade do ensino sofrerá melhora, porque elevar-se-á o gabarito técnico-profissional do professorado, incentivado a aperfeiçoar-se para ser contemplado com a ascensão na carreira.

**Parecer:**

Sendo procedente a justificação o dispositivo em tela sofre modificações para torná-lo mais adequado.

**EMENDA:11264 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Acrescente-se item VII ao art. 372 do Projeto com a seguinte redação:

"A educação pré-escolar é obrigatória no sistema educacional brasileiro".

**Justificativa:**

A educação pré-escolar é essencial para o desenvolvimento da criança no processo educacional. Tendo em vista a faixa etária equivalente a este nível de ensino, há necessidade da proximidade da escola com o lar.

A baixa produtividade escolar, observada no 1º grau, tem sido evidenciada pela falta de acompanhamento, treinamento e correção dos aspectos que interferem no processo de aprendizagem.

O período preparatório é fundamental à fase inicial de alfabetização.

**Parecer:**

Somos de parecer que o desempenho do ensino fundamental encontra-se longe de ser satisfatório, não havendo, assim, fundamento para a extensão da obrigatoriedade escolar.

**EMENDA:11511 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BEZERRA DE MELO (PMDB/CE)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:11604 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VILSON SOUZA (PMDB/SC)

**Texto:**

-Emenda Supressiva

- Suprimir do inciso V do artigo 372 do projeto, a expressão "aos vinte e cinco anos de exercício da função do Magistério".

**Justificativa:**

O anteprojeto estabelece que não haverá distribuição entre o trabalho intelectual e manual, bem como não haverá privilégios em razão da natureza do trabalho ou qualquer outra condição social ou individual (art. 12, III, f) do projeto).

Da mesma forma, estabelece o prazo de 35 anos de serviço para a aposentadoria dos servidores públicos e demais trabalhadores.

Portanto, coerentemente com estes princípios é inaceitável reduzir-se o prazo de aposentadoria para uma classe em detrimento das demais.

Assim, visando compatibilizar o texto e em respeito aos princípios de isonomia que adota, o tratamento a ser dispensado aos Professores, em termos de aposentadoria, deve ser o mesmo que o dispensado aos demais trabalhadores.

**Parecer:**

O conteúdo do Inciso V do Artigo 372 do Projeto versa sobre matéria infraconstitucional tendo sido, portanto, retirado do seu texto. Deverá ser objeto da legislação complementar e ordinária.

**EMENDA:11701 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

**Texto:**

Emenda Modificativa:

Modifique-se a redação do "caput" do art. 372 para o seguinte:

"Art. 372 - O sistema nacional de educação, definido em lei atenderá":

**Justificativa:**

A emenda formalmente objetiva estabelecer um sistema nacional de educação que a lei definirá, permanecendo na Constituição princípios gerais.

**Parecer:**

O Relator optou por manter o texto original.

**EMENDA:11703 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

**Texto:**

Emenda Supressiva:

Suprima-se o inciso IV do art. 372.

**Justificativa:**

O Estado não tem condições de arcar com a gravidade do ensino em todos os níveis. Compete-lhe estimular a sociedade em busca da realização conjunta desse propósito. A lei disporá a respeito.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original, apenas com a exclusão da expressão "em todos os níveis".

**EMENDA:11804 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Assunto: - Título IX - Da Ordem Social -

Capítulo III - Da Educação e Cultura

Direito à Educação básica e

profissionalizante para o Deficiente

Nos termos do § 1o., do art. 23, do Regimento

Interno da Assembléia Nacional Constituinte,

apresentamos emenda aditiva ao art. 372, para que

se acrescente o item VII, ficando assim redigido:

"Art. 372 - Para a execução do previsto no

artigo anterior, obedecer-se-ão os seguintes princípios:

VII - garantia às pessoas portadoras de deficiência, o direito à educação básica e profissionalizante obrigatória e gratuita, sem limite de idade, desde o nascimento."

**Justificativa:**

Desde a Subcomissão que tratou das pessoas deficientes, da Comissão da Ordem Social, o problema vem sendo lembrado, de forma que através dos avanços da ciência contemporânea possam os portadores de deficiência ser educados de tal forma que preencham os requisitos para o exercício da cidadania e da realização profissional.

Os exemplos são os mais edificantes possíveis, em outros países, em que através de uma pedagogia especializada os deficientes se recuperam para atividades normais.

Esta é mais uma proposta a que damos apoio, encaminhada pelo Movimento pelos Direitos de Pessoas Deficientes, de São Paulo, justamente preocupado com o tema ora enfocado.

É a justificação.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:11826 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAULO DELGADO (PT/MG)

**Texto:**

Emenda ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Dá nova redação ao inciso "V" do art. 372:

"Art. 372 .....

V - valorização dos profissionais de ensino de todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração, com piso salarial nacional, baseado na formação profissional, independentemente do nível em que atuem; aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venha a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação;"

**Justificativa:**

Pretende-se tornar explícito no texto do Projeto de Constituição da unificação nacional dos salários dos professores, bem como a garantia da remuneração de acordo com o nível de capacitação profissional dos mesmos. Com isso, espera-se evitar a continuidade de profundas distorções na remuneração dos professores.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorporado ao Projeto, embora sem os desdobramentos sugeridos pelo nobre Constituinte, que deverão ser objeto da legislação complementar e ordinária.

**EMENDA:11901 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

IRMA PASSONI (PT/SP)

**Texto:**

Emenda ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização.

Dá nova redação ao inciso "V" do art. 372:

"Art. 372. ....

.....  
V - valorização dos profissionais da educação em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação;"

**Justificativa:**

A educação é constituída pelas áreas técnico-pedagógica e didático-pedagógica. A expressão "profissionais da educação" contempla com maior fidedignidade os profissionais que atuam na educação.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorporado ao Projeto, embora sem os desdobramentos sugeridos pelo nobre Constituinte que deverão ser objeto da legislação complementar e ordinária.

**EMENDA:12010 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SIMÃO SESSIM (PFL/RJ)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: inciso VI, do Artigo 372.

Dê-se ao inciso VI, do Artigo 372, a seguinte redação:

"Art. 372 - .....

VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, raciais e religiosas".

**Justificativa:**

Não há motivo algum para o uso da expressão étnicas ao invés de raciais. A conceituação de etnias como grupos estanques vinculados por laços de família e cultura própria – portanto, autônomas dentro da vida nacional – não se enquadra na realidade brasileira. Todos são brasileiros e, por conseguinte, jamais poderá haver discriminações por questões étnicas, como sugere o dispositivo objeto da presente emenda. O mesmo não se pode dizer em relação à discriminação racial, latente e, em muitos casos, já expressamente manifestada.

**Parecer:**

Tendo em vista a necessidade de sintetizar o texto, consideramos que o princípio correspondente já se encontra abrigado nas finalidades da educação nacional.

**EMENDA:12184 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação E Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:12286 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FÁBIO RAUNHEITTI (PTB/RJ)

**Texto:**

Emenda modificativa.

Dispositivo emendado: inciso VI, do artigo 372.

Dê-se ao inciso VI do artigo 372 a seguinte redação:

"Art. 372. ....

.....

VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, raciais e religiosas".

**Justificativa:**

A principal conceituação sobre etnias insere a idéia de um grupo isolado no conjunto da sociedade, com o cultivo de valores culturais próprios e sujeito às suas próprias regras de coexistência social. Nem mesmo as comunidades indígenas podem incluir-se nesse conceito, porque a lei brasileira sempre lhes destinou o princípio da igualdade de cidadania, certamente em condições especiais definidas em estatuto próprio. Todos são brasileiros e, em consequência, as discriminações só poderão existir em função de preconceitos outros, como, por exemplo, racial. Daí a necessidade da mudança proposta pela presente emenda.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorporado ao Projeto, sob outro Título.

**EMENDA:12301 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AUREO MELLO (PMDB/AM)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:12341 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ MAURÍCIO (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Emenda Aditiva

Inclua-se no artigo 372 do Projeto de Constituição, o seguinte Parágrafo Único:

§ Único - Para a aplicação do princípio previsto no item I deste artigo, fica extinto a partir da Promulgação desta Constituição, o exame vestibular para ingresso nos cursos de ensino universitário.

**Justificativa:**

É sabido de todos nós, que o vestibular dificulta o acesso de muitos estudantes que, embora sendo bons alunos no 2º grau não podem continuar seus estudos, pois, para ingresso na universidade é necessário passar por uma "bateria" de provas, que na maioria das vezes não atesta nada.

Entendemos que o vestibular não tem explicação, porque seleciona uma elite, em detrimento da maioria dos menos favorecidos. Além do mais, deparamos com a criação já quase institucionalizada de substituição do 2º grau pelos "famosos cursinhos" de pré-vestibulares, pois, se torna quase que necessário ao estudante que ao terminar o 2º grau, começa o tal "cursinho".

Esta Emenda, visa assegurar a todos estudantes o direito de poder continuar seus estudos, e a real democratização de nível superior.

**Parecer:**

A Emenda em tela, segundo as tradições constitucionais brasileiras, merece adequada consideração quando for elaborada a legislação complementar e ordinária.

**EMENDA:12373 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AGASSIZ ALMEIDA (PMDB/PB)

**Texto:**

Dispositivo Emendado: Art. 372

Acrescente-se, ao Art. 372 do Projeto de Constituição:

"Art. 372 - .....

- obrigação dos pais ou responsáveis na matrícula do filho ou dependente, com até 16 anos de idade, em escola de primeiro grau."



**Justificativa:**

Educar as novas gerações não deve ser apenas obrigação do Estado, mas também dever dos pais ou responsáveis por menores de 16 anos de idade. A conjugação de esforços e responsabilidades poderá conduzir à erradicação do alto índice de analfabetismo que envergonha a Nação.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao Projeto.

**EMENDA:12464 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ FREIRE (PMDB/GO)

**Texto:**

Emenda ao artigo 372, inciso V

Suprimir: "aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação".

**Justificativa:**

O texto em questão contém privilégios difíceis de sustentar com qualquer argumentação racional. Por que um professor universitário, por exemplo, teria direito de se aposentar aos 25 anos de serviço, portanto, em torno de 50 anos, e um pedreiro ou um gari, ou comerciante só pode se aposentar aos 35 anos de serviço ou aos 65 anos, por velhice. Que base material existe para tal discriminação? Vários estudos têm demonstrado que a aposentadoria por tempo de serviço, em geral, tal como existe no sistema previdenciário brasileiro, tem dois graves problemas:

a) se não inviabilizar a estrutura financeira da Previdência, tornará necessário aumentos paulatinos nas contribuições previdenciárias;

b) é causa de injustiça contra os trabalhadores de baixa renda que, quase nunca, conseguem se aposentar por tempo de serviço, mas pagam, através de contribuição direta e através do repasse das outras contribuições previdenciárias aos preços dos bens e serviços, para que profissionais de classe média e alta se aposentem cedo (32% antes de 50 anos; 64% antes de 55 anos).

Os recursos para pagamento das aposentadorias não provêm de qualquer entidade abstrata, mas sim dos cidadãos em atividade e consumidores em geral. Mais importante, os recursos vêm, em sua maioria, de pessoas de baixa renda.

O que o texto propõe é, então, um privilégio para os professores, dentre outro privilégio precedente, que é a aposentadoria por tempo de serviço.

Não é admissível que um País onde cerca de 70% das famílias têm renda abaixo de cinco salários-mínimos, ainda os obrigamos a arcar com privilégios a que nunca poderão ter acesso. Não será assim que cumpriremos a urgente tarefa de dignificar a profissão dos professores.

**Parecer:**

O conteúdo do Inciso V, do Art. 372 por tratar de matéria infraconstitucional foi retirado do texto pelo Relator.

A matéria poderá ser objeto da legislação ordinária e complementar, em etapa posterior do processo legislativo.

**EMENDA:12493 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAES LANDIM (PFL/PI)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação E Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:12577 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ZIZA VALADARES (PMDB/MG)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: inciso VI, do Artigo 372.

Dê-se ao inciso VI, do Artigo 372 a seguinte redação:

"Art. 372 . .....

VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, raciais e religiosas".

**Justificativa:**

A emenda objetiva substituir a palavra étnicas por raciais. Na verdade, as etnias já foram, ao longo da história nacional, miscigenadas no complexo humano brasileiro. Não existem como grupos estanques vinculados por laços familiares, cultura própria e leis específicas, tanto que as constituições brasileiras jamais as reconheceram, para efeito de considera-las como referencial na destinação de garantias sociais e individuais. Por uma questão de coerência e para evitar surtos autonomistas prejudiciais, urge mudar o dispositivo, na linha da emenda ora apresentada.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:12608 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ADROALDO STRECK (PDT/RS)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Art. 372, inciso I

Dê-se ao art. 372, inciso I do Projeto de Constituição a seguinte redação:

"Art. 372 .....

I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis, com a participação direta da comunidade na administração das escolas;"

**Justificativa:**

Nunca teremos ensino de bom nível sem a participação direta da Comunidade em tudo o que diz respeito à conservação, manutenção da escola, fiscalização da execução dos currículos e fiscalização do empenho dos professores em sala de aula. Ou seja, a escola precisa ter um comando firme que não será o do Estado, que na maioria das vezes só atrapalha quando se trata de endurecer com quem não cumpre suas obrigações.

Faz algum tempo, numa escola pública de um bairro de Porto Alegre, uma professora ausentava-se periodicamente para viajar. Retornava bronzeada e contando novidades. Suas faltas eram sempre abonadas, em detrimento de suas colegas, sem privilégios, obrigadas a cumprir a carga horária semanal de acordo com o programa da Secretaria de Educação. Neste caso, a própria comunidade poderá receber a queixa e tratar do assunto, impedindo a existência dos professores “mais iguais...” Os Círculos de Pais e Mestres (CPMs) precisam ser dotados de mais uma autoridade especial para resolver imediatamente pendências que possam atrapalhar o bom funcionamento da escola, sejam em casos de indisciplina ou de mau uso do dinheiro público. Os CPMs obrigar-se-ão, da mesma forma, a forçar os pais a conhecerem a escola onde estudam seus filhos, colaborando eventualmente com a melhoria de suas instalações, de acordo com a profissão que exercem.

Não vejo como melhorar o padrão do ensino com todas as vantagens oferecidas – que no fim ficam restritas ao texto constitucional – quando, para atingirmos benefícios, precisamos, em primeiro lugar, cumprir com um elenco de obrigações. Finalmente, se a comunidade for ociosa, deve arcar com sua própria falência. Não existe, alguns metros acima das nossas cabeças, uma entidade constituída de anjos que possa suprir, por dádiva dos céus, a nossa preguiça secular, esperando sempre que um milagre aconteça para nos tornarmos desenvolvidos.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:12943 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALBANO FRANCO (PMDB/SE)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA AO INCISO IV DO ARTIGO 372.

Dê-se ao inciso IV do art. 372, do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

"Art. 372 - .....

IV - gratuidade do ensino público, no primeiro grau, bem como, nos demais níveis de instrução oficial para quantos demonstrarem insuficiência de recursos".

**Justificativa:**

A presente emenda visa estabelecer justiça social em matéria de custos educacionais no País.

Todos os serviços têm um custo, maior quanto melhor for a qualidade do produto ofertado.

Se a educação é gratuita para uma, o preço dessa gratuidade é repassado para outros, no caso atingindo a sociedade inteira, inclusive aqueles que não puderem, por insuficiência de recursos, frequentar colégio algum.

Não há nenhum motivo razoável que impeça a cobrança da prestação de serviços de ensino superior a pessoas de suficiente renda.

Há, por outro lado, todas as razões éticas a fazer prevalecer nessa matéria o princípio segundo o qual ao Estado cabe assistir aos necessitados.

Sucede que as Universidades Públicas gratuitas, estão repletas de estudantes bem nascidos, enquanto o setor privado, oneroso, recebe, em maior parte, a população estudantil de baixa renda que por razões óbvias perdeu a competição pelas vagas das universidades públicas.

Tal contra-senso precisa ser sanado numa sociedade que se pretende democrática.

A Constituição vigente, nesse sentido, é mais realista ao tratar do assunto em seu artigo 176.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original.

**EMENDA:13151 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MARIA DE LOURDES ABADIA (PFL/DF)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao Inciso VI do Artigo 372, Capítulo III Da Educação e Cultura, a seguinte redação: Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, sexual etárias e religiosas.

**Justificativa:**

É importante a criação de instrumentos que venham garantir a luta contra todas as formas de discriminações e desigualdade em nosso país.

O acréscimo dos termos “sexual” e “etário” é porque sabemos das discriminações contra as mulheres, os homossexuais, os idosos e até mesmo as crianças.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorporado ao Projeto, sob outro título.

**EMENDA:13152 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MAURÍCIO NASSER (PMDB/PR)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372.

Inclua-se, como incisos de VII a XI do artigo 372 do Projeto da Constituição, o que se segue: VII - O ensino no país será da responsabilidade:

- a) - Do Município, o pré-escolar e o fundamental, de 1o. grau;
  - b) - Do Estado, o médio, de 2o. grau, o profissionalizante e o especializado para os excepcionais e os deficientes físicos, mentais e sensoriais, facultado o ensino superior, por intermédio das Universidades e demais instituições de ensino de 3o. grau estadualizados;
  - c) - Da União, o superior, de 3o. grau, o técnico-científico superior e o pós-graduação;
  - d) - Do Distrito Federal, o pré-escolar, o fundamental, de 1o. grau, o médio, de 2o. grau, e o profissionalizante, facultado o de 3o. grau.
- VIII - Convênios estabelecerão a ação conjunta bilateral e trilateral entre as unidades federadas;
- IX - A ação conjunta se estende ao campo tecnológico e científico, incluindo laboratórios e outras instalações.
- X - A União federalizará as Universidades e demais instituições de ensino superior estadualizadas, à medida que os Estados o

solicitarem;

XI - A união se obriga a assistir, técnica e financeiramente, os Estados, Distrito Federal e Municípios na implantação, manutenção, desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino, nos diversos graus, com atendimento prioritário à escolaridade obrigatória.

a) A assistência técnica e financeira da União abrange as Universidades e demais instituições de ensino superior estadualizadas.

b) A Universidade Rural será criada pela União em Estados com declarada vocação agropecuária.

**Justificativa:**

A União tem de obrigar-se a assistir, técnica e financeiramente, os Estados, Distrito Federal e Municípios na implantação, manutenção, desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino nas diversas áreas, dada a insofismável precariedade de recursos de cada uma das mencionadas unidades federativas. Basta simples correr de olhos no quadro, para conhecer-se a realidade dos números.

O Anteprojeto em foco estabelece, por exemplo, em seu artigo 11, que a “União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, inclusive os provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. O artigo 20 explicita, por sua vez, que a “União aplicará, anualmente, nunca menos de dois por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, em atividades de proteção, apoio, estímulo e promoção das culturas brasileiras, não incluídos nesses percentuais despesas com custeio”.

Temos, somente aí, um comprometimento do Estado, do Distrito Federal e do Município em nada menos de vinte e oito por cento do orçamento anual, ao passo que a União, que concentra em suas mãos a maior parte da receita tributária, fica onerada em apenas vinte por cento.

Existem Estados e Municípios cujos orçamentos já estão comprometidos em mais de oitenta por cento apenas com a folha de pessoal, agravada a situação com o gatilho salarial, em face do estouro mensal dos índices da inflação.

Assim, pois, as rubricas orçamentárias de pessoal, educação e cultura ultrapassam, por si sós, as previsões da receita pública. Essas despesas vão além do a ser arrecadado. Não sobre verba nem parra material de consumo e combustível, quanto mais pra obras públicas de envergadura.

Há, ainda, grave ameaça contra governadores e prefeitos, contida no parágrafo 3º do artigo 11, qual seja a de serem aplicadas “sanções jurídicas e administrativas no caso de não cumprimento desses dispositivos”.

A proposta nº 2, publicada no final da separata com o Anteprojeto, é mais drástica, pois determina a intervenção da separata com o Anteprojeto, é mais drástica, pois determina a intervenção da União no Estado, e do Estado no Município, “que não aplicar na manutenção e desenvolvimento do ensino e cultura os percentuais de sua receita de impostos determinados nesta Constituição”.

Constatamos, sem rebuços, que os Estados e os Municípios se constituem, de antemão, em massas falidas. Chegará, em breve, a ocasião em que ninguém, mais responsável e mais cômico de seus deveres, se atreva a concorrer ao governo dos Estados e dos Municípios, porquanto não há de querer ser síndico da massa falida, nem ser responsabilizado judicialmente por violação de preceito constitucional.

Apresentam-se ao Constituinte duas alternativas: ou é rebaixada a percentagem das verbas a serem aplicadas, ou a União virá em socorro dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para atendimento às despesas da educação e da cultura.

Torna-se necessária a distribuição das responsabilidades na prodigalização do ensino gratuito, nos diversos. Cada unidade federativa organizará o seu sistema de ensino. Essa repartição de responsabilidades, salvo quando em ação conjunta por meio de convênios, evitará intromissões tumultuadas no setor. Os convênios poderão ensejar a cooperação simultânea da União, do Estado e do Município, conforme as circunstâncias o exigirem. Existe o fato concreto e irreversível da existência de Universidades estadualizadas. Estas, porém, serão federalizadas, à medida que cada Estado solicitar, desde que preencham condições mínimas, do ponto de vista didático-científico. Há, por outro lado, a necessidade de garantir-se o livre exercício da profissão aos que se diplomam como técnicos de 2º grau, sem o que não haverá atrativo para a frequência dos respectivos cursos.

**Parecer:**

A Emenda em tela, segundo as tradições constitucionais brasileiras, merece adequada consideração quando for elaborada a legislação complementar e ordinária.

**EMENDA:13174 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao artigo 372, item IV do Projeto, a seguinte redação:  
"Gratuidade do ensino básico para todos e,  
nos demais níveis, aos que provarem insuficiência  
de recursos.

**Justificativa:**

O ensino não deve ser privilégio daqueles que têm boas condições de vida. Os carentes devem também merecer o apoio do poder público, para desenvolver suas atividades educacionais. A lei deve amparar especificamente e, em especial, as camadas sociais, que, de fato, vivem com maior dificuldade.

Deste modo, esta proposta viria, se aprovada, corrigir uma injustiça e propiciar apoio a todos os brasileiros que desejassem completar seu curriculum educacional. Deve-se incentivar o ensino para todos.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original.

**EMENDA:13205 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LÚCIA VÂNIA (PMDB/GO)

**Texto:**

Emenda Modificativa  
Dispositivo Emendado - Art. 372, item VI.  
Dê-se a seguinte redação ao item VI, do art. 372.  
Art. 372 - .....

VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

A busca para eliminar qualquer desigualdade e discriminação em nossa sociedade vem tomando grande impulso nos últimos tempos, principalmente quanto ao problema do tratamento entre os sexos, uma das mais aberrantes formas de discriminação que afeta a convivência interpessoal. Tanto esse tipo de discriminação, como também a questão da marginalização em consequência da idade, não podem ficar de fora do capítulo da Educação e Cultura, visto que é através da Educação que todos os setores da organização social são conduzidos para um aperfeiçoamento da vida dos cidadãos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, foi incorpora do ao Projeto sob outro Título.

**EMENDA:13291 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MAURO MIRANDA (PMDB/GO)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: TÍTULO IX, CAPÍTULO III

ARTIGO 372, INCISO V

Dê-se a seguinte redação ao artigo 372, inciso V:

Art. 372 - Para a execução do previsto no artigo anterior, obedecer-se-ão os seguintes princípios:

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional do ensino público federal; provimento dos cargos iniciais e finais .

**Justificativa:**

Trata-se de uma adequação ao sistema federativo e ao sistema de ensino federal. Parte-se hoje para um Plano Único na Carreira do Magistério, fato que contraria, de certo modo, a autonomia das Universidades Públicas.

**Parecer:**

Os dispositivos da Emenda, embora revelem o elevado discríto do proponente, poderão figurar mais adequadamente, de acordo com a tradição do Direito brasileiro, no corpo da legislação ordinária e complementar.

**EMENDA:13295 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAULO MARQUES (PFL/PE)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - Democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:13601 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERES NADER (PDT/RJ)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: inciso VI, do Artigo 372.

Dê-se ao inciso VI, do Artigo 372 a seguinte redação:

"Art. 372. ....

.....

VI. superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, raciais e religiosas".

**Justificativa?**

A troca da palavra étnicas se ajusta com maior precisão conceitual aos objetivos visados pelo dispositivo. Como se sabe, as etnias, enquanto grupos estanques, isolados das maiorias miscigenadas e sujeitas a disciplinas próprias, não existem no Brasil. A lei considera todos os nacionais brasileiros de um modo generalizado, embora não admita discriminações por motivos raciais, principalmente. Não há razão para estabelecer na Constituição um regramento com base em um fato inexistente.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao Projeto sob outro Título.

**EMENDA:13665 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MÁRIO BOUCHARDET (PMDB/MG)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substitua-se o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:14286 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

**Texto:**

Emenda aditiva ao art. 372

Incluir no projeto de Constituição do nobre

Relator o seguinte inciso VII.

Art. 372 inc. VII - Oferta de ensino técnico

rural, nas proximidades das regiões ou micro

regiões econômicas, observadas a vocação econômica



destas, suas singularidades culturais, as condições sociais e econômicas do educando e a qualidade do ensino.

**Justificativa:**

Várias são as regiões onde atividades econômicas não se desenvolvem e não adquirem escola de mercado pela falta de apoio às suas vocações e singularidades culturais, sobretudo quanto a educação e formação profissional. A disponibilidade de ensino, com as características adequadas, imperiosamente estimulará o desenvolvimento destas regiões, contribuindo para a fixação do homem, melhoria de sua qualidade de vida, inibindo, consequentemente o processo de inchaço das cidades brasileiras.

**Parecer:**

Seguindo a tradição do Direito Nacional, a Emenda aqui sugerida trata de matéria infraconstitucional, cabendo, pois, ser objeto de cuidadosa consideração em etapa posterior do processo legislativo.

**EMENDA:14354 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ ELIAS MURAD (PTB/MG)

**Texto:**

Emenda Substitutiva - Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do Artigo 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino.

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:14404 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO CAMPOS (PDS/MT)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 372, inciso IV.

Dê-se ao inciso IV do art. 372 do Projeto de

Constituição a seguinte redação:

"Art. 372. ....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - gratuidade do ensino primário, facultando-se o acesso ao ensino secundário, profissionalizante e superior, através de bolsas de educação outorgadas pelo Governo aos alunos que satisfaçam requisitos acadêmicos e demonstrem

insuficiência da renda familiar, assegurada a livre opção entre escolas públicas e privadas, na forma da lei."

**Justificativa:**

Não há razão para que o Estado dê gratuidade aos filhos de famílias ricas, exceto no tocante ao ensino primário e fundamental. Nos demais graus de ensino, os estudantes pobres devem ter acesso e liberdade de opção entre escolas, sujeitos à demonstração de suficiência acadêmica e insuficiência da renda familiar.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto original apenas excluindo a expressão " em todos os níveis ".

**EMENDA:14694 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

Dispositivo emendado: Art. 372

Acrescente-se, inciso ao Art. 372 do Projeto de Constituição:

"Art. 372 - .....

.....

- obrigação dos pais ou responsáveis na matrícula de seus filhos ou dependentes com até 16 anos de idade em escola de primeiro grau."

**Justificativa:**

A educação não pode ser interpretada e definida apenas como dever do Estado, mas, também, como obrigação da sociedade.

A lei deve, portanto, estabelecer critérios coercitivos para que pais e responsáveis matriculem seus filhos ou dependentes na escola de 1º grau. Será a forma de a sociedade contribuir à redução dos alarmantes índices de analfabetos que tanto envergonham nossa nação.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:14940 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MOEMA SÃO THIAGO (PDT/CE)

**Texto:**

Inclua-se, onde couber, no Capítulo III, do Título IX:

Da Educação e Cultura

"Art. - A educação, direito de todos e dever do Estado, visa o pleno desenvolvimento da pessoa dentro dos ideais de defesa da democracia, do aprimoramento dos direitos humanos, da liberdade e da convivência solidária a serviço de uma sociedade justa e livre.

Parágrafo Único - E' responsabilidade do Estado assegurar a educação universal, pública e gratuita para todos os níveis.

"Art. - A educação obedecerá aos seguintes princípios:

- I - igualdade entre o homem e a mulher;
- II - repúdio a qualquer forma de racismo e discriminação;
- III - respeito à natureza e aos valores do trabalho;
- IV - imperativos e prioridades do desenvolvimento nacional;
- V - convivência pacífica entre os povos;
- VI - pluralismo cultural do povo brasileiro.

**Justificativa:**

Os textos propostos repetem, com ligeiras modificações, o Anteprojeto Afonso Arinos em seu art. 384, inciso I do art. 390 e parágrafo único do art. 384.

Através de uma política educacional adequada, que valorize as diferenças, respeitando a cultura própria dos grupos étnicos que compõem a nação brasileira – aqui também compreendidos os índios – ilumine-se o caminho para a efetivação da democracia racial.

**Parecer:**

Pela rejeição, por estar contemplado no Projeto.

**EMENDA:15009 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Acrescente-se dispositivo ao art. 372 do Projeto com a seguinte redação:

"VII - direito de todos à prática de atividades físico-desportivas assegurado pelo Estado."

**Justificativa:**

A Emenda atende justa e oportuna reivindicação da Associação dos Professores de Educação Física do Estado do Rio de Janeiro, traduzindo deliberação adotada nos anos de 1986 e de 1987 em diversos congressos, seminários, cursos e encontros de classe.

Pode-se afirmar que a prática de atividades físico-desportivas como um dever do Estado se insere nos direitos fundamentais dos cidadãos, tratando-se de questão que deve figurar num contexto sócio-econômico e, portanto, de natureza constitucional.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao Projeto.

**EMENDA:15090 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OSVALDO COELHO (PFL/PE)

**Texto:**

Dê-se ao inciso IV do art. 372 e ao § 3o. do art. 379 a seguinte redação:

"Art. 372. - .....

IV - gratuidade do ensino público, com exclusão do superior, assegurando-se, nesse caso, a concessão de bolsas aos estudantes carentes;"

"Art. 379. - .....

§ 3o. - É vedada a cobrança de taxas ou contribuições educacionais nas escolas públicas, exceto as de ensino superior."

**Justificativa:**

O Artigo 1º do Anteprojeto elaborado pelo Relator da Comissão de Sistematização, relativo à matéria de competência da Comissão VIII, estabelece a gratuidade do ensino público em todos os níveis. Num país onde o analfabetismo ainda predomina, é imperioso prestigiar fundamentalmente o ensino básico, concentrando, nesse nível, os escassos recursos disponíveis. Em regra, as pessoas que têm acesso ao ensino superior gratuito são exatamente aquelas que possuem condições de pagar seus estudos. Os recursos aí economizados poderiam beneficiar um maior número de pessoas carentes de ensino básico. Isso não importa, como consequência, que os estudantes pobres fiquem impedidos de cursar a Universidade, pois, mediante sistema de bolsas de estudo, oferecidas àqueles que comprovem sua incapacidade financeira, é possível contornar facilmente essa dificuldade.

**Parecer:**

A Proposição, embora disponha sobre matéria constitucional, contém desdobramentos que melhor se situam no âmbito da legislação ordinária e complementar.  
Pela rejeição

**EMENDA:15898 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

WILMA MAIA (PDS/RN)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ITEM VI DO ARTIGO 372

O Item VI do Artigo 372 do Projeto

Constitucional passará a ter a seguinte redação:

Art. 372 - .....

VI - Superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação.

**Justificativa:**

A busca para eliminar qualquer desigualdade e discriminação em nossa sociedade vem tomando grande impulso nos últimos tempos, principalmente quanto ao problema do tratamento entre os sexos, uma das mais aberrantes formas de discriminação que afeta a convivência interpessoal. Tanto esse tipo de discriminação, como também a questão da marginalização em consequência da idade, não podem ficar de fora do capítulo da Educação e Cultura, visto que é através da Educação que todos os setores da organização social são conduzidos para um aperfeiçoamento da vida dos cidadãos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao Projeto, sob outro Título.

**EMENDA:16233 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OSVALDO SOBRINHO (PMDB/MT)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino."

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:16508 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CARREL BENEVIDES (PMDB/AM)

**Texto:**

Emenda Substitutiva.

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já está incorporado ao Projeto.

**EMENDA:17216 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RONARO CORRÊA (PFL/MG)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino. "

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:17437 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CAPIBERIBE (PMDB/AP)

**Texto:**

EMENDA DE MANUTENÇÃO

Mantenha-se o inciso I do artigo 372 do Projeto de Constituição:

I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis.

**Justificativa:**

É salutar a preocupação com a permanência do aluno nos seus cursos: no Brasil 87% das crianças não concluem o 1º grau, 52% só cumprem os primeiros dois anos de escolaridade, 31.000.000 continuam analfabetos. (IBGE, 1985).

**Parecer:**

A Proposição em exame, com quanto constitua valioso subsídio para o processo legislativo, merece ser adequadamente considerada quando se trata da legislação complementar e ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:17446 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RAQUEL CAPIBERIBE (PMDB/AP)

**Texto:**

MANUTENÇÃO do disposto no artigo 372, IV, complementado pelo artigo 373, II

**Justificativa:**

Ambos os dispositivos garantem o princípio geral de gratuidade do ensino público em todos os níveis, particularmente a sua extensão obrigatória ao ensino médio oficial.

**Parecer:**

Parte do dispositivo, na redação substitutiva do relator, foi eliminada, sendo a Emenda acolhida apenas parcialmente.

**EMENDA:17520 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Artigo 372, Inciso I.

O Inciso I, do Art. 372, do Projeto de Constituição, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 372 - .....

I - democratização do acesso, permanência em todos os níveis de ensino.

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:17667 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALDO ARANTES (PC DO B/GO)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 372 do Projeto de Constituição

Inclua-se o inciso VII no artigo 372 do projeto de Constituição.

"VII - Os currículos escolares, em todos os níveis, estarão voltados para os problemas do povo e do País, do seu desenvolvimento independente e do progresso científico."

**Justificativa:**

A inclusão desse dispositivo é fundamental para definir o compromisso da educação com a realidade econômica e social do País. O ensino voltado para as reais necessidades da maioria do povo, para o desenvolvimento independente e para o progresso científico é uma necessidade para construir uma Nação desenvolvida.

**Parecer:**

A Emenda em tela, segundo as tradições constitucionais brasileiras, merece adequada consideração quando for elaborada a legislação complementar e ordinária.

**EMENDA:17720 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MAURÍCIO FRUET (PMDB/PR)

**Texto:**

Dê-se, aos seguintes artigos do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

Art. 371. - A educação, direito de cada um, é dever do Estado, constituindo-se prioridade máxima nos "Planos de Metas" do Executivo Federal, Estadual e Municipal.

**Parágrafo único.** - A educação será promovida, incentivada e garantida pelo Estado, com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao compromisso do Ensino com os princípios da liberdade, da democracia, do bem comum e do repúdio a todas as formas de preconceito e de discriminação.

Art. 373 - O dever do Estado com o ensino público efetivar-se-á mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, de pré-escolar a 8a. série, obrigatório e gratuito, com duração mínima de nove anos, a partir dos seis anos de idade, permitida a matrícula a partir dos cinco anos, extensivo aos que a este não tiveram acesso na idade própria;

II - extensão do ensino obrigatório e gratuito;

III - atendimento pedagógico para crianças até cinco anos;

IV - atendimento especializado e gratuito aos portadores de deficiências e aos superdotados, em todos os níveis de ensino, garantida a assistência

e o acompanhamento especializados;

V - .....

VI - .....

VII - auxílio suplementar ao ensino público fundamental, através de programas de material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica.

Art. 375 - O ensino, em qualquer nível, será ministrado no idioma nacional oficial, assegurado às nações, também, o emprego de suas línguas e processos de aprendizagem.

Art. 376 - A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional fixará conteúdo mínimo para o ensino fundamental que assegurem a formação comum e o respeito aos valores culturais, ecológicos e artísticos e suas especificidades regionais.

Parágrafo único. - O ensino religioso, sem distinção de credo, constituirá disciplina facultativa.

Art. 378 - .....

Parágrafo 1o. - .....

Parágrafo 2o. - Compete aos Estados e Municípios, através de lei complementar estadual, organizar e oferecer o ensino básico e médio, priorizando os cursos de formação de professores para atuação à nível do ensino fundamental de pré-escolar à 4a. série.

Art. 380. - O Poder Público assegurará recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento dos seus sistemas de ensino, tendo como base padrões de qualidade e custos por excelência, definidos nos termos da lei.

Parágrafo 1o. - Para assegurar os padrões de qualidade de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão garantir recursos financeiros necessários à remuneração condigna aos profissionais da educação, em todos os níveis, de acordo com os princípios estabelecidos na alínea V, do artigo 372.

Parágrafo 2o. - Sempre que as dotações do Município e do Estado forem insuficientes para atingir os padrões a que se refere o "caput" deste artigo, a diferença será coberta com recursos transferidos através de fundos específicos, respectivamente, pelo Estado e pela União.

Art. 381. - As verbas públicas serão prioritariamente destinadas às Escolas Públicas, podendo, atendidas plenamente as necessidades do ensino oficial, nas condições da lei e em casos excepcionais, ser dirigidas a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias desde que:

I - .....

II - .....

Art. 383. - As empresas comerciais, industriais e agrícolas são responsáveis pelo ensino fundamental gratuito de seus empregados e



dos filhos de seus empregados a partir dos seis anos de idade, devendo, para isto, contribuir com o salário-educação, na forma da lei.

Art. 384. - As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a assegurar a capacitação profissional de seus trabalhadores, inclusive a aprendizagem dos menores, em cooperação com o Poder Público, com associações empresariais e trabalhistas e com sindicatos.

Art. 385. - .....

Parágrafo único. - .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - .....

VI - .....

VII - preservação e desenvolvimento do idioma oficial em suas raízes, bem como das línguas indígenas e dos distintos falares brasileiros;

VIII - preservação e ampliação da função predominantemente cultural dos meios de comunicação social, resguardando a sua condição de fator educacional e seu uso democrático;

IX - assegurar o uso da censura como fator de preservação do social, da cultura e da educação do povo brasileiro;

X - intercâmbio cultural, interno e externo.

Art. 386. - .....

Parágrafo 1o. - O Estado estimulará e proverá a criação e aprimoramento de tecnologias para fabricação nacional de equipamentos, instrumentos e insumos necessários à produção cultural do país.

Parágrafo 2o. - .....

Art. 388. - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência às identidades, à ação e à memória dos diferentes grupos e classes formadoras da sociedade brasileira, aí incluídas as formas de expressão, os modos de fazer e de viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico.

Parágrafo único. - O Estado protegerá, em sua integridade e desenvolvimento, o patrimônio ecológico e material, o patrimônio e as manifestações da cultura popular, das culturas indígenas, das de origem africana e dos vários grupos imigrantes que participam do processo civilizatório brasileiro.

Art. 389. - Compete ao Poder Público, respaldado por Conselhos representativos da sociedade civil, promover e apoiar o desenvolvimento e a proteção do patrimônio ecológico e material, do patrimônio cultural

brasileiro, através de inventário sistemático, registro, vigilância, tombamento, desapropriação, aquisição e de outras formas de acautelamento e preservação, assim como de sua valorização e difusão.

Parágrafo único - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão anualmente recursos orçamentários para a proteção e difusão do patrimônio ecológico e material, do patrimônio cultural, assegurando prioritariamente:

I - .....

II - criação, manutenção e apoio ao funcionalismo de bibliotecas públicas, escolares e particulares, arquivos, museus, espaços cênicos, cinematográficos, audiográficos, videográficos e musicais, e outros espaços a que a coletividade atribua significado.

Art. 390. - Os danos e ameaças contra o patrimônio ecológico, material, cultural e turístico serão punidos na forma da lei.

Parágrafo 1o. - O direito de propriedade sobre bem do patrimônio ecológico e cultural será exercido em consonância com a sua função social.

Parágrafo 2o. - Cabe a toda pessoa física ou jurídica a defesa do patrimônio ecológico, material, cultural e turístico do país.

Parágrafo 3o. - Cabe ação popular nos casos de emissão do Estado em relação à proteção do patrimônio ecológico, material cultural e turístico.

Art. 392. - .....

I - .....

II - .....

III - incentivo, provisão e proteção às manifestações desportivas de criação nacional.

Art. 394. - Incumbe à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Territórios e aos Municípios promover e divulgar o turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

#### **Justificativa:**

A presente emenda é contribuição da Associação do Magistério Municipal de Curitiba, através de grupo de trabalho designado para o acompanhamento da Assembléia Nacional Constituinte. A preocupação foi a de assegurar formas para a melhoria de qualidade do ensino, fundamentadas em três pontos básicos:

- a) ensino fundamental público e gratuito, com duração de nove anos (do pré-escolar à 8ª série);
- b) remuneração condigna aos profissionais de educação;
- c) responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios com relação a previsão de recursos, indispensável e que o objetivo proposto seja atingido.

Os estudos foram desenvolvidos por um período de trinta dias, coordenados por uma Comissão democraticamente eleita pelos professores e, posteriormente, submetidos e aprovados em assembléia geral de classe.

#### **Parecer:**

A proposição em tela apresenta extensa contribuição para o capítulo relativo à educação e cultura. Vários aspectos da Emenda acham-se em essência incorporados ao Substitutivo, que, com base nos trabalhos das Subcomissões e Comissões temáticas, assim como na contribuição individual dos Senhores Constituintes, procura aperfeiçoar o texto do Projeto. Deve-se observar, no entanto, que, embora consideremos de grande importância Emendas como a que hora examinamos, o Substitutivo deve levar em conta a hierarquia de normas jurídicas e necessidade de elaborar uma Constituição

concisa. Assim buscamos sempre que possível incorporar na essência os princípios que podem conduzir ao enriquecimento do texto. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:18371 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

**Texto:**

Emenda aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 372

Adite-se mais um item no art. 372:

"A liberdade de ensino é direito inalienável da família, pressupondo a livre escolha da escola para os filhos, cabendo ao Estado prover as condições materiais para que este direito possa ser exercido."

**Justificativa:**

A norma proposta compatibiliza o artigo com o mandamento estabelecido na letra "b" item V, art. 12 do Capítulo 1º (Dos Direitos Individuais), deste mesmo projeto.

**Parecer:**

Sua Emenda está acolhida no Projeto.

**EMENDA:18658 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DARCY DEITOS (PMDB/PR)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: 372

Acrescente-se, ao Art. 372

"Art. 372

- ensino profissional e vocacional

- incentivo ao moralismo e civismo".

**Justificativa:**

Uma completa e sadia formação educacional tem de prever aptidões profissionais e as que despertem e encaminhem vocações, deficiência que se nota em nosso ensino. Também se impõe o funcionamento de disciplinas de moral e civismo.

**Parecer:**

A Proposição em exame, com quanto constitua valioso subsídio para o processo legislativo, merece ser adequadamente considerada quando se trata da legislação complementar e ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:18871 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FLORESTAN FERNANDES (PT/SP)

**Texto:**

Emenda ao Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização. Dá nova redação ao inciso "V" do art. 372:

"Art. 372 .....

V - valorização dos profissionais da educação em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação".

**Justificativa:**

A educação abrange as áreas técnica-pedagógica e didática-pedagógica. Nesse sentido, para referir-se com fidedignidade aos profissionais que atuam na educação, a expressão correta é "profissionais da educação".

**Parecer:**

A proposta de Emenda dispõe sobre conteúdo, cujos desdobramentos jurídicos, segundo a praxe do Direito no Brasil, melhor se coadunam com a legislação ordinária e complementar.

**EMENDA:18948 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SANDRA CAVALCANTI (PFL/RJ)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 372 - INCISO IV

Após a expressão "níveis", acrescente-se: "de forma direta, em vagas oferecidas pela rede de escolas estatais, ou através de bolsas destinadas aos alunos carentes, nas escolas da rede privada, nos termos da lei."

**Justificativa:**

A realidade brasileira, neste particular, é muito grave. Estudam de graça, em escolas oficiais, os que podem pagar. E pagam com imensos sacrifícios, os que não dispõem de recursos. Principalmente no 3º grau.

Os países ricos, de forma democrática, usam o sistema de bolsa de estudo e se dão muito bem com isso. Aqui no Brasil, os abusos praticados nesse setor, desmoralizam o processo. Mas isso não impede que o sistema seja bom e possa ser implantado de forma mais correta e mais bem fiscalizada.

**Parecer:**

Os dispositivos da Emenda, embora revelem o elevado descortino do proponente, poderão figurar mais adequadamente, de acordo com a tradição do Direito brasileiro, no corpo da legislação ordinária e complementar.

Pela rejeição.

**EMENDA:19080 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JORGE HAGE (PMDB/BA)

**Texto:**

Redija-se assim o Inciso I do Artigo 372:  
Art. 372 - "I - democratização do acesso e da permanência na escola e gestão democrática do ensino com participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade."

**Justificativa:**

A Emenda dá melhor redação ao inciso e explicita em que consiste, basicamente, a "gestão democrática do ensino".

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:19154 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ RICHÁ (PMDB/PR)

**Texto:**

De acordo com o disposto no § 2o. do Art. 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, dê-se ao Título IX - Da Ordem Social a seguinte redação:

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo I

[...]

Capítulo III

Da Educação, da Cultura,

Dos Desportos e do Turismo

Art. 206 - A educação é direito de todos e dever do Estado e será dada na família e na escola, inspirando-se nos princípios de justiça e liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

**Art. 207** - O dever do Estado em relação ao ensino obedecerá os seguintes princípios:

I - o ensino fundamental, é obrigatório e gratuito;

II - estímulo ao acesso aos demais níveis do ensino e da pesquisa científica; e

III - apoio suplementar ao ensino fundamental, mediante programas de material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica.

Parágrafo Único - A União aplicará, anualmente, nunca menos de treze por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte por cento, no mínimo, da receita tributária na manutenção e desenvolvimento do ensino, na forma da lei.

**Justificativa:**

A redação ora proposta de dispositivos, contempla os aspectos de mérito do tema, as aspirações sociais do povo brasileiro a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada à técnica legislativa nos termos dos debates e acordos efetuados.

[...]

**Parecer:**

A emenda apresentada respeita a estrutura do Projeto da Comissão de Sistematização, e constitui

uma contribuição valiosa à elaboração do Substitutivo, tanto que é propósito do Relator manter o maior número possível das sugestões aí contidas.

Deverá ser excluída do texto, segundo consenso firmado na Comissão, toda a matéria relativa a legislação ordinária, razão pela qual um certo número de dispositivos não serão aproveitados. No que se refere à Saúde, a emenda foi acolhida na quase totalidade no Substitutivo do Relator. Apenas houve a retirada da expressão do Art. 201, "fundos disciplinados em leis pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios" e a transferência do parágrafo único do Art. 201 da Emenda para as Disposições transitórias, alterando os termos "Fundo Nacional de Seguridade" para "Orçamento da Seguridade Social".

Os demais artigos e itens foram integralmente acolhidos.

Quanto à Comunicação, decide o Relator acatar a proposta na sua íntegra, à exceção da forma adotada para o parágrafo 4o. do art. 221, que não impede o aproveitamento do mérito.

Somos pela sua aprovação, no mérito, no que se refere a proteção da família, casamento civil e religioso, dissolução da sociedade conjugal, direitos do menor, adoção e acolhimento do menor e proteção dos idosos.

Dois dispositivos são dedicados à Cultura: o primeiro reproduz texto da Constituição vigente e está, no mérito, presente no Projeto; o segundo está na íntegra, na Proposta do Relator. Portanto, com relação à Cultura, a Emenda está parcialmente atendida.

Somos também de parecer que os dispositivos referentes às finalidades e princípios da educação, à cultura e financiamento merecem aprovação parcial.

Nas áreas da Seguridade e da Assistência Social, foram aproveitados os dispositivos que norteiam a proposta, sendo necessário, para atender ao objetivo de tomar o texto sucinto, retirar dispositivos que, provavelmente serão aproveitados em legislação complementar.

Na área de Ciência e Tecnologia, o projeto mantém a estrutura básica da proposta em exame com pequena alteração no primeiro artigo do capítulo, onde foram substituídas as expressões "apoiará e estimulará" por "promoverá".

Quanto ao mercado interno, nenhuma modificação substancial foi introduzida pela emenda.

O conceito estabelecido para empresa nacional em nada diverge da redação do texto, inclusive com a remissão feita ao Título da Ordem Econômica.

Isso posto, consideramos a emenda aprovada parcialmente.

#### **EMENDA:19255 REJEITADA**

##### **Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

##### **Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

##### **Autor:**

VASCO ALVES (PMDB/ES)

##### **Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Acrescente-se no Art. 372 o seguinte inciso:

VII - Democratização dos Conselhos Estaduais e Federal de Educação, através da participação de representantes de entidades como: de pais, de professores e de alunos.

##### **Justificativa:**

Ter como um princípio da Educação a Democratização dos Conselhos Estaduais e do Conselho Federal de Educação contribui para a aproximação da educação dos reais anseios e necessidades do nosso povo.

##### **Parecer:**

A proposta de Emenda dispõe sobre conteúdo, cujos desdobramentos jurídicos, segundo a praxe do Direito no Brasil, melhor se coadunam com a legislação ordinária e complementar.

#### **EMENDA:19394 PARCIALMENTE APROVADA**

##### **Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

##### **Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: Título Nono do Projeto de Constituição

Dê-se ao Título nono do projeto de constituição a seguinte redação:

"Título IX

Da ordem social

Capítulo I

[...]

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Art. 199. A educação, direito de cada um e dever do Estado, será promovida e incentivada por todos os meios, com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao compromisso do ensino com os princípios da liberdade, da democracia, do bem comum e do repúdio a todas as formas de preconceito e de discriminação, inspirando-se nos seguintes princípios:

I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas, com gratuidade do ensino público em todos os níveis;

IV - valorização dos profissionais no ensino em todos os níveis, garantida a estruturação de carreira nacional, com concursos para início e fim de carreira, remuneração adequada, aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos que em qualquer época, venham a perceber os profissionais da educação da mesma categoria, padrão, postos ou graduação;

V - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas.

[...]

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

A emenda apresentada prende-se essencialmente ao Projeto da Comissão de Sistematização, constituindo uma tentativa de simplificar a redação. Para tal, eliminou, em alguns casos, expressões prescindíveis, e, noutros casos, aglutinou dois ou três dispositivos num só. Entretanto, não levou em consideração o propósito atual de excluir do texto a matéria referente a legislação infraconstitucional - que, em ocasião propícia, deverá merecer apreciação favorável. Assim, apesar de reconhecermos que tal contribuição vem ao encontro do esforço do Relator em tornar mais sucinto o Substitutivo, não poderá ser acolhida na íntegra, já que se optará por outra redação.

Em suma, a maior parte dos pontos expostos pela emenda em análise coincide com o que se pretende manter no Projeto de Constituição.

**EMENDA:19657 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SERGIO NAYA (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Substituir o inciso I do art. 372 pelo seguinte:

"I - Democratização do acesso e permanência em todos os níveis de ensino".

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:20017 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAULO MINCARONE (PMDB/RS)

**Texto:**

Substitua-se o art. 372 pelo seguinte:

Art. 372 - O ensino de todos os níveis e graus será garantido pelo Estado para quantos provarem insuficiência e recursos, sendo ministrado por instituições públicas e privadas, sob fiscalização dos Poderes Públicos. Caberá à família, no caso dos filhos menores, e aos próprios alunos, quando maiores, a escolha da opção entre ensino público e privado. O governo contribuirá em igualdade de condições, tanto para o ensino público quanto para o privado, na proporção do respectivo número de alunos.

**Justificativa:**

O Estado deve garantir o ensino para todos, em todos níveis, dando a família, no caso do filho menor, e ao próprio estudante, se maior, o direito de optar entre o ensino público e o privado. O custeio da Educação, pelo Estado, deve ter como medida, o número de alunos e os custos dos diferentes cursos e graus.

**Parecer:**

A Emenda em tela, segundo as tradições constitucionais brasileiras, merece adequada consideração quando for elaborada a legislação complementar e ordinária. Pela rejeição.

**EMENDA:20022 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização



**Autor:**

PAULO MINCARONE (PMDB/RS)

**Texto:**

Substitua-se o art. 372, inciso V pelo seguinte:

V - Tanto o magistério público quanto o privado serão estruturados em carreiras iguais, com idênticos salários e benefícios. O acesso ao magistério de qualquer nível será feito apenas através de concurso público de provas e títulos, observadas as prescrições e exigências relativas a cada grau de ensino estabelecidas em lei.

**Justificativa:**

Em emenda à parte, estamos propondo que o Estado custeará, com os mesmos padrões de remuneração, segundo o número de alunos, de acordo com opção por eles exercida, a Educação em todos os níveis. Neste caso, também não deve haver diferença de remuneração entre o magistério público e o privado. Em ambos os casos, o acesso ao magistério de todos os níveis deve ser feito, sempre, mediante concurso público.

**Parecer:**

A Proposição, embora disponha sobre matéria constitucional, contém desdobramentos que melhor se situam no âmbito da legislação ordinária e complementar.  
Pela rejeição.

**EMENDA:20167 PREJUDICADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ANNA MARIA RATTES (PMDB/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao item VI, do art. 372 do Projeto de Constituição, a seguinte redação:

Art. 372 - .....

VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais e etárias.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade, a questão sexual, como a dos cidadãos ou cidadãs marginalizados por questão de idade, não podem deixar de ser explicitados em qualquer definição de princípios ou normas que tenham o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

Suprimido o dispositivo, na redação substitutiva do Relator, a Emenda fica prejudicada.

**EMENDA:20441 REJEITADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao item V do art. 372 do Projeto de Constituição.

"V - Valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira; provimento dos cargos iniciais e

finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos trinta e cinco anos de exercício em função do magistério; direito de greve e sindicalização";

**Justificativa:**

- O qualificativo "nacional" à carreira do magistério não se coaduna com a diversidade das condições em um território tão vasto e tão rico de variações culturais.

- A aposentadoria aos 25 anos não é compatível com a realidade sócio-econômica do País, desafiado a trabalhar com empenho, e por prazo que se antevê longo, na luta contra o subdesenvolvimento.

**Parecer:**

O conteúdo da Proposição, atendida pelo Projeto da Comissão de Sistematização, traz desdobramentos que, segundo a praxe do direito brasileiro, melhor se coadunam com a legislação ordinária e complementar.

Pela rejeição.

**EMENDA:20537 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

**Texto:**

EMENDA SUBSTITUTIVA AO CAPÍTULO III DO TÍTULO IX  
DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
SUBSTITUA-SE O TEXTO CONSTANTE DO CAPÍTULO III DO  
TÍTULO IX DO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO DO RELATOR  
CONSTITUINTE BERNARDO CABRAL, PELA SEGUINTE  
REDAÇÃO:

Título IX

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Art. 161 - A educação é direito de cada um, e garanti-la é dever do Estado e faculdade da empresa privada, atendendo-se aos seguintes princípios:

I - Democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - Pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;

IV - Valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis.

§ 1o. - O Chefe do Executivo competente poderá ser responsabilizado por omissão, mediante ação civil pública, se não diligenciar para que as crianças em idade escolar, residente no âmbito territorial de sua competência, tenham acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito.

Art. 162 - As universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia didática-científica, administrativa, econômica e financeira, obedecidos os seguintes princípios:

I - Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;

II - Padrão de qualidade, indispensável ao cumprimento do seu papel de agente de tradição

cultural, científica, artística e tecnológica do País.

Art. 163 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os seus sistemas de ensino, com observância da legislação básica de educação nacional.

§ 1o. - A lei definirá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação, ao desenvolvimento dos níveis de ensino e à integração das ações do Poder Público que conduzam à erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar e melhoria de qualidade do ensino.

§ 2o. - O Estado estimulará a criação e o aprimoramento de tecnologias para fabricação nacional de equipamentos, instrumentos e insumos necessários à produção cultural do País.

§ 3o. - O Estado protegerá, em sua integridade, o patrimônio e as manifestações da cultura popular, das culturas indígenas, das de origem africana e dos vários grupos imigrantes que participam do processo da civilização brasileira.

Art. 165 - O ensino é livre para a iniciativa privada, que o ministrará sem ingerência do Poder Público, salvo para fins de autorização, reconhecimento e credenciamento de cursos e supervisão da qualidade.

§ 1o. - As empresas comerciais e industriais deverão assegurar a capacitação profissional dos seus trabalhadores, inclusive a aprendizagem dos menores, estimuladas pelo Poder Público, com a cooperação das associações empresariais e trabalhistas e dos sindicatos.

#### **Justificativa:**

Ninguém mais consciente que o Relator da Constituição sobre os problemas do Anteprojeto apresentado. Diz ele no preâmbulo de seu projeto de Constituição:

“Tal como a grande maioria dos Senhores Constituintes, também detectei, no Anteprojeto, a par de virtudes e inovações elogiáveis, inconsistências, superfetações, desvios, e, acima de tudo, a ausência de um fio condutor filosófico.”

Neste trabalho, respeitamos as qualidades inovadoras trazidas pela forma espontânea e democrática como surgiram os dispositivos contidos no Projeto. Tal como um diamante em bruto, para que elas se revelassem em toda a sua força, o texto precisava ser lapidado, retirando-se-lhe a massa informe das minúcias casuísticas, e, muitas vezes, as imperfeições surgidas pela fusão às vezes emotiva de matéria-prima ideológica.

No contexto da emenda que apresentamos quase nada acrescentamos ao já existente: procuramos apenas desbastar a pedra opaca para descobrir-lhe o brilho.

A presente emenda atende a ponderações sinceras do Senhor Relator. Dá ao texto da Constituição uma nova consistência na redação, busca uma maior síntese, relegando as normas programáticas e reguladoras às leis complementares ou ordinárias; no mérito, procura o fio filosófico nas raízes tradicionais da nossa Sociedade – a liberdade da pessoa, a democracia, a representação do povo pela tripartição dos poderes, e uma Ordem Econômica onde a Social e o Econômico se harmonizam para a construção de um grande país.

Acreditamos que na vigência desta Nova Constituição, da integração entre o Trabalho e o Capital surgirá um renovado surto de progresso e veremos a população brasileira, progressivamente, ascender a níveis de vida mais elevados.

#### **Parecer:**

A Emenda em questão foi em parte aproveitada no Substitutivo, ressaltando-se que, a redação por

ele acolhida melhor atende aos reclamos atuais das áreas de Educação e Ensino.  
Pela aprovação parcial da Emenda.

**EMENDA:20702 APROVADA**

**Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

EMENDA POPULAR (/)

**Texto:**

Emenda No.

Popular

Inclui, onde couber, no Capítulo III (Da Educação e Cultura), do Título IX (Da Ordem social), os seguintes artigos, parágrafos e itens:

"**Art.** - A Educação, baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expressão, da soberania nacional e do respeito aos direitos humanos é um dos agentes do desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade, visando a preparação para o trabalho e a sustentação da vida.

Art. - O ensino público, gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade é direito de todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de sexo, raça, idade, confissão religiosa, filiação política ou classe social.

Parágrafo Único - É dever do Estado o provimento em todo o território nacional de vagas em número suficiente para atender à demanda.

Art. - É livre a manifestação pública de pensamento e de informação. Sobre o ensino e a produção do saber não incidirão quaisquer imposições ou restrições de natureza filosófica, ideológica, religiosa ou política.

Parágrafo Único - É proibida toda e qualquer forma de censura.

Art. - O ensino de primeiro grau, com oito anos de duração, é obrigatório para todas as crianças a partir de sete anos de idade, visando propiciar formação básica comum indispensável a todos.

§ 1o. - Cabe aos Poderes Públicos a chamada à escola até, no mínimo, 14 anos.

§ 2o. - é permitida a matrícula no primeiro grau a partir de seis anos de idade.

§ 3o. - O ensino de primeiro grau e gratuito será também garantido aos jovens e adultos que na idade própria a ele não tiveram acesso.

§ 4o. - A União assegurará, supletivamente, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios os meios necessários ao cumprimento da obrigatoriedade escolar na forma do caput deste artigo.

Art. - O ensino de segundo grau constitui a segunda etapa do ensino básico e é direito de todos. Visa assegurar formação humanística, científica e tecnológica voltada para o

desenvolvimento de uma consciência crítica em todas as modalidades de ensino em que se apresentar.

Parágrafo Único - No segundo grau serão oferecidos cursos de:

I - formação geral;

II - caráter profissionalizante, em que a formação geral seja articulada com formação técnica de qualidade;

III - formação de professores para as séries iniciais do 1o. grau e da pré-escola.

Art. - As instituições de ensino e pesquisa brasileiras devem ter garantido um padrão de qualidade indispensável para que sejam capazes de cumprir seu papel de agente da soberania cultural, científica, artística e tecnológica do país, contribuindo para a melhoria das condições de vida, trabalho e participação da população brasileira.

§ 1o. - As instituições de Ensino Superior terão plenamente garantida a sua autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira.

§ 2o. - As Instituições de Ensino Superior brasileiras serão necessariamente orientadas pelo princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. - A formação mediante estágios deverá propiciar condições de aprendizagem condignas e compatíveis com cada área de especialização, na forma da lei.

Art. - O Estado garantirá a todos o direito ao ensino público e gratuito através de programa sociais, devidamente orçamentados no seu setor específico, tais como:

I - transporte, alimentação, material escolar e serviço médico-odontológico nas creches, pré-escolas e escolas de 1o. grau;

II - bolsas de estudo a estudantes matriculados na rede oficial pública, quando a simples gratuidade não permitir que continuem seu aprendizado.

Art. - Inclui-se na responsabilidade do Estado na forma do artigo inicial:

I - a oferta de creches para crianças de zero a três anos e ensino pré-escolar dos quatro aos seis anos;

II - a garantia de educação especializada para os portadores de deficiências físicas, mentais e sensoriais em qualquer idade.

Art. - O ensino, em qualquer nível, será obrigatoriamente ministrado na língua portuguesa, sendo assegurado aos indígenas o ensino também em sua língua nativa.

Art. - Anualmente a União aplicará nunca menos de 13%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25% no mínimo, da receita tributária, exclusivamente na manutenção e desenvolvimento dos sistemas oficiais de ensino, na forma da lei.

§ 1o. - Para fins desse artigo excluem-se as escolas e centros de treinamento destinados a fins

específicos e subordinados a Ministérios, Secretarias e empresas públicas, que não o Ministério da Educação.

§ 2o. - É vedada a transferência de recursos públicos a estabelecimentos educacionais que não integrem os sistemas oficiais de ensino.

Art. - Serão criados mecanismos de controle democrático da arrecadação e utilização dos recursos destinados à educação, assegurada a participação de estudantes, professores, funcionários, pais de alunos e representantes da comunidade científica e entidades da classe trabalhadora.

Art. - As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a recolher a contribuição do salário-educação, na forma da lei.

Parágrafo Único - Os recursos do salário-educação destinam-se exclusivamente ao desenvolvimento do ensino público oficial de 1o. grau, vedado seu emprego para qualquer outro fim.

Art. - Anualmente a União aplicará nunca menos de 2% do valor do Produto Interno Bruto em atividades de pesquisa científica e tecnológica desenvolvida no país.

Art. - O Estado autorizará a existência de escolas particulares, desde que não recebam verbas públicas, que estejam segundo padrões de qualidade e que sejam subordinadas às normas ordenadoras da educação nacional.

§ 1o. - A existência de escolas privadas estará condicionada à observância daquelas normas, à garantia aos professores e funcionários da estabilidade no emprego, de remuneração adequada, de carreira docente e técnico-funcional e da participação de alunos, professores e funcionários nos organismos de deliberação da instituição, bem como a garantia de que a instituição sustentará econômica e financeiramente o funcionamento da escola.

§ 2o. - Cabe aos Poderes Públicos assegurar, através da fiscalização, a observância permanente dessas normas e condições, sob pena de suspensão da autorização para o funcionamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, na forma da lei.

§ 3o. - Os estabelecimentos de ensino privado, em funcionamento na data de promulgação deste Ato, deverão ajustar-se aos dispositivos legais ou terão sua autorização de funcionamento suspensa, na forma da lei.

Art. - Compete à União elaborar Plano Nacional de Educação prevendo a participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. - A lei regulamentará a responsabilidade dos Estados e Municípios na administração de seus sistemas de ensino e a participação da União com vistas a assegurar padrões de qualidade, na forma do artigo inicial.

Art. - A lei regulamentará a participação da

comunidade escolar (professores, estudantes, funcionários e pais), da comunidade científica e das entidades representativas da classe trabalhadora em organismos democraticamente constituídos para a definição e o controle da execução da política educacional em todos os níveis (federal, estadual e municipal).

Art. - A gestão acadêmica, científica, administrativa e financeira de todas as instituições de ensino de todos os níveis e das instituições de pesquisa, além de todos os organismos públicos de financiamento de atividades de pesquisa, extensão, aperfeiçoamento de pessoal docente e desenvolvimento científico e tecnológico deverá ser democrática, conforme critérios públicos e transparentes.

§ 1o. - As funções de direção e coordenação nas instituições de ensino em todos os níveis e nas instituições de pesquisa serão preenchidas através de eleições pela comunidade da instituição respectiva, sendo garantida a participação de todos os segmentos dessa comunidade.

§ 2o. - A produção, a seleção, a edição e a distribuição de material didático sob a responsabilidade do poder público devem ser submetidas ao controle social e democrático da comunidade garantindo-se a representatividade dos diferentes pontos de vista, respeitadas as especificidades regionais e culturais.

Art. - As normas de funcionamento e supervisão do ensino, fixadas em lei, visarão assegurar padrões de qualidade, na forma do artigo inicial.

Art. - A lei estabelecerá em nível nacional, princípios básicos das carreiras do magistério público para os diferentes níveis de ensino, assegurando:

I - provimento de cargos e funções mediante concurso público de títulos e provas;

II - salários e condições dignas de trabalho e aperfeiçoamento profissional;

III - estabilidade no emprego, seja qual for o regime jurídico;

IV - aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço;

V - direito irrestrito à sindicalização;

VI - condições para a elaboração e aplicação do estatuto do magistério municipal em todos os municípios que dispuserem de rede própria de ensino. Os municípios que não cumprirem o estabelecido serão punidos na forma da lei.

Art. - Integram a receita de impostos dos Estados, Distrito Federal e Municípios os tributos diretamente arrecadados, bem como aqueles que lhes forem transferidos nos termos da lei.

Art. - Os estabelecimentos privados de ensino não serão beneficiados por isenção fiscal de qualquer natureza, ficando sujeitos aos mesmos

impostos que incidam sobre as atividades das demais empresas privadas.

Art. - Os valores das receitas e das despesas dos Poderes Constituídos das esferas federal, estadual e municipal serão de domínio público no que respeita às suas diversas origens e finalidades, modos de arrecadação e formas de emprego.

Parágrafo Único - A legislação complementar estabelecerá sanções para os casos de violação dos mandamentos Constitucionais relacionados nos artigos, itens e parágrafos deste capítulo."

**Justificativa:**

O elevado número de subscrições (258.984) à Emenda Popular que defende, entre outras matérias, o ensino público gratuito, além da legitimidade dos órgãos representantes dessa causa, como: ANDE, ANDES, ANPAE, CPB, CEDES, CGT, UNE, CUT, FASUBRA e FENOE, bem revelam o alto significado dessa proposta de ordem educacional, anteriormente defendida no Fórum da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito.

**Parecer:**

A Pe-49 consigna nada menos que vinte e quatro artigos, a serem inseridos no capítulo relativo à educação. Analisaremos, um a um, ordenados na sequência em que figuram no texto da Proposta.

1o artigo.

Expressa princípio que melhor se ajustaria ao contexto de lei de diretrizes e bases, além de se compreender no âmbito do que estatuem os artigos 371 e 372 do Projeto.

Pela prejudicialidade.

2o artigo

Encerra o postulado do ensino público, gratuito e laico em todos os níveis, ao lado do comando ao Estado para prover vagas suficientes à demanda.

O Projeto já fez opção pela concomitância do ensino público e da livre iniciativa, não subsistindo argumentos ponderáveis que recomendem a alternativa em cogitação.

Pela Rejeição.

3o artigo e parágrafo único

Tem em vista a liberdade de pensamento e informação, garantias expressas no art. 12, inciso IV, letras D e E combinadamente com o art. 372, inciso II, do Projeto.

Pela Prejudicialidade.

4o artigo e parágrafos

O caput contém regra pertinente ao ensino de primeiro grau de que cuida o art.373, I, do Projeto. Os parágrafos 1o, 2o, 3o compreendem-se nas disposições do mesmo artigo; a regra proposta no parágrafo 4o é semelhante à do art. 378, parágrafo 3o, do Projeto.

Pela Prejudicialidade.

5o artigo e parágrafo Único

Trata-se de norma reguladora do ensino de 2o grau, que se coaduna com o texto de lei ordinária, no relativo às diretrizes e bases da Educação.

Pela Rejeição.

6o artigo e parágrafos

O caput, reportando-se ao papel das instituições de ensino e pesquisa, reproduz norma constante do art. 377, inciso II, do Projeto.

Pela Prejudicialidade.

O parágrafo 1o consagra a autonomia das instituições de ensino superior, que nossa tradição e o Projeto deferem às universidades.

Pela Rejeição.

O parágrafo 2o refere-se à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, princípio inserto no art. 377, inciso I, do Projeto.

Pela Prejudicialidade

7o artigo

Não há como erigir em matéria CONSTITUCIONAL a questão do estágio curricular.

Pela Rejeição.

8o artigo



O preceito alinha programas sociais de governo para implementar o direito ao ensino público e gratuito. O cerne da proposta não extrapola o que se contém no art. 373, em seus vários incisos, notadamente o I, II, III e VII, art. 382 e outros.

Pela Prejudicialidade.

9o artigo

Prevê a oferta de creches e educação especial, já explicitada no art. 373, incisos III e IV.

Pela Prejudicialidade

10o artigo

Ensino ministrado na língua portuguesa e, aos indígenas, em sua língua nativa. Idêntico ao art. 375 do Projeto.

Pela Prejudicialidade

11o artigo e parágrafos

Colima a destinação de percentuais da receita tributária da União, Estados, DF e Municípios à manutenção e desenvolvimento do ensino, em bases inferiores às que se contém no Projeto, art. 379 e parágrafo 1o. No parágrafo 2o veda a transferência de recursos públicos aos estabelecimentos particulares, contrariando a opção seguida no art. 381, sem razão maior de convencimento.

Pela Rejeição

12o artigo

Prescreve a criação de mecanismos de controle democrático dos recursos destinados à educação. Matéria de lei ordinária.

Pela Rejeição

13o artigo e parágrafo Único

Dispõe sobre a contribuição do salário-educação, à semelhança do art. 383 do Projeto.

Pela Prejudicialidade

14o artigo

Delimita o percentual mínimo de 2% do PIB a ser aplicado pela União em atividades de pesquisa científica e tecnológica. O Projeto, em seu art. 398, transfere ao legislador ordinário a fixação dos parâmetros a serem observados pelas várias esferas de governo, quanto aos respectivos orçamentos. Não há estudo aprofundado para permitir uma fixação do percentual proposto.

Pela Rejeição

15o artigo e parágrafos

Permite a iniciativa privada no ensino, excluída das verbas públicas e subordinada às normas ordenadoras da educação nacional, algumas das quais explicita nos seus parágrafos

O projeto corporifica solução de consenso, pela coexistência da escola pública e particular (arts. 371 e 374) e admite, sob certos critérios, a destinação de verbas públicas a estabelecimentos particulares. Insubsistem razões de maior valia para acolher solução diversa, nesse aspecto.

Pela Rejeição

16o artigo

Incumbe a União de elaborar o Plano Nacional de Educação, com a participação das demais Unidades federativas. O assunto está disciplinado no art. 382 do Projeto.

Pela Prejudicialidade

17o artigo

Determina que a lei regulamentará a responsabilidade dos Estados e Municípios na administração de seus sistemas de ensino, com a participação da União. O tema encontra-se em boa moldura no art. 378 e parágrafos do Projeto.

Pela prejudicialidade

18o artigo e parágrafos

Prevê a participação, na forma que a lei dispuser, de segmentos da comunidade escolar, científica e de trabalhadores em organismos destinados à definição e controle da execução da política educacional em todos os níveis. O Projeto, em seu art. 372, inciso I, já consagra o princípio da democratização da gestão do ensino em todos os níveis, além de pressupor a colaboração da família e da comunidade (art. 371, parágrafo único). A presença tripartite de que cogita a Proposta deverá servir de subsídio ao legislador ordinário, ao regulamentar a matéria.

Pela Rejeição

19o artigo e parágrafos

Estabelece que a gestão das instituições de ensino de todos os níveis, bem como dos organismos governamentais de financiamento às atividades de pesquisa, aperfeiçoamento do pessoal docente e desenvolvimento científico e tecnológico deverá ser democrática e transparente. No parágrafo 1o,

quer-se tornar efetivo o princípio mediante eleição para as funções diretivas das instituições de ensino e de pesquisa, com a participação de todos os segmentos dessa comunidade. No parágrafo 2o, submete-se ao controle da comunidade a produção, seleção, edição e distribuição de material didático sob a responsabilidade do poder público. Ora, o art. 372, inciso I, do Projeto colima a democratização do ensino, sob várias angulações, inclusive no campo da gestão das escolas, assim como toso o capítulo IV do Título IX se ocupa minudentemente da política relacionada à ciência e tecnologia. As prescrições constantes dos parágrafos ao artigo proposta consubstanciam providências que devem ser refletidas e examinadas com vagas pelo legislador ordinário, extrapolando os lindes desejados a um texto constitucional.

Pela Rejeição

20o artigo

Preocupa-se com a qualidade do ensino, a que devem visar as normas da legislação setorial. Idêntica atenção mereceu o assunto, nos artigos 374, 377, II, 380, 382 e vários outros preceitos.

Pela Prejudicialidade

21o artigo

Ocupa-se da carreira do magistério público para os diferentes níveis de ensino, especificando direitos e garantias que lhe devam ser reconhecidos. A matéria encontra-se bem explicitada no inciso V do art. 372 do Projeto, com melhor técnica e adequação formal.

Pela Prejudicialidade

22o artigo

Diz respeito a matéria tributária, equivocamente lançada no capítulo da educação.

Pela Rejeição

23o artigo

Exclui os estabelecimentos de ensino particulares de quaisquer benefícios de isenção fiscal, equiparando-os às empresas privadas. O preceito conflita abertamente com o princípio contido na atual Carta e mantido no Projeto, ao tratar das limitações do poder de tributar, quando as instituições de ensino sem finalidades lucrativas, atendidos os requisitos de lei, gozam, mais do que isenção, de IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.

Não há razão plausível para adotar-se fórmula diametralmente oposta.

Pela Rejeição

24o artigo e seu parágrafo único

Consiste em preceito sobre direito financeiro, matéria orçamentária, redigido com má técnica legislativa, estranho ao contexto da educação.

Pela Rejeição

#### **EMENDA:20727 REJEITADA**

##### **Fase:**

M - Emendas 1P ao Projeto de Constituição

##### **Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

##### **Autor:**

EMENDA POPULAR (/)

##### **Texto:**

EMENDA No.

POPULAR

Inclui, onde couber, no Capítulo III (Da Educação), do Título IX (Da Ordem Social), o seguinte artigo:

"Art. - O ensino será gratuito em todos os níveis, em qualquer estabelecimento, para os que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos."

##### **Justificativa:**

Não basta garantir a gratuidade de ensino, mas é preciso assegurá-la juntamente com o direito de escolher o curso, a escola e o tipo de educação de interesse do aluno e da família, segundos suas convicções.

Garantir apenas a gratuidade de ensino público discrimina o pobre que, sendo qual for sua crença ou convicção, não terá meios de escolher uma escola particular, até mesmo nos locais onde não houver escola pública.

AUTOR: Elias de Carvalho e outros (40.929 subscritores)

ENTIDADES RESPONSÁVEIS:

. FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (FENEN);

-SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE MINAS GERAIS (SINEPE-MG), e

. SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE DUQUE DE CAXIAS.

**Parecer:**

A presente iniciativa popular (PE-83) teve a coragem cívica de enfrentar o populismo fácil, a postura demagógica e o trato visivelmente ideológico ou político-partidário com que se vem equacionando, em prejuízo irremediável do interesse nacional, a questão do ensino "público e gratuito".

Sob a aparente universalização e gratuidade do ensino público, na verdade se desserve à causa da Educação, sem resolver, em absoluto, o problema do acesso de todos à escola, nos diferentes níveis de ensino. Outra é a realidade que aguarda todo o alunado potencial que, a cada ano, teoricamente deveria encontrar vagas disponíveis nos estabelecimentos da rede pública. Destes, a sua vez, reivindica-se o funcionamento regular e eficiente, dotados das instalações, equipamentos, laboratórios, bibliotecas e demais condições físicas e materiais, além de pessoal qualificado e bem remunerado, para o cumprimento satisfatório de sua relevante e indeclinável missão.

As autoridades educacionais, os especialistas e quantos se dedicam à problemática do ensino no País vivem e conhecem a verdadeira situação setorial. Esta experiência torna patente, em um País de recursos orçamentários escassos e com imensos desafios no campo social e econômico, com iguais ou maiores prioridades (saúde, nutrição, por exemplo), o hiato e o descompasso gigantesco entre a retórica fácil, inconsequente e enganadora do "ensino público e gratuito", e o quadro que estampa a rede escolar oficial, reconhecidamente incapaz de atender a todos os que procuram instrução regular e de bom nível, desde o ensino fundamental ao superior.

As estatísticas, estudo e informações disponíveis evidenciam carências enormes em termos de recursos materiais e humanos, com grave repercussão sobre a qualidade do ensino, a permanência no sistema e tantos outros vetores para análise da matéria. Tudo isso se passa a despeito do custo elevado que representa a manutenção da rede oficial, mormente a de nível superior, sem nível de resposta, quantitativo e qualitativo, compatível com o esforço da sociedade, que arca, em última análise, com a provisão de verbas públicas para o respectivo custeio. Com isso, eterniza-se o problema do analfabetismo, da evasão escolar, da elitização do ensino universitário, da desqualificação do ensino de 1o. e 2o. graus, da incipiente educação pré-escolar. De tal sorte que se afigura um atendado contra a mesma juventude estudantil e educação apregoar-se, sob argumentos emocionais, com a leviandade dos trêfegos ou a afoiteza dos irresponsáveis, que o ensino deve ser indiscriminadamente gratuito, ou como querem outros, unicamente público e gratuito.

Ao contrário. É preciso que se diga que todo o ensino, seja público, ou particular, deve ser pago - custeado por todo aquele que comprovadamente possa pagar seus estudos. Enquanto perdurar esse panorama socialmente cruel e injusto, em que os filhos das famílias abastadas vão, um ou mais vezes ao ano, desfrutar de longas e custosas vilegiaturas, no País e no exterior, a Disneyworld, p.ex., para, à sua volta, erguer a bandeira do ensino público e gratuito e reivindicar, inapelavelmente, a sua vaga na rede oficial - com muito mais possibilidades de êxito que a criança ou o jovem oriundo de classes sociais carentes - assistiremos na outra ponta da questão às infindáveis legiões de crianças à margem da instrução regular e fora das escolas, porque, sabidamente, incapazes de atender à maior parte da demanda em muitas localidades do território nacional, à míngua de verbas públicas para construir, equipar e fazer funcionar satisfatoriamente estabelecimentos escolares em número bastante, que pudessem acolher as sucessivas gerações que assomam à faixa de escolaridade obrigatória e que aspiram a prosseguir aos níveis subsequentes.

Examine-se, em particular, o quadro geral do ensino superior oficial, a consumir verbas imensas que poderiam ser destinadas ao esforço prioritário junto ao ensino fundamental, sem, contudo, uma resposta condizente, a privilegiar, em larga medida, exatamente estudantes de classes sociais que, insofismavelmente, não necessitam da benesse governamental de uma formação universitária custeada pelo sacrifício da população em geral, enquanto milhares de outros não podem sequer ser atendidos no ensino de 1o. grau.

Não. Todo o ensino deve ser pago, seja em escola pública, seja na iniciativa privada, mas com a contrapartida necessária e efetiva de o Estado assumir a responsabilidade de custear, mediante

bolsas de estudo independentes de qualquer reembolso, a educação regular e completa, do 1o. ao 4o. grau, de todo aquele que demonstrar insuficiência de recursos financeiros.

Pela aprovação da PE-83, cujo texto deverá constar do inciso IV do art. 372 do Projeto, em lugar da atual redação dada ao mesmo dispositivo, adequando-se os demais artigos do capítulo relativo à educação.

Pela aprovação.

## FASE O

### EMENDA:20834 REJEITADA

#### Fase:

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

#### Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

#### Autor:

AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA (PFL/SP)

#### Texto:

Acrescente-se o Inciso V e os § 1o. e § 2o., no Artigo 274 do Projeto de Constituição do Relator da Comissão de Sistematização, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 274. ....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - O ensino superior, ministrado em estabelecimentos das redes oficial e privada, será pago.

§ 1o. Os Poderes Públicos custearão os estudos daqueles que comprovarem carência de recursos.

§ 2o. Os beneficiados com o custeio ficarão obrigados a prestar serviços ao Estado, em área de sua formação, pelo prazo e nas condições que a lei definir."

#### Justificativa:

A cada dia cresce o número daqueles que desejam assegurar um lugar em um dos cursos superiores. Contudo, sob a alegação de carência de recursos, os Poderes Públicos mostram-se incapazes de atender à demanda.

À guisa de ilustração, citaremos recente estudo elaborado por órgãos do MEC, comprovando que os alunos das escolas oficiais chegam a ser até cinco vezes mais caros do que os das escolas particulares.

Levando-se em conta que muitos são aqueles que frequentam escolas oficiais, gratuitamente, e que têm recursos para pagar, concluímos que nos defrontamos, infelizmente, com um quadro distorcido da realidade, distorção que pretendemos sanar com a presente emenda.

Assim, preconizamos que aqueles que têm recursos para pagar que o façam, ainda que frequentem escolas oficiais, e aqueles que sejam carentes e, portanto, impossibilitados de pagar que sejam custeados pelos Poderes Públicos, ainda que alunos de escolas particulares.

A "gratuidade" para os carentes seria relativa, pois após a graduação deverão prestar serviços ao Estado, em área de sua especialidade, como forma de ressarcir o Poder Público. Com isto pretende-se, também, valorizar os estudos e conscientizar da importância da Educação, sendo, assim, de altíssimo valor formativo.

Evitar-se-á, ainda, o dispêndio de vultosas verbas com a sustentação de pesadas estruturas universitárias, geralmente de proveito quase nenhum. Com isto, poder-se-á, inclusive, aumentar o número de vagas, democratizando, cada vez mais, o acesso.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.  
Pela rejeição.

**EMENDA:21527 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOFRAN FREJAT (PFL/DF)

**Texto:**

Emenda aditiva

Dispositivo emendado: art. 274

Inclua-se no art. 274 do projeto o inciso V com a seguinte redação:

Art. 274 .....

I- .....

II- .....

III- .....

IV- .....

V - Os profissionais liberais formados em escolas públicas ficam sujeitos à prestação remunerada de serviço profissional, em local de interesse do Poder Público, na forma que lei estabelecer.

**Justificativa:**

A atual distribuição de profissionais liberais no País tem levado à concentração de especialistas nos grandes centros urbanos, enquanto o interior carece de assistência.

Aqueles que se formam em escolas públicas, têm o dever de contribuir para o desenvolvimento do País como um todo e não só de algumas regiões mais afortunadas.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.  
Pela rejeição.

**EMENDA:21924 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OSVALDO MACEDO (PMDB/PR)

**Texto:**

Substitua-se a redação do inciso IV do artigo 274 do Substituto do Relator ao projeto de Constituição pela seguinte:

"Art. 274 - .....

.....

IV - valorização dos profissionais de ensino, obedecidos padrões condignos de remuneração e de trabalho, com aposentadoria aos vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício de função de magistério, com proventos integrais."

**Justificativa:**

O direito do profissional de ensino à aposentadoria aos vinte e cinco anos de efetivo exercício no magistério foi sempre reconhecida constitucionalmente no Brasil, salvo alguns lapsos.

A Constituinte não veio para eliminar direitos justos de ninguém.

Aliás, o próprio Substitutivo do Relator já prevê exceções.

Enquanto ao art. 265, "a", estabelece aposentadoria aos trinta e cinco anos para o homem e aos trinta anos para a mulher, prevê, na letra "b", aposentadoria com tempo inferior, pelo exercício de trabalho rural, noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso.

E já estabelece algumas exceções, como por exemplo, no inciso II do art. 32 das Disposições Transitórias, ao conferir aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço público, ou privado, com valor integral, e com vencimento de segundo-tenente das Forças Armadas, aos ex-combatentes, civil ou militar, da Segunda Guerra Mundial.

Outra exceção está no inciso V do art. 135, ao facultar a aposentadoria aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura.

Diante desses precedentes, não há porque excluir os profissionais do ensino da garantia constitucional que atualmente lhes é assegurada.

Entretanto, deve-se anotar que não se trata de benefício ou favor ao professor, mas benefício aos alunos.

Depois de vinte e cinco anos de efetivo exercício no magistério o profissional não poderá oferecer aos estudantes o mesmo entusiasmo e a mesma energia.

Em defesa da boa educação, a aposentadoria deve ser abreviada.

Não haveria necessidade de insistir-se nessa proposta se essa norma já não constasse do texto constitucional em vigor, fruto de intensa mobilização nacional e de apoio unânime do Congresso Nacional.

A Constituinte, adotando-a, não estará criando fato novo, nem abrindo exceção que escandalize. Pelo contrário, estará sendo justa e acolhendo posição manifestamente aceita pela sociedade.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar. Pela rejeição.

**EMENDA:22185 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA (PFL/SP)

**Texto:**

Acrescente-se o Inciso III do Artigo 274, do Projeto de Constituição, do Relator da Comissão de Sistematização, a palavra de primeiro grau, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 274 - .....

I - .....

II - .....

III - gratuidade do ensino público de primeiro grau."

**Justificativa:**

A própria Carta consagra a garantia do "ensino de primeiro grau, universal, obrigatório e gratuito".

A realidade não permite que os demais níveis gozem da famigerada gratuidade, em virtude da carência de recursos, deixando, portanto, de atender à imensa demanda no segundo grau e, principalmente, no terceiro grau.

Desta forma, parece-nos de bom alvitre que conste na Carta Magna que apenas o ensino de primeiro grau seja gratuito, pois fundamentalmente é o que é necessário e possível, na realidade da Nação.

**Parecer:**

O relator optou pela manutenção do texto do substitutivo por entendê-lo mais abrangente. Pela rejeição.

**EMENDA:22258 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERES NADER (PDT/RJ)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos."

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e convivência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:22262 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ZIZA VALADARES (PMDB/MG)

**Texto:**

Emenda Modificativa do inciso III do artigo 274 do Substitutivo do Relator da Comissão de sistematização.

Dê-se ao inciso III do art. 274 do

Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

"Art. 274 .....

I. ....

II. ....

III. gratuidade do ensino primário fundamental."

**Justificativa:**

O princípio da gratuidade do ensino público, estendido a todos os graus de escolaridade, é um desses contrassensos em cuja defesa persistem, exatamente, muitos daqueles que se constituem em suas principais vítimas.

O Estado não tem meios de oferecer vagas em seus estabelecimentos de ensino superior a todos os interessados. Logo, as vagas existentes acabem ocupadas, em sua maior parte, por aqueles alunos mais afortunados que têm o privilégio de só estudar, sem necessidade de trabalhar para o próprio sustento, restando, então, aos deserdados da sorte, retirar de seu já pequeno orçamento a paga da Faculdade particular.

Então pergunta-se por que esse tipo de serviço público deve ser, indiscriminadamente gratuito?

Não há uma só razão de bom senso favorável a tal prática, não só pernicioso para os economicamente mais fracos, como injustificável no favorecimento aos mais ricos.

A tradição constitucional brasileira indica o aminho mais sensato de favorecer, nesta matéria, só aos mais necessitados. (V. art. 168, II, da Constituição de 1946 e art. 176, II da atual carta).

**Parecer:**

O relator optou pela manutenção do texto do substitutivo por entendê-lo mais abrangente. Pela rejeição.

**EMENDA:23280 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Dê-se ao item III do Art. 274 do Substitutivo a seguinte redação:

"III - Gratuidade do ensino básico para todos e, nos demais níveis, aos que provarem insuficiência de recursos".

**Justificativa:**

O ensino não pode ser privilégio dos que se acham melhor situados na escala sócio-econômica – os carentes têm, como direito fundamental, a garantia de vir a merecer do Poder Público o indispensável apoio para realizar atividades educacionais básicas, sendo, portanto, o objetivo desta Emenda corrigir grave injustiça e eliminar de vez a discriminação que se pratica no País contra os mais pobres.

**Parecer:**

O conteúdo da emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:23397 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PEDRO CANEDO (PFL/GO)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Artigo 274, inciso IV

Dê-se a seguinte redação ao inciso IV do artigo 274:

Art. 274 - Para a execução do previsto no artigo anterior, serão obedecidos os seguintes princípios:

I - .....

II - .....

III - .....

IV - valorização dos profissionais de ensino obedecidos padrões de remuneração, "inclusive proventos".

**Justificativa:**

Trata-se da fixação de uma política salarial não só para os docentes que se encontram em atividade, mas também para aqueles que se aposentam ou se aposentaram. É uma forma de tornar mais clara a norma constitucional contida no artigo 165, inciso XX, que estabelece para o professor salário integral ou proventos integrais quando da aposentadoria.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar. Pela rejeição.

**EMENDA:23450 APROVADA**



**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

DENISAR ARNEIRO (PMDB/RJ)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos."

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:23506 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CLÁUDIO ÁVILA (PFL/SC)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo Emendado: item III do artigo 274

Dê-se ao item III do Artigo 274, do

Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

III - gratuidade, nos estabelecimentos oficiais, do ensino de 1o. e 2o. Graus, e, igualmente, para quantos no nível superior, demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos, na forma da lei;

**Justificativa:**

Entendemos que a gratuidade do ensino deve ser garantida, prioritariamente ao 1º e 2º Graus, sendo que as universidades atenderiam gratuitamente, aqueles estudantes efetivamente carentes, contudo a vigorar o dispositivo proposto pelo Relator, estaremos invertendo a ordem das prioridades.

Somado a isso, temos o alto custo para o setor público, visto que, hoje, um aluno, no nível superior, exige em média dos cofres públicos 180 mil cruzados anual.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:23522 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FLAVIO PALMIER DA VEIGA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - Concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos."

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudos assegura o atendimento de quem tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:23823 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PFL/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA:

Dê-se ao Capítulo III "Da Educação e Cultura" do Título IX, a seguinte redação.

"Art. 273. É dever da sociedade e do Estado promover a educação".

"**Art. 274.** O Sistema Nacional de Educação, definido em lei, atenderá os seguintes princípios:

- I - liberdade de aprender, de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- II - gratuidade do ensino público, na forma da lei;
- III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;
- IV - valorização do profissional de ensino, obedecidos os padrões condignos de remuneração".

"Art. 275. Repetir o do Substitutivo."

"Art. 276. O ensino é livre à iniciativa privada".

- Suprimam-se os art. 277, 279 e 280.

"Art. 277 (novo) - As universidades gozam de autonomia didático-científico, administrativa, econômica e financeira".

"Art. 278 (novo) - Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo, na forma da lei, subsidiar escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, desde que reconhecidas de utilidade educacional por ato do Poder Executivo".

- Suprimam-se os incisos I e II e o parágrafo do artigo 281, bem como os artigos 282 e 283.

- Suprimam-se o artigo 284 e parágrafos.

"Art. 279 (novo) - O Estado garantirá o pleno exercício dos direitos culturais, participação igualitária no processo cultural e dará proteção, apoio e incentivo às ações de valorização, desenvolvimento e difusão da cultura, nos termos

da lei".

"Art. 280. Repetir o de no. 285 do Substitutivo".

"Art. 281. Repetir o de no. 286 do Substitutivo".

"Art. 282. Repetir o de no. 287 do Substitutivo".

**Justificativa:**

A sugestão proposta, além de "enxugar" o texto, é de técnica legislativa mais conveniente

**Parecer:**

O Substitutivo prevê a destinação de recursos para instituições privadas de ensino, desde que atendidas determinadas condições.

Pela rejeição.

**EMENDA:23992 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OSVALDO SOBRINHO (PMDB/MT)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos."

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24071 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CÁSSIO CUNHA LIMA (PMDB/PB)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Art. 274 do Substitutivo o seguinte inciso:

Art. 274 - .....

VI - incentivar no ensino secundário, habilitação técnica para o exercício de uma atividade profissional.

**Justificativa:**

O Sistema Educacional Brasileiro precisa ser revisto por inteiro. A inclusão de cursos técnicos profissionalizantes no 2º Grau, permitirá que o jovem possa, desde cedo, descobrir sua vocação e consequentemente participar do mercado de trabalho em atividades técnicas.

**Parecer:**

O dispositivo da Emenda, embora revele o elevado descortino do proponente, poderá figurar mais adequadamente, de acordo com a tradição do direito brasileiro, no corpo da legislação ordinária e

complementar.  
Pela rejeição.

**EMENDA:24078 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AGASSIZ ALMEIDA (PMDB/PB)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 274

O inciso IV, do Art. 274, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 274 - .....

.....

IV - valorização dos profissionais da educação, segundo padrões condignos de remuneração e de trabalho."

**Justificativa:**

A expressão proposta melhor se coaduna com a atividade desenvolvida pelos profissionais que atuam na educação, pois esta é constituída pelas áreas técnico-pedagógica e didático-pedagógica. Por sua vez, a valorização preconizada no mandamento constitucional em tela, se completa pelo binômio o remuneração condigna e condições ideais de trabalho.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24132 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GANDI JAMIL (PFL/MS)

**Texto:**

Dê-se ao item III do art. 274 a seguinte redação:

"III - o ensino será ministrado no primeiro, no segundo e no terceiro graus pelo Poder Público, mediante os seguintes princípios:  
- o ensino é livre à iniciativa particular em qualquer dos graus, respeitadas as disposições legais;  
- o ensino de primeiro grau é obrigatório para todos dos sete aos quatorze anos de idade, sendo gratuito nos estabelecimentos oficiais e ministrado exclusivamente em português;  
- o ensino de segundo e de terceiro graus será igualmente gratuito nos estabelecimentos oficiais para quantos demonstrarem efetivo aproveitamento e comprovarem falta ou insuficiência de recursos;  
- o ensino de terceiro grau será ministrado nos estabelecimentos mantidos pelo Poder Público em horários que possibilitem ao trabalhador frequentá-lo gratuitamente."

**Justificativa:**

Esta Emenda obedece aos preceitos da atual constituição, com uma única exceção: a obrigatoriedade de se oferecer ao trabalhador a oportunidade de cursar a universidade em horário fora do de seu trabalho. O que se observa hoje, e de algum tempo a esta parte, é que a maioria das universidades mantidas pelo Poder Público não oferece essa oportunidade, o que se constitui uma injustiça inaceitável, pois o trabalhador que quer cursar universidade tem de se submeter ao comércio do ensino particular, o que onera em muito seus encargos pessoais, já que a maioria das universidades públicas não lhe dá a oportunidade tão desejada.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24270 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SIQUEIRA CAMPOS (PDC/GO)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Dispositivo emendado: Título IX do

Substitutivo do Relator

O Título IX do Substitutivo do Relator passa a ter a seguinte redação:

"Título IX

Da Ordem Social

Capítulo I

[...]

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Art. 199. A educação, direito de cada um e dever do Estado, será promovida e incentivada por todos os meios, com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao compromisso do ensino com os princípios da liberdade, da democracia, do bem comum e do repúdio a todas as formas de preconceito e de discriminação, inspirando-se nos seguintes princípios:

I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas, com gratuidade do ensino público em todos os níveis;

IV - valorização dos profissionais do ensino em todos os níveis, garantida a estruturação de carreira nacional, com concursos para início e fim de carreira, remuneração adequada, aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos que, em qualquer época, venha a perceber os profissionais da educação da mesma categoria, padrão, postos ou graduação;

V - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas.

[...]

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24323 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GEOVANI BORGES (PFL/AP)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 274, inciso IV.

O inciso IV, do art. 274, do Projeto de Constituição, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 274 - .....

VI - valorização dos profissionais de ensino obedecidos padrões condignos de remuneração e aposentadoria para professor após 30 anos e, para professora 25 anos de efetivo exercício em funções de magistério, com salário integral."

**Justificativa:**

Direito assegurado na Constituição atual, a aposentadoria dos profissionais da área do magistério com redução em cinco anos, deve ser mantida na nova Carta Constitucional, sob pena de lamentável retrocesso.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar. Pela rejeição.

**EMENDA:24399 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ MAURÍCIO (PDT/RJ)

**Texto:**

Emenda aditiva

Inclua-se no artigo 274 do Substitutivo do Relator, o seguinte Parágrafo único:

Art. ....

§ Único - Para a aplicação do princípio previsto no item I deste artigo, fica extinto a partir da Promulgação desta Constituição, o exame vestibular para ingresso nos cursos de ensino universitário.

**Justificativa:**

É sabido de todos nós, que o vestibular dificulta o acesso de muitos estudantes, que embora, sendo bons alunos no 2º grau não podem continuar seus estudos, pois, para ingresso na universidade é necessário passar por urna "bateria" de provas, que na maioria das vezes não atesta nada. Entendemos que o vestibular não tem explicação, porque seleciona uma elite, em detrimento da maioria dos menos favorecidos. Além do mais, deparamos com a criação já quase institucionalizada de substituição do 2º grau pelos "famosos cursinhos" de pré-vestibulares pois, se torna quase que necessário ao estudante que ao terminar o 2º grau, começa o tal "cursinho".

Esta Emenda, visa assegurar a todos estudantes o direito de poder continuar seus estudos, e a real democratização do ensino de nível superior.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.  
Pela rejeição.

**EMENDA:24555 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FÁBIO RAUNHEITTI (PTB/RJ)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos."

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24586 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LUIZ SOYER (PMDB/GO)

**Texto:**

Acrescente-se ao Art. 274 o seguinte inciso V:

"bolsa de estudo, em valor igual do custo-aluno, em estabelecimento oficial, a todo aquele, que não dispondo de recursos, não for atendido na escola pública".

**Justificativa:**

Se o aluno não dispõe de recursos e não é atendido na escola pública, o Estado, para garantir a efetiva gratuidade de ensino, deve assegurar-lhe, através da bolsa de estudo, as condições de atendimento.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24827 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CUNHA BUENO (PDS/SP)

**Texto:**

Emenda Modificativa

O item III do artigo 274 passa a ter a seguinte redação:

"III - gratuidade do ensino público primário e secundário, podendo ser no ensino universitário cobrada contribuição dos alunos que disponham de meios para fazê-lo".

**Justificativa:**

O ingresso no curso superior está sujeito a exame vestibular que, no caso da escola pública, é mais rigoroso. Os filhos de famílias abastadas, que não são obrigados a conseguir o seu sustento através do exercício de emprego, dispõem em geral de mais tempo para estudar, e, a ainda têm a possibilidade de pagar escolas preparatórias. Esta situação contribui para que ocorra o paradoxo do ensino público gratuito ser posto a disposição de alunos que, muitas vezes, não precisam da gratuidade.

Estabelecer contribuição nos cursos universitários oficiais para os alunos que possuam meios para fazê-lo significa tratar desigualmente aos desiguais, isto é exigir pagamento dos que podem, dispensando pagamento dos que não podem.

Seria grave erro tornar o ensino gratuito exclusivo dos mais pobres pois estratificaria as separações sociais resultantes das diferenças econômicas, e, por isso deve ser assegurada a permanência na escola pública daqueles que estariam aptos a pagar a escola particular.

**Parecer:**

O relator optou pela manutenção do texto do substitutivo por entendê-lo mais abrangente. Pela rejeição.

**EMENDA:24904 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAULO MARQUES (PFL/PE)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

TITULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPITULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos."

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:24945 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator



**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OSMAR LEITÃO (PFL/RJ)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO - Art. 274

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

V - concessão de bolsas de estudo e estudantes que demonstrem aproveitamento e insuficiência de recursos.

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:25063 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ALEXANDRE PUZYNA (PMDB/SC)

**Texto:**

Emenda Substitutiva/Aditiva

Título IX - Capítulo III

- Da Educação e Cultura

Princípios Gerais da Educação

Nos termos do § 2o. do art. 26 do Regimento

Interno da Assembléia Nacional Constituinte,

apresentamos a seguinte Emenda

Substitutiva/Aditiva ao art. 274, do Projeto, com

a seguinte redação:

"**Art. 274** - Para a execução do previsto no artigo anterior, obedecer-se-ão os seguintes princípios:

I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;

IV - gratuidade do ensino público em todos os níveis;

V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação

de carreira nacional; provimento dos cargos

iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos;

condições condignas de trabalho; padrões adequados

de remuneração; aposentadoria para o professor

após 30 anos e, para a professora, após 25 anos de

efetivo exercício em funções de magistério, com

proventos equivalentes aos salários ou vencimentos

que, em qualquer época, venham a perceber os

profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação;  
VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas."

**Justificativa:**

De toda a sociedade civil, notadamente de Executivo Estadual e Municipal, Associações de Professores, Sindicatos, e de eminentes Educadores recebemos apelos pelo restabelecimento do texto do art. 272, do antigo Projeto, de data de 9 de julho.

Fizemos, no entanto, algumas correções:

- a) Quanto ao tempo de aposentadoria, restabelecemos a aposentadoria para o professor após 30 anos e, para a professora, após 25 anos de efetivo exercício em funções de magistério, conforme a redação original da Emenda Constitucional no. 18, de junho de 1981, a qual deu nova redação ao art. 165 da Constituição Federal, de 1969, numerado como item XX;
- b) Expurgarmos da redação da Emenda Constitucional no. 18, de 30 de junho de 1981, art. 2o., a expressão final do art. 2o., que passou a ser o item XX, do art. 165 da Constituição de 1969, que diz respeito à aposentadoria "com salário integral".

Para seu entendimento havia que se distinguir entre salários:

- a) o total pago pelo empregador;
- b) o limite máximo de vinte salários mínimos de contribuição previdenciária;
- c) o salário-benefício do INPS, que, com os diversos artifícios, é um terço do salário total pago pelo empregador.

Valemo-nos da assessoria competente, patriótica e gratuita do Prof. Sully Alves de Souza, um dos mais eminentes mestres em Direito Previdenciário, e o qual, após verificar a doutrina e a jurisprudência do Egrégio Tribunal Federal de Recursos, concluiu pela inadequação da chamada Álvaro Valle ("salário integral").

Não menos imprópria é a inclusão, no art. 371, item V, do Primeiro Projeto (9 de julho de 1987) das expressões "proventos integrais", (repetindo o erro da designação "salário integral"), e de falar-se só em vencimentos, remuneração típica de funcionário público, quando o empregado professor no regime CLT recebe "salários", e daí, dizermos: - "com proventos integrais equivalentes aos salários ou vencimentos, ....etc."

Agradeço ao Prof. Sully Alves de Souza a valiosa ajuda aos Professores de todo o Brasil.

É a JUSTIFICATIVA

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo. A proposta traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:25096 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SÓLON BORGES DOS REIS (PTB/SP)

**Texto:**

Dê-se ao art. 274 do Projeto de Constituição

- Substitutivo do Relator, a seguinte redação:

Art. 274 - Para a execução do previsto no artigo anterior, serão obedecidos os seguintes princípios:

- I - democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de instituições

de ensino, públicas e privadas;  
 IV - gratuidade do ensino público em todos os níveis;  
 V - valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis, garantindo-lhes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial, mediante concurso público de provas e títulos; condições condignas de trabalho; padrões adequados de remuneração; aposentadoria aos 25 anos de exercício em função do magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época, venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação;  
 VI - superação das desigualdades e discriminações regionais, sociais, étnicas e religiosas.

**Justificativa:**

Este é o texto aprovado por unanimidade pela Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes, adotado pelo Relator da 8ª Comissão Temática e que constou até 28 de agosto de 1987 do projeto e substitutivo do próprio Relator Geral da Comissão de Sistematização.

Amputado em seus incisos I, V e VI, tira do magistério brasileiro a aposentadoria especial que teve por lei ordinária em função da Constituição de 1946 e que, suprimida entre 1967 e 1981, foi restabelecida da pela unanimidade do Congresso Nacional que a introduziu na Constituição onde continua em vigor.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda; em sua essência, já foi acolhido pelo substitutivo. A proposta contém dispositivos, cujos desdobramentos jurídicos, segundo a praxe do Direito no Brasil, melhor se coadunam com a legislação ordinária e complementar. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:25187 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ELIEL RODRIGUES (PMDB/PA)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado:

Art. 274

Insira-se, no Art. 274, do Projeto de Constituição (Substitutivo do Relator) um parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 274 - .....

I - .....

IV - .....

Parágrafo Único - garantir-se-á gratificação especial aos professores que lecionem ou trabalhem com deficientes, superdotados ou a primeira série do curso fundamental.

**Justificativa:**

Cremos, como dever de justiça, destacar o paciente e cansativo trabalho prestado pelos profissionais de ensino aos deficientes, aos superdotados ou aos alunos de primeira série, do curso básico, pelas características especiais que se exige desses professores.

Nada mais justo do que garantir-lhes um tratamento diferenciado, na valorização desse sacerdócio que é o magistério.

Creemos que, com esse tipo de incentivo, melhores resultados serão alcançados na prestação desses serviços.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.  
Pela rejeição.

**EMENDA:25352 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FRANCISCO DORNELLES (PFL/RJ)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos."

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:25385 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ TINOCO (PFL/PE)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos".

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:25406 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

EVALDO GONÇALVES (PFL/PB)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos".

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:25511 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RONALDO CEZAR COELHO (PMDB/RJ)

**Texto:**

Emenda Modificativa

Projeto de Constituição - Substitutivo do Relator (26-8-87).

Artigo 274 - Inciso III

Artigo 279 - § 4o.

Dê-se nova redação ao inciso III do artigo 274, e ao § 4o. do artigo 279:

"Art. 274 .....

III - gratuidade do ensino público no primeiro e segundo graus;

.....

"Art. 279 .....

§ 4o. - É vedada a cobrança de taxas ou contribuições educacionais em todas as escolas públicas de primeiro e segundo graus.

.....

**Justificativa:**

(Projeto da Comissão de Sistematização – Art. 274 – III e Art. 279 - § 4º)

O ideal a ser alcançado é da gratuidade do ensino público em todos os níveis. Ocorre que os recursos disponíveis não são suficientes para tanto. Assim, considerando que a Constituição não deve conter normas que previamente já se sabe que não podem ser cumpridas, o direito à gratuidade deve ser assegurado apenas nas escolas de primeiro e segundo graus, o que não impede que a legislação ordinária, na medida das possibilidades, amplie esse direito ao ensino superior.

**Parecer:**

Em relação à emenda proposta ao art. 274, III, o relator optou pela manutenção do texto original por entendê-lo mais abrangente.

Em relação à emenda proposta ao art. 279, § 4o., ela foi prejudicada por ter sido retirado do Substitutivo, pelo Relator, o dispositivo citado.

Pela rejeição.

**EMENDA:25670 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ITAMAR FRANCO (PL/MG)

**Texto:**

Dê-se ao inciso IV, do artigo 274, a seguinte redação:

IV - valorização dos profissionais de ensino, obedecidos padrões condignos de remuneração com implantação de carreira do magistério à nível nacional.

**Justificativa:**

A ausência de uma carreira ou estatuto do magistério a nível nacional nada garante, dada a diversidade da realidade brasileira, que os profissionais de ensino fiquem livres do desinteresse e da ingerência da má política nos negócios: da educação.

Há que se evitar a improvisação que em si tem facilitado o casuísmo no recrutamento, na promoção e avaliação de desempenho do pessoal do magistério.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:26085 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ÁTILA LIRA (PFL/PI)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 274 passa a ater a seguinte redação:

Art. 274 - Para execução do previsto no artigo anterior, serão obedecidas os seguintes princípios:

I - Democratização do acesso, permanência e gestão da educação escolar;

II - Pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;

III - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar as descobertas feitas;

IV - Adequação dos valores universais da pedagogia às condições concretas da sociedade brasileira, em sua unidade e diferenciação;

V - Garantia de ensino fundamental para todos;

VI - Gratuidade de ensino público em todos os níveis;

VII - Valorização do magistério em todos os níveis, garantindo-se aos docentes: estruturação de carreira nacional; provimento dos cargos iniciais e finais da carreira, no ensino oficial

mediante concurso público de provas e títulos;  
condições condignas de trabalho; padrões adequados  
de remuneração, aposentadoria aos vinte e vinte e  
cinco anos de exercício em função do magistério,  
com proventos integrais, equivalentes aos  
vencimentos que, em qualquer época, venham a  
perceber os profissionais de educação, da mesma  
categoria, padrões, postos ou graduação; direito  
de greve e de sindicalização;

VIII - Eliminação progressiva dos efeitos das  
desigualdades e das discriminações de raça, de  
etnia, de classe e de região.

**Justificativa:**

O texto do artigo incorpora as decisões que foram obtidas na Subcomissão de Educação e depois incluídas no projeto do Relator da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia ... Deputado Artur da Távola. Portanto, são ideias que surgiram dos debates e proposições de todas as categorias profissionais do magistério.

A idéia da democratização do acesso, permanência e gestão da escola bem como princípio de valorização do magistério através da estruturação da carreira nacional, a paridade, etc. precisam ser previstas no texto constitucional.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi acolhido pelo substitutivo. A proposta contém dispositivos, cujos desdobramentos jurídicos, segundo a praxe do Direito no Brasil, melhor se coadunam com a legislação ordinária e complementar.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:26166 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LUCIA BRAGA (PFL/PB)

**Texto:**

Emenda Aditiva

dispositivo emendado: Art. 274

Acrescente-se ao art. 274, o seguinte inciso V:

Art. 274. ....

V - superação das desigualdades e  
discriminações regionais, sociais, étnicas,  
religiosas, sexuais, etárias e demais formas de  
discriminação.

**Justificativa:**

Em se tratando de eliminar qualquer desigualdade e discriminação na nossa sociedade as questões regionais, sociais, étnicas, religiosas, sexuais, etárias e demais formas de discriminação, não podem deixar de ser o propósito de conduzir os setores que compõem nossa organização social, principalmente em um daqueles considerados básicos como é o caso da educação.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:26236 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AUREO MELLO (PMDB/AM)

**Texto:**

Emenda Aditiva  
Título IX  
Da Ordem Social  
Capítulo III  
Da Educação e Cultura  
Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:  
"V - concessão de bolsas de estudo a  
estudantes que demonstrarem aproveitamento e  
insuficiência de recursos."

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:26494 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SOTERO CUNHA (PDC/RJ)

**Texto:**

Acrescente-se o seguinte Item V, ao Art. 274,  
do substitutivo ao Projeto de Constituição:  
"democratização do acesso e permanência em  
todos os níveis de ensino":

**Justificativa:**

É preciso garantir o acesso e permanência do aluno em qualquer grau de ensino. A gestão é de natureza técnica, com provimento regulamentado em legislação própria, conforme a natureza jurídica de entidade mantenedora da escola.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.  
Pela rejeição.

**EMENDA:26560 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO VITAL (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA  
TÍTULO IX DA ORDEM SOCIAL CAPÍTULO III DA  
EDUCAÇÃO E CULTURA  
Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:  
"V - concessão de bolsas de estudo a  
estudantes que demonstrarem aproveitamento e  
insuficiência de recursos."

**Justificativa:**



Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:26733 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO  
SUBSTITUTIVO DO RELATOR

Acrescentar o inciso V ao art. 274.

V - é assegurado o ensino em nível de semi  
internato nas quatro primeiras séries do ensino  
de 1o. grau, na rede de ensino oficial.

**Justificativa:**

Há estabelecimentos oficiais no interior do Brasil que ministram apenas duas horas por dia em nível de curso primário, hoje no âmbito de ensino de 1º grau, nas quatro primeiras séries.

As crianças entre 7 e 11 anos de idade, portanto, ficam jogadas às ruas, em contato com o vício e o crime.

Na altura em que se deseja defender a sociedade contra a violência, há que preservar as crianças, dando-lhes o efetivo direito de permanecer em tempo integral nas escolas mantidas pelo Poder Público.

Não tem sentido prático combater-se a violência sem permitir às crianças modelo de vida digna, preparando-as para um futuro melhor.

Impõe-se fixar esse direito à criança,

Sabe-se que hoje as leis de ensino mantêm os cursos, nesse nível, durante quatro horas por dia, o que é inaceitável.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.

Pela rejeição.

**EMENDA:26867 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ MARIA EYMAEL (PDC/SP)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 274

Adite-se mais um item no art. 274:

A liberdade de ensino é direito inalienável  
da família, pressupondo a livre escolha da escola  
para os filhos, cabendo ao Estado prover as  
condições materiais para que este direito possa  
ser exercido.

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

O conteúdo da emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:27597 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VICTOR FACCIONI (PDS/RS)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos."

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:27788 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SALATIEL CARVALHO (PFL/PE)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

TÍTULO IX

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos."

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:28158 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ÁLVARO VALLE (PL/RJ)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Acrescente-se o seguinte item ao artigo 274:

V - As escolas públicas de 1o. e 2o. graus serão administradas com a colaboração da Associação de Pais e Mestres, que fiscalizará despesas e participará do planejamento administrativo, didático e pedagógico.

**Justificativa:**

O item permitirá a descentralização da administração escolar, hoje inteiramente submetida a secretarias distantes. O processo sugerido é adotado com sucesso em vários países do mundo.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.

Pela rejeição.

**EMENDA:28343 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MENDONÇA DE MORAIS (PMDB/MG)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Título XI

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Acrescer ao art. 274 o seguinte inciso V:

"V - concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos".

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:29612 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOÃO NATAL (PMDB/GO)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: INCISO IV DO ARTIGO 274

Acrescente-se ao inciso IV do artigo 274 do Substitutivo do Relator a seguinte expressão: "...e aposentadoria para o professor após 30 anos e, para a professora após 25 anos de efetivo exercício em funções de magistério, com proventos integrais.

**Justificativa:**

Trata-se de manter uma conquista da categoria, já consagrada no atual artigo 165, inciso XX, da atual Constituição, justificável sob todos os títulos em razão da natureza do serviço, ao que se acrescente a exigência de o tempo, assim reduzido, ser todo prestado no exercício específico da função de magistério.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar. Pela rejeição.

**EMENDA:29868 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OSVALDO COELHO (PFL/PE)

**Texto:**

Inclua-se no Art. 274 do Substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, o seguinte item:

"Art. 274 - .....

V - a interiorização do ensino superior, mediante a implantação de universidades regionais em cidades distantes dos grandes centros, como forma de nelas estimular a fixação de jovens e a criação de polos de desenvolvimento intelectual e socioeconômico".

**Justificativa:**

Impõe-se vincular o homem à sua comunidade oferecendo-lhe condições para realizar-se e, sem ter que emigrar.

Fator de maior importância, nesse contexto, é, sem dúvida, a possibilidade de acesso à formação superior em seu meio de origem.

Daí por que se justifica consignar como diretriz da Constituição a interiorização da Universidade. Só assim poder-se-á modificar a realidade socioeconômica do interior brasileiro, com as vantagens decorrentes da desconcentração de atividades e da melhor ocupação do território nacional, principalmente nas áreas mais pobres, onde são maiores o desafio à inteligência e aos recursos da técnica para solucionar os impasses que impedem a melhoria de vida e o progresso.

Essas as razões da Emenda ora proposta.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar. Pela rejeição.

**EMENDA:29992 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

EUNICE MICHILES (PFL/AM)

**Texto:**

Inclua-se no art. 274 do Substitutivo ao Projeto de Constituição, o seguinte parágrafo único: Incorrerão nas sanções previstas em lei federal os pais ou responsáveis por menores que não frequentem escola."

**Justificativa:**

Sugerimos que os pais ou responsáveis por menores, que não estejam frequentando a escola, sejam passíveis de sanções, pois ser pai não é simplesmente dar a vida a alguém, mas criar condições para que este homem ou mulher torne-se verdadeiramente um cidadão brasileiro.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:30364 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VASCO ALVES (PMDB/ES)

**Texto:**

Emenda Aditiva  
Dispositivo Emendado  
Acrescente-se no Art. 274 o seguinte inciso:  
V - Democratização dos Conselhos Estaduais e Federal de Educação, através da participação de representantes de entidades como: de pais, de professores e de alunos.

**Justificativa:**

Ter como um princípio da Educação e Democratização dos Conselhos Estaduais e da Conselho Federal de Educação contribui para a aproximação da educação dos reais anseios e necessidades do nosso povo.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar. Pela rejeição.

**EMENDA:31244 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAULO ROBERTO CUNHA (PDC/GO)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA  
DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 274  
Acrescentar ao Art. 274, do Projeto de Constituição o seguinte inciso:  
Art. 274 - .....  
Inciso ... - Concessão de bolsas de estudo a estudantes que demonstrarem aproveitamento e insuficiência de recursos.

**Justificativa:**

Quer pela inexistência de escola ou curso mantido pelo Poder Público, quer por sua impossibilidade de atendimento ou ainda em razão de opção e conveniência do aluno, nem sempre o Estado poderá atender a todos. A bolsa de estudo assegura o atendimento do que tiver insuficiência de recursos.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:31383 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ EGREJA (PTB/SP)

**Texto:**

Emenda substitutiva ao art. 273 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição.

Art. - A educação, direito de todos, deve ser provida conjuntamente pelo Estado e a iniciativa privada, com a colaboração da família e visando o pleno desenvolvimento da pessoa, atendendo-se aos seguintes princípios:

I - Democratização do acesso, permanência e gestão do ensino em todos os níveis;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - Pluralismo de idéias e de instituições de ensino, pública e privada;

IV - Valorização dos profissionais de ensino em todos os níveis.

Parágrafo Único - O Chefe do Executivo competente poderá ser responsabilizado por omissão, mediante ação civil pública, se não diligenciar para que todas as crianças com idade escolar, residente no âmbito territorial de sua competência, tenham acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito.

**Justificativa:**

A redação proposta nesta emenda pretende tornar mais clara a orientação geral de educação no País, dirimindo dúvidas filosóficas dificultantes à clara ação do estado e das empresas que ela se dedicam.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda; em sua essência, já foi acolhido pelo substitutivo. A proposta contém dispositivos, cujos desdobramentos jurídicos, segundo a praxe do Direito no Brasil, melhor se coadunam com a legislação ordinária e complementar.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:31571 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BASILIO VILLANI (PMDB/PR)

**Texto:**

Emenda Modificativa e Aditiva do art. 274

Dê-se ao INC III do Projeto de Constituição

Substitutivo do Nobre Relator - a redação proposta, aditando-se os seus respectivos

parágrafos, ficando assim estabelecido:

Art. 274 - .....

Inc. III - o acesso ao processo educacional gratuito nos ensinos públicos, é assegurado pela:

- a) pela adoção de um sistema de admissão nos estabelecimentos de ensino público que, na forma desde que habilitados.
- b) Pela expansão desta gratuidade, mediante sistema de bolsas de estudos, sempre dentro da prova de carência econômica de seus beneficiários;
- c) Pela criação complementar à rede municipal de escolas de promoção popular, capazes de assegurar efetivas condições de acesso à educação de toda a coletividade
- d) Pelo incentivo às Empresas comerciais industriais e agrícolas, no sentido de garantirem ensino a seus empregados, ou concorrer para este fim, mediante a contribuição de salário educacional, nas formas da lei.

**Justificativa:**

É dever do Estado capacitar o indivíduo a se tornar parte integrante e ativa da sociedade que compõe. Tal se dá por meio do processo educacional.

Cabe ao Estado e a Sociedade, divulgar as formas de acesso ao ensino, e conscientizar a área patronal, de que é através do estudo que o empregado se adaptará, aos costumes e sistemas de sua empresa e por conseguinte à sociedade em geral.

**Parecer:**

O conteúdo da emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:31636 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

CARLOS CHIARELLI (PFL/RS)

**Texto:**

Emenda Modificativa.

Dispositivo Emendado: art. 274, inciso III.

Substitua-se o inciso III do art. 274, pelo seguinte:

"III - gratuidade do ensino público, nos termos da lei".

**Justificativa:**

A gratuidade do ensino público, nos termos em que está posto, de modo absoluto, enseja dúvidas, na medida em que se pode questionar sua validade, em face daqueles que realmente podem pagar e dos milhares que não têm condições para tanto e não têm acesso aos estabelecimentos públicos de ensino.

Sendo assim, acreditamos que melhor será explicitar que a gratuidade se fará nos termos da legislação ordinária.

**Parecer:**

O conteúdo da emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo.  
Pela aprovação parcial.

**EMENDA:32141 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

MAURO BENEVIDES (PMDB/CE)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Dispositivo Emendado: Art. 274

Acrescente-se o item V ao artigo 274.

Artigo 274 - .....

I.....

II .....

III.....

IV .....

V - Aos profissionais de educação será assegurada aposentadoria com proventos integrais, após completarem vinte e cinco anos de exercício em função de magistério.

**Justificativa:**

Trata-se de antiga reivindicação do magistério, já parcialmente atendida na Carta em vigor, de conformidade com a Emenda Constitucional nº 18, de 30 de junho de 1981.

Espera-se que a Assembléia Nacional Constituinte amplie aquela conquista, nos termos agora propostos.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.

Pela rejeição.

**EMENDA:32611 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ TAVARES (PMDB/PR)

**Texto:**

Emenda Aditiva ao item IV do Art. 274 do Projeto de Constituição:

Dê-se ao item IV do Art. 274 da Constituição

a seguinte redação:

IV - Valorização dos profissionais de ensino obedecidos padrões condignos de remuneração; aposentadoria aos vinte e cinco anos de exercício em função de magistério, com proventos integrais, equivalentes aos vencimentos que, em qualquer época venham a perceber os profissionais de educação, da mesma categoria, padrões, postos ou graduação.

**Justificativa:**

A justificativa da presente emenda está inserida na conquista de um direito já adquirido pelos profissionais da educação, uma categoria a que tem como missão, a formação da personalidade humana, uma profissão especial, exaustiva e penosa, que deve ser cercada pelos poderes públicos, do cuidado e atenção devidos.

Seria um contra-senso destituir os professores de um dos mais justos direitos adquiridos. Nós constituintes vemos estar conscientes da importância do mesmo.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar.

Pela rejeição.

**EMENDA:32796 REJEITADA**



**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

IBERÊ FERREIRA (PFL/RN)

**Texto:**

O art. 274 do Substitutivo do Relator ao Projeto de Constituição fica acrescido de inciso V com a seguinte redação:

"V - aposentadoria para o professor após 30 (trinta) anos e, para a professora, após 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício em função de magistério, com salário integral".

**Justificativa:**

A iniciativa que me apresto a defender tem o exato sentido de impedir a consumação de rematada injustiça contra toda a comunidade docente nacional, perplexa com o expurgo que se operou no texto constitucional em gestação, através do substitutivo que lhe retirou o preceito da aposentadoria especial para a categoria.

Ora, a aposentadoria integral aos 30 anos de magistério, para o professor, e aos 25 anos, para a professora constitui já uma conquista, um direito reconhecido na vigente Carta Política, a qual foi alçado graças a uma luta persistente e intemorata, sobretudo paciente, ao longo de vários anos até lograr o reconhecimento da lata validade e acerto da tese sustentada por seus mentores.

Realmente, as condições e peculiaridades que caracterizam o trabalho do professor e a determinação de valorizar profissionalmente a dita categoria reclamavam tratamento na conformidade do que lhe foi conferido pela E. C. nº 18, através da qual se introduziu na Lei Fundamental, no capítulo dos direitos fundamentais dos trabalhadores, a garantia da aposentadoria especial docente, nos termos acima reproduzidos.

Nada, nenhum argumento poderá explicar a amputação desse direito, que estava presente no texto do Projeto (e até ampliado, para o critério único dos 25 anos; cf. art. 372, inciso V), agora excluído pelo Substitutivo.

Importa, pois, recomençar a pugna pela reentronização de princípio assente em nosso direito positivo, que em infeliz hora e por infausta inspiração se viu extirpado da proposta da futura Carta.

**Parecer:**

A sugestão contida na proposta de Emenda traz alguns desdobramentos que, na tradição jurídica brasileira, melhor se adaptam ao corpo da legislação ordinária e complementar. Pela rejeição.

**EMENDA:32899 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ARTUR DA TÁVOLA (PMDB/RJ)

**Texto:**

Emenda Substitutiva ao artigo 274, item I:

I - liberdade de aprender, ensinar, conhecer e divulgar o pensamento, a cultura e o saber.

**Justificativa:**

A presente redação substitui os termos "pesquisar" e "arte" por, respectivamente, "conhecer" e "cultura", mais abrangentes.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:32985 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LÍDICE DA MATA (PC DO B/BA)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo emendado: art. 273

Dê-se ao Art. 273 a seguinte redação:

Art. 273 - A educação é direito de todos e é dever do Estado, e será promovida e incentivada por todos os meios, com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu compromisso com o repúdio a todas as formas de preconceito e de discriminação.

Parágrafo Único - Para a execução do previsto neste artigo, obedecerão os seguintes princípios:

I - democratização do acesso e permanência na escola e gestão democrática do ensino, com participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de instituições de ensino, públicas e privadas;

IV - gratuidade do ensino público;

V - valorização dos profissionais de ensino, obedecidos padrões condignos de remuneração e garantindo-se a implantação de uma carreira única para o magistério, com o ingresso exclusivamente por concurso públicos de provas e títulos.

**Justificativa:**

A emenda ora apresentada visa expressar melhor a luta desenvolvida através dos tempos pelos vários segmentos da sociedade a expressão melhor dos interesses da população.

**Parecer:**

O conteúdo da emenda foi incorporado ao substitutivo, pelo Relator.  
Pela aprovação.

**EMENDA:32990 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LÍDICE DA MATA (PC DO B/BA)

**Texto:**

Emenda Substitutiva

Dispositivo Emendado Art. 274

Dê-se ao Art. 274 a seguinte redação:

Art. 274 - O dever do Estado com a Educação efetivar-se-á mediante a garantia de:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que a este não tiveram acesso na idade própria;

II - extensão do ensino obrigatório e gratuito progressivamente ao ensino médio;

III - atendimento especializado aos

portadores de deficiências; preferencialmente na rede regular de ensino;  
 IV - atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;  
 V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa científica e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;  
 VI - oferta de ensino público noturno, adequada às condições sociais do educando, em todos os graus de ensino;  
 VII - apoio suplementar ao educando através de programas de material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica.

§ 1o. - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito e direito público subjetivo, acionável contra o Estado.

§ 2o. - A autoridade pública competente poderá ser responsabilizada por omissão, mediante ação civil pública, para garantir o cumprimento da obrigação prevista no Inciso I desse artigo.

**Justificativa:**

A emenda hora apresentada visa expressar melhor a luta desenvolvida através dos tempos pelos vários segmentos da sociedade. É a expressão melhor dos interesses da população.

**Parecer:**

O conteúdo da emenda foi incorporado ao substitutivo, pelo Relator.  
 Pela aprovação.

**EMENDA:33350 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SANDRA CAVALCANTI (PFL/RJ)

**Texto:**

EMENDA ADITIVA

DISPOSITIVO EMENDADO: ARTIGO 274 - INCISO III

Após a expressão "público", acrescenta-se:

"de forma direta, em vagas oferecidas pela rede de escolas estatais, ou através de bolsas destinadas aos alunos carentes, nas escolas da rede privada, nos termos da lei."

**Justificativa:**

A realidade brasileira, neste particular, é muito grave. Estudam de graça, em escolas oficiais, os que podem pagar. E pagam com imensos sacrifícios, os que não dispõem de recursos. Principalmente no terceiro grau.

Os países ricos, de forma democrática, usam o sistema de bolsa de estudo e se dão muito bem com isso. Aqui no Brasil, os abusos praticados nesse setor, desmoralizam o processo, mas isto não impede que o sistema seja bom e possa ser implantado de forma mais correta e mais bem fiscalizada.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda já está incorporado ao substitutivo, observadas as restrições contidas no Artigo 281.

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:33495 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LUÍS ROBERTO PONTE (PMDB/RS)

**Texto:**

**EMENDA SUBSTITUTIVA**

Substituam-se os artigos 273 à 283, do Capítulo III da Educação e Cultura, pelos seguintes artigos:

Art. 273 - A educação, direito de todos e dever do Estado, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e à formação do cidadão, para o aprimoramento da democracia, dos direitos humanos, da convivência solidária a serviço de uma sociedade justa e livre.

Art. 274 - o ensino é livre à iniciativa privada, fiscalizado pelo Estado, a este cabendo a manutenção de escolas em caráter supletivo, sempre que a iniciativa da comunidade não se mostrar efetiva para o oferecimento de oportunidades, de acordo com a demanda local.

Art. 275 - A educação é obrigatória aos jovens dos 7 aos 14 anos de idade e será dada no lar e na escola, cabendo sempre, aos pais ou responsáveis, a iniciativa de provê-la

§ 1o. - A educação será gratuita, em todos os níveis, para os alunos que comprovarem capacitação e impossibilidade para custeá-la.

§ 2o. - Cabe ao poder público prover os recursos necessários para o atendimento do disposto no parágrafo anterior, quer para manutenção de suas escolas, quer para concessão de bolsas, subvenções ou qualquer outra forma de auxílio financeiro a escolas de outra dependência administrativa, desde que seja, a segunda alternativa, comprovadamente mais econômica.

Art. 276 - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio.

**Justificativa:**

Dentro de uma sociedade pluralista, com vários estratos sociais, de diferenciados níveis econômicos, mister se faz que o ensino seja não só público, como privado. Deve caber a todos, arcados os ônus decorrentes, o direito democrático de escolher a escola que melhor lhes aprouver, para si ou para os seus.

Além do mais, cabe destacar a vantagem econômica que resulta, via de regra, da administração pela iniciativa privada.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:33578 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PMDB/ES)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Ao art. 274, ao qual se deve acrescentar um parágrafo único, com este teor:

"Parágrafo único. - A lei fixará base de conteúdo para o ensino, em todos os graus, de modo a assegurar a formação de adequada consciência comum da vida política e dos valores culturais e artísticos nacionais e suas especificidades regionais, observados padrões de qualidade e custos, definidos em lei."

**Justificativa:**

Pensamos que o preceito proposto introduz no sistema educacional brasileiro, no que se refere à escola formal, uma indispensável diretriz de formação comum em todos graus de ensino, que permita politizar a sociedade nacional em perspectiva que dependerá da efetividade que se imprimir aos recursos e aos esforços pela melhoria do sistema.

Consideramos de máxima pertinência que se empreenda a politização da sociedade brasileira de modo mais urgente ao possível e como um todo, levando-se a população a um nível de compreensão da realidade nacional que enseje o aprimoramento do próprio processo político nacional e, mesmo, da própria convivência social, a partir da generalização de uma esclarecida consciência de vida coletiva.

Para isto, entre outras coisas, julgamos oportuno que o conteúdo básico (não só no ensino fundamental, mas, em todos os graus), permita uma noção nuclear da realidade brasileira ao educando e lhe propicie uma apropriada visão de que a vida nacional é diversificada e complexa, estimulando nele tolerância, solidariedade e o esforço ajustado de todos para torná-la integralmente exitosa.

**Parecer:**

O conteúdo da Emenda, em sua essência, já foi incorporado ao substitutivo. Pela aprovação parcial.

**EMENDA:33719 APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PMDB/MG)

**Texto:**

Redija-se assim o art. 273, acrescentando-lhe um parágrafo único e suprimindo-se o atual art. 274.

"Art. 273

A educação é direito de todos e dever do Estado, e será promovida e incentivada por todos os meios, com a colaboração da família e da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu compromisso com o repúdio a todas as formas de preconceito e de discriminação.

Parágrafo único - Para a execução do previsto neste artigo, obedecerão os seguintes princípios:

I - Democratização do acesso e permanência na escola e gestão democrática do ensino, com participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de instituições

de ensino público e privadas;  
IV - gratuidade do ensino público;  
V - valorização dos profissionais de ensino, obedecidos padrões condignos de remuneração e garantindo-se em lei critérios para a implantação de carreira para o magistério, com o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos."

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

O conteúdo da emenda foi incorporado ao substitutivo, pelo Relator.  
Pela aprovação.

**EMENDA:34003 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JOSÉ RICHA (PMDB/PR)

**Texto:**

De acordo com o disposto no § 2o. do artigo 23 do Regimento Interno da Assembléia Nacional Constituinte, dê-se ao Título IX a seguinte redação, procedendo-se às alterações que se fizerem necessárias, no Substitutivo do Relator:

Título IX

Da Ordem Social

Capítulo I

[...]

Capítulo III

Da Educação e Cultura

Art. 273 - A educação é direito de todos e dever do Estado e será dada na família e na escola, inspirando-se nos princípios de justiça e liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

**Art. 274** - Para a execução do previsto no artigo anterior, serão obedecidos os seguintes princípios:

I - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar

e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

II - pluralismo de idéias e de instituições

de ensino, públicas e privadas;

III - gratuidade do ensino público;

IV - valorização dos profissionais de ensino obedecidos padrões condignos de remuneração, preferencialmente na rede de ensino regular.

Art. 275 - Na realização da política educacional, cabe ao Estado:

I - garantir o ensino fundamental, universal, obrigatório e gratuito;

II - prover apoio suplementar através de programa de material didático-escolar, transporte, alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica;

III - assegurar educação especial e gratuita aos deficientes e superdotados;

IV - atender em creches e pré-escolas às

crianças de zero a seis anos de idade;  
V - incentivar o acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa científica e da criação artística segundo a capacidade de cada um.

VI - as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, econômica e financeira.

VII - o ensino, em qualquer nível, será ministrado na língua portuguesa, assegurado às comunidades indígenas também o emprego de suas línguas e processos de aprendizagem.

Art. 276 - O ensino é livre à iniciativa privada, desde que atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional, estabelecidas em lei; e

II - autorização, reconhecimento, credenciamento e supervisão da qualidade pelo Estado.

[...]

**Justificativa:**

As alterações e a redação ora propostas de dispositivos correlatos, contemplam os aspectos de mérito do tema, as aspirações sociais do povo brasileiro, a representatividade constituinte de seus signatários e a sistematização adequada à técnica legislativa, nos termos dos debates e acordos efetuados tendo em vista o Substitutivo do ilustre Relator.

(Nota: a numeração dos artigos coincide com a do Substitutivo, à exceção dos dispositivos inseridos, indicados por “ ”)

**Parecer:**

Pela aprovação parcial.

**EMENDA:34804 REJEITADA**

**Fase:**

O - Emendas ES ao Primeiro Substitutivo do Relator

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ADOLFO OLIVEIRA (PL/RJ)

**Texto:**

Suprima-se o item III, do art. 274.

**Justificativa:**

A matéria já está melhor contemplada no item I do art. 275.

**Parecer:**

O Relator optou pela manutenção do texto do substitutivo.  
Pela rejeição.

## FASE S

**EMENDA:00007 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FARABULINI JÚNIOR (PTB/SP)

**Texto:**

Acrescentar o inciso VI ao art. 240.  
VI - é assegurado o ensino em nível de semi-internato nas quatro primeiras séries do ensino de 1o. grau, na rede de ensino oficial.

**Justificativa:**

Há estabelecimentos oficiais no interior do Brasil que ministram apenas duas horas por dia em nível de curso primário, hoje no âmbito de ensino de 1º grau, nas quatro primeiras séries.  
As crianças entre 7 e 11 anos de idade, portanto, ficam jogadas às ruas, em contato com vício e o crime.

Na altura em que se deseja defender a sociedade contra a violência, há que preservar as crianças, dando-lhes o efetivo direito de permanecer em tempo integral nas escolas mantidas pelo Poder Público.

Não tem sentido prático combater-se a violência sem permitir às crianças modelo de vida digna, preparando-as para um futuro melhor.

Impõe-se fixar esse direito à criança.

Sabe-se que hoje as leis de ensino mantêm os cursos, nesse nível, durante quatro horas por dia, o que é inaceitável.

**Parecer:**

A Emenda propõe o acréscimo de inciso ao artigo 240, no sentido de assegurar, no ensino oficial, regime de semi-internato nas quatro primeiras séries do 1o. grau.

O proponente justifica a adição apelando para o fato de que as escolas primárias do interior do Brasil ministram apenas duas horas de aula por dia e para o direito de as crianças permanecerem em tempo integral nas escolas públicas, ficando assim preservadas da violência social e do contato com vícios e crimes.

Tendo em vista as dificuldades do cumprimento desta proposta, uma vez que nem o ensino fundamental até hoje foi assegurado democraticamente, o relator vota pela rejeição da emenda.

Pela rejeição.

**EMENDA:00286 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)

**Texto:**

Dê-se ao art. 240 e ao seu parágrafo único a redação seguinte, suprimindo-se os incisos de I a V.

"Art. A educação é direito de todos e dever da família, da sociedade e do estado.

Parágrafo Único: A educação nacional tem por princípios a liberdade individual o pluralismo das idéias e das instituições, e a igualdade e solidariedade humanas; por finalidade, o desenvolvimento da personalidade do educando sem preparo para o exercício ativo da cidadania e sua qualificação para o trabalho socialmente útil.

**Justificativa:**

A redação proposta parece-nos mais simples e abrangente. Estabelece o direito, explicitando a quem cabe o dever. Expressa, com clareza, os princípios básicos e exterioriza as finalidades. As diretrizes gerais que na atual redação estão colocadas nos art. 240 e art. 241, passam através de outra emenda por nós proposta e com as devidas alterações sugeridas, a ser englobadas apenas no art. 241.

**Parecer:**

A Emenda propõe nova redação para o "caput" e parágrafo único do "Artigo 240, bem como a supressão dos incisos de I a V.



O proponente justifica a medida pela busca de simplicidade, abrangência e clareza na nova formulação de direitos e deveres educacionais, transpondo para o Artigo 241 as diretrizes gerais existentes atualmente nos incisos do Artigo 240.

Na estrutura forma do capítulo III, o Artigo 240 constitui, no CAPUT e respectivos itens do Parágrafo único, verdadeiro pórtico e preâmbulo dos princípios gerais e básicos da educação. O Artigo 241, entretanto, volta-se mais para as ações concretas, objeto sobretudo de desdobramentos e explicitações na lei ordinária.

O relator vota pela rejeição da Emenda, optando pela atual estrutura dos artigos 240 e 241 e não admitindo a fusão num único artigo de princípios e diretrizes educacionais.

Pela rejeição.

#### **EMENDA:00371 REJEITADA**

##### **Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

##### **Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

##### **Autor:**

SÓLON BORGES DOS REIS (PTB/SP)

##### **Texto:**

Acrescente-se ao art. 240, "in fine":

"Art. 240 - .....

e cultivará como valores educacionais básicos os princípios de liberdade, responsabilidade pessoal, política e social e solidariedade humana."

##### **Justificativa:**

O que se propõe é definir no "caput" do art. 240 os valores básicos que devem nortear o processo de educação das novas gerações de brasileiros. Na filosofia da educação nacional não poderão faltar esses valores fundamentais.

##### **Parecer:**

A Emenda propõe acréscimo ao caput do artigo 240, onde se explicita, entre os valores básicos da educação, os princípios de liberdade, responsabilidade pessoal, política e social e solidariedade humana.

O Proponente justifica o adendo pela necessidade de definir, na filosofia da educação nacional, os valores que devem nortear as novas gerações brasileiras.

No texto atual, já estão contemplados os acréscimos que a emenda propõe, parecendo desnecessária a inclusão sugerida.

O relator vota pela rejeição da emenda.

#### **EMENDA:00605 REJEITADA**

##### **Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

##### **Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

##### **Autor:**

GANDI JAMIL (PFL/MS)

##### **Texto:**

Dê-se ao inciso IV do parágrafo único do art.

240 do projeto de Constituição "A" da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

"Art. 240 - .....

Parágrafo único - .....

IV - gratuidade do ensino público em todos os graus;"

##### **Justificativa:**

O objetivo principal desta Emenda, que já foi anteriormente apresentada em outras fases de nosso trabalho, sem, contudo, lograr aprovação, é assegurar especialmente ao trabalhador (quer urbano ou rural) acesso gratuito a todos os graus de ensino, mas especialmente ao terceiro grau, ou seja, a Universidade.

O que se observa hoje, e de algum tempo a esta parte, que a maioria das universidades mantidas pelo Poder Público não oferece ao trabalhador esta oportunidade, o que se constitui uma injustiça e uma discriminação inaceitáveis, obrigando o trabalhador que deseja cursar o terceiro grau de ensino a se submeter ao comércio do ensino particular, o que onera em muito seus encargos pessoais, às vezes em proporção até asfixiante.

**Parecer:**

A Emenda propõe o acréscimo da expressão "em todos os graus" ao inciso IV do parágrafo único do artigo 240.

O proponente justifica o adendo tendo em vista assegurar, especialmente ao trabalhador, urbano ou rural, o acesso à universidade, pois a maioria das universidades, mantidas pelo poder público, não lhe oferece tal oportunidade.

Considera-se desnecessária a especificação proposta, pois na forma como está o inciso IV, fica bem clara e explícita a gratuidade do ensino público em todos os graus.

O relator vota pela rejeição da emenda.

**EMENDA:01019 APROVADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RITA CAMATA (PMDB/ES)

**Texto:**

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 240, é único, V

TÍTULO VIII

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Dê-se a seguinte redação ao art. 240, parágrafo único, inciso V, do Projeto de Constituição (A), aprovado pela Comissão de Sistematização:

Art. 240 - .....

V - valorização dos profissionais de ensino, obedecidos padrões condignos de remuneração e garantindo-se em lei, para o magistério público, critérios para a implantação de carreira com o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assim como para o provimento dos cargos finais das carreiras do magistério de grau superior, quando se tratar de ensino oficial;

**Justificativa:**

Louvável é o princípio de se preceituar na nova Carta Magna do País a valorização dos profissionais de ensino, garantindo para o magistério público a implantação de carreira, com ingresso exclusivamente através de concurso público.

Parece-nos de bom alvitre, entretanto, que se conserve no novo texto a norma já consagrada na atual Constituição, de provimento também dos cargos finais das carreiras do magistério de grau superior.

**Parecer:**

A Emenda propõe adendo ao inciso V do artigo 240, no sentido de explicitar a necessidade de concurso público também para os cargos finais da carreira do magistério, no Ensino Superior Oficial.

A proponente justifica a medida pela necessidade de conservar, no novo texto constitucional, norma já consagrada na carta em vigor.

O Relator vota pela aprovação da proposta, nos termos da Emenda coletiva No.1735-5.

Pela aprovação.

**EMENDA:01187 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FLORESTAN FERNANDES (PT/SP)

**Texto:**

Emenda aditiva ao Projeto de Constituição da  
Comissão de Sistematização

Acrescente-se um novo inciso ao artigo 240:

" - garantia de igualdade de oportunidade  
educacionais às crianças e aos jovens carentes, na  
cidade e no campo, através de prioridades  
compensadoras na distribuição de vagas em  
instituições de ensino e do fornecimento às suas  
famílias, quando vivam em condições de pauperismo  
ou pertençam a estoques raciais negros e etnias  
indígenas, de assistência cultural e dotações  
financeiras diretas"

**Justificativa:**

A igualdade de oportunidades educacionais não se estabelece formalmente e de modo automático. Mesmo países tão ricos e que supervalorizam a educação, como os Estados Unidos, enfrentam aí um dilema social.

Um estudioso do assunto, Hollingshead, comprovou, através de uma investigação empírica rigorosa, que a desigualdade econômica e social das famílias condiciona o aproveitamento das oportunidades educacionais pelos jovens. Por isso, ele designou como "dilema" a contradição consequente. Uma garantia assegurada constitucionalmente não é na realidade observada na vida cotidiana.

No Brasil a situação é ainda pior, porque o pauperismo determina a eliminação de jovens potencialmente qualificados para percorrer todos os graus do ensino. Mesmo que morem em localidades que disponham de escolas de todos os graus, veem-se na contingência de não ir à escola ou a abandoná-la prematuramente, pela incompreensão dos pais (que conferem prioridade à sua contribuição ao orçamento doméstico) e por sua pobreza. O projeto constitucional da "Comissão Afonso Arinos" deu atenção e solução a esse problema, embora de maneira insatisfatória.

Mas tocou no ponto nevrálgico: os mais desiguais carecem de compensações para aproveitar as oportunidades educacionais.

E hora, portanto, de introduzir na constituição um dispositivo realista, que torne os de baixo menos de desiguais, atribuindo-lhes certas vantagens. Estas devem começar pela assistência social aos progenitores e responsáveis, para que entendam que estrangulam os filhos privando-os da educação escolarizada. E devem culminar em um auxílio-família educacional, que favoreça o aproveitamento dos jovens de vocação e talento para o estudo sistemático.

**Parecer:**

A Emenda propõe o acréscimo de novo inciso ao artigo 240, com o objetivo de garantir , através de ações compensatórias, a igualdade de oportunidades educacionais às crianças e jovens carentes.

O proponente justifica a inovação mostrando que as desigualdades econômicas e sociais condicionam o aproveitamento das oportunidades educacionais, ou seja, os menos iguais na sociedade carecem de compensações e vantagens para aproveitar das oportunidades educacionais, de direito oferecidas a todos.

A garantia de igualdade de oportunidades educacionais já se encontra plenamente afirmada no princípio da democratização do acesso e da permanência na escola, constante no item I do parágrafo único desse mesmo artigo 240.

O Relator vota, portanto, pela rejeição da Emenda.

Pela rejeição.

**EMENDA:01246 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GUMERCINDO MILHOMEM (PT/SP)

**Texto:**

No inciso V do parágrafo único do art. 240, substituir a expressão "padrões condignos de remuneração" pela expressão " piso salarial profissional nacional".

**Justificativa:**

A emenda visa substituir a expressão pouco preciso "padrões condignos de remuneração" pela que é reivindicada pelos professores de todo o Brasil, conforme resolução do Congresso Nacional da CPB – Confederação de Professores do Brasil, ou seja, " piso salarial profissional nacional".

**Parecer:**

Entendo que as expressões "padrões condignos de remuneração" são mais abrangentes que aquelas sugeridas pela emenda, razão pela qual as primeiros devem ser mantidos. Por outro lado, é de ressaltar que a pretensão do Autor já está atendida, de modo mais apropriado, no item V do art. 7o.

Pela rejeição.

**EMENDA:01416 REJEITADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

LÚCIA VÂNIA (PMDB/GO)

**Texto:**

Emenda aditiva ao item I do art. 240  
Acrescenta-se ao item I do art. 240, após a palavra na comunidade, o seguinte:

"Art. 240 - .....

I - ....., vedada recusa à matrícula, salvo por inexistência comprovada de vaga."

**Justificativa:**

O processo de elitização do ensino faz-se e estabelece-se, indiscutível e inquestionavelmente, através da matrícula, por todos os meios imagináveis de discriminação.

Crianças de 11 a 12 anos já não mais são admitidas no 1º grau do ensino particular, sob os mais diversos e absurdos argumentos, como o de já haverem ultrapassado a faixa etária respectiva, ou de terem sido reprovados em anos anteriores, ou não terem alcançado a média  $\bar{x}$  necessária ao ingresso na escolhida escola. Entretanto, se se constituírem em exponências de quociente intelectual, de posição social ou financeira, são prontamente admitidos em qualquer escola.

**Parecer:**

A emenda propõe adendo ao item I do artigo 240, no sentido de ampliar a democratização do acesso à escola.

O proponente justifica o acréscimo afirmando que o processo de elitização do ensino faz-se, através da matrícula, por todos os meios imagináveis de discriminação, como faixa etária defasada, reprovações anteriores e quociente de inteligência.

O repúdio a todas as formas de discriminação e consequente democratização do acesso à escola são princípios afirmados no texto em análise que dispensa o adendo proposto.

O relator vota, portanto, pela rejeição da emenda.

**EMENDA:01518 APROVADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

VIRGILDÁSIO DE SENNA (PMDB/BA)

**Texto:**

Dê-se a seguinte redação ao inciso V do parágrafo único do art. 240:

Art. 240 - .....

V - Valorização dos profissionais de ensino, obedecidos padrões condignos de remuneração e garantindo-se em lei, para o magistério público, critérios para implantação de carreira, com obrigatoriedade de concurso público de provas e títulos para o ingresso, assim como para o provimento dos cargos finais quando se tratar do magistério de grau superior.

**Justificativa:**

Referência: grupo de entendimento.

**Parecer:**

A Emenda propõe adendo ao inciso V do artigo 240, no sentido de explicitar a necessidade de concurso público também para os cargos finais da carreira do magistério, no ensino superior oficial. O proponente justifica a medida pela necessidade de conservar, no novo texto constitucional, norma já consagrada na carta em vigor.

O Relator vota pela aprovação da proposta, nos termos da Emenda coletiva No. 1735-5.

Pela aprovação.

**EMENDA:01550 APROVADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ANTONIO GASPAR (PMDB/MA)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso V do parágrafo único do artigo 240 a seguinte redação:

"Art. 240 .....

V - Valorização dos profissionais de ensino, obedecidos os padrões condignos de remuneração e garantindo-se em lei, para o magistério público, critérios para a implantação de carreira com o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

**Justificativa:**

Pretendemos com esta emenda manter a obrigatoriedade de concurso público e plano de carreira apenas para o magistério público. A iniciativa privada deve ter liberdade de ação.

**Parecer:**

A Emenda propõe a alteração do inciso V do artigo 240 explicitando tratar-se aí apenas do magistério público e não do magistério em geral.

O Proponente justifica a mudança pela afirmação, de princípio, de que a iniciativa privada deve ter liberdade de ação.

O Relator vota pela aprovação da proposta, nos termos dados pela Emenda coletiva No. 1735-5

Pela aprovação.

**EMENDA:01591 APROVADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GIL CÉSAR (PMDB/MG)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA (Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização)  
Dê-se ao Artigo 240, Inciso IV, a seguinte redação:  
IV - Gratuidade do ensino para aqueles que comprovem insuficiência de recursos financeiros na escola pública e sob a forma de bolsas de estudo no ensino privado conforme legislação complementar.

**Justificativa:**

Oral, em Plenário.

**Parecer:**

A Emenda propõe, para o inciso IV do artigo 240, nova redação no sentido de explicitar os termos da gratuidade do ensino, condicionada à insuficiência de recursos na Escola Pública e sob a forma de bolsas de estudo no ensino privado.

O Relator vota pela aprovação da proposta, nos termos da Emenda Coletiva No. 1811-4

Pela aprovação.

**EMENDA:01735 APROVADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

RONARO CORRÊA (PFL/MG)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Título VIII

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

Art. 240, parágrafo único, inciso V

Incluir após a palavra "magistério" o adjetivo "público", redigindo-se assim o inciso:

"V - valorização dos profissionais de ensino, obedecidos padrões condignos de remuneração e garantindo-se em lei critérios para a implantação de carreira para o magistério público, com o ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos."

**Justificativa:**

Como o texto não distingue, o inciso se aplicaria às escolas públicas e particulares. O objetivo do projeto é o quadro de carreira e a cogestão na escola pública, pois a escola particular é livre para se administrar e se gerir.

A emenda faz a compatibilização com o disposto nos artigos 242 e 247.

**Parecer:**

Acolho, na forma regimental, e em atenção ao elevado número de ilustres signatários. Adianto que votarei, pela aprovação, na forma da emenda coletiva nr. 2P00044-5.

**EMENDA:01736 APROVADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

BOSCO FRANÇA (PMDB/SE)

**Texto:**

Emenda Aditiva

Título VIII

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

Art. 240, parágrafo único, inciso I

Incluir após a palavra "ensino" o adjetivo "público", redigindo-se assim o inciso.

"I - democratização do acesso e permanência na escola e gestão democrática do ensino público, com participação de docentes, alunos, funcionários e representantes da comunidade."

**Justificativa:**

O objetivo é a cogestão na escola pública, para que a própria comunidade exerça o controle e a fiscalização, onde existe recurso público.

Como redigido, o dispositivo se aplicaria também à escola particular, por não haver distinção no texto.

A emenda pretende compatibilizar o texto do inciso com os objetivos dos artigos 242 e 247.

**Parecer:**

Acolho, na forma regimental, e em atenção ao elevado número de ilustres signatários (Art. 1º., Resolução no. 3/88).

No mérito, pela aprovação, recomendando a fusão com o que se dispõe a respeito, na emenda coletiva nr. 2P00044-5.

**EMENDA:02005 APROVADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

PAES LANDIM (PFL/PI)

**Texto:**

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao item V do Art. 240 a seguinte redação:

Art. 240 .....

V - valorização do ensino, com implantação de carreira para o magistério público, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos e regime jurídico único para as autarquias e as funções criadas ou mantidas pela União.

**Justificativa:**

As idéias do grande Anísio Teixeira ainda não frutificaram em nosso País. A dramaticidade do ensino básico é conhecida de todos.

O cartorialismo e o empreguismo nas Autarquias e Fundações, em detrimento do ensino básico, é um desserviço à democracia e à estabilidade social do Brasil.

Por sua vez, não é justo que a União tenha regime jurídico diverso para os seus professores de Autarquias e Fundações por elas criadas ou mantidas.

A lei, por certo, haverá de possibilitar que somente os que ingressaram ou ingressarem por concurso público receba os direitos e vantagens dela decorrente.

Seria uma inovação constitucional que não se compadece com a grandeza de nossa tradição política e constitucional.

**Parecer:**

A Emenda propõe a alteração do item V do artigo 240 tanto pelo acréscimo do adjetivo "Público" ao substantivo "Magistério", como da expressão final "e regime jurídico único para as autarquias e as fundações criadas ou mantidas pela União."

O proponente justifica as alterações pela necessidade de combater o cartorialismo e o empreguismo nas Autarquias e Fundações criadas ou mantidas pela União.

O Relator vota pela aprovação das alterações, nos termos da Emenda Coletiva No. 1735-5.

Pela aprovação.

**EMENDA:02044 PARCIALMENTE APROVADA**

**Fase:**

S - Emendas de Plenário - 2P

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERES NADER (PTB/RJ)

**Texto:**

Dispositivo emendado – TÍTULO VIII

Dê-se ao Título VIII do Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, a seguinte redação:

TÍTULO VIII

DA ORDEM SOCIAL

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

[...]

CAPÍTULO II

DA ORDEM SOCIAL

[...]

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

**Art. 239.** A educação é direito de todos e dever da família e do Estado.

Parágrafo 1º A educação será promovida no lar e na escola, inspirada nos ideais de liberdade e solidariedade humana e tem por objetivo:

I – a valorização dos direitos e o respeito aos deveres do cidadão, da família e do Estado.

II – o fortalecimento da unidade nacional e da paz entre os povos;

III – o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na causa do bem comum .

IV – a formação humanística, científica e tecnológica para o trabalho e para a conquista do bem-estar individual e social.

**Parágrafo 2º** O ensino será ministrado nos diversos níveis, na forma da lei, com base nos seguintes princípios:

I – democratização dos acesso e permanência na escola.

II – liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber, no exercício do magistério.

III – pluralismo de ideias e de instituições de ensino, públicas e privadas.

IV – função participativa dos mestres, dos pais e de comunidade.

V – valorização dos profissionais de educação, obedecidos padrões condignos de remuneração e garantida, na forma da lei, a implantação de carreira para o magistério público, com ingresso, exclusivamente, por concurso público de provas e títulos, assegurando a unificação do regime jurídico para todas as instituições mantidas pela União, inclusive Fundações.

[...]

**Assinaturas**

1. Feres Nader
2. Amaral Netto
3. Antônio Salim Curiati
4. José Luiz Maia
5. Carlos Virgílio
6. Expedito Machado
7. Manuel Viana
8. Luiz Marques
9. Orlando Bezerra
10. Furtado Leite
11. Roberto Torres
12. Arnaldo Faria de Sá

13. Sólon Borges dos Reis  
(Apoiamento)
14. Ézio Ferreira
15. Sadie Hauache
16. Jose Dutra
17. Carrel Benevides
18. Joaquim Sucena  
(Apoiamento)
19. Siqueira Campos
20. Aluizio Campos
21. Eunice Micheles
22. Samir Achôa

23. Maurício Nasser
24. Francisco Dorneles
25. Mauro Sampaio
26. Stélio Dias
27. Airton Cordeiro
28. José Camargo
29. Mattos Leão
30. José Tinoco
31. João Castelo
32. Guilherme Palmeira
33. Ismael Wanderley
34. Antônio Câmara



35. Henrique Eduardo Alves	101.Djenal Gonçalves	166.Cunha Bueno
36. Daso Coimbra	102.José Egreja	167.Matheus Iensen
37. João Resek	103.Ricardo Izar	168.Antonio Ueno
38. Roberto Jefferson	104.Afif Domingos	169.Dionisio Dal Prá
39. João Menezes	105.Jayme Paliarin	170.Jacy Scanagatta
40. Vingt Rosado	106.Delfin Neto	171.Basilio Villani
41. Cardoso Alves	107.Farabulani Junior	172.Oswaldo Trevisan
42. Paulo Roberto	108.Fausto Rocha	173.Renato Jonhsson
43. Lourival Babtista	109.Tito Costa	174.Ervian Bonkoski
44. Rubem Branquinho	110.Caio Pompeu	175.Jovani Masini
45. Cleonânio Fonseca	111.Felipe Cheidde	176.Paulo Pimentel
46. Bonifácio de Andrada	112.Virgílio Galassi	177.Jose Carlos Martinez
47. Agripino de Oliveira Lima	113.Manuel Moreira	178.João Lobo
48. Narciso Mendes	114.Jose Mendonça Bezerra	179.Inocêncio Oliveira
49. Marcondes Gadelha	115.Jose Lourenço	180.Salatiel Carvalho
50. Mello Reis	116.Vinicius Cansanção	181.Jose Moura
51. Arnold Fiorante	117.Ronaro Corrêa	182.Marco Maciel
52. Jorge Arbage	118.Paes Landin	183.Ricardo Fuiza
53. Chagas Duarte	119.Alércio Dias	184.Paulo Marques
54. Álvaro Pacheco	120.Mussa Demes	185.Asdrubal Bentes
55. Felipe Mendes	121.Jessé Freire	186.Jarbas Passarinho
56. Alysson Paulinelli	122.Gandi Jamil	187.Gerson Peres
57. Aloysio Chaves	123.Alexandre Costa	188.Carlos Vinagre
58. Sotero Cunha	124.Albérico Cordeiro	189.Fernando Velasco
59. Messias Góis	125.Iberê Ferreira	190.Arnaldo Moraes
60. Gastone Righi	126.José Santana de Vasconcelos	191.Costa Fernandes
61. Dirce Tutu Quadros	127.Chistovam Chiaradia	192.Domingos Juvenil
62. Jose Elias Murad	128.Rosa Prata	193.Oscar Corrêa
63. Mozarildo Cavalcanti	129.Mário De Oliveira	194.Mauricio Campos
64. Flávio Rocha	130.Silvio Abreu	195.Sérgio Werneck
65. Gustavo De Faria	131.Luiz Leal	196.Raimundo Rezeck
66. Flávio Pamier	132.Genésio Bernardino	197.Jose Geraldo
67. Gil César	133.Alfredo Campos	198.Álvaro Antonio
68. João da Mata	134.Theodoro Mendes	199.Jose Elias
69. Dionisio Hage	135.Amilcar Moreira	200.Rodrigues Palma
70. Leopoldo Peres	136.Oswaldo Almeida	201.Levy Dias
71. Carlos Sant'anna	137.Ronaldo Carvalho	202.Ruben Figueiró
72. Délio Braz	138.José Freire	203.Rachid Saldanha Derzi
73. Gilson Machado	139.Francisco Salles	204.Ivo Cersósimo
74. Nabor Junior	140.Assis Canuto	205.Enoc Vieira
75. Geraldo Fleming	141.Chagas Netto	206.Joaquim Haickel
76. Oswaldo Sobrinho	142.Jose Viana	207.Edison Lobão
77. Oswaldo Coelho	143.Lael Varella	208.Víctor Trovão
78. Hilário Braun	144.Telmo Kirst	209.Onofre Corrêa
79. Edivaldo Motta	145.Darcy Pozza	210.Albérico Filho
80. Paulo Zarzur	146.Arnaldo Prieto	211.Vieira da Silva
81. Nilson Gibson	147.Oswaldo Bender	212.Eliézer Moreira
82. Milton Reis	148.Adyllon Motta	213.José Teixeira
83. Marcos Lima	149.Paulo Mincarone	214.Irapuan Costa Júnior
84. Milton Barbosa	150.Adroaldo Streck	215.Roberto Balestra
85. Mario Bouchardet	151.Luis Roberto Ponte	216.Luiz Soyer
86. Melo Freire	152.João de Deus Antunes	217.Naphali Alves Souza
87. Leopoldo Bessone	153.Denisar Arneiro	218.Jales Fontoura
88. Aloisio Vasconcelos	154.Jorge Leite	219.Paulo Roberto Cunha
89. Victor Fontana	155.Aloisio Teixeira	220.Pedro Canedo
90. Orlando Pacheco	156.Roberto Augusto	221.Lúcia Vânia
91. Ruberval Piloto	157.Messias Soares	222.Nion Albernaz
92. Jorge Bornhausen	158.Dalton Canabrava	223.Fernando Cunha
93. Alexandre Puzyna	159.Arolde De Oliveira	224.Antonio De Jesus
94. Artenir Werner	160.Rubem Medina	225.José Lourenço
95. Cláudio Ávila	161.Júlio Campos	226.Luiz Eduardo
96. José Agripino	162.Ubiratan Spinelli	227.Eraldo Tinoco
97. Divaldo Suruagy	163.Jonas Pinheiro	228.Benito Gama
98. Marluce Pinto	164.Lourenberg Nunes Rocha	229.Jorge Vianna
99. Ottomar Pinto	165.Roberto Campos	230.Ângelo Magalhaes
100.Olavo Pires		231.Leur Lomanto

232. Jonival Lucas	251. Carlos De'carli	271. Adauto Pereira
233. Sérgio Brito	252. Nyder Barbosa	272. Arnaldo Martins
234. Waldeck Ornellas	253. Pedro Ceolin	273. Érico Pegoraro
235. Francisco Benjamim	254. Jose Lins	274. Francisco Coelho
236. Etevaldo Nogueira	255. Homero Santos	275. Osmar Leitão
237. João Alves	256. Chico Humberto	276. Simão Sessim
238. Francisco Diógenes	257. Osmudo Rebouças	277. Odacir Soares
239. Antônio Carlos Mendes Thame	258. Aécio De Borba	278. Mauro Miranda
240. Jairo Carneiro	259. Bezerra De Melo	279. Miraldo Gomes
241. Paulo Marques	260. Francisco Carneiro	280. Antônio Carlos Franco
242. Rita Furtado	261. Meira Filho	281. José Carlos Coutinho
243. Jairo Azi	262. Márcia Kubtschek	282. Wagner Lago
244. Fábio Raunhaitti	263. Annibal Barcellos	283. João Machado Pollemberg
245. Manoel Ribeiro	264. Geovani Borges	284. Albano Franco
246. Jose Melo	265. Eraldo Trindade	285. Sarney Filho
247. Jesus Tajra	266. Antonio Ferreira	286. Fernando Gomes
248. César Cals Neto	267. Maria Lúcia	287. Evaldo Gonçalves
249. Eliel Rodrigues	268. Maluly Neto	288. Raimundo Lira
250. Joaquim Benilacua	269. Carlos Alberto	
	270. Gidel Dantas	

#### Justificativa:

Os capítulos contidos neste Título referem-se a matérias de extremo relevo para a sociedade brasileira e os rumos do País. Do seu tratamento adequado pode resultar a diferença entre as perspectivas de transformarmos o Brasil e nação moderna, apta a entrar no próximo milênio em condições de atingir, seus objetivos, ou de tornar ainda mais distante a possibilidade de aproximá-lo, econômica e socialmente, dos países mais desenvolvidos e adiantados.

Para tanto, tudo aquilo que se refira a Seguridade Social, Previdência e Assistência Social, Educação, Cultura e Desporto, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Meio Ambiente, Família, Criança, Adolescente, Idoso e índios há de ser tratado com realismo e bom senso.

Deve ser descartado o Estado provedor. Não pode o sistema de seguridade social tornar-se sorvedouro de recursos, que não são infundáveis, do tesouro e do contribuinte. A sua universalização deve ser procedida com sobriedade, a despeito dos justificados anseios gerais por melhor atendimento, extensivo a todos.

Embora reconhecendo a responsabilidade precípua do Estado no campo da Saúde e da Educação, não há porque desconhecer a importância da colaboração da iniciativa dos particulares nestes setores.

O necessário desenvolvimento tecnológico e científico nacional não poderá ser feito com algum país, numa econômica mundial cada vez mais integrada a interdependente, pudesse bastar-se a si próprio.

É preciso conciliar a proteção e a defesa do meio ambiente com o nosso desenvolvimento econômico. Ambos os objetivos não devem ser tratados como se fossem excludentes entre si.

Todo este Título, enfim, versando sobre a ordem social, não pode esquecer que dependerá da adequada consideração das questões econômicas, a viabilização dos objetivos por ela traçados.

#### Parecer:

Respeitando a técnica regimental, aprovo a emenda, com ressalva dos destaques pedidos por membros da Bancada do PMDB e de outras emendas a este Título, por mim já aprovadas.

#### CAPÍTULO I

PELA APROVAÇÃO: Art. 226 ("caput").

PELA REJEIÇÃO: NIHIL.

#### CAPÍTULO II:

PELA APROVAÇÃO: § 1º do Art. 228, incisos II, III e IV §§ 2º e 3º.

PELA REJEIÇÃO: Art. 227 ("caput"), Parágrafo único, incisos I, II, III, IV, V e VI; Art. 228 ("caput"), inciso I (Emenda nº 1946-3, José Fogaça), § 4º.

#### SEÇÃO I:

PELA APROVAÇÃO:

Parágrafo único do Art. 229; inciso IV do Art. 230; § 2º do Art. 230; §§ 1º e 2º do Art. 231; incisos VI e VII do Art. 232;

PELA REJEIÇÃO: Art. 229 ("caput"); Art. 230 ("caput"), incisos I, II e III; § 1º do Art. 230; Art. 231 ("caput"), § 3º (Emenda nº 875-5, Márcio Braga), § 4º (Emenda nº 977-8, José Fogaça e Emenda nº 477-6, Maurílio Ferreira Lima e outros); Art. 232 ("caput"), incisos I, II, III, IV e V.

#### SEÇÃO II:

PELA APROVAÇÃO: Art. 235 ("caput"); Art. 236 ("caput").

PELA REJEIÇÃO: Art. 233 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V e VI (Emenda nº 1904-8, José Serra), VII, VIII e IX (Emenda nº 1815-7, Almir Gabriel); Art. 234 ("caput"), §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º (Emenda nº 1818-1, Almir Gabriel e Emenda nº 1474-7, Flórceno Paixão).

#### SEÇÃO III:

PELA APROVAÇÃO: Art. 237 ("caput"), incisos I, II, III, IV e V.

PELA REJEIÇÃO: Art. 238 ("caput").

#### CAPÍTULO III:

PELA APROVAÇÃO: Art. 239 ("caput"), § 1º, incisos I, II, III e IV, § 2º; Art. 240 ("caput"), incisos I, II, III, IV, V e VI, §§ 1º e 2º;

Art. 241, inciso I e §§ 1º e 3º; Art. 242, §§ 1º, 2º e 3º; Art. 243 ("caput"), § 2º; Art. 244 ("caput"), Parágrafo único; §§ 2º e 3º do Art. 247; Art. 248 ("caput"), incisos II, III e IV, e Parágrafo único.

PELA REJEIÇÃO: Inciso I do § 2º do Art. 239 (Emenda Coletiva nº 1736-3); inciso V do § 2º do Art. 239 (Emenda Coletiva nº 1735-5); incisos VII do Art. 240 (Emenda Coletiva nº 1738-0); inciso II do Art. 241 (Emenda Coletiva nº 1795-9); § 2º do Art. 241 (Emenda Coletiva nº 1811-4); §§ 1º, 2º e 3º do Art. 243; Art. 245 ("caput"); Art. 246 ("caput") e seu Parágrafo único; Art. 247 ("caput") e § 1º.

CAPÍTULO IV:

PELA APROVAÇÃO: NIHIL.

PELA REJEIÇÃO: Art. 249 ("caput"), §§ 1º, 2º e 3º.

CAPÍTULO V:

PELA APROVAÇÃO: Art. 251 ("caput"), § 1º, incisos I e II, §§ 2º e 3º; Art. 253 ("caput"), §§ 1º e 2º; Art. 254 ("caput"), §§ 2º, 3º e 4º; Art. 255 ("caput"); Art. 256 ("caput").

PELA REJEIÇÃO: Art. 252; § 1º do Art. 254.

CAPÍTULO VI:

PELA APROVAÇÃO: Inciso VI do Art. 257; §§ 2º e § do Art. 257.

PELA REJEIÇÃO: Art. 257 ("caput") § 1º, incisos I, II, III, IV e V e §§ 3º e 5º do Art. 257.

CAPÍTULO VII:

PELA APROVAÇÃO: Art. 258 ("caput"), §§ 3º, 4º; §§ 1º, 2º, incisos IV e V, §§ 3º, 4º e 5º do Art. 259; Art. 260 ("caput"); Art. 261 ("caput"); Art. 262 ("caput") e parágrafo único.

PELA REJEIÇÃO: § 1º do Art. 258; §§ 2º e 3º do Art. 258 (Emenda nº 1564-6, Nelson Carneiro); Art. 259 ("caput"), incisos I, II e III.

CAPÍTULO VIII:

PELA APROVAÇÃO: § 1º do Art. 263; Art. 265 ("caput").

PELA REJEIÇÃO: Art. 263 ("caput") (Emenda nº 1471-2, Alcení Guerra); § 2º do Art. 263; Art. 264 ("caput") (Emenda nº 281-1, Jarbas Passarinho); § 1º, 2º do Art. 264 (Emenda nº 281-1, Jarbas Passarinho); Art. 266 ("caput") (Emenda nº 1686-3, Fábio Feldman).

## FASE U

### EMENDA:00041 REJEITADA

#### Fase:

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

#### Comissão:

9 - Comissão de Sistematização

#### Autor:

FERES NADER (PTB/RJ)

#### Texto:

Título VIII

Da Ordem Social

Capítulo III

Da Educação, da Cultura e do Desporto

Art. 211, inciso IX

Suprima-se o inciso IX do art. 211, renumerando-se os seguintes.

#### Justificativa:

Não há uma escola democrática e outra antidemocrática.

Ensino é atividade eminentemente técnica, exigindo planejamento, orientação e direção que requisitam aprofundados e atualizados conhecimentos de pedagogia, de didática e de psicologia.

Ninguém é capaz de imaginar cogestão democrática nas atividades de saúde, de tráfego aéreo e de magistratura, por que são técnicas. Igualmente, cabe aos especialistas e técnicos em educação dirigir e orientar a educação e o ensino.

A lei ordinária compete definir a forma de gestão da escola, em conformidade com o tipo de estrutura da escola, cursos que ministra, local em que se situa e forma de manutenção.

A gestão democrática levará para dentro do âmbito escolar – em que deve imperar o equilíbrio, a isenção e a equidistância – a disputa entre várias correntes partidárias e ideológicas.

#### Parecer:

A emenda pretende suprimir o inciso IX do art. 211, sob o argumento de que a gestão democrática levará para dentro do âmbito escolar a disputa entre as várias correntes partidárias e ideológicas.

Entendemos que a gestão democrática na escola pública é experiência vitoriosa no ensino brasileiro, e será regulada pela lei, conforme consta no dispositivo.

Ante o exposto, opinamos pela rejeição.

**EMENDA:00163 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

SANDRA CAVALCANTI (PFL/RJ)

**Texto:**

01) Suprima-se a expressão "de ensino fundamental" do inciso VI do artigo 211.

02) Texto: Artigo 211.

Inciso VI: Matrícula facultativa no ensino religioso, que constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

**Justificativa:**

Esta expressão colide frontalmente com o que está disposto nos incisos I, II e III do mesmo artigo, pois não se pode confiar o direito de aprender religião ao nível fundamental.

Milhões de estudantes de escolas públicas a nível de 2º grau e superior, também poderão querer exercer igual direito. Cabe, pois, ao Estado tão somente o papel de lhes assegurar espaço para esse ensino no quadro de horários normais em todos os níveis.

**Parecer:**

A redação do dispositivo, tal como posta no texto, objetiva que, pelo menos no nível fundamental, o ensino religioso se figure como disciplina curricular, mesmo como matéria de matrícula facultativa.

Não significa um fechamento de espaço nos níveis de ensino subsequentes, onde poderá ser ministrado como disciplina extracurricular, desde que hajam alunos interessados e professores habilitados disponíveis.

Em face do exposto, opinamos pela rejeição da emenda.

**EMENDA:00290 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ÁLVARO VALLE (PL/RJ)

**Texto:**

No artigo 211, VII, suprima-se "prestação do ensino regular na língua portuguesa" mantendo-se o restante, com as naturais correções de redação.

**Justificativa:**

O dispositivo repete antiga determinação constitucional, de tempos em que se temia a formação de quistos raciais no País.

**Parecer:**

A emenda suprime, no art. 211, VII, a expressão "prestação do ensino regular na língua portuguesa", sob a alegação de que o dispositivo repete antiga determinação constituinte, de tempos em que se temia a formação de quistos raciais no País.

As razões invocadas pelo autor não configuram motivo suficiente para o acatamento da proposta.

Pela rejeição.

**EMENDA:00295 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

ROBERTO FREIRE (PCB/PE)

**Texto:**

Dispositivo Emendado - Art. 211, VI

Suprima-se o inciso VI do art. 211.

**Justificativa:**

A defesa do laicismo como requisito de democratização do ensino, implica em não privilegiar um credo religioso em detrimento de outros, não confundindo ainda, o laicismo com ateísmo.

Do momento em que se assegura o ensino laico, garante-se, conseqüentemente, a liberdade religiosa e de pensamento, possibilitando a manifestação de todos os credos, mesmo os não reconhecidos oficialmente, e ensinando o direito de livre escolha.

**Parecer:**

O ensino religioso, previsto no inciso VI do art. 211 como disciplina de matrícula facultativa nos horários normais das escolas pública de ensino fundamental, não significa privilégio de um credo em detrimento de outros.

A liberdade religiosa, assim como a de pensamento, são democraticamente respeitadas, tanto pela possibilidade de a escola oferecer ensinamentos a adeptos de credos diferentes, quanto pela faculdade opcional de matrícula na disciplina.

Pela rejeição da emenda.

**EMENDA:00451 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

AMILCAR MOREIRA (PMDB/PA)

**Texto:**

Suprimir, no inciso X do art. 211, as palavras "administrativa e de gestão financeira e patrimonial".

**Justificativa:**

No que se refere às instituições privadas, a norma não tem sentido.

No que se refere às instituições públicas, a norma contraria os princípios da administração pública, quebrando o princípio da unidade orçamentária e criando, dentro da organização do Estado, pessoas quase soberanas.

**Parecer:**

A emenda pretende suprimir, no inciso X do art. 211, as palavras "administrativa e de gestão financeira e patrimonial", justificando que, para as instituições privadas, a norma não tem sentido, enquanto para as universidades públicas, contraria os princípios da administração pública, no que tange à unidade orçamentária, criando assim, dentro da organização do Estado, pessoas quase soberanas.

Entendemos que a autonomia das entidades universitárias é condição indispensável e essencial para o seu padrão de qualidade. Pela especificidade de sua função social, independentemente de seu regime jurídico, a universidade terá que se reger pelo princípio de indissolubilidade entre ensino, pesquisas e extensão, o que somente será possível se lhe for assegurada a autonomia prevista no inciso X do art. 211.

Pela rejeição.

**EMENDA:00869 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

HERMES ZANETI (PSDB/RS)

**Texto:**

Art. 211., VIII

Suprimir:

"Em cada nível de ensino".

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

A expressão "em cada nível de ensino" é necessário para garantir aos planos de carreira do magistério público uma estruturação mais correta, hierarquizando-os devidamente, evitando a interpenetração de níveis, de funções e de salários.

Somos pela rejeição.

**EMENDA:01304 REJEITADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

GUMERCINDO MILHOMEM (PT/SP)

**Texto:**

Suprima-se do artigo 211, inciso VI, a seguinte expressão:

Expressão suprimida: "que constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental."

Expressão mantida: "Art. 211, VI - Matrícula facultativa no ensino religioso."

**Justificativa:**

A emenda supressiva pretende que a matéria seja regulamentada na lei ordinária.

Não é possível engessar no texto constitucional o disciplinamento dessa questão, por isso a pertinência da supressão.

**Parecer:**

A emenda objetiva suprimir do art. 211, inciso VI, a expressão "que constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental", para que a matéria seja regulada na lei ordinária.

A alegação invocada pelo autor, na justificativa de que não é possível engessar no texto constitucional o disciplinamento da matéria, não configura motivo suficiente para o acatamento da proposta.

Pela rejeição.

**EMENDA:01520 APROVADA**

**Fase:**

U - Emendas - 2T - ao Projeto B

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

KOYU IHA (PSDB/SP)

**Texto:**

Art. 211, incisos X e XI

Propõe-se restabelecer a redação anterior, colocando-se os incisos como Artigo e parágrafos, e substituindo-se os termos "A educação superior far-se-á com observância..." por "A universidade observará...", pela contradição entre "educação superior", e a referência, em seguida, de "pesquisa e extensão".

**Justificativa:**

Emenda sem justificativa.

**Parecer:**

Pela aprovação da emenda nos termos da proposição do autor.

## FASE W

**EMENDA:00573 EM ANALISE**

**Fase:**

W - Proposta de Redação

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

**Texto:**

PROPOSTA DE REDAÇÃO

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 206 - .....

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento e o saber;

**Justificativa:**

A emenda visa corrigir e aperfeiçoar o texto sem entrar no mérito. Quando o texto fala "a arte e o saber", não quis no seu espírito contrapor-las. A arte poderia contrapor a ciência. A ciência é adquirida ou pode ser adquirida. A arte é nata, ou seja, ela pode vir com o homem.

Então a sugestão é no sentido de:

1 - ou retirar a palavra "arte", na hipótese que ela a "arte" está inclusa no saber.

2 - ou substituir o "saber" pela ciência, nesse caso a redação ficaria:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e a ciência.

**EMENDA:00574 EM ANALISE**

**Fase:**

W - Proposta de Redação

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

STÉLIO DIAS (PFL/ES)

**Texto:**

PROPOSTA DE REDAÇÃO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 206 - .....

VIII - garantia de qualidade.

**Justificativa:**

A emenda visa corrigir erro na forma e evitar discussões futuras nas leis subsequentes que virão complementar o texto constitucional. No nosso entender não deve existir no texto constitucional definições duvidosas ou que não sejam cientificamente aceitas. No ensino o que é padrão de qualidade?

Em peças é instrumento mecânico; como por exemplo na indústria automotiva existe um padrão de qualidade para cada peça a ser produzida, existe um padrão ou modelo a ser seguido.

Qual seria o padrão de qualidade no ensino? Melhor se faz é retirar a palavra padrão e ficar com o princípio básico da "garantia de qualidade", ficando o texto em consonância com o inciso III do artigo 213.

**EMENDA:00659 EM ANALISE**

**Fase:**

W - Proposta de Redação

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

OCTÁVIO ELÍSIO (PSDB/MG)

**Texto:**

Restabeleça-se a redação aprovada em 2o. Turno.

"Art. 206 - .....

III - pluralismo de idéias, de concepções pedagógicas e de instituições públicas e privadas de ensino;"

**Justificativa:**

A nova redação apresentada pela Comissão altera o sentido do que foi aprovado pelo Plenário.

**EMENDA:00672 EM ANALISE**

**Fase:**

W - Proposta de Redação

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB/SP)

**Texto:**

Substituir o inciso VII do art. 206, por:

Art. - As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Parágrafo Único - A educação superior far-se-á com observância do princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

**Justificativa:**

A única referência às universidades existentes no texto está contida no inciso VII do art. 206. Mais ainda, a redação daquele inciso dá a entender que se trata de um "princípio" adicional que orientará todo e qualquer ensino, quando na verdade ele se refere apenas à educação superior. Isto sem que se mencione que o texto pode ser melhorado e tornar-se mais claro.

Por todas estas razões, proponho que se substitua o referido inciso VII por artigo, a ser renumerado e colocado depois do art. 206.

Se aprovada a proposta, o ensino superior será contemplado de forma mais adequada na Constituição e o texto ganhará em precisão e clareza.

**EMENDA:00813 EM ANALISE****Fase:**

W - Proposta de Redação

**Comissão:**

9 - Comissão de Sistematização

**Autor:**

FELIPE MENDES (PDS/PI)

**Texto:**

Sugerimos a seguinte redação:

V - valorização dos profissionais do ensino, garantindo-se na forma da lei, planos de carreira para o magistério público com piso salarial profissional, ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos e regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União.

**Justificativa:**

A nossa redação corrige o erro original de concordância ("garantido" e "planos"...) e evitar a repetição dos verbos "garantir" e "assegurar".

Conforme a nova redação, ficam garantidos os planos de carreira com piso salarial, o ingresso mediante concursos e o regime jurídico único, não havendo, portanto, mudança no mérito.

---

*Nota: Como citar no formato Documento Eletrônico (ABNT): BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Quadro histórico artigo 206 da Constituição Federal de 1988. [Mensagem institucional]. Disponível em: <colocar link da BD aqui>. Acesso em: colocar a data da consulta, por exemplo, 10 nov. 2014.*